

Manchete - Tomo II

(04.01.1969 a 26.12.1970)



direitaminas

Muito Obrigado!



Salve 31 de março de 1964!

“ DEFENDEREI E CUMPRIREI COM HONRA E LEALDADE A CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, INCLUSIVE O ATO INSTITUCIONAL QUE A INTEGRA. CUMPRIREI E DEFENDEREI AMBOS COM DETERMINAÇÃO, POIS SEREI ESCRAVO DAS LEIS DO PAÍS E PERMANECEREI EM VIGÍLIA PARA QUE TODOS AS OBSERVEM COM EXAÇÃO E ZELO. MEU GOVERNO SERÁ O DAS LEIS, O DAS TRADIÇÕES E PRINCÍPIOS MORAIS E POLÍTICOS QUE REFLETEM A ALMA BRASILEIRA. ”

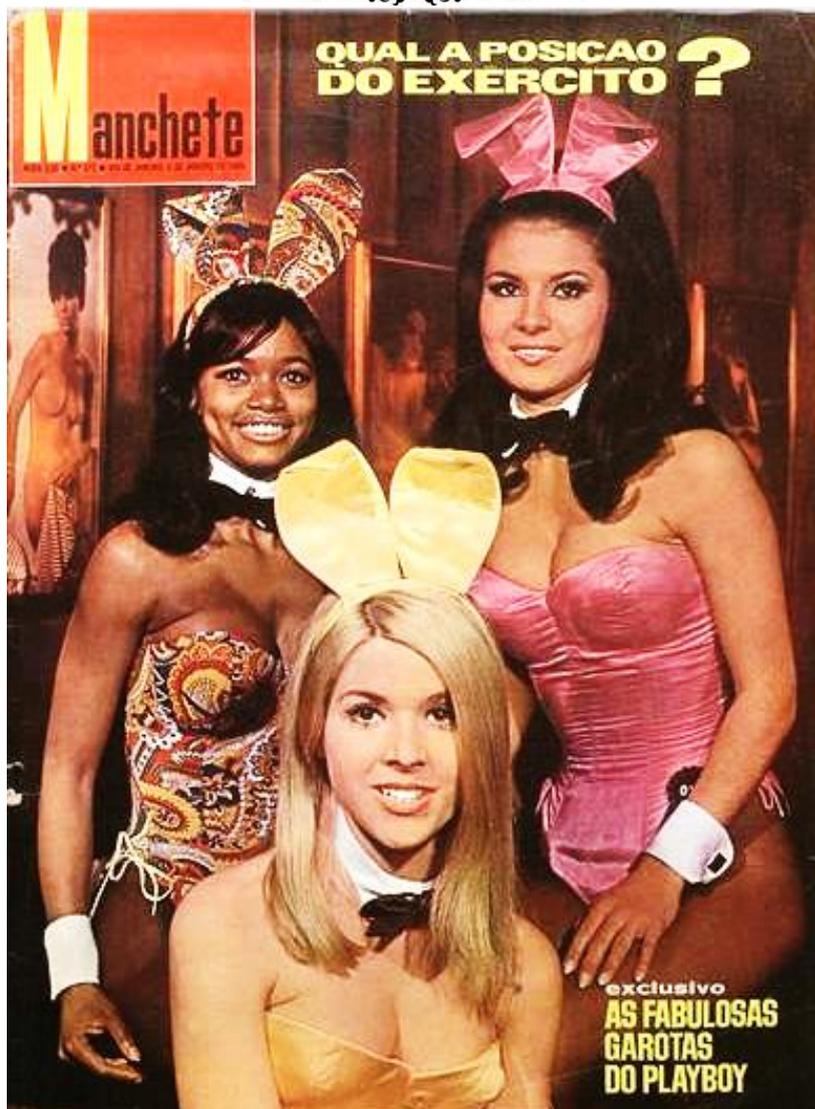


Manchete nº 872, Rio de Janeiro, RJ

Sábado, 04.01.1969



Qual a Posição do Exército?



Nos últimos dias, os Chefes Militares estiveram reunidos seguidas vezes. Além dos encontros reservados, em que discutiram as novas responsabilidades que lhes pesam sobre os ombros, eles se avistaram em sucessivas solenidades públicas: na Escola de Comando e Estado-Maior, na Escola Superior de Guerra, no Instituto Militar de Engenharia, quando foram diplomados os alunos das turmas de 1968. Antes do fim do ano, todos os membros do Alto-Comando voltarão a reunir-se no Rio.

A Posição do Exército Consiste em Fortalecer a Autoridade do Presidente da República, Que é o Comandante-Chefe das Forças Armadas

O Exército não está permitindo que seu nome ou sua autoridade sejam indevidamente invocados para acobertar medidas de interesse da política estadual ou municipal. O Ministro Lyra Tavares entende que esses abusos *são prejudiciais à justiça e à grandeza com que o Governo deseja usar os seus novos poderes*, os quais serão empregados exclusivamente nos casos que se tornarem imprescindíveis para prevenir e combater a subversão.

Em fontes militares autorizadas, MANCHETE conseguiu apurar que o General Lyra Tavares recomendou expressamente que os Comandantes de Exército atuem com exclusividade na esfera de sua competência e em estreita ligação com as autoridades da Marinha e da Aeronáutica nas respectivas áreas.

Essas diretrizes já estão sendo rigorosamente cumpridas pelos comandantes militares. Elas determinam, entre outras coisas, que somente quando houver indícios evidentes de ameaça à ordem política e social se procederá, com a instauração do necessário IPM, à prisão dos implicados.

As prisões efetuadas pela autoridade estadual, com base no AI-5, devem previamente ser submetidas à autoridade militar federal, que examinará as razões e a conveniência da medida.

Quando se tratar de jornalista, ele só pode ser detido com entendimento prévio com o comandante da área.

O General Lyra Tavares está pessoalmente empenhado em evitar que *os adversários da Revolução encontrem agora campo de manobra como aquele oferecido logo depois de março de 1964* nas intrigas e mal-entendidos com os quais se tentou em vão jogar o então Ministro Costa e Silva contra o então Presidente Castello Branco.

O Exército recusa-se no momento a ultrapassar sua posição de suporte das autoridades legalmente constituídas. Para ele, o Comandante-Chefe das Forças Armadas foi, é e continuará sendo, de direito e de fato, o Presidente da República. Não há por parte das Forças Armadas o menor desejo ou interesse em ser guarda política.

Nas normas de conduta, o Ministro do Exército recomendou que as passeatas e manifestações coletivas na via pública devem ser evitadas em vez de reprimidas. A repressão será o último recurso.

Mas também não pode ser admitida, sob qualquer pretexto, a ocupação de universidades pelos estudantes.

Os diretórios acadêmicos têm de limitar suas atividades às escolares. Os reitores precisam e devem ser prestigiados. As autoridades militares só podem agir nas universidades em prévia coordenação com o Ministério da Educação.

O Ministro Lira Tavares traçou novas normas de conduta para

os seus comandados

QUAL É A POSIÇÃO DO EXÉRCITO ?

Nos últimos dias, os chefes militares estiveram reunidos seguidos vezes. Além dos encontros reservados, em que discutiram as novas responsabilidades que lhes pesam sobre os ombros, eles se reuniram em reuniões coletivas públicas na Escola de Comando e Estado-Maior, na Escola Superior de Guerra, no Instituto Militar de Engenharia, quando foram diplomados os alunos dos cursos de 1968. Antes do fim do ano, todos os membros do Alto-Comando voltarão a reunir-se no Rio

Foto de E. Gouveia

SCA/C



Além de alta
comandos do Exército
de guerra,
uma a frente, os Generais
Adolfo Carlos Azevedo,
Jurandir Marinho, Adalberto
Pereira dos Santos,
Lira Tavares, Gláucio Damasceno
& Manoel de Aguiar



Canetas de diversos tipos servem para fabricar "cigarros mágicos". Fabricam-se com "manteinha" e diversos tipos de breu.

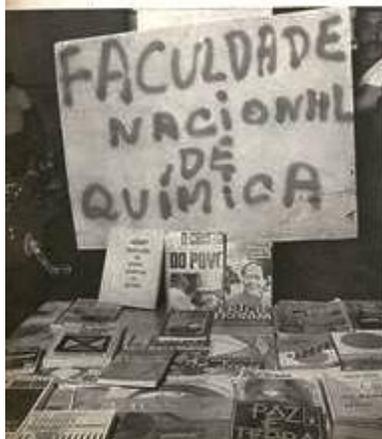
O serviço de informações do Exército expôs material apreendido como subversivo em algumas faculdades do Rio



Baldacões indolentes, feitos com papéis de jornal, alfinetes grossos e pedras de moer, também foram apreendidos. Tais materiais foram usados a serviço da luta para a libertação da América, no Rio, pela resistência militar.



Há no depósito evidências de alguma organização clandestina entre a guarnição do Batalhão de Guardas do Grêmio. Também: Exa. de artigos subversivos.



A grande sala apresenta peças de material subversivo. Além disso, destacamos a criação dos "cigarros mágicos" de papel, mantendo a tradição. A "manteiga" e o "breu".

Numa entrevista que concedeu após ter remetido suas instruções aos Comandantes de Exército, o Ministro Lyra Tavares declarou que a democracia só se pode defender dos que desejam destruí-la ou degradá-la quando a lei e a justiça, que todos devemos respeitar, estiverem, realmente, a serviço dela. A Revolução, declarou, foi feita principalmente para combater a subversão e a corrupção. A lei e a justiça devem servir de instrumentos básicos para tal fim. Se todos os cidadãos, como prescreve a Constituição, são responsáveis pela segurança nacional, ainda mais que ao militar, numa forma estável de democracia, essa responsabilidade deve caber, no quadro que torne compatíveis a norma jurídica e os interesses mais altos da Nação, ao legislador e ao juiz.

Para ele foi muito mal interpretada a tolerância com que o Presidente da República deu a prova mais cabal do seu empenho em manter-se estritamente, enquanto possível, dentro dos quadros legais, e do seu acendrado espírito democrático.

As liberdades da democracia, destinadas a assegurar aos opositoristas o direito de combater o Governo, *passaram a servir de escudo para destruir o próprio regime, a democracia e os postulados da Revolução.*

Os episódios se sucederam com cada vez maior desenvoltura, atingindo o limite do inadmissível e insustentável, no triste episódio da votação da Câmara no dia 12 do corrente. Ele foi, sem dúvida, uma das páginas mais negras da história da democracia brasileira.

O Ministro do Exército entende que o Governo foi compelido a editar o Ato nº 5, a fim de armar-se de poderes para assegurar a tranquilidade da Nação. Sua expedição gerou automaticamente o clima de confiança pelo qual o País estava clamando.

Daí a quantidade enorme de congratulações que nos chegam de todas as partes do País e de todas as camadas do povo.

Nas relações com os governos estaduais e municipais, a General Lyra Tavares recomendou que eles não devem sofrer interferência no exercício de suas respectivas ações administrativas, a menos que se evidenciem casos de subversão. Quaisquer providências restritivas, urgentes e imprescindíveis, referentes aos governadores e prefeitos, *só podem ser tomadas com a autorização dos Comandantes de Exército*, ouvido o Ministro, nos casos em que se torne necessária essa consulta.

Mas a manutenção da ordem pública é, em primeira instância, atribuição das Forças Policiais de cada Estado. *O emprego do Exército deve ser reservado para as situações que escapem ao controle das Forças Policiais* e será feito sempre em íntima ligação com a Marinha e a Aeronáutica.

O Ministro Lyra Tavares determinou ainda que cada Comandante de Exército desdobre as instruções recebidas para todos os seus chefes de tropa. *O importante, no caso, é preservar a cadeia de comando*, que começa no Presidente da República e se prolonga até o Capitão e o Tenente. A coesão do Exército em torno do Marechal Costa e Silva será publicamente reafirmada no almoço que todos os generais lhe oferecerão antes do fim do ano.

Regulada a Suspensão dos Direitos Políticos

Pelo Ato Complementar nº 39, ficou agora estabelecido que aos Ministros caberá representar diretamente ao Presidente da República para a suspensão de direitos políticos por dez anos e para a demissão,

remoção, disponibilidade, aposentadoria, reforma ou transferência para a reserva dos militares ou dos funcionários civis vinculados aos respectivos Ministérios.

Ao Ministro Gama e Silva competirá propor a cassação dos deputados federais e estaduais e dos vereadores. Os governadores e prefeitos terão de propor ao ministro da Justiça, que os encaminhará ao presidente da República, os casos de punição dos funcionários estaduais e municipais.

O Conselho de Segurança Nacional será ouvido previamente nas cassações de mandatos e nas suspensões de direitos. Nas demissões de militares ou funcionários públicos haverá uma investigação sumária, *com direito de defesa concedido aos acusados, pelo prazo de 10 dias.*

Essa investigação será determinada pelos ministros, governadores e prefeitos, e poderá ser feita por uma só pessoa ou por comissão constituída de três membros.

Através de diversos Atos Complementares, serão agora disciplinadas as matérias constantes do Ato Institucional nº 5. *Os novos documentos serão decretados na medida das necessidades, pois o Governo não tem pressa em esgotar toda a sua ação ordenadora.*

Na parte administrativa, cada ministério cuidará de esquematizar sua ação dentro dos moldes e recomendações da situação decorrente do Ato nº 5. Um elenco de medidas está sendo preparado nos vários setores para impulsionar a administração e implantar decisões que agora podem ser apressadas porque não dependem mais de discussão, debate e votação no Congresso.

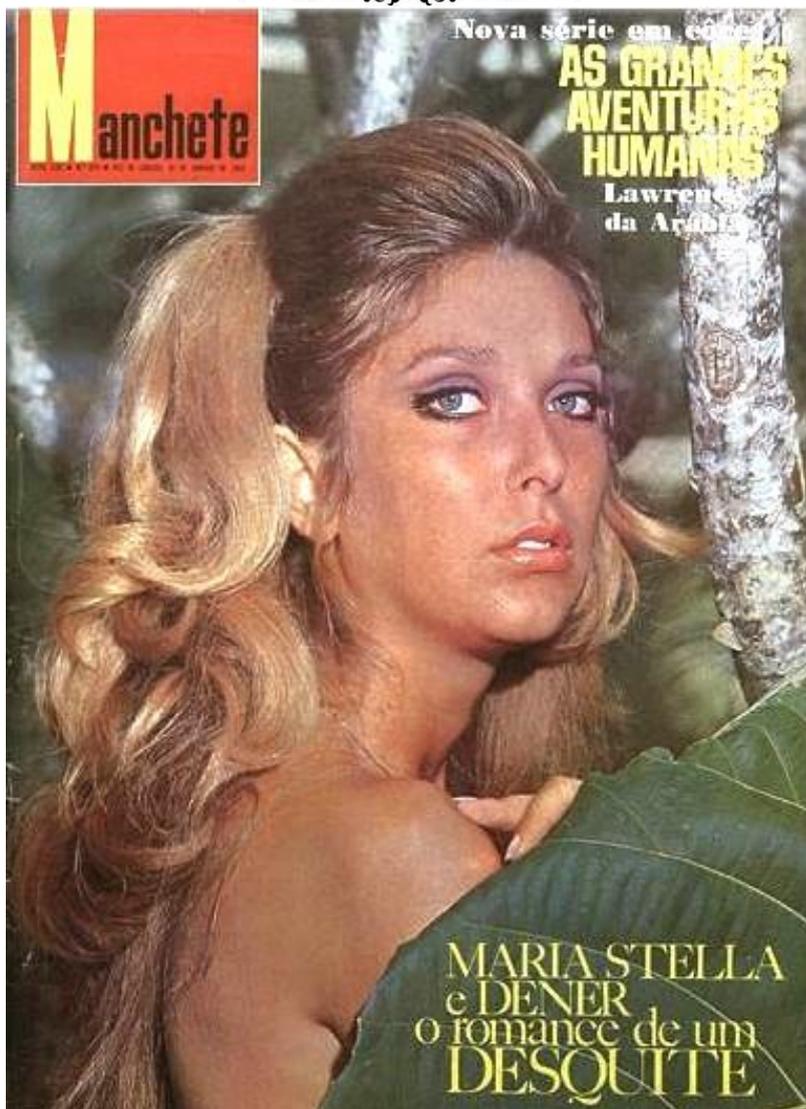


Manchete n° 875, Rio de Janeiro, RJ

Sábado, 25.01.1969



1969 O Ano do Otimismo



O Ministro da Fazenda compara os resultados obtidos em 1968 com as atuais perspectivas econômicas.

De uma pequena sala, com oito telefones à mão, um homem jovem e tranquilo comanda as finanças brasileiras. Diante de uma agenda sempre congestionada, o Ministro Delfim Neto é forçado a acordar muito cedo e frequentemente trabalha até a madrugada. No dia de nossa entrevista, iria reunir-se com o Conselho Monetário, despachar com o Presidente da República e receber 22 pessoas; na véspera, estivera até tarde com seus assessores. Mas era manhã e o relógio marcava exatamente sete horas quando ele começou:

O Brasil vai bem, obrigado, e os números que tenho para divulgar justificam o nosso otimismo.

Em 1968 Foram Batidos os Recordes de Exportação, Produção de Petróleo, Receita Pública, Construção Naval, Empréstimos Bancários, Automóveis e Casas

Repórter: Quais são os números do seu otimismo?

Delfim Neto: Registrou-se o mais elevado nível de emprego de todos os tempos, a mais alta receita da União, as maiores exportações, grandes aumentos de depósitos bancários, de empréstimos ao setor privado, recorde na produção de petróleo, mais 1 milhão de KW instalados, os maiores investimentos em educação, quase 200 mil unidades residenciais num só ano contra 120 mil nos últimos 26 anos, construção de 1.750 km de rodovias e pavimentação de 2.150, construção de 160 navios nos estaleiros nacionais, investimentos industriais de 2 bilhões novos com quase 1.000 projetos de ampliação, 7 milhões de toneladas de cimento, investimentos recordes no Nordeste e na Amazônia, onde está sendo construída uma

fábrica por dia, recorde no consumo de fertilizantes, no plantio de árvores e nos investimentos em comunicações, produção recorde de 200 mil veículos e lançamento de novos modelos.

Repórter: O Ministro da Fazenda cita o caso da participação da "*International Finance Corporation*" (IFC), subsidiária do Banco Mundial no projeto da Petroquímica União, considerado prioritário pelo Governo brasileiro. A decisão da IFC, de participar com 10% do capital social da empresa, é considerada pelo Sr. Delfim Neto como uma demonstração cabal de confiança no empreendimento. Além de participar com 2 milhões e 400 mil dólares, a IFC concedeu financiamento de 5 milhões de dólares para a execução do projeto, do qual participam a Petrobras e importantes grupos privados brasileiros.

Tal projeto mereceu também a cooperação de um consórcio de bancos franceses, que concederam financiamento no valor de 40 milhões e 500 mil dólares, com aval do Tesouro brasileiro e contrato assinado a 17 de dezembro último. A implantação do projeto petroquímico influenciará investimentos paralelos da ordem de 400 milhões de dólares no parque industrial brasileiro, tanto na área de produção de matérias-primas, como na elaboração de produtos derivados.

Repórter: O Ministério da Fazenda estava precisando dos poderes conferidos pelo Ato Institucional nº 5?

Delfim Neto: Aproveitamos esses poderes para decretar uma série de medidas que terão efeito decisivo nas finanças e na economia do País durante este ano. Basta dizer que somente no capítulo do "*déficit*" orçamentário conseguimos diminuí-lo de 1.5 bilhão novos para 500 milhões, ou seja, para um terço, que representará em 1969 apenas 0,5% do Produto Bruto.

Conseguimos isto com: 100 milhões novos de economia derivados do decreto de programação financeira, 150 milhões do imposto de renda sobre letras de câmbio e taxa rodoviária, 700 milhões do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, 350 milhões em economia de pessoal, pela aposentadoria com remuneração proporcional ao tempo de serviço. Tudo isto totaliza uma economia de 1 bilhão e 300 milhões. Podemos destinar esses 300 milhões para as vantagens fiscais às pessoas físicas e jurídicas. Restou então a economia de 1 bilhão novo, que fizeram o "déficit" descer para meio bilhão. Se considerarmos que a conta das Obrigações Reajustáveis poderá dar um saldo positivo, verificaremos que estão criadas este ano as condições para eliminar, pela primeira vez na história do País, a pressão do Governo sobre o processo inflacionário.

Repórter: O Ministro da Fazenda fala a seguir das medidas de reforço do capital próprio das empresas, que lhes permitirão enfrentar este ano com novo alento em matérias de tributos. Reduziram-se os impostos sobre as ações e sobre os aumentos de capital ou correção de escrita. Todas essas medidas se inserem no esforço para fazer baixar a taxa de juros, através das facilidades para a manutenção e expansão do capital próprio das empresas, além do alívio fiscal que injetará na área privada aqueles 300 milhões novos que antes seriam carregados para a Fazenda.

Repórter: Como o Governo pretende baixar o custo do dinheiro?

Delfim Neto: O custo do dinheiro continua sendo a questão crucial para as empresas neste limiar do ano novo. Mas não há de ser através da redução dos níveis de depósito compulsório que vamos corrigir as distorções institucionais do mercado financeiro.

Manchete
EXCLUSIVO

1969 O ANO DO OTIMISMO

O Ministro da Fazenda compara os resultados obtidos em 1968 com as atuais perspectivas econômicas

De uma pequena sala, com oito telefones à mão, um homem jovem e tranqüilo comanda as finanças brasileiras. Diante de uma parede sempre congestionada, o Ministro Delfino Neto é freguês a acordar muito cedo e freqüentemente trabalha até a madrugada. No dia de nossa entrevista, fica reunido com o Conselho Monetário, despacha com o presidente da República e recebe 22 pessoas; na véspera, estivera até tarde com seus assessores. Mas era manhã e o relógio marcava exatamente sete horas quando ele começou. — O Brasil vai bem, obrigado, e os números que tenho para divulgar justificam o nosso otimismo.

Entrevista
concedida a
MURLO MILO FILHO
Foto de
JACER NEVES

Em vez de mexer no encaixe compulsório, estamos adotando saídas mais inteligentes através de “*open Market*” que alterarão o fluxo global dos recursos disponíveis e de medidas que reduzirão a demanda de capital por parte das empresas. O certo é que nenhum País consegue ter um desenvolvimento acelerado com uma elevada taxa de juros, que cria toda uma série de obstáculos à produtividade das empresas.

Repórter: O senhor está convencido de que vem conseguindo atingir os objetivos de sua política?

Delfim Neto: Qualquer convicção neste terreno terá de basear-se nos resultados obtidos em função dos objetivos anunciados. E quais foram eles?

- 1. Anunciamos que nossos esforços se orientariam no sentido de alcançar um crescimento da ordem de 6% no Produto Nacional Bruto e o alcançamos. O crescimento industrial foi de 12% e o agrícola se estabilizou nos níveis do ano anterior, apesar da redução de 25% na safra cafeeira.*
- 2. Anunciamos que conteríamos a inflação ao nível de 22%. Sabemos que ela se situou entre 24 e 25%, um pouco além da projeção estimada, porque tivemos de elevar o IPI e o ICM, bem como antecipar na área cambial todas as correções que normalmente se transferem para o ano seguinte.*
- 3. Anunciamos um esforço para aumentar em 125 milhões de dólares as nossas reservas de divisas e conseguimos.*
- 4. Anunciamos uma série de estímulos para conseguir uma exportação superior a 1 bilhão e 700 milhões de dólares e obtivemos um recorde absoluto de nossas exportações em todos os tempos, pois nos aproximamos de 1 bilhão e 900 milhões, com grande impulso no item dos produtos manufaturados.*

Repórter: Houve excesso nas importações e “*déficit*” na balança comercial?

Delfim Neto: Exportamos 1 bilhão e 900 e importamos 2 bilhões e 100. Mas acontece que só exporta quem importa: os grandes exportadores mundiais são os grandes importadores mundiais e isto não é segredo para ninguém desde o século XVIII. Um País em processo de desenvolvimento tem de ter “*déficit*” em seu balanço de contas correntes, porque isto significa que ele está recebendo recursos do exterior e não está financiando o exterior. Temos apenas de financiar com cuidado esse “*déficit*”, e foi isto o que ocorreu em 1968. Ao mesmo tempo, tornamos mais rigorosa a entrada de produtos supérfluos, cuja alíquota passou a uma taxa de 100%. As críticas segundo as quais essa medida foi adotada com atraso, explico que há mais de 60 dias ela tinha sido acertada com o Ministro Hélio Beltrão, mas decidimos só adotá-la depois de 31 de dezembro para impedir que os comerciantes com grandes estoques tivessem exagerados lucros, à custa dos consumidores. A medida só foi anunciada quando os estoques estavam no mínimo e depois que as vendas de fim de ano tinham sido feitas aos preços anteriores.

Repórter: Quais as perspectivas para 1969?

Delfim Neto: Pretendemos reduzir a taxa inflacionária, aumentar o índice do crescimento económico, aumentar ainda mais as exportações, ampliar os níveis de emprego e os investimentos prioritários, ativar as obras básicas e reduzir o “*déficit*” orçamentário a um limite perfeitamente absorvível pelo próprio processo de desenvolvimento do País. Entramos no ano novo com uma série de medidas que permitirão ao Governo atingir de forma mais eficiente os seus objetivos de médio e longo prazos.

Não são medidas contingenciais, mas sim novos instrumentos de ação capazes de impulsionar o progresso. São medidas harmônicas, adotadas de comum acordo com o Presidente da República e o Ministro do Planejamento.

Existe uma harmonia e uma unidade de comando que conduzirão o País a concretos e excelentes resultados nos próximos meses.

Em 1968 foram batidos os records de exportação, produção de petróleo, receita pública, construção naval, empréstimos bancários, automóveis e casas.

Questi são os números de seu país!

Expansão e não inflação! Tercel de exportação de bens e serviços e não de importação. Grande aumento de exportações. Grande crescimento de receita pública. Grande crescimento de produção de petróleo. Mais de 1 milhão de toneladas de construção naval. Mais de 1 milhão de toneladas de automóveis. Mais de 1 milhão de toneladas de casas. Mais de 1 milhão de toneladas de empréstimos bancários. Mais de 1 milhão de toneladas de automóveis. Mais de 1 milhão de toneladas de casas.

O ministro da Fazenda não se esquece de participar do "Investimento Financeiro" do Brasil. O ministro da Fazenda não se esquece de participar do "Investimento Financeiro" do Brasil. O ministro da Fazenda não se esquece de participar do "Investimento Financeiro" do Brasil.

Como a indústria pretende baixar o custo do dinheiro?

O custo do dinheiro continua sendo elevado devido ao fato de que o Brasil não tem ainda uma moeda única. O custo do dinheiro continua sendo elevado devido ao fato de que o Brasil não tem ainda uma moeda única.

Ministerio da Fazenda anuncia produção de 1968

Apresentamos aqui os principais dados da produção de 1968. A produção de 1968 foi superior à de 1967 em todos os setores.

Questi são perspectivas para 1969?

As perspectivas para 1969 são muito boas. O Brasil continuará a crescer e a desenvolver-se. O Brasil continuará a crescer e a desenvolver-se.

Mostrar erro nos impostos "leões" e "derivas" no balanço comercial

Exposições a julho e 1969 e no balanço comercial. O Brasil continuará a crescer e a desenvolver-se.



Manchete n° 876, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 1º.02.1969

—•••••—
O Exército nas Fronteiras
—•••••—



A Missão Desses Homens é Garantir a Integração da Amazônia

São pouco mais de três mil soldados, incumbidos da guarda de uma fronteira de nove mil quilômetros e de uma vasta região brasileira, onde o índice demográfico é dos menores do mundo. As 13 unidades do Grupamento de Elementos de Fronteira representam a vanguarda da soberania nacional na Amazônia. Mais do que isso: representam também uma vanguarda da civilização. Graças à presença das Forças Armadas, a vida é possível nas pequenas localidades ribeirinhas. Abastecimento, assistência médica e dentária, a abertura e manutenção das estradas, as comunicações são incumbências militares nesse imenso território recoberto de florestas. Dotado do equipamento mais moderno de que dispõe o Exército e adestrado para o combate na selva, o Grupamento de Elementos de Fronteira semeia cidades ao longo de suas vias de penetração. Sua presença eficiente é uma garantia de paz e de integração da Amazônia na Nação Brasileira.

(Reportagem de Fernando Luís Cascudo e Fotos de Nélon Santos e Luís Mongelli Filho)

O Grupamento de Fronteiras Reedita, com Heroísmo, a Epopeia de Rondon e dos Primitivos Bandeirantes

Tornando efetiva a soberania do Brasil sobre uma grande porção de seu território, os homens do Grupamento de Fronteiras realizam, também, tarefas indispensáveis à integração e à manutenção do sentimento nacional no norte amazônico. A formação escolar e cívica das populações fixadas nessa área faz parte dos programas regulares de trabalho das diversas unidades. Além disso, elas se empenham em criar estímulos e dar toda ajuda aos que se decidiram a enfrentar o desafio da floresta tropical.

Essa tarefa dá continuidade, com igual grandeza, à marcha civilizadora de Rondon e dos primitivos bandeirantes. O Exército escreve um novo capítulo na história da ocupação por brasileiros em seu território.

A rebelião de colonos e ameríndios da Guiana na região de Lethem, perto da fronteira norte do Brasil, evidenciou o papel vital do Grupamento de Elementos de Fronteiras na garantia da segurança nacional. O Brasil não foi surpreendido. Há mais de cinco anos, nossas autoridades vêm acompanhando de perto o desdobramento das antigas disputas entre a Venezuela e a Guiana, a luta interna entre correntes políticas que disputam o poder no mais jovem estado sul-americano. O deslocamento rápido de unidades do GEF em reforço à 9ª Companhia de Fronteiras, sediada em Boa Vista, capital do Território de Roraima, possibilitou a formação imediata de cinto protetor que neutralizou a infiltração dos rebeldes em território brasileiro. Foram presos vários líderes participantes do fracassado movimento.

Dentro dos conceitos modernos de estratégia militar, a mobilidade é fator primordial numa tropa que possui a missão de cobrir vastas extensões territoriais. Os meios de transporte mais modernos, principalmente o avião, permitiram um rendimento maior e grande elasticidade operacional às nossas unidades de fronteira.

Sem dispor de grandes efetivos, distribuídos pelos nove mil quilômetros de fronteiras com as Guianas, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, o Exército brasileiro conta, no entanto, com uma espinha dorsal de 13 unidades militares, um pouco mais de três mil homens, agrupados sob o comando central do GEF – Grupamento de Elementos de Fronteiras, com sede em Manaus.

O EXÉRCITO NAS FRONTEIRAS



A missão desses homens é garantir a integração da Amazônia

São pouco mais de três mil soldados, incumbidos da guarda de uma fronteira de nove mil quilômetros e de uma vasta região brasileira, onde o índice demográfico é dos menores do mundo. As 13 unidades do Grupamento de Elementos de Fronteira representam a vanguarda da soberania nacional na Amazônia. Mas do que isso: representam também uma vanguarda da civilização. Graças à presença das Filéas Amadas, a vida é possível nas pequenas localidades ribeirinhas. Abastecimento, assistência médica e dentária, a abertura e manutenção das estradas, as comunicações são incumbências militares desse imenso território incógnito das florestas. Deleito do equipamento mais moderno de que dispõe o Exército e adestrado para o combate na selva, o Grupamento de Elementos de Fronteira semeia cidades ao longo de suas vias de penetração. Sua presença eficiente é uma garantia de paz e de integração de Amazônia na nação brasileira.

Reportagem de Fernando Luís Casado • Fotos de Nelson Santos e Luis Mangelli Filho



Contato imediato segundo as mais modernas técnicas para a unidade e subordinação às suas ordens e melhor equipamento técnico de sua classe no país.

Os recrutas aguardam para serem avaliados em atividades de treinamento.



O Estabelecimento de Ensino Técnico tem instalações únicas para o ensino de militares e sua instrução de Engenharia de Transportes, com o de Tupy.



Para o 1º batalhão.



O comando do CEF, em Manaus, ocupa o acampamento de suas 13 unidades.



A 5ª Companhia de Fronteira atua com grande eficiência e celeridade em Manaus.

**Treze unidades
estão entrosadas com o
objetivo único de servir
à nação brasileira**



A 1ª Companhia, sediada em Cassil, é uma das primeiras associações de Fronteira.

O Grupamento de Fronteiras de Rondon, com heroísmo, a epopéia de Rondon e dos primitivos bandeirantes

Trabalhando através a abertura de fronteiras abrem uma grande porção de sua atividade. os homens do Grupamento de Fronteiras trabalham, também, com fins subseqüentes a integração e à manutenção da organização nacional em suas atividades. A formação exerce e revira das populações fronteiras nessa área faz parte dos projetos regulares de trabalho das diversas unidades. Além disso, elas se ocupam em criar unidades e dar vida social em que se deve dar a enfrentar o desafio da floresta tropical. Uma tarefa de continuidade, com igual grandiosidade, a marcha civilizatória de Rondon e dos primitivos bandeirantes. O futuro ocorrer em subseqüência na história da ocupação por brasileiros em seu território.



Uma de duas das fronteiras militares brasileiras - em altitudes das montanhas - OEF mantém um posto avançado.



Os soldados marcham de um

para outro, na floresta das montanhas - recentemente, soldados do Grupo Fronteiras, mantendo relações com os militares para alcançar rapidamente.



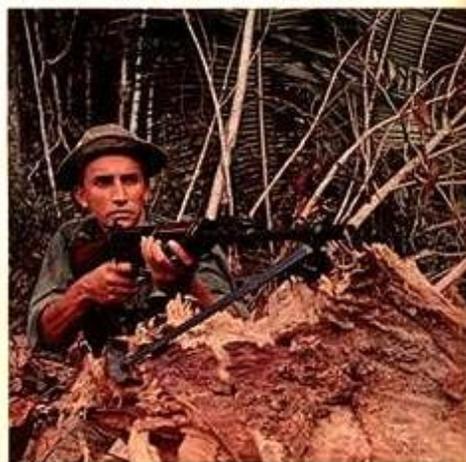
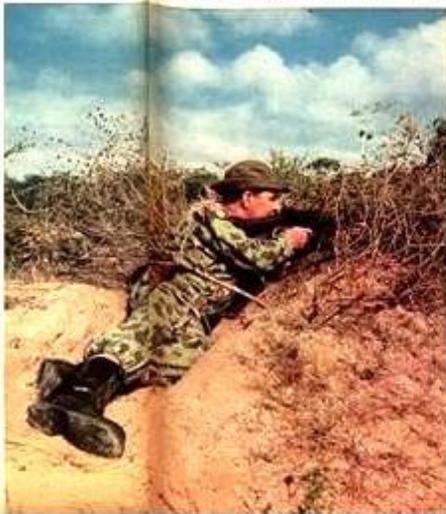
Uma das construções das escolas na Colônia Militar de Cuiabá.



Outra construção, a Colônia Militar em Cuiabá.



Um barco brasileiro transportando provisões e equipamentos, a caminho da ocupação das áreas desmatadas.



A preparação para a guerra de selva e floresta brasileira para a guerra de Cuiabá.

A Rede Bandeirante de Comunicações assegura as ligações permanentes entre essas guarnições. Cerca de mil homens concentram-se em Manaus. O restante está distribuído em companhias, Colônias Militares, Batalhões e Pelotões, que se estendem pelas localidades de Boa Vista, Cucuí, Ipiranga, Estirão do Equador, Palmeiras, Guajará-Mirim, Rio Branco, Forte Príncipe da Beira, Porto Velho, Tabatinga, Cruzeiro do Sul e Oiapoque.

Cerca de 300 oficiais passam o mínimo de um ano na fronteira, ganhando além do soldo uma gratificação de 40%. Ao sair de sua comissão na Amazônia, têm o direito de escolher a próxima cidade em que servirão.

O papel desempenhado pelo Exército Brasileiro na imensidão continental da Amazônia é diário, anônimo, heroico e, principalmente, desbravador. Certas unidades estão a mais de mil quilômetros de Manaus: localizadas nas selvas, quase sempre nas barrancas dos rios, são sentinelas vivas de um nobre sentimento patriótico.

A vida de uma unidade de fronteira é de verdadeiro pioneirismo. A presença de um quartel é fator de aglutinação para a fixação de novas colônias e futuras cidades. As diretrizes para a ação das unidades do GEF em toda a Amazônia não se limitam às ordens e missões militares relativas à soberania nacional, à vigilância das fronteiras e à segurança das populações disseminadas por uma vasta e remota área. É muito mais amplo e humano o papel do Exército, como fator real de integração, de povoamento e de progresso na Amazônia.

Cada unidade presta relevantes serviços à população civil que se agrega aos quartéis, formando colônias em desenvolvimento. Serviços médicos e dentários, granjas, postos de abastecimento de gêneros de

primeira necessidade, escolas, programas de alfabetização de adultos, apoio ao pequeno comércio, à produção agrícola e à pecuária fazem parte da rotina diária das unidades, obedientes à orientação recebida do alto comando e do próprio Ministério do Exército.

A construção de pequenos campos de pouso e de portos fluviais, possibilitando a integração dessas populações que se agrupam nas proximidades de cada quartel, são também missões de que se ocupam a Força Aérea Brasileira, com seus veteranos Douglas DC-3 e Catalinas, e a Marinha de Guerra, com o patrulhamento constante de suas corvetas.

O hasteamento do Pavilhão Nacional, todas as manhãs, ganha uma dimensão simbólica particular nas Colônias Militares ou nas pequenas vilas, em qualquer parte onde existir uma tropa. Crianças e adultos, para os quais o Brasil é apenas um mundo hostil de rios e florestas, aprendem ali as primeiras lições cívicas e éticas, essenciais para a formação de uma mentalidade nacional.

Oficiais-engenheiros, médicos e veterinários cumprem obrigações humanitárias, atendendo às populações pobres e garantindo a própria sobrevivência humana em condições tão difíceis.

O Exército entregou às unidades do GEF o armamento mais moderno de que dispõe, para a guarda das fronteiras. Os jovens recrutas, quase todos incorporados na própria região, recebem instrução com armas novas, com poder de fogo duplicado, o que valoriza a ação individual de cada soldado. Reconhecendo a importância estratégica da Amazônia, o Exército brasileiro fez de Manaus a sede de uma de suas mais completas unidades, o Centro de Instrução da Guerra na Selva, mais conhecido pela sigla CIGS.

Seu primeiro comandante, Coronel Teixeira, aprendeu nas escolas de guerrilhas e de combate nas selvas mantidas pelo Exército dos Estados Unidos no Panamá os ensinamentos que hoje aplica no CIGS, citado nas missões militares sul-americanas como um dos mais famosos centros de guerra na selva em todo o continente.

O CIGS dá ao recruta, ao sargento e ao oficial estagiários uma dimensão nova de sobrevivência. Paralelamente ao estudo das ações militares e da luta de guerrilhas na selva, os alunos familiarizam-se com os perigos e surpresas naturais que a floresta oferece. O conhecimento sobre venenos de cobras e insetos, construção de armadilhas, choupanas, fontes de alimentação nativa, meios de orientação e sinalização são alguns capítulos de um longo e completo aprendizado. O Centro adota as técnicas mais recentes como entidade formadora de uma elite pronta para atuar nas mais difíceis frentes, contra inimigos adestrados em condições adversas e perigosas.

O Grupamento de Elementos de Fronteira mantém, nos pontos avançados, onde não existe o Poder Público, mais de 10 escolas, com 66 professores e 2.300 alunos. Uma frota de 20 lanchas, 2 rebocadores e 7 balsas possibilita o deslocamento fluvial de contingentes em missões especiais e realiza o patrulhamento dos rios, a interligação de cidades e povoados. Recentemente, uma conversa com o General Rodrigo Otávio, Comandante Militar da Amazônia e da 8ª Região Militar, a quem estão subordinadas quase todas as unidades da Amazônia Ocidental e Oriental, tivemos uma visão bífida, diante de um grande mapa, do trabalho surpreendente e desbravador do Exército na fixação de uma Amazônia brasileira e livre. Mostrou o General Rodrigo Otávio a importância cada vez maior dos Batalhões de Engenharia na região, como

garantia da implantação de um sistema rodoviário indispensável para as comunicações terrestres.

O papel que o 5º Batalhão de Engenharia e Construção (5º BEC) vem desempenhando é exemplar: construindo a rodovia Cuiabá-Porto Velho, ele agora prossegue em várias frentes a rota Porto Velho-Rio Branco, de enorme importância estratégica e econômica. Os oficiais, subalternos e Praças do 5º BEC, rasgando estradas em plena selva, realizam uma notável missão pioneira que só pode ser comparada ao trabalho do Marechal Rondon, abrindo as primitivas rotas para a conquista do colosso amazônico.

Recentemente, o 6º Batalhão de Engenharia e Construção foi criado para atuar também na Amazônia. Outros certamente virão, dentro de um planejamento que o Ministro do Exército, General Lyra Tavares, conhece bem e deseja executar na Amazônia.

E difícil, para quem vive nas grandes cidades, ter uma ideia exata do que representa a vida numa Colônia Militar, num pelotão ou numa companhia de fronteiras. Muitos nem chegam a imaginar o que sejam, de fato, as distâncias amazônicas, os imensos espaços vazios onde o desconhecido representa um desafio permanente. O Projeto Rondon, que mostra o Brasil aos jovens brasileiros, possui um slogan altamente significativo:

Integrar para não entregar.

Assim faz o Exército brasileiro, ocupa e coloniza, sozinho, distante, no silêncio e na solidão da imensa paisagem, para que no futuro a civilização possa finalmente chegar à fronteira, com todos os seus instrumentos de progresso, por estradas melhores e mais seguras.



Manchete nº 877, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 08.02.1969



Um Governo Forte Para Defender os Fracos
(Entrevista a Edson Cabral)



O Governador Jeremias Fontes Coloca-se ao Lado do Marechal Costa e Silva Para, Livre de Compromissos Políticos, Realizar no Estado do Rio a Arrancada do Desenvolvimento

Há cerca de um ano, o Governador Jeremias Fontes deixou boquiabertos os repórteres políticos da Guanabara ao defender as eleições indiretas para 1971, a candidatura de um militar à Presidência da República e a instituição de um Governo Forte no País. Os fatos vieram provar a coerência de sua tese: era preciso:

Eliminar determinados procedimentos da vida pública brasileira contrários ao desenvolvimento mas que jamais se pensou pudessem ser extirpados.

A Revolução deveria ser:

A abertura para o Brasil que sempre sonhamos, de estabilidade financeira, de emprego para todos, de moralidade na administração e de realizações públicas que propiciem a prosperidade da população.

Agora, em entrevista à MANCHETE, o Governador do Estado do Rio reafirma sua posição e aponta consequências, já sem provocar o escandalizado espanto de há doze meses:

Ecoam mais do que nunca como verdadeiras as palavras do sociólogo Alberto Torres, que profetizava um governo forte para defender o interesse dos fracos. O povo está acreditando no Governo Revolucionário e nas medidas que estão sendo tomadas.

O Sr. Jeremias Fontes considera a edição do Ato Institucional número 5 proveitosa não só para seu Estado mas para todo o Brasil: o ato deu aos administradores as condições necessárias para uma tomada de consciência, permitiu a concretização de medidas de interesse público há muito reclamadas e foi necessário para conter o desgaste do objetivo desenvolvimentista da Revolução.

Reporto-me à opção que tive que fazer em 1964: ARENA ou MDB. Preferi a ARENA porque integraria o esquema político que tinha por dever a defesa do Programa Revolucionário, em boa hora implantado no País, adormecido e desestimulado pela onda de pregoeiros da insinceridade que tudo anunciavam e nada realizavam em proveito da população. O revigoramento da Revolução, através do Ato Institucional número 5, veio reacender nossa esperança e reanimar nossas forças, pois estava temeroso de que fosse para as calendas gregas a luta travada contra os vícios políticos enraizados, pela modificação dos costumes e pela implantação de uma nova mentalidade político-administrativa no Estado do Rio.

O Governador lembra que os fluminenses pagavam alto preço pela anormalidade política nacional. Em dez anos, dez administradores sucederam-se no Palácio do Ingá; mal os mandatos começavam, surgiam os acordos políticos antecipados e os problemas sucessórios, deixando em plano secundário obras essenciais ao desenvolvimento. Obras de fachada, o empreguismo e as facilidades à clientela política abalaram o conceito do Estado:

Felizmente, já antevejo a vitória. O povo está aplaudindo as medidas revolucionárias porque sabe que elas são a seu favor, especialmente a classe trabalhadora. Com o incentivo dos fluminenses, haveremos de dar ao Brasil, ao término de nosso mandato, uma imagem verdadeira de trabalho e desenvolvimento.

As condições criadas pelo Ato Institucional permitiram ao Sr. Jeremias Fontes desvincular-se de compromissos políticos. Livre desse entrave, ele se dispõe a realizar obras de infraestrutura. Para dar uma ideia das necessidades do Estado nesse setor, lembra que a rede de esgotos de Niterói continua a mesma desde 1926, embora a população tenha aumentado quatro vezes. E apresenta alguns de seus planos imediatos:

Procuero dar condições de velocidade à máquina administrativa, a fim de que as obras catalogadas no plano de Governo em todos os municípios não deixem de ser realizadas por falta de tempo. Estou cogitando de criar a Secretaria de Serviços Públicos, que englobará os órgãos estaduais de características empresariais. Pretendo dar ao Departamento de Engenharia estrutura de Superintendência, nos moldes da SURSAN. Paralelamente, determinei enérgico programa de contenção de despesas à equipe do Governo e a concentração de todos os recursos materiais e funcionais de cada secretaria no cumprimento dos planos prioritários.

A ponte Rio-Niterói, atraindo um fluxo inesperado de progresso à capital do Estado e cidades vizinhas, representa um desafio suplementar ao Governo fluminense. Duas comissões, designadas pelo Governador, elaboram um plano de urbanização destinado a permitir o crescimento horizontal de Niterói; estudam o aproveitamento de áreas disponíveis no perímetro urbano, melhoria dos serviços públicos, vias de acesso e meios de comunicação. Estudos similares serão feitos em Maricá, Itaboraí, São Gonçalo e Magé. As iniciativas do Governo Jeremias Fontes abarcam, no entanto, campo bem mais vasto:

Dentro da programação prioritária, estamos dando ênfase aos setores da educação, agricultura, saúde, energia e abastecimento de água. Preocupado com as realizações básicas e obtendo valiosa ajuda do Governo Federal, deixaremos atendidas, até o final deste ano, todas as necessidades fluminenses no setor de energia elétrica. De Resende ao extremo norte, o estado será cortado pelas linhas de transmissão e abastecido por 17 novas subestações, que atenderão também aos municípios turísticos da Região dos Lagos e da Região Serrana. A garantia de suprimento normal resulta da interligação dos sistemas da Light, de Furnas e da Usina Termoelétrica de Campos. Em 26 municípios, o Governo executou ou está executando serviços de abastecimento de

água. Antecipando-se ao crescimento demográfico que resultará da ponte sobre a baía da Guanabara, programou a construção, em Niterói, de um centro de abastecimento, um mercado de peixe e um terminal pesqueiro. Outro centro de abastecimento, na Baixada, e uma Usina de Leite, com capacidade para industrialização de 200 mil litros diários, complementam o programa mínimo. Para a assistência ao agricultor, foram criadas as patrulhas motomecanizadas, que funcionam presentemente com duas perfuratrizes e 30 tratores de roda, aos quais se somarão, em mais 30 dias, 50 tratores comprados na Iugoslávia. O Banco do Estado oferece crédito fácil aos lavradores, enquanto, no setor de saúde, 20 ambulâncias do Serviço Médico Volante prestam auxílio à população rural. Dentro de cinco meses, esse serviço se estenderá a todos os municípios do Estado. Um manicômio judiciário está em construção, três hospitais sofrem ampliação (Heitor Carrilho, Ari Parreira e Hospital Psiquiátrico) e os demais receberam novos equipamentos. No setor do ensino, um recorde foi batido: a construção de mil salas de aula em 20 meses. Outras 600 salas estão em construção, sobretudo na Baixada Fluminense. Esse esforço não impediu o desenvolvimento de programas de estímulo à alfabetização de adultos (50 mil foram alfabetizados em um ano pela Cruzada ABC), de criação de novos ginásios, escolas vocacionais e ajuda à Campanha de Educandários Gratuitos. No setor rodoviário, os maiores investimentos destinam-se às rodovias Angra dos Reis-Parati, Friburgo-Teresópolis e Rio Bonito-Araruama. Esta deverá ficar pronta em março.

● Estado do Rio dispõe de grande potencialidade econômica. As reservas calcárias de Cordeiro e Cantagalo, onde já se instala uma grande fábrica de cimento, bastariam para o consumo nacional nos próximos 30 anos. Há reservas importantes de quartzo, feldspato, mica e outros recursos minerais. O Governo pretende implantar em Campos um Distrito Industrial

destinado a fixar a mão-de-obra, combater o desemprego e estimular o progresso do norte fluminense, hoje dependente da agroindústria do açúcar. Facilidades serão oferecidas igualmente à industrialização da Baixada Fluminense e aos investimentos agropecuários, em todo o Estado. O turismo, finalmente, oferece perspectivas ilimitadas:

Vamos adotar nesse campo uma política agressiva. Para isso, criaremos a Secretaria de Turismo, com a necessária elasticidade administrativa. Recebemos proposta de um grupo italiano que quer financiar a construção de hotéis e vilas turísticas. Vamos apreciá-la e oferecer condições à iniciativa privada para que ajude o Estado nessa tarefa. Primeiro, queremos dotar de água, energia, acesso adequado e meios de comunicação a todas as cidades de turismo. As obras estão programadas e a maioria em fase de realização.

Na opinião do Governador Fluminense, a fusão do Estado do Rio com a Guanabara é inevitável. Se realizada agora, porém, se ressentiria do desnível existente:

O Estado do Rio precisa primeiro equilibrar-se com a Guanabara. A ponte Rio-Niterói resultará na fusão de fato. Resta esperar que as nossas possibilidades permitam a fusão de direito. É este um dos motivos que me leva à obsessão de concretizar as obras de infraestrutura que alicercem o desenvolvimento fluminense.





Manchete n° 878, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 15.02.1969



Um Caminho Para o Brasil
(Reportagem de Gil Vicente)



O Nordeste Ganha Nova Estrada e, com ela, Surgem Novas Perspectivas Para a Região Assolada Pelas Secas

Com 216 quilômetros de extensão e pavimentada em todo o seu curso, a ligação Russas-Jaguaribe-Icó faz parte da BR-116 que, uma vez concluída, ligará Fortaleza a Jaguarão, na fronteira do Brasil com o Uruguai – a maior rodovia longitudinal brasileira.

Em seu trecho agora inaugurado, a rodovia corta caminho por uma região seca, de vegetação rala, a caatinga, e sua conclusão tem um significado especial para o futuro do País: com ela garante-se o abastecimento normal da região brasileira mais duramente castigada pelas secas. Até atingir Icó, a estrada vence um solo pedregoso, superficial, pouco espesso, encontrando no vale do Jaguaribe diversas regiões planas, intercaladas por elevações rochosas.

Com Mais Esse Trecho da BR-116 um Importante Passo foi Dado Para a Concretização do Plano Rodoviário Federal do Ministério dos Transportes

Diante do desafio de uma natureza particularmente ingrata, o DNER decidiu dar à estrada uma dupla finalidade: além de vencer o insulamento da região, a rodovia foi projetada de tal maneira que permitiu a utilização dos aterros, feitos dentro das características técnicas da estrada, para a construção de uma importante rede de açudes, ao longo de toda a sua extensão.

Assim, foram ali construídos 103 açudes, que servirão para reservar a água destinada ao consumo local durante os longos períodos de estiagem, muito frequentes naquela região.

O Nordeste ganha nova estrada e, com ela, surgem novas perspectivas para a região assolada pelas sécas

UM CAMINHO PARA O BRASIL

Com 216 quilômetros de extensão e pavimentada em todo o seu curso, a ligação Ilhéus—Jaguaripe—165 faz parte da BR-116 que, uma vez concluída, ligará Fortaleza e Jaguaribe, na fronteira do Brasil com o Uruguai — e muito relevo longitudinal brasileira. Em seu trecho agora inaugurado, a estrada corta comêdo por uma região árida, de vegetação rala — a caatinga — e sua conclusão tem um significado especial para o futuro do país: com ela garante-se o abastecimento normal da região beneficiada mas duramente castigada pelas sécas. Até então, a estrada vinha em solo pedregoso, superficial, por áreas expôas, atravessando no sul do Jaguaribe diversas regiões planas, intercaladas por elevações subbasas.

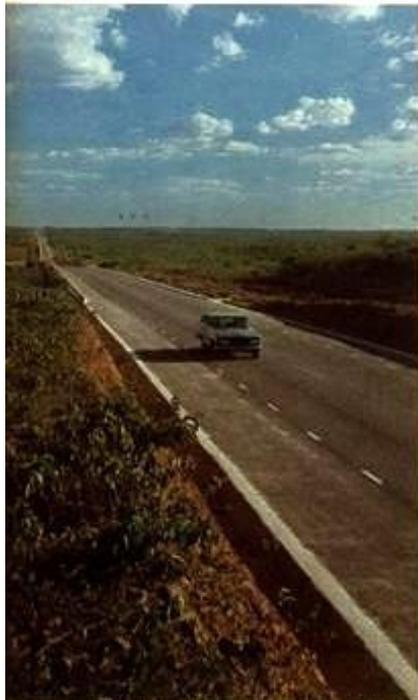


O Ministro Mário Andreazza, do Transportes, o diretor-geral do DNCR, engenheiro Elton Barreto, e outras autoridades visitam a rodovia, que tem como uma de suas principais características o aproveitamento das áreas para a construção de açudes (ao lado). (M. L.)

Reportagem de GIL VICENTE



Com mais esse
trecho da BR-116 um
importante passo foi dado
para a concretização do Plano Rodoviário
Federal do Ministério
dos Transportes



A BR-116 neste trecho que está sendo feita e de vegetação rala, permitindo uma rápida obra que a grande progresso de nossa reconstrução.

Diante do desafio de uma estrada particularmente longa, a LONER decidiu dar a estrada uma dupla finalidade: além de servir o isolamento da região, a rodovia foi projetada de tal maneira que permitia a utilização dos meios, locais dentro das suas serventias técnicas da estrada, para a construção de uma importante rede de aquedutos, ao longo de toda a sua extensão.

Assim, foram ali construídos 101 aquedutos, que serviram para reservar a água destinada ao consumo local durante os longos períodos de estiagem, mesmo frequentes naquela região.

Por suas características, a ligação Rio de Janeiro — Jaguaré — Itá é uma importante realização da engenharia nacional e mais uma obra do Ministério dos Transportes e do INER que, em 1963, tiveram todos os recursos de planejamento de sua história, cobrindo de estalão mais de 2.100 quilômetros de estrada. Na execução dessa tarefa, o governo sempre teve em mente um a colaboração eficiente da indústria privada, como é o caso da construção deste trecho, executado pelas firmas Construtora Bras Ltda., Construtora Quatro Galvão, Engenharia Industrial e Têxtil S. Empresa de Pavimentação e Terraplanagem Empresa S. A., e ainda a Construtora Roberto Santos-Engel.

A integração da rodovia planejada ligando as cidades de Rio de Janeiro — Itá, no Ceará, não representa apenas uma obra que se insere no programa econômico nacional, pelo suas implicações econômicas e sociais, aquela ligação inseriu-se também no Plano de Integração do Nordeste no Contexto Nacional, uma das mais importantes realizações que estão sendo executadas com firmeza e determinação pelo governo da República Costa e Silva.

Em mesmo tempo em que se inicia a execução desta obra, está o início de um programa que está sendo desenvolvido pela administração federal visando a rede de comunicações visando a libertar o Nordeste do isolamento em que viveu até a fim, a margem da desenvolvimento do Sul do país. Para isso, o programa rodoviário que está sendo executado pelo Ministério dos Transportes, está dando tratamento prioritário à abertura de estradas que ligam o Nordeste.

Como exemplo o desenvolvimento da DNER, sob o comando de Roberto Figueiredo, no distrito que compreende os municípios de Jaguaré e Itá, onde se encontra o aqueduto que abastece a cidade de Jaguaré, em 1970, além de ser o ponto de partida para a construção de uma rede de aquedutos que abastece o sistema de abastecimento de água da cidade de Jaguaré.

Para isso, os recursos necessários à execução desta obra são provenientes do Plano Rodoviário Federal, através do financiamento obtido junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e do recurso da União,



4. obra sendo feita em Jaguaré, com o planejamento de projetos, sempre. A integração da região exige a construção de importantes obras de infraestrutura.



Por suas características, a ligação Russas-Jaguaribe-Icó é uma importante realização da engenharia nacional e mais urna vitória do Ministério dos Transportes e do DNER que, em 1968, bateram todos os recordes de pavimentação de sua história, cobrindo de asfalto mais de 2.150 quilômetros de estradas. Na execução dessa tarefa, o Governo sempre tem contado com a colaboração eficiente da iniciativa privada, como é o caso da construção deste trecho, executado pelas firmas Construtora Beta Ltda., Construtora Queiroz Galvão, Empresa Industrial e Técnica, Empresa de Pavimentação e Terraplenagem Empate S. A., e ainda o Consórcio Ribeiro Santos-Engrel.

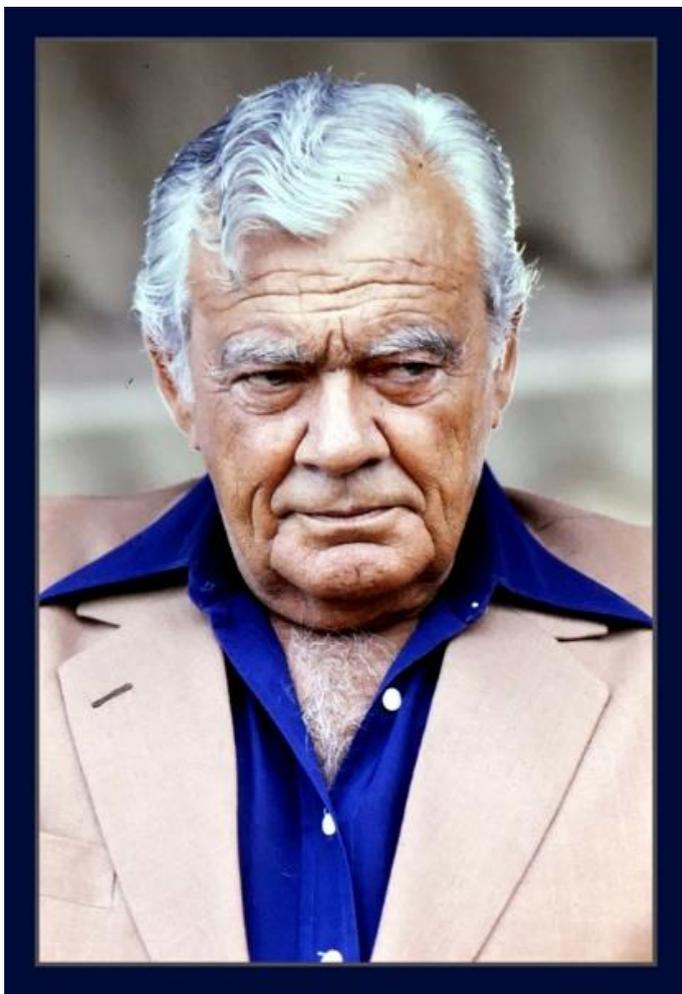
A inauguração da rodovia pavimentada ligando as cidades de Russas-Jaguaribe-Icó, no Ceará, não representa apenas mais uma etapa que se cumpre no programa rodoviário nacional: pelas suas implicações econômicas e sociais, aquela ligação inscreve-se também no Plano de Integração do Nordeste no Contexto Nacional, uma das mais importantes realizações que estão sendo executadas com firmeza e determinação pelo Governo do Presidente Costa e Silva.

Ao mesmo tempo em que dinamiza a economia daquela região, onde o ritmo de progresso está implantando uma fábrica por dia, a administração federal amplia a rede de comunicações visando a libertar o Nordeste do isolamento em que viveu anos a fio, à margem do desenvolvimento do Sul do País. Para isso, o programa rodoviário que vem sendo executado pelo Ministro Mário Andreazza, à frente do Ministério dos Transportes, está dando tratamento prioritário à abertura de estradas naquela zona.

Como assinalou o Diretor-Geral do DNER, engenheiro Eliseu Rezende, no discurso que pronunciou durante as solenidades realizadas em Jaguaribe:

Até 1970, todas as capitais do Nordeste estarão interligadas entre si e integradas ao sistema de rodovias pavimentadas do resto do País.

Para isso, os recursos necessários à execução desse gigantesco empreendimento já foram assegurados, através de financiamentos obtidos junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento e de recursos da União.



Mário Andreazza – Foto Orlando Brito



Manchete nº 879, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 22.02.1969

Paraná, a Ordem é Progresso



O Governador Paulo Pimentel, ao Completar o 3^a Aniversário de sua administração, Afirma: "Aqui Reinam o Otimismo e a Confiança"

O Paraná cresce. E o seu crescimento está ligado ao esforço que, no momento, vem sendo desenvolvido pelo Governo Federal. Ao completar três anos de administração, o Governador Paulo Pimentel mostra o que é a nova realidade de seu Estado.

No Paraná reinam otimismo e confiança. Nada perturba a ordem e tudo convida ao progresso. Graças a esse clima é que o Governo Estadual, nestes três anos, desde o primeiro dia, está podendo construir uma imagem de trabalho e tranquilidade que envolve nossa paisagem social e humana e da qual muito nos orgulhamos. Não se promove o desenvolvimento sem esforço e sacrifício. Hoje, mais do que ontem, o Paraná está disposto a arcar com os ônus que lhe couberem para que a Nação vença as suas dificuldades estruturais e possa, afinal, atravessar as barreiras do subdesenvolvimento. A prova disso é, sem dúvida, a vitória maciça que o Governo obteve nas eleições municipais de novembro último.

Com o mesmo otimismo, o Governador anuncia, então, algumas medidas já adotadas e outras que, dentro dos programas em execução, justificam, plenamente, a ideia formada de que o Paraná é um Estado rico.

A nossa taxa anual de crescimento demográfico é uma das mais altas do País. Capitais particulares e novas indústrias são atraídos e aqui se instalam. Já não vivemos na dependência exclusiva de um só produto agrícola. Com a política de diversificação de culturas, alcançamos a primeira posição como produtores de algodão. De trigo, até pouco éramos produtores incipientes, de pequena expressão. Hoje colhemos o suficiente para nos colocarmos como segundo produtor do País.



O Governador Paulo Pimentel, ao completar o terceiro aniversário de sua administração, afirma: "Aqui reinam o otimismo e a confiança"

O Paraná cresce. É o seu crescimento o legado ao século que, no momento, vive ainda desorientado pelo governo federal. Ao completar três anos de administração, o Governador Paulo Pimentel afirma que é a prova material de seu credo.

No Paraná existem otimismo e confiança. Nada permite a dúvida e tudo conta ao progresso. Graças a esse clima é que o Governo estadual, neste três anos, não se pautou e desenvolveu-se com força e eficiência. Hoje, mais do que ontem, o Paraná está disposto a aceitar tudo o que lhe oferecerem para que a nação viva e se desenvolva economicamente e possa, afinal, alcançar os benefícios da subdesenvolvida mundial. A prova disso é, não dúvida, a visita recente que o governo federal nos dirigiu visando apoiar o crescimento atual.

Com o mesmo otimismo, o governador acredita, então, algumas medidas já adotadas e outras que, dentro dos programas em execução, aguardam planejamento, a saber: formalizar de que o Paraná é um estado rico.

— A nossa taxa anual de crescimento demográfico é uma das mais altas do país. Captações particulares e novas indústrias são atraídas e aqui se instalam. Já não vivemos na dependência exclusiva de um só produto agrícola. Com a política de diversificação de culturas, alcançamos a posição pioneira produtora de algodão. De trigo, até pouco tempo produtora insignificante, de pequena expressão. Hoje cultivamos o algodão e para nos colocarmos como segundo produtor do país. Tudo isso exige mais energia gerada, mais energia elétrica, mais escolas e facultades, melhores meios de telecomunicação. E é a que estamos fazendo, com prioridade nos recursos para investimentos, com base no desenvolvimento e dando ênfase acelerado ao progresso de áreas essenciais.

Ao lado da captação de recursos estaduais, nacionais e estrangeiros, estamos mobilizando a produção interna para nossos repatriados. O Banco do Estado brasileiro em 1960 com depósito da ordem de 240 milhões de reais, nos deu, com o desenvolvimento, pela primeira vez, dos depósitos particulares além de depósitos públicos. A saída COGEPAR acaba de ser retomada no Banco de Desenvolvimento do Paraná, a propósito de seu gênero, com um capital de 120 milhões para incentivar à industrialização. Este ano vamos aplicar mais

recursos no setor privado da economia para fortalecer a área empresarial e ampliar a estrutura do trabalho.

Sugerimos, ao fim, assim, em que tudo deus se ajude, as metas previstas para o quinquênio: Se em Educação contratarmos 13.000 novos alunos de aula, isso significa matrícula para um milhão de crianças no curso primário, respondendo plenamente à demanda social. De 20 facultades criamos nos últimos 14 meses criamos pelo atual governo. E preciso que se abra um novo oportunidade para pais ricos e mais que, atualmente, lança no mercado de trabalho quase um milhão de jovens sem nível de produção. Sempre acreditamos — e isto não temos falado sempre — que é muito mais frutífero social do estado criar empregos do que simplesmente empregar os seus cidadãos. Mais esse fator nos tem motivado do que, simplesmente, abrir vagas em quadros públicos, compreendendo a questão da flexibilidade de setores aplicados em outras atividades.

Neste sentido, já estamos no Paraná, das palavras ao fato. Recentemente, como passamos cerca de 80 por cento do total das cargas públicas que se concentram nos municípios, Curitiba, assim, a repartição do município baseamos a: além disso, liberamos os recursos previstos para aplicação em setores produtivos.

SÓBRI, a ação do governo federal em seu estado, o Sr. Paulo Pimentel falou do crescimento das autoridades do Poder Central com o programa econômico no Paraná.

— Antes de falarmos em diversificação de áreas diversas falamos em repartição racional do esforço, pela qual o governo tem a necessária integração de esforços, quer no sentido de entender que no campo das atividades, para avaliar obras e serviços essenciais, não são filiais isoladas. Deve haver, certamente, estruturas de descentralização, regional e social que produzam no juízo sucessivos e incrementos sociais produtivos. Não é uana a preocupação do Presidente Costa e Silva, de cujo governo o Paraná tem recebido todo o apoio e uma considerável soma de benefícios. Bastaria citar, no ano passado, a entrega que ele nos fez do dia da redeia Federal de Paranaguá e Curitiba. Foi uma a primeira inauguração que faz do BR-277, ao Par do Itaipu e, ainda em fim de 1969, o início de funcionamento da grande usina Hidrelétrica Caprae—Cachoeira, para a conclusão da qual a ajuda financeira da União está sendo decisiva.

PARANÁ. A ORDEM É PROGRESSO

Tudo isso exige mais estradas pavimentadas, mais energia elétrica, mais escolas e faculdades, melhores meios de telecomunicação. E o que estamos fazendo, com prioridade nos recursos para investimentos, combate ao empreguismo e dando ritmo acelerado ao programa de obras essenciais.

Ao lado da captação de recursos externos, nacionais e estrangeiros, estamos mobilizando a poupança interna para inversões reprodutivas. O Banco do Estado encerrou 1968 com depósitos da ordem de 240 milhões de cruzeiros novos, com predominância, pela primeira vez, dos depósitos particulares sobre os depósitos públicos. A antiga CODEPAR acaba de ser transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná, o primeiro do seu gênero, com um capital de 120 milhões para incentivo à industrialização. Este ano vamos aplicar mais recursos no setor privado da economia para fortalecer a área empresarial e ampliar o mercado de trabalho.

Superamos, em três anos, em quase todos os setores, as metas previstas para o quinquênio. Só em Educação construímos 13.000 novas salas de aula. Isso significa matrículas para um milhão de crianças no curso primário, respondendo plenamente à demanda escolar. De 26 faculdades existentes no interior, 14 foram criadas pelo atual Governo. É preciso que se abram novas oportunidades num País como o nosso que, atualmente, lança no mercado de trabalho quase um milhão de jovens em idade de produzir. Sempre acreditamos, e nisto temos falado sempre, que é muito mais função social do Estado criar empregos do que simplesmente empregar os seus cidadãos. Mais vale financiar uma indústria do que, simplesmente, abrir vagas nos quadros públicos, comprometendo e tirando a flexibilidade de recursos aplicáveis em outras atividades. Neste sentido, já passamos, no Paraná, das palavras aos fatos. Recentemente, extinguímos cerca de 80% do, total dos cargos públicos que se encontravam vagos. Contivemos, assim, a expansão da máquina burocrática e, deste modo, liberamos recursos preciosos para aplicação em setores reprodutivos.

Sobre, a ação do Governo Federal em seu Estado, o Sr. Paulo Pimentel falou do entrosamento das autoridades do Poder Central com os programas executados no Paraná.

Antes de falarmos em discriminação de rendas devemos falar em repartição racional de encargos, pela qual chegaremos à necessária integração de esforços, quer no sentido do custeio, quer no campo dos investimentos, para realizar obras e serviços essenciais, onde eles sejam reclamados. Dessa maneira, certamente corrigiremos os desníveis setoriais, regionais e sociais que produzem no País sucessivas e incessantes tensões políticas. Não é outra a preocupação, do Presidente Costa e Silva, de cujo Governo o Paraná tem recebido todo o apreço e uma considerável soma de benefícios. Bastaria citar, no ano passado, a entrega que ele mesmo fez da rodovia federal de Paranaguá a Curitiba. Este ano a próxima inauguração que fará da BR-277 até Foz do Iguaçu e, ainda em fins de 1969, o início do funcionamento da grande usina Hidrelétrica Capivari-Cachoeira, para a conclusão da qual a ajuda financeira da União está sendo decisiva.





Manchete nº 882, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 15.03.1969



O Petróleo Jorra no Mar
(Reportagem de Gervásio Batista)



Durante quase uma hora, tudo o que vejo é o Céu limpo sobre o Mar de ondas fortes da costa sergipana.

Mas a cerca de vinte quilômetros de Aracaju surge no horizonte um ponto obscuro, cujas formas vão se definindo à medida que nos aproximamos. É um verdadeiro monstro de ferro, dotado de pernas mergulhadas na água. Do seu corpo, de forma semelhante a um ferro de engomar, erguem-se uma torre cônica e várias estruturas fixas. Na extremidade de uma delas acha-se suspenso um prato metálico, a dezenas de metros de altura, onde eventualmente pousam helicópteros.

O barulho de máquinas é ensurdecedor. A manobra de acostamento da pequena embarcação em que viajo é lenta e perigosa. O desembarque, difícil. Um guindaste suspende uma rede de cordas e dentro dela subo os 17 metros que separam a lancha do piso do edifício triangular, onde quase meia centena de homens trabalham, alimentam-se, dormem e divertem-se como podem.

Estou na plataforma "*Vinegarron*", alugada a uma firma norte-americana pela Petrobras. A sua função é abrir poços de milhares de metros de profundidade, em terrenos cobertos pelo Oceano, a fim de localizar jazidas de óleo e gás, cuja existência foi antes indicada pela pesquisa geológica.

Antes da II Guerra Mundial, os geólogos voltaram as suas vistas para as plataformas continentais, na suposição de que esses prolongamentos das terras firmes também guardavam jazidas de petróleo e gás. Suas esperanças foram plenamente justificadas: nos últimos dez anos, alguns dos mais significativos achados petrolíferos foram feitos em áreas cobertas pelas águas – Golfo Pérsico, Golfo do México, Mar do Norte.

Distanciado da costa, na solidão do Atlântico, 50 homens transformam em riqueza um tesouro que se esconde na plataforma submarina

O PETRÓLEO JORRA NO MAR

Reportagem de GERVÁSIO MATINHA

Durante quase uma hora, todo o que vejo é o céu limpo sobre o mar de ondas fortes de azulejo cor-de-rosa. Mas a cerca de vinte quilômetros de Aracaju, surge no horizonte um ponto branco, cuja forma não se define à medida que nos aproximamos. É um verdadeiro monstro de ferro, dotado de pernas mergulhadas na água. Do seu corpo, de forma semelhante a um torre de engomar, erguem-se uma torre cilíndrica e várias estruturas fixas. Na horizontalidade de uma das torres nota-se suspensa um grão metálico, a dezenas de metros de altura, onde provavelmente passam helicópteros. O barulho de máquinas é ensurdecedor. À medida de acionamento da pequena embarcação em que viajei, é feita a purgação. O decolamento, difícil. Um guindaste suspende uma tábua de madeira e dentro dela cabem os 17 metros que ligaram a lanterna do pílo do edifício triangular, onde quase toda a coluna de homens trabalham, alimentam-se, dormem, e divertem-se como podem. Ervam na plataforma Visagorron, aliçada a uma firma norte-americana pela Petrobrás. A sua função é abrir poços de milhares de metros de profundidade, em terrenos cobertos pela areia, a fim de localizar jazidas de óleo e gás, cuja existência foi antes indicada pela prospeção geológica.

Após de Segunda Guerra Mundial, os países europeus saíram em busca de petróleo em plataformas submarinas, na esperança de que fosse descoberto nas costas. Porém, não houve grandes jazidas de petróleo e gás. Somente algumas pequenas jazidas, descobertas nos últimos dez anos, algumas das quais significativas, sobretudo, a descoberta de gás na costa brasileira, perto de Aracaju, e a descoberta de petróleo na costa de México, perto de Nor-

te. Nesse último, os pesquisadores descobriram jazidas enormes e estão começando a extrair petróleo. Já no Brasil, com uma jazida de gás natural e uma plataforma continental de centenas de milhares de quilômetros quadrados, está descoberto de petróleo. Já no Brasil, a jazida de gás natural, descoberta em Aracaju, está sendo explorada e a extração de gás natural está sendo feita em uma escala muito grande.

20/04



Neste último, os reservatórios descobertos foram enormes e estão exercendo benéfica influência sobre a economia dos Países dedicados à exploração, principalmente Holanda e Grã-Bretanha. O Brasil, com uma costa das mais extensas e uma plataforma continental de centenas de milhares de quilômetros quadrados, estendendo-se do Norte do Rio de Janeiro à foz do Amazonas, não ficaria alheio à nova corrida ao ouro negro.

Nas Plataformas Continentais Estão Sendo Encontradas as Mais Ricas Jazidas de Petróleo e Gás dos Últimos Anos

Há alguns anos, a Petrobras deu início ao trabalho de pesquisa e em 1968 começou o programa de perfuração, utilizando justamente esta sonda especial que agora visitamos.

A primeira perfuração a cargo da "*Vinegarron*" ocorreu na costa do Espírito Santo. Resultado: seco, embora o furo tenha fornecido aos geólogos muitos dados interessantes sobre a estrutura da plataforma. Em seguida, a sonda foi deslocada para uma zona mais promissora, o litoral sergipano. De agosto a dezembro do ano passado, aí foi aberto um poço, com o qual se confirmou a presença de petróleo. A segunda perfuração da área é esta. No dia em que a visito, a broca já chegara aos 2.700 metros. Em janeiro, numa profundidade um pouco menor, registrou-se um jorro de óleo: 200 barris vieram à superfície, durante um teste de 35 minutos. Isto pode significar que, em condições normais, a produção do poço chegue aos sete mil barris diários, mais do que podem produzir alguns pequenos campos do Recôncavo Baiano. Mas a perfuração prosseguirá até os quatro mil metros, pois os geólogos desejam reunir maiores informações sobre a estrutura do subsolo.

A responsabilidade pela operação da "Vinegarron" é da própria companhia empreiteira. Mas a Petrobras mantém a bordo a sua equipe de controle e apoio: um engenheiro, dois geólogos e vários operadores. Os resultados do trabalho são comunicados e analisados diariamente por um novo órgão da empresa, em funcionamento desde abril do ano passado: o SEPLAL – Serviços Especiais da Plataforma Continental.

Dos quarenta tripulantes da "Vinegarron", apenas seis são norte-americanos: um "pusher" (chefe do pessoal especializado), dois chefes de máquinas, dois sondadores e um operador de rádio. A convivência a bordo é excelente. Como os seus colegas brasileiros, os americanos vibram cada vez que um teste é encerrado com resultados positivos. Dentre os nacionais, há veteranos, com experiência de perfuração em regiões inóspitas: areais da costa maranhense, selva amazônica, pantanal mato-grossense.

Buscar Petróleo no Mar é Trabalho Para Homens Fortes, Afeitos às Tarefas Mais Pesadas e Resistentes à Solidão

Aqui, pelo menos não há mosquitos.

Diz um deles. Esta é uma das poucas compensações para a solidão, a dureza da tarefa e a falta de recreio a bordo desta balsa cercada de tubarões, distanciada 22 km da capital sergipana. O regime de trabalho é pesado: turnos de 12 horas, durante 15 dias consecutivos. Após esse período, são mandados a terra, quer dizer, a Aracaju, onde também não há muito com que se divertir. Descansam cinco dias, trabalham outros dez nos escritórios da Petrobras e em seguida voltam para o Mar. É praticamente impossível afastar-se da plataforma durante o período de atividade.

Conta o geólogo Delzec:

No princípio, costumávamos tomar banho de Mar perto da sonda. Mas os tubarões não tardaram a aparecer, atraídos pelos restos de comida atirados à água. Com este anzol, já pesquei um tubarão de 180 quilos.

Os homens gozam de todas as comodidades possíveis dentro de um espaço tão limitado quanto este. Fazem três refeições por dia. Preparar tal volume de comida é trabalho bastante para manter ocupados o dia inteiro os dois responsáveis pela cozinha, mas assim mesmo insuficiente para que se conformem com a solidão e a rotina da vida de bordo. O cozinheiro, carioca, reclama:

As vezes, tenho a impressão de que estou num presídio.

Completa o seu auxiliar:

E o pior, é que não temos nem mesmo o movimento da rua para olharmos pela janela.

Rogério Alves Dias, engenheiro com largas temporadas na Amazônia, é dos poucos que não se queixam. Mas acaba por confessar o seu desejo de, em breve, conseguir uma promoção que lhe permita viver com a família na Guanabara. Delly Oliveira, que o substitui nas folgas periódicas, apesar de recém-casado, não se deixa abater e continua entusiasmado.

O dia-a-dia dos norte-americanos não é melhor do que o dos brasileiros, embora o seu regime de trabalho seja diferente, pois se revezam em turnos de sete dias. Mas enquanto permanecem em atividade, a rotina é a mesma. Para quebrá-la um pouco, um dos seus recursos é cobrir as paredes dos alojamentos com fotografias de garotas, recortadas de revistas estrangeiras.

Na "Vinegarron", Brasileiros e Norte-Americanos Vivem as Mesmas Dificuldades e Participam das Mesmas Alegrias

Defronte à costa alagoana há outra plataforma de perfuração submarina, esta de propriedade da Petrobras e construída no Brasil. Chama-se "*Petrobras I*" e é operada por brasileiros e franceses. As plataformas brasileiras e norte-americanas diferem no formato e nas características técnicas. A "*Petrobras I*" é retangular e tem quatro pés.

A "*Vinegarron*" é triangular. Cada uma dê-las consta de equipamento de elevação (os pés que se apoiam no fundo do Mar e a maquinaria respectiva), estrutura da sonda, torre com heliporto e as instalações destinadas aos escritórios, laboratórios, alojamentos, sala de estar, restaurante, cozinha, lavanderia etc. Os pés da "*Vinegarron*" estão assentados na areia, a 31 metros de profundidade.

A "*Petrobras I*" pode ir, no máximo, a 30 metros. A primeira pode perfurar quatro mil metros; a segunda tem capacidade para 3.600. O ponto mais alto da torre da plataforma da Zapata encontra-se a 50 metros.

Uma embarcação fica permanentemente estacionada a 200 metros de distância, para atender às necessidades de transporte de homens e material, bem como para a eventualidade de algum acidente. A plataforma, no entanto, é capaz de resistir a vagalhões de 10 metros e a ventos superiores a 100 quilômetros horários. Mesmo com Mar encapelado, os homens não se preocupam com a segurança.

E quando terminarem esta perfuração, para onde irá a sonda?

Os homens dizem que não sabem, são reservados, não gostam de falar sobre os projetos da empresa, mesmo quando os conhecem. Mas a Petrobras já informou que, além da área defronte à costa de Sergipe e Alagoas, vem realizando pesquisas geológicas em outros pontos do litoral: sul da Bahia, norte do Rio de Janeiro, costa maranhense, delta do Amazonas.

Qualquer um desses locais remotos poderá ser o verdadeiro lar dos engenheiros e operários da "Vinegarron", dentro de meses, dentro de anos. Isto é, se tiverem nervos para suportar o isolamento, os quinze dias de Sol e Mar, os tubarões e a saudade da família.





**Manchete nº 884, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 29.03.1969**



**Costa e Silva 2 Anos Depois
(Entrevista Concedida a Murilo Nelo Filho)**



Manchete suplemento em cores
O POLO SUL

**ASTROS
E ESTRELAS DO
FESTIVAL**

O CINEMA DO MUNDO NO RIO

de Luí

o mais d
e impre
casa da
inspir
um
inspira

Na noite do Festival do Cinema do Rio de Janeiro, o cineasta francês Jean-Louis Godé, diretor de "O Último dos Moicanos", esteve em companhia da atriz francesa Anne Dupirez de França com o diretor francês de "O Último dos Moicanos", Genevieve Rapp, de inspiração da novela

18 Avante!

Precisamente há dois anos, nesta semana, o Brasil mudava de mão, mas não de partido ou de sistema: o Marechal Costa e Silva substituíu o Marechal Castello Branco na chefia do Governo, para prosseguir o regime instaurado no País com a Revolução que ambos haviam liderado a 31 de março de 1964. O novo Presidente, os novos Ministros e a nova equipe chegam agora à metade do seu quadriênio. Que fizeram durante estes 24 meses? Propunham-se eles todos a reduzir a inflação e a acelerar o desenvolvimento. Conseguiram atingir essas duas metas? Quem fala à MANCHETE, respondendo a estas e outras indagações, é o Sr. Hélio Beltrão, Ministro do Planejamento.

O Ministro Hélio Beltrão diz que em 1968 Verificou-se a Maior Taxa de Crescimento Global dos Últimos Sete Anos

Repórter: Cinco anos depois, como define o Ministro a Revolução?

Hélio Beltrão: A grande tarefa da Revolução é o desenvolvimento. Seria erro imaginar que a Revolução foi realizada apenas para salvar o Brasil do colapso político. Embora a plena consciência dessa ampla responsabilidade não tenha ocorrido imediatamente a muitos dos que participaram do Movimento, a verdade é que a Revolução de 1964 se destinou a extirpar do País todas as formas de subdesenvolvimento, o político, o econômico e o social, dos quais a corrupção e a subversão constituíam, na época, o aspecto mais dramático e evidente, mas não o único.

No início de 1964, o País estava na iminência não apenas do colapso político, mas do colapso econômico. Depois de uma euforia desenvolvimentista que durou até 1961, enquanto durou o processo de

ocupação, pela indústria nacional, de um mercado anteriormente servido pelas importações, a economia do País defrontou-se com o grave problema da ausência de qualquer esquema válido de crescimento que garantisse a expansão daquele mercado; de um modelo dinâmico que ocupasse o lugar do modelo anterior, baseado na substituição das importações.

De 1961 a 1963, a taxa de crescimento anual, que a partir da II Guerra Mundial se vinha mantendo em níveis elevados, sofreu queda vertical, de 7,3% em 1961 para 1,6% em 1963. Como a taxa de aumento da população já andava em torno de 3,1%, o crescimento de 1,6% em 1963 significou na realidade um crescimento negativo de 1,5%.

A Revolução não encontrou apenas a subversão e a corrupção. Encontrou um País sem rumo; uma indústria que não absorveu mão-de-obra em escala satisfatória nem criou condições de mercado capazes de permitir-lhe a expansão; uma disparidade excessiva entre a Agricultura, ocupando 55% da mão-de-obra, e a Indústria, ocupando menos de 10%, com uma produtividade seis vezes maior. Um sistema produtivo de pés de barro, com atraso em todos os setores de infraestrutura, energia, transportes, comunicações, habitação, educação, saúde e saneamento, por falta de recursos, de programação, ou de ambos.

Encontrou um país minado pela instabilidade política e pela descontinuidade administrativa, entregue à improvisação, à mercê de soluções demagógicas, circunstanciais e, não raro, estatizantes. E um impressionante acervo de programas e planos sem execução, desde as missões Niemeyer e Cooke até o Plano Salte, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o Plano de Estabilização Monetária e o Plano Trienal de 1962.



O Ministro Hélio Beltrão, no planejamento, dá o balanço sobre o trabalho do governo em seus primeiros 24 meses.

COSTA E SILVA 2 ANOS DEPOIS

PRECISAMENTE há dois anos, nesta semana, o Brasil mudou de mão, mas não de partido ou de sistema: o Marechal Costa e Silva substituiu o Marechal Castello Branco na chefia do governo, para prosseguir o regime instaurado no país com a revolução que ambos haviam liderado a 31 de março de 1964. O novo presidente, em cinco minutos e 30 segundos, passou a tarefa de manter o país no equilíbrio. Que foram durante estes 24 meses? Propunham-se eles todas a reduzir a inflação e a acelerar o desenvolvimento. Conseguiram atingir essas duas metas? Quem fala a MANCHETE, respondendo a estas e outras indagações, é o Sr. Hélio Beltrão, ministro do Planejamento.

Entrevista concedida a MANCHETE em 22.03.66 p. 1.004

Se é certo que esse esforço descontínuo infundiu a consciência da necessidade de planejamento, o fato é que não se fizeram presentes nem a decisão política de executá-los nem as instituições permanentes, capazes de acompanhar a sua implementação.

O progresso da década dos 50 realizou-se à custa de um processo de industrialização cujo dinamismo, baseado na substituição de importações e na reserva de mercado, se caracterizou pela relativa independência quanto à racionalidade das medidas de política econômica e à estabilidade social e política. Esse estado de coisas desembocou na crise de crescimento de 1963. Ocupado virtualmente o mercado e esvaziado o processo, o dinamismo arrefeceu, sensivelmente, ao mesmo tempo que a inflação, alimentada pela demagogia salarial e pela dissipação dos recursos públicos, ganhava autopropulsão e ameaçava romper a barreira dos 100% ao ano.

Hoje, passados estes cinco anos, evidencia-se, com absoluta clareza, a *oportunidade providencial* da Revolução, não apenas como restabelecadora da moralidade pública e da normalidade política, mas no sentido mais amplo e global de preservadora do desenvolvimento nacional, então ameaçado de precipitar-se num impasse de consequências dramáticas.

Repórter: Por que o índice inflacionário de 1968 (24 %) foi apenas 0,5 % inferior ao de 1967 (24,5%) ?

Hélio Beltrão: Ainda que apenas 0,5% menor que a do ano anterior, a taxa de inflação de 1968 se manteve rigorosamente dentro do único compromisso a respeito assumido pelo atual Governo: o de manter a inflação sob controle, sem prejuízo do desenvolvimento, que é o objetivo prioritário do Programa Estratégico.

A manutenção dessa taxa ao nível da do ano anterior não constitui um resultado desencorajador, nem significa que o combate à inflação tenha sido menos enérgico. Pelo contrário. O resultado pode ser considerado extremamente satisfatório, se levarmos em conta a elevada taxa de crescimento alcançada que ultrapassou, no primeiro ano de execução, o mínimo de 6% estabelecido pelo Programa Estratégico, e o impacto de alguns fatores importantes, que influíram sobre os preços de 1968, como:

- a)** *A inadiável correção da fórmula salarial, promovida pelo atual Governo para compensar a redução ocorrida nos salários, em termos reais, no período 65/66;*
- b)** *O imprescindível reajustamento do preço do aço, majorado três vezes ano passado, e de outros produtos e serviços, que se encontravam defasados em relação à inflação de anos anteriores;*
- c)** *A elevação considerável dos custos de construção, principalmente em consequência do impacto provocado pelo programa habitacional;*
- d)** *A possivelmente menor contribuição das safras do ano passado à redução do ritmo de elevação do custo de vida, devida a fatores climáticos;*
- e)** *A antecipação de elevações de preços que, normalmente, se transfeririam para o ano seguinte, notadamente os reajustamentos cambiais, que em 1968 foram mais frequentes em consequência da adoção da taxa flexível de câmbio, e a substituição, pelo regime de acompanhamento de custos, do sistema de controle de preços industriais da CONEP, cuja operação geralmente conduziria a um adiamento maior dos reajustamentos de preços em relação aos aumentos de custos;*
- f)** *A impossibilidade de financiamento parcial do déficit através da colocação líquida de Obrigações do Tesou-*

ro, sem elevação da taxa de juros, por força do volume maciço de resgates de emissões anteriores, e da existência de outros títulos com correção monetária.

Esses fatores, reunidos, impediram que se registrasse, em 1968, uma redução mais pronunciada na taxa de inflação. O fato de haveremos atingido uma alta taxa de crescimento econômico, ao mesmo tempo que a inflação era mantida *sob controle* isto é, sem aumento da pressão inflacionária, representa indiscutível sucesso da política econômica posta em prática pelo atual Governo, desde o primeiro dia, partindo da tese de que, no caso brasileiro, *é possível promover o desenvolvimento, sem prejuízo do controle da inflação*. A viabilidade dessa tese era negada por consagrados economistas e por alguns organismos internacionais de financiamento, mas é hoje aceita pelo próprio FMI com base nos resultados alcançados. Considerados os fatores expostos e o crescimento econômico alcançado, a taxa de inflação de 1968 não é, assim, para ser lastimada. Muito pelo contrário.

Repórter: A taxa de inflação de janeiro deste ano (2,2%) foi superior à do último mês de 1968. Isto poderá significar inflação maior este ano?

Hélio Beltrão: Absolutamente. A evolução dos preços não obedece a uma curva em constante ascensão. Sofre, pelo contrário, a influência de inúmeros fatores de natureza estacional, como, por exemplo, as safras e entressafras. A experiência nos indica que, no princípio e no fim do ano, é, em geral, mais acentuado o aumento de preços. O pagamento do 13º salário e as festas de fim de ano aumentam o volume de negócios. A elevação de preços, decorrente da maior demanda, se agrava pelo hábito injustificável de aumentarem-se automaticamente os preços de vários bens e serviços no princípio do ano, apenas porque "*mudou a folhinha*".

Nos meses seguintes à decretação do novo salário-mínimo e conseqüente aumento de aluguéis, a taxa de inflação também sobe. E assim por diante. Por tudo isto, constitui erro grosseiro de estimativa tomar por base o acréscimo de um mês sobre o anterior, para, aplicando-se uma simples multiplicação, diagnosticar a provável taxa de inflação que se vai verificar até o fim do ano. Mais razoável é fazer a comparação com período idêntico do ano anterior. Se o fizermos, veremos que a taxa de inflação de janeiro deste ano (2,2%) foi inferior à de janeiro de 1968 (2,6%). E a taxa de aumento de preços no atacado foi a menor dos últimos oito anos. Embora nada disto nos garanta matematicamente que teremos esta ou aquela taxa de inflação em 1969, por certo não autoriza também nenhuma previsão pessimista.

Repórter: Qual foi o crescimento econômico de 1968 e qual a revisão para 1969?

Hélio Beltrão: O objetivo fixado no Programa Estratégico para o período 1968/1970 é um crescimento anual equivalente, no mínimo, à média verificada entre 1947 e 1961, período em que tivemos condições excepcionais para o desenvolvimento, com a instalação de um parque industrial integrado e diversificado que ocupou praticamente o mercado nacional, anteriormente à disposição da indústria estrangeira. Esse objetivo mínimo se situa em torno de 6% ao ano e representa um crescimento muito superior à média de 3,7% verificada nos últimos cinco anos. A taxa de crescimento obtida em 1968, segundo as estimativas da Fundação Getúlio Vargas, deverá ter oscilado entre 6 e 7%, índice não alcançado desde 1961. Nosso objetivo para 1969 é procurar manter esse índice. Embora essa taxa de crescimento represente expressiva vitória, indicando uma extraordinária recuperação da economia, em 1963, último ano anterior à Revolução,

a taxa foi de 1,6%, isto não significa que não devamos aspirar a taxas ainda maiores. Se alcançarmos, por exemplo, uma taxa anual média equivalente a 7%, poderemos, em 10 anos, duplicar a nossa produção global e aumentar em cerca de 50% a nossa renda per capita.

Repórter: Qual o saldo que a Revolução pode apresentar, em números concretos?

Hélio Beltrão: Os Governos da Revolução têm conseguido assegurar continuidade e caráter sistemático ao esforço de promoção do desenvolvimento acelerado e autossustentável. Este tem sido o principal propósito, o objetivo-síntese nacional.

No início de 1964, a economia brasileira apresentava perspectiva de crescimento negativo, iminência de hiperinflação, insolvência do balanço de pagamentos, ausência de planejamento sistemático, desorganização e ineficiência da máquina governamental e do processo produtivo nacional, agravamento dos desequilíbrios entre setores e regiões e na distribuição da renda pessoal.

A transformação radical que se operou na fisionomia econômica e social do País ficará melhor evidenciada se analisarmos o comportamento dos dois indicadores básicos do desenvolvimento global, a taxa de aumento anual de preços e a taxa de crescimento anual do PIB, e se fizermos um exame comparativo entre os números de dezembro de 1968 e os de dezembro de 1963, nos vários setores de atividades.

O progresso alcançado na contenção do custo de vida se traduz nos seguintes índices: 1964 (86,6%), 1965 (45,4%), 1966 (41,1%), 1967 (24,5%) e 1968

(24,0%). Outro indicador básico, a taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, apresentava a seguinte variação: 1964 (3,1%), 1965 (3,9%), 1966 (4,4 ou 3,4%, segundo correção recente da FGV), 1967 (4,9%) e 1968 (entre 6 e 7%, segundo estimativa preliminar).

Torna-se patente o considerável progresso alcançado nos dois sentidos, se analisarmos os três anos imediatamente anteriores à Revolução, que acusavam inflação crescente: 1961 (43,2%), 1962 (55,3%), 1963 (80,6%), e crescimento em queda: 1961 (7,3%), 1962 (5,4%) e 1963 (1,6%).

Repórter: Quais os setores onde foram obtidos melhores resultados em 1968?

Hélio Beltrão: O ano de 1968 foi de grandes realizações para o Brasil, com resultados excepcionais em quase todos os setores de atividade:

1. *Maior taxa de crescimento global dos últimos 7 anos (entre 6 e 7%);*
2. *Menor taxa de inflação dos últimos 8 anos (24%);*
3. *Mais elevado nível de emprego industrial alcançado no País (acréscimo de 8% sobre dezembro de 1967, 13% sobre março de 1967 e 20% sobre 1964);*
4. *Maior taxa de desenvolvimento industrial jamais alcançada (15%), com exceção do ano de 1958 (16%), quando prevaleciam condições excepcionais de reserva de mercado;*
5. *Recorde absoluto nas exportações, totalizando 1 milhão e 890 mil dólares, ou seja, 230 milhões de dólares mais do que em 1967;*
6. *Recorde na exportação de produtos industrializados, num total de 151 milhões de dólares; segundo item*

depois do café, o que significa que o Brasil deixou de ser simples exportador de matérias primas;

- 7.** *Recorde no programa habitacional, tendo sido contratadas 170 mil unidades, antes do BNH, todos os Institutos, Caixas Econômicas, Fundação da Casa Popular e outras entidades, reunidos, construíram, em 26 anos, apenas 120 mil unidades;*
- 8.** *Recorde na produção de veículos – 280 mil, quase mil por dia útil;*
- 9.** *Recorde na produção de petróleo, que atingiu o nível de 200 mil barris por dia, 11,7% de aumento sobre 1967;*
- 10.** *Os investimentos cresceram entre 15 e 18% sobre 1967, ultrapassando o previsto no Programa Estratégico;*
- 11.** *A indústria de construção, segundo dados pendentes de confirmação, deve ter aumentado cerca de 15% sobre 1967;*
- 12.** *Foram construídos 1.750 quilômetros de estradas de rodagem, o que equivale a quase cinco Estradas Rio-São Paulo;*
- 13.** *Recorde na pavimentação de estradas de rodagem, num total de 2.150 quilômetros;*
- 14.** *A expansão da produção de energia elétrica foi de 13,1 % sobre 1967, elevando o potencial instalado para 8,8 milhões de kW;*
- 15.** *Recorde na produção de cimento, mais de 7 milhões de toneladas; a escassez se deve justamente ao extraordinário crescimento do setor de construções);*
- 16.** *A construção naval registrou elevados níveis de atividade, e agora, em março, há 160 embarcações em construção nos estaleiros nacionais, o atual Governo contratou com estaleiros nacionais e estrangeiros tonelagem equivalente ao que havia sido contratado nos 10 anos anteriores – 1.180 mil TDW;*

- 17.***Recorde na economia de divisas propiciada pela nova política de fretes, 150 milhões de dólares contra 127 milhões em 1967 e 97 milhões em 1966;*
- 18.***Os dispêndios públicos em educação foram os maiores até agora registrados, 3 bilhões e 318 milhões de cruzeiros novos; os dispêndios federais em 1968 foram de NCr\$ 1.017 bilhões, representando um aumento de 44% sobre 1967;*
- 19.***Aumento de 96% nos investimentos na Amazônia e no Nordeste. Consolidação e expansão da Operação Rondon;*
- 20.***Recorde na concessão de alvarás para pesquisas de recursos minerais – 1.075;*
- 21.***Recorde na produção de cassiterita, o Brasil passou de importador a exportador;*
- 22.***Registrados 550 projetos novos de instalação de indústrias na CDI (recorde) contra 286 de 1967;*
- 23.***Os projetos registrados (incentivos) no IBDF, dentro do programa de reflorestamento, representam o plantio de 400 milhões de árvores;*
- 24.***Substanciais investimentos em telecomunicações, que começam a frutificar em 1969; e*
- 25.***Recorde no consumo de fertilizantes, com aumento nas vendas de 30% sobre 1967.*

Estes são apenas alguns dados. Poderiam ser citados, ainda, inúmeros outros setores que também apresentaram muito bons resultados em 1968.

Repórter: Quantos funcionários serão realmente aposentados este ano?

Hélio Beltrão: O número de aposentados será o dos que normalmente completam a idade para a compulsória ou o tempo de serviço necessário para a

aposentadoria ordinária. Parece-nos, entretanto, que está havendo confusão entre a *aposentadoria*, decorrente da idade ou do tempo de serviço, e a *disponibilidade*, afastamento remunerado e não definitivo do servidor excedente, sem função, quando não há condições imediatas de aproveitamento. A existência, de fato, de um grande número de servidores em *permanente disponibilidade* no serviço público, sem qualquer função em suas repartições, é fato notório e irrecusável. O que é preciso é transformar uma situação de fato em situação de direito.

Para solucionar essa situação constrangedora e desconfortável para os próprios funcionários, o Governo deu, inicialmente, a esses servidores excedentes, a oportunidade de, livremente, requererem licença especial, conforme lei resultante de proposta do Ministério do Planejamento, no ano passado. De acordo com esta lei, ainda em vigor, eles teriam assegurado, além de vencimentos proporcionais ao tempo de serviço com um mínimo de 50%, o direito de retornar ao serviço público, se resolvessem interromper a licença. Era uma fórmula altamente satisfatória e possibilitaria conciliar o interesse do servidor com a diminuição nos gastos de pessoal, e a eliminação progressiva do déficit. Formou-se, entretanto, na época, uma frente única para desmoralizar essa licença, passando a lei a ser chamada maliciosamente de "*lei dos ociosos*". Outros fatores se juntaram para desencorajar os funcionários que desejavam recorrer a esse tipo de licença, entre os quais a falsidade de que o Governo estaria "*tentando identificar os ociosos para demiti-los do serviço público*".

Como ao Governo jamais interessou a demissão em massa, com a criação de problemas de ordem social, ficou ele de mãos atadas para reduzir as despesas de

pessoal, pois a disponibilidade, recurso de que eventualmente poderia lançar mão para o afastamento dos servidores excedentes, de acordo com o dispositivo constitucional então vigente, acarretaria o pagamento de vencimentos integrais e, assim, não possibilitaria qualquer economia.

O Ato Institucional nº 5 possibilitou nova solução. A disponibilidade, embora obedecendo aos mesmos regulamentos, inclusive com contagem de tempo para a aposentadoria, passou a ser feita com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço do funcionário. Quanto ao número de servidores a serem colocados em disponibilidade, não estamos em condições de estimá-lo, pois a decisão caberá a cada Ministério, por iniciativa de cada dirigente.

Vale aqui uma palavra de tranquilidade àqueles que ganham sua vida honestamente nos quadros do serviço público e que, felizmente, constituem maioria: apenas aqueles que estão de fato *parados ou improdutivos*, sem possibilidades de aproveitamento útil, é que serão postos em disponibilidade; e esses são facilmente identificáveis em qualquer repartição. O Governo pretende dignificar o funcionário, transformando o serviço público realmente numa “*carreira*”, com vencimentos adequados e regulados pelos salários oferecidos no mercado de trabalho, onde prevaleça o sistema do mérito. Para isto, estão sendo tomadas diversas medidas que deverão culminar com a elaboração de novo Estatuto e de novo Plano de Classificação de Cargos e Empregas, que, se ficarem concluídos os estudos, poderão vigorar a partir do próximo ano. Primeiro, entretanto, é necessário limpar a área e enxugar a despesa, evitando admissões desnecessárias, controlando abusos, restabelecendo o sistema do mérito e reduzindo os gastos com pessoal improdutivo.

A proibição da admissão de novos servidores, ainda que para prestação de serviços mediante recibo, é a clara demonstração de que o governo quer moralizar o serviço público e melhorar a situação do funcionalismo existente, pois uma das formas de pagar salários melhores é impedir que o número de funcionários continue a expandir-se. Em resumo, o que estamos fazendo é abrir a porta de saída para quem quiser sair, mantendo, tanto quanto possível, fechada a porta de entrada.

Repórter: Qual foi o índice de crescimento industrial em 1968 e qual a previsão para 1969?

Hélio Beltrão: O Programa Estratégico estabeleceu, para o setor industrial, um crescimento mínimo anual de 7 a 8%, a fim de assegurar o crescimento global mínimo de 6% no período 1968/70. Em 1968, esse índice foi amplamente superado. A atividade industrial registrou resultados excepcionalmente elevados, estimando-se em 15% o aumento real sobre os níveis de 1967. E como a economia nacional vem apresentando crescimento contínuo há 20 meses consecutivos, fato que não ocorria há muitos anos, é provável que o setor industrial, também em 1969, ultrapasse consideravelmente os índices de crescimento previstos no Programa Estratégico.

Repórter: Acha que as cassações podem prejudicar os planos de desenvolvimento?

Hélio Beltrão: Do ângulo do desenvolvimento, que é o que mais de perto interessa ao meu Ministério, o Ato Institucional nº 5 está permitindo a adoção de uma série de instrumentos eficazes para acelerar o nosso processo de crescimento, efetuando-se as reformas necessárias ao aumento de rendimento da ação governamental e à mais rápida elevação dos níveis de bem-estar do povo brasileiro.

Quanto às medidas de natureza estritamente política, sua repercussão no processo de desenvolvimento depende do julgamento da opinião pública. Na medida em que sejam aceitas e aprovadas, como, ao que parece, vem em geral acontecendo, reforçarão o clima de confiança e segurança, propício à expansão econômica e social.

É evidente que as decisões de caráter punitivo devem ser tomadas com absoluto critério, equilíbrio e senso de justiça para que não produzam o resultado inverso, isto é, a sensação de medo ou insegurança, que, no campo econômico, tendem a provocar a inibição de investidores e empreendedores. Não resta dúvida, porém, de que não era propício ao desenvolvimento nacional o clima de agitação, negativismo e recusa sistemática dos fatos, que anteriormente ao AI-5 uma minoria extremamente ativa se esforçava por implantar no País, manejando a desinformação organizada, o boato desmoralizante, a inquietação e a inverdade.

O nosso País não tem opção fora do desenvolvimento. E seria indesculpável que, no momento em que o Brasil, recuperado, graças à Revolução, do quase colapso econômico a que chegou em 1963, consegue abrir novos rumos no caminho do desenvolvimento acelerado, o Governo assistisse de braços cruzados ao retorno ostensivo do insidioso trabalho de solapamento da confiança, que os brasileiros precisam manter em si próprios, no seu País, e no seu futuro.

Repórter: Houve, com o AI-5, interrupção na ajuda e no financiamento externos?

Hélio Beltrão: Recusamos, de saída, a expressão “*ajuda externa*”, quando aplicada a operações de interesse bilateral ou multilateral, e que, por isto mesmo, não foram nem serão interrompidas depois

do AI-5. Estamos concluindo normalmente os financiamentos negociados e continuamos a elaborar os projetos destinados a futuras negociações. Acabamos de receber a visita do Dr. Felipe Herrera, ilustre presidente do BID, que aqui assinará importantes contratos de financiamento. O que há é um natural "*compasso de espera*" na administração dos Estados Unidos, o que ocorre sempre quando o Governo, em termos partidários, muda de mãos, como acaba de acontecer.

Nestes casos, até que o novo Governo complete os seus quadros, efetue as nomeações dos funcionários responsáveis pelos assuntos de política externa, a programação das operações de natureza bilateral que dependem diretamente do Orçamento norte-americano, e que constituem apenas uma das parcelas da cooperação financeira externa terá, naturalmente, que aguardar melhor definição. No caso do Brasil, a cooperação externa, embora muito útil e desejável, representa uma função apenas complementar, não podendo nem devendo substituir o esforço interno. Sua utilidade encontra-se hoje mais ligada à necessidade de manter o equilíbrio do balanço de pagamentos e impedir a redução da nossa capacidade de importar.

A propósito, em nossa condição pessoal de membros do Comitê Interamericano da Aliança para o Progresso (CIAP), viemos chamando a atenção dos Governos dos Países mais desenvolvidos para o fato de que a cooperação financeira à América Latina vem nos últimos tempos se deteriorando, pois além de prazos cada vez mais curtos e juros cada vez maiores, vem sendo crescentemente vinculada à exigência de importação de bens e equipamentos dos Países de origem do financiamento, transformando-se aos poucos numa espécie de "*crediário*" internacional.

Se essa exigência é perfeitamente razoável e conveniente para os Países financiadores, que precisam colocar os seus produtos no exterior, resulta em prejuízo para os Países, como o Brasil, que já têm uma indústria integrada e diversificada a proteger. Outra circunstância que tem merecido a nossa advertência é a necessidade de que a cooperação externa a ser prestada obedeça a uma programação plurianual, que corresponda ao esforço de programação realizado pelos Países tomadores dos financiamentos, sob pena de assumir um caráter de inconstância e incerteza, inadequado ao seu papel de elemento de aceleração do desenvolvimento, dentro da concepção da “*Aliança para o Progresso*”.

Repórter: O Ministro gostaria de dizer mais alguma coisa?

Hélio Beltrão: Sim. Gostaria de reavivar alguns conceitos de nossa profunda convicção, hoje consignados no Programa Estratégico de Desenvolvimento.

- 1. O desenvolvimento é o nosso objetivo primordial. Somente num quadro de expansão acelerada da produção de bens e serviços será possível ao nosso País realizar o progresso social, corrigir as desigualdades de renda, absorver os contingentes de mão-de-obra que chegam ao mercado e alcançar a tranquilidade e a paz social, precisamos criar de 850.000 a 900 mil empregos novos por ano. Não devemos, portanto, aceitar a estagnação, qualquer que seja o pretexto, técnico, político ou filosófico, com que se procure justificá-la.*
- 2. O desenvolvimento depende sobretudo do nosso esforço. A cooperação externa não substitui o esforço interno. Complementa-o apenas. Nem é razoável esperar que o nosso vizinho, que tem seus próprios problemas para resolver, passe a ocupar-se com a solução dos nossos problemas.*

3. *O mercado interno é um dos trunfos mais importantes de que dispomos para a afirmação de nossa soberania política e independência econômica. Por isto mesmo, esse mercado deve ser reservado, em princípio, à expansão da indústria instalada no País. A importação indiscriminada de produtos industriais comprime o mercado interno e reduz o emprego no País. Significa, na prática, promover a criação de empregos e a utilização de fatores produtivos no exterior, num momento em que precisamos dar emprego ao nosso povo e utilizar melhor a nossa capacidade de produção.*

4. *O empresário nacional deve ser fortalecido e protegido, o que não importa em dizer que sejamos contra o empresário estrangeiro, mas que somos a favor do empresário nacional. O empresário nacional não deve ficar exposto, sem proteção adequada, ao incomparavelmente maior poder de competição das grandes empresas internacionais, que dispõem de amplos recursos de capital fixo e de giro, economia de escala, organização e tecnologia superiores, frequentemente funcionando em regime oligopolístico. É preciso, de um lado, protegê-lo contra a desigualdade de escala e de poder de competição e, de outro, fortalecê-lo, concedendo-lhe incentivos especiais para que subsista, persista e progrida. É esta a política que temos procurado praticar, com o que por vezes provocamos o desagrado de alguns grupos e a discordância de alguns teóricos. Estamos cada vez mais convencidos de que os Países em desenvolvimento devem tomar em suas mãos a realização do seu destino, já que não podem correr o risco de entregar ao "livre jogo das forças do mercado", ou à decisão de terceiros, a condução de seu processo de desenvolvimento e o bem-estar de seu povo.*

Por isso, insisto na ideia de que precisamos confiar no Brasil. Não se trata de confiar nesse ou naquele Governo, neste ou naquele ministro, que são transitórios.

Trata-se de confiar no Brasil, que é um País perfeitamente viável apesar de suas dimensões e dificuldades continentais, mas que só poderá continuar a vencer o seu desafio histórico se puder contar com o esforço confiante de seu povo.



A Rodovia da Integração

Rigorosamente dentro do prazo estipulado pelo Presidente Costa e Silva, o DNER e a Diretoria de Vias de Transporte do Ministério do Exército preparam-se para a inauguração da BR-277, a grande estrada que atravessa o Estado do Paraná. Através da BR-277, toda a produção do Alto Paraná será escoada para os mercados nacionais e internacionais no porto de Paranaguá. O Ministro Mário Andreazza, o engenheiro Eliseu Resende, o Gen Aírton Tourinho e o Cel Milazzo, da CR-1 do Paraná, viram pessoalmente as obras.

Há dois anos, quando o Presidente Costa e Silva afirmou que queria instalar o governo Federal no Paraná, colocando como condição fundamental a construção do trecho brasileiro da Rodovia Transversal Pan-Americana, uniram-se duas forças da engenharia nacional: o Ministério do Exército, pela sua Diretoria de Vias de Transportes, e o Ministério dos Transportes, através do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Agora, com a instalação do Governo no Paraná, a estrada será inaugurada. É a BR-277, cortando todo o Estado, numa grande transversal que liga os sistemas rodoviários do Brasil e Paraguai, com 733 quilômetros de extensão.

Através da BR-277 o Brasil Estará Ligado ao Paraguai e a Todo o Sistema Rodoviário Sul-Americano

Em Foz do Iguaçu há uma placa onde se lê:

*O Ministério do Exército e o Ministério dos Transportes,
unidos, trabalhando para o progresso e o desenvol-
vimento do País.*

A explicação da existência dessa placa é muito simples. Significa, a aliança entre a Engenharia Militar e o trabalho técnico do DNER, de que resultou a rápida conclusão da BR-277.

A BR-277 nasceu no porto de Paranaguá, no Atlântico, corta todo o território do Paraná, passando por Curitiba, Ponta Grossa, Laranjeiras do Sul, Cascavel, e vai atingir Foz do Iguaçu, na tríplice Fronteira Brasil-Paraguai-Argentina. Com essa ligação, fica concluída a pavimentação de uma das mais importantes transversais pan-americanas, constantes do Plano Rodoviário Nacional.

Principal articulação de vasta área, que engloba o Centro-Oeste e Sudoeste do País e os grandes mercados nacionais Curitiba, São Paulo, Porto Alegre, e internacionais, através de Paranaguá, a BR-277 exerce influência direta sobre quase metade da população paranaense, cobrindo cerca de um terço de seu território, em região das mais produtivas do Brasil.

Dezesseis Cidades do Paraná Passam a ser Beneficiadas com a Entrega ao Tráfego Desta Nova Rodovia Transversal

Outro aspecto importante da BR-277 é que ela assegura ao Paraguai uma saída para o Atlântico, através do porto de Paranaguá, e abre também novas perspectivas de desenvolvimento para aquele País.

Isso, além de promover a expansão do turismo e do intercâmbio cultural entre as populações que dela se beneficiam.

Programada pelo Ministério dos Transportes, a BR-277 foi construída pelo Ministério do Exército no trecho Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, em regime de delegação pelo Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Entre Paranaguá e Curitiba a obra foi realizada diretamente pelo DNER, que contou, na execução do trecho Curitiba-Ponta Grossa, com a participação do DER do Paraná.

Para assegurar a rápida conclusão do grande projeto, o DNER, além do emprego de recursos do Fundo Rodoviário Nacional, contraiu empréstimos junto ao Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID). A execução técnica dos trabalhos, delegada pelo DNER à diretoria de Vias de Transportes do Exército Brasileiro, no trecho Ponta Grossa-Foz do Iguaçu, com a extensão de 538 quilômetros, obedeceu aos mais rigorosos preceitos da moderna engenharia rodoviária, constituindo-se motivo de justo orgulho para a tecnologia nacional.

Colaboraram para o cumprimento da tarefa num prazo recorde as firmas Cia. Metropolitana de Construções; Construtora Rodoférrea; Cia. Técnica de Estradas; Construtora C. R. Almeida; Construtora Andrade & Gutierrez e Veloso & Camargo S.A. Engenharia e Empreendimentos e Cia. Construtora Parapanema.

Com 24 pontes, muitas delas tendo mais de 200 m de extensão, a BR-277 se liga com a BR-272 e possui um traçado especial que atinge as zonas mais produtivas do Estado do Paraná, criando, pela primeira vez em 30 anos, a solução definitiva para o escoamento da produção local, concretizando um velho sonho da imensa e florescente região do Alto Paraná.

Recentemente, o Ministro Mário Andreazza, acompanhado do seu chefe de gabinete, Cel Rodrigo Ajace; do Diretor-Geral do DNER, engenheiro Eliseu Resende; do chefe da Diretoria de Vias de Transportes do Exército, General Ayrton Tourinho; do Cel Romeu Martins e do Ten Cel Daniel Milazzo, percorreu todo o trecho Curitiba-Foz do Iguaçu. No final, o Ministro dos Transportes, satisfeito, declarou:

como militar e como membro da administração do Governo Costa e Silva, estou duplamente engajado nesta tarefa e côncio de que a união desses esforços só tem como finalidade a construção do futuro deste país.

O Ministro Mário Andreazza ainda aludiu ao desejo do Presidente Costa e Silva de entregar ao tráfego, nos dois primeiros anos de sua administração, a Rodovia Foz-Paranaguá, desejo agora realizado, e afirmou:

Sentimo-nos orgulhosos, principalmente, pela colaboração do Exército nessa obra, numa prova de coesão dos esforços patrióticos que animam o atual Governo da Revolução de 31 de março.

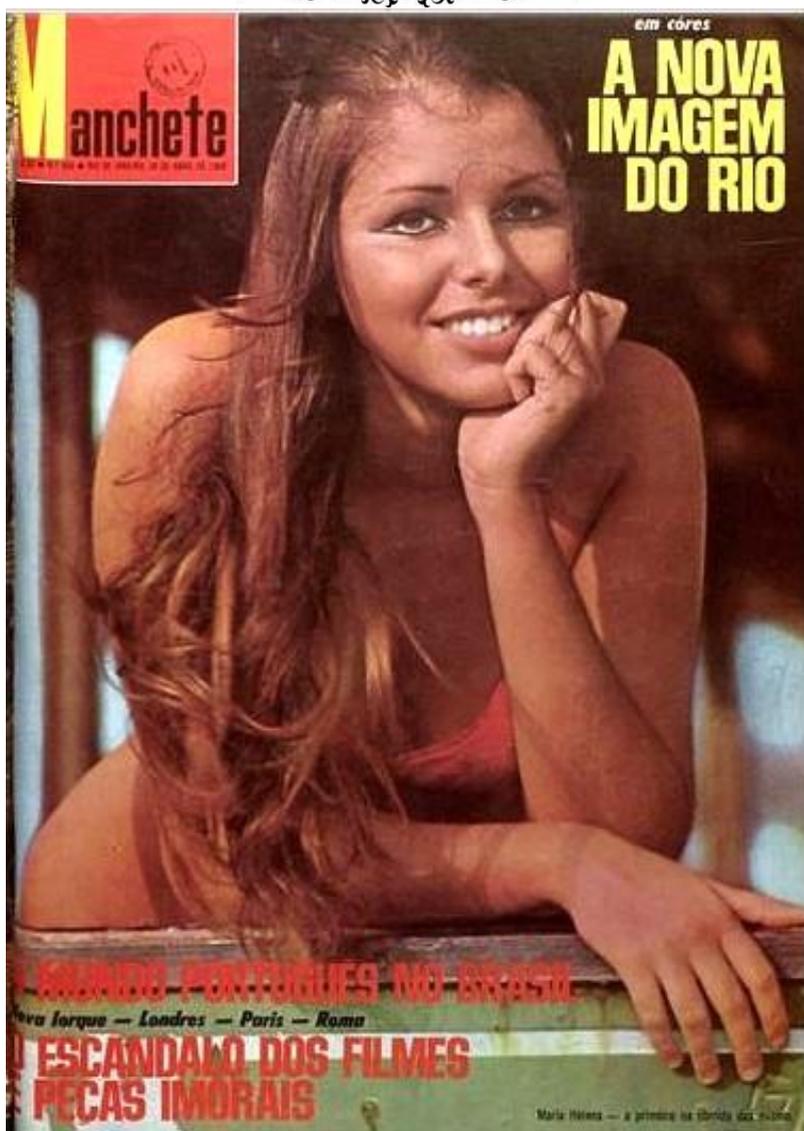
O percurso total da BR-277 em território brasileiro beneficia as cidades de Paranaguá, Curitiba, São Luís do Paraná, Ponta Grossa, Imbituva, Prudentópolis, Relógio, Guarapuava, Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu, Cascavel, Céu, Azul, Metelândia, Medianeira, São Miguel do Iguaçu e, finalmente, Foz do Iguaçu, onde ingressa no traçado rodoviário do Paraguai.

Com a entrega dessa rodovia ao tráfego é dado mais um passo para a concretização da Rede Rodoviária Nacional, agora interligada aos sistemas pan-americanos. Através dela, outros mercados serão abertos para a produção rural brasileira e uma nova perspectiva de desenvolvimento para o homem do campo do Brasil.



Manchete nº 888, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 26.04.1969

—•••••
Os Novos Comandantes
—•••••



Garrastazu Médiçi Homenageado em Brasília

Durante dois anos o Gen Garrastazu Médiçi dirigiu o Serviço Nacional de Informações (SNI). Promovido a General de Exército, foi convocado para o Comando do III Exército, no Rio Grande do Sul. Para homenageá-lo, um grupo de amigos ofereceu-lhe, na semana passada, um jantar no Hotel Nacional de Brasília, quando foi saudado pelo Ministro Mário Andreazza. Dentre as numerosas autoridades civis e militares que foram levar o seu abraço ao General Médiçi encontrava-se o General Jaime Portela, Chefe da Casa Militar da Presidência da República.

Muricy no Estado Maior do Exército

Ao assumir a chefia do Estado-Maior do Exército, em cerimônia realizada no Rio, que contou com a presença de numerosos Oficiais Gerais e foi presidida pelo Ministro Lyra Tavares, o General Muricy afirmou, a certa altura de seu discurso:

A tarefa que se vem realizando no Exército é imensa e realística. Está sendo empreendida com determinação, vencendo as dificuldades do período que atravessamos. Grande é a competência e o patriotismo de todos os executantes, em todos os escalões, os quais buscam como recompensa máxima apenas a satisfação do dever cumprido. É que não falta ao soldado brasileiro a fé no que realiza, a consciência da importância da missão que lhe foi atribuída, o espírito de abnegação que faz com que não ambicione privilégios e benefícios materiais imerecidos e a força de caráter que torna o homem forte na adversidade e magnânimo na vitória.

E concluiu:

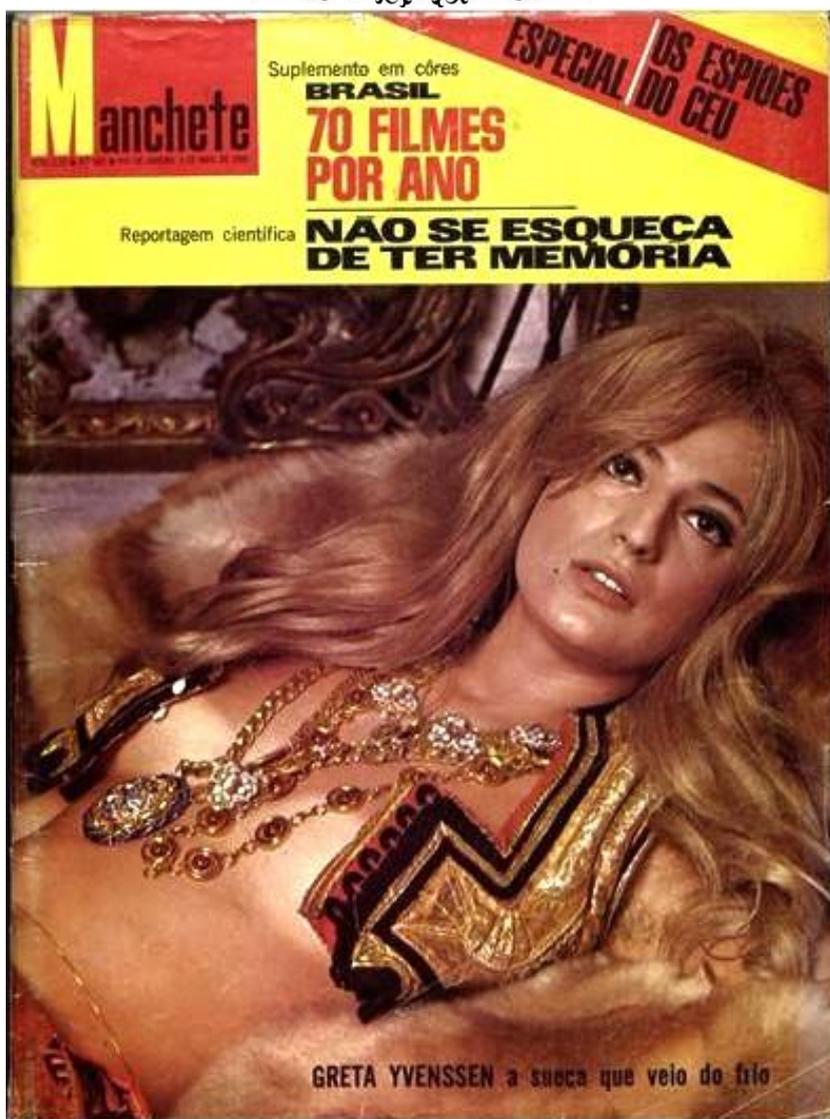
Invoco o nome do Altíssimo e sua proteção para pedir energia, clarividência e discernimento para estar à altura do grande lema da vida militar – "servir e servir bem".



Manchete n° 889, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 03.05.1969



O Petróleo Viaja mais Rápido

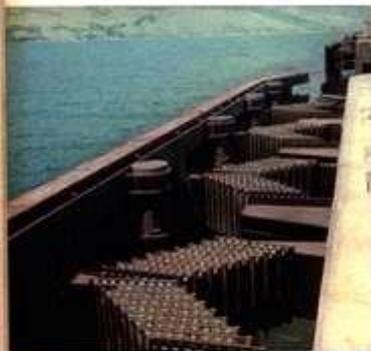


Com a inauguração do novo terminal marítimo da Petrobras, em São Sebastião, o Brasil dá mais um passo para aperfeiçoar o seu sistema nacional de transporte de combustíveis

O PETRÓLEO VIAJA MAIS RÁPIDO



A nova obra de Petrobras foi inaugurada pelo Presidente Getúlio Vargas, em companhia dos ministros da Marinha e Energia, Prof. Carlos Tinoco, e do governador do Estado de São Paulo, Altair Sabido.



Com a produção das obras em andamento, o Terminal de São Sebastião possui um total de 115 mil toneladas de capacidade de armazenamento.

Os grandes custos que transportes petrolíferos nacionais e estrangeiros para o Brasil já estão em condições de superar no novo terminal construído em São Sebastião. De lá, o petróleo será transportado para Cubatão por um oleoduto de 120 quilômetros de extensão. Isso representa uma notável economia de divisas para o país, já que anteriormente os petrodólares com mais de 115 mil toneladas eram obrigados a transitar e pagar por navios menores, que a levavam até o porto de Santos. Com o novo terminal, os custos serão reduzidos em 300 mil toneladas.

A nova obra de Petrobras foi inaugurada há dias pelo presidente da República, em solenidade que contou com a presença dos ministros Costa Cavalcanti, da Indústria, Antônio Dias Leite, da Marinha e Energia, Raulino Pacheco, da Casa Civil, e Delfino Neto, da Fazenda. Também compareceram o Governador Altair Sabido e o General Jaime Pereira, chefe da Casa Militar. Na ocasião o presidente da Petrobras, Marshall Levy Cardoso, destacou afirmando que a obra representa "uma preocupação da empresa em ser bem servida e bem dotada o sistema nacional de transporte e armazenamento



Uma das terminais, sendo construído nos setores de armazenamento.

de produtos de petróleo". O Ministro Costa Cavalcanti, liderado em nome do Presidente Costa e Silva, realizou a inauguração do Terminal em solenidade realizada no país. O Governador Altair Sabido — como o Brasil prepara-se hoje para o momento.

O Terminal de São Sebastião tem dois braços de atracação permitindo, já agora, o armazenamento de petrodólares de até 115 mil toneladas de um lado e de até 60 mil do outro. Além do terminal propriamente dito há o oleoduto, com 60 centímetros de diâmetro e capacidade total para bombear 275 mil barris por dia. Este atende um parque de armazenamento para 442 mil metros cúbicos de óleo cru, que tem um diâmetro de 3000 de água tratada. Além de ser bem abastecido, que já está sendo construído, o terminal superará também a Barragem Refinaria de Flandros Paulista, em Paulistana.

Entusiasmado com a grande obra, o Ministro Levy Cardoso, em seu momento de solenidade, afirmou: "com o novo sistema, o Brasil terá um sistema nacional de transporte e armazenamento de produtos de petróleo que será bem servido e bem dotado o sistema nacional de transporte e armazenamento e de divisas".

Os grandes navios que transportam o petróleo nacional e estrangeiro para o Brasil já estão em condições de atracar no recém construído Terminal de São Sebastião. De lá, o petróleo será transportado para Cubatão por um oleoduto de 120 quilômetros de extensão. Isso representa uma notável economia de divisas para o País, já que anteriormente os petroleiros com mais de 115 mil toneladas eram obrigados a transferir a carga para navios menores, que a levavam até o porto de Santos. Com o término de obras suplementares, o terminal receberá petroleiros de até 300 mil toneladas.

A nova obra da Petrobras foi inaugurada há dias pelo Presidente da República, em solenidade que contou com a presença dos Ministros Costa Cavalcanti, do Interior; Antônio Dias Leite, das Minas e Energia; Rondon Pacheco, da Casa Civil, e Delfim Neto, da Fazenda. Também compareceram o Governador Abreu Sodré e o General Jaime Portela, chefe da Casa Militar. Na ocasião o Presidente da Petrobras, Marechal Levy Cardoso, discursou afirmando que a obra expressa:

Toda a preocupação da empresa em ver bem atendido e bem dotado o sistema nacional de transporte e abastecimento de produtos de petróleo.

O Ministro Costa Cavalcanti, falando em nome do Presidente Costa e Silva, ressaltou a preocupação do Governo em desenvolver economicamente o País e disse:

A Petrobras, como o Brasil. prepara-se hoje para o nosso amanhã.

O Terminal de São Sebastião tem dois braços de atracação, permitindo, já agora, o acostamento de petroleiros de até 115 mil toneladas de um lado e de até 65 mil do outro.

Além do terminal propriamente dito há o oleoduto, com 60 centímetros de diâmetro e capacidade inicial para bombear 275 mil barris por dia. Existe ainda um parque de armazenamento para 442 mil metros cúbicos de óleo cru, quatro mil de óleo diesel e 800 de água tratada. Através de um novo oleoduto, que já está sendo construído, o terminal suprirá também a futura Refinaria do Planalto Paulista, em Paulínia.

Entusiasmado com a grandeza da obra, o Marechal Levy Cardoso assim terminou o seu discurso:

Podemos afirmar, com consciente otimismo, constituir-se hoje a empresa executora do monopólio estatal do petróleo no maior núcleo de expansão econômica deste País.



Revolução na Bahia

O Prefeito Antônio Carlos Magalhães, com seu Extraordinário Trabalho, Ajudou a Popularizar a Revolução na Bahia

Afirma o Prefeito Antônio Carlos Magalhães, que participou, desde a primeira hora, do movimento de 1964:

Revolução é transformação, é realização. Foi isto que se fez em 31 de março e é isto que se faz, agora, na Prefeitura de Salvador.

Ele comanda, pessoalmente, a sua equipe eficiente de engenheiros, arquitetos e urbanistas, a quem credita, em todas as oportunidades, os êxitos sucessivos da Administração Municipal.

Duas vezes por semana, reúne-se com eles e, juntos, traçam os planos das novas realizações. Todos opinam livremente e as decisões são tomadas, em geral, por unanimidade. Se as razões apresentadas pelos técnicos são mais fortes do que as suas, o Prefeito de Salvador não hesita em alterar um projeto, ou reconsiderar uma iniciativa. Muitos veem nesse método de trabalho, ao lado de uma rígida política de aplicação dos dinheiros públicos, a chave de seu sucesso como administrador. Na verdade, nunca, antes, se conseguiu tanto em tão pouco tempo.

Em Dois Anos, Salvador Perdeu as Marcas do Subdesenvolvimento Para Ganhar as Linhas Certas que Assinalam o Progresso

Ao comemorar o segundo aniversário de sua administração, o Prefeito Antônio Carlos Magalhães tem a seu crédito algumas das mais importantes realizações urbanísticas em curso no Brasil.

Um exemplo é a Avenida que leva o seu nome, no Vale do Camarogipe: há pouco inaugurada, com 7,5 km de comprimento, 42 m de largura, canteiro central e moderna iluminação a mercúrio, ela veio incorporar à cidade uma vasta área até então inaproveitada, para onde se deslocará, no futuro, o eixo principal de Salvador.

Destacam-se também a Avenida Presidente Castello Branco, no Vale de Nazaré, de arrojada concepção, com nada menos de onze viadutos ao longo de seu percurso: a Avenida Vale do Bonocô, que interligará as duas anteriores; e a Avenida Vale dos Barris, que completará ainda este ano o sistema de avenidas de vale idealizado pelo urbanista Mário Leal Ferreira. São, todas elas, obras de envergadura, que alterariam a fisionomia de qualquer cidade brasileira.

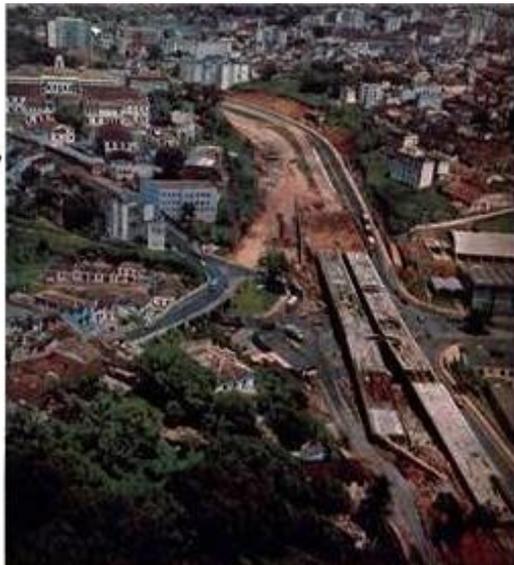
O Prefeito Antônio Carlos Magalhães, com seu extraordinário trabalho, ajudou a popularizar a Revolução na Bahia



As lado do Governador Leon Pinheiro Filho, o prefeito inaugura uma obra em Salvador.

"Revolução é transformação, é mudança", afirma o Prefeito Antônio Carlos Magalhães, que participou, desde a primeira hora, do movimento de 1964. "Foi não que se foi em 11 de março e foi logo que se fez, agora, na Prefeitura de Salvador". Ele comandou pessoalmente, e sua equipe eficiente de engenheiros, arquitetos e arquitetas, a quem confiou, em várias as oportunidades, os feitos mais nobres da administração municipal. Desde então, por semana, trabalham com ele e, juntos, traçam os pilares das novas transformações. Todos opinam brevemente e as decisões são tomadas, em geral, por unanimidade. Se as ideias apresentadas pelas secretarias são mais fortes do que as suas, o prefeito de Salvador não hesita em adotá-las sem reservas, ou recondicioná-las antes de executá-las. Muitas vezes houve mudança de trabalho — ao lado de uma rápida política de aplicação dos decretos políticos — a favor de um sistema mais administrativo. Na verdade, agora, antes de começarem com as obras sempre

pecu



Uma grande avenida, que está sendo construída no Vale do Saara, em plena revolução de Salvador nos 40 anos da cidade. Foi só inaugurada com o nome de Presidente Castro Branco.



Em dois anos, Salvador perdeu as marcas do subdesenvolvimento para ganhar as linhas certas que assinalam o progresso

As construções e serviços apresentados, de sua primeira gestão, o Prefeito Antônio Carlos Magalhães tem a sua crítica algumas das mais importantes realizações urbanas feitas em todo o Brasil. Um exemplo é a avenida que leva o seu nome, no Vale do Casuaripa. Já pouco inaugurada, com 7,5 km de comprimento, 42 m de largura, canteiro central e modernas iluminação à noite, ela teve concepção e projeto antes ainda em estado inaproveitado, para onde se dedicará, no futuro, o eixo principal de Salvador. Desde que os quadros e Avenida Presidente Castro Branco, no Vale do Nazaré, de arrojada concepção, com todo o norte de onde viam os ao longo de seu percurso: a Avenida Vale do Bonfim, que atravessará os dois setores, e a Avenida Vale das Barras, que completará a rede até um a sistema de avenidas de vale atravessado pela urbanizada Mario Leal Ferraz. São, além disso, obras de infraestrutura, que abarcam a fundação de qualquer cidade brasileira. Além disso, o governo de Salvador melhorou todos os serviços públicos vinculados à Prefeitura, impulsionando a rede elétrica e o sistema de saneamento, a manutenção municipal e a saúde de diversas localidades (em parte com financiamento, em dois anos, com o de 62% para 41%). Em outras linhas de atuação, com a criação de mapas e Edifícios, a criação do Centro Federal de Iniciação e o Projeto Urbanizado, o aumento do parque de Terras, a implantação e a antiga Frente do Baixo de Ferro no atual Jardim das Nações, além de outras obras e construções realizadas de ordem para os novos bairros, a criação de parques e jardins, o melhoramento do Vale do Casuaripa. Em dois anos, Salvador perdeu as marcas antigas do subdesenvolvimento para ganhar as linhas certas e as novas fronteiras das cidades em progresso.



A Avenida Antônio Carlos Magalhães, no Vale do Casuaripa, segue a curva das montanhas e dá um novo aspecto à cidade. Tem 7,5 quilômetros de extensão e 42 m de largura.



O Jardim das Nações, na área destinada a uma expansão da população de Salvador, também tem outras obras, com realizações de ordem administrativa municipal.

Além disto, o prefeito de Salvador melhorou todos os serviços públicos vinculados à Prefeitura, imprimiu maior velocidade à máquina burocrática, moralizou a administração municipal e saneou as finanças locais, os gastos com funcionalismo, em dois anos, caíram de 62% para 43%.

Deu novo impulso ao turismo, com a edição de mapas e folhetos, a criação do Centro Folclórico e o Projeto Pelourinho. Urbanizou o Dique do Tororó, transformou a antiga Favela do Bico de Ferro no atual Jardim dos Namorados, abriu novas praças e construiu terminais de ônibus para as novas linhas, canalizou riachos e plantou novos jardins, enchendo a cidade de flores.

Em dois anos, Salvador perdeu as marcas antigas do subdesenvolvimento para ganhar as linhas certas e as cores firmes das cidades em progresso.

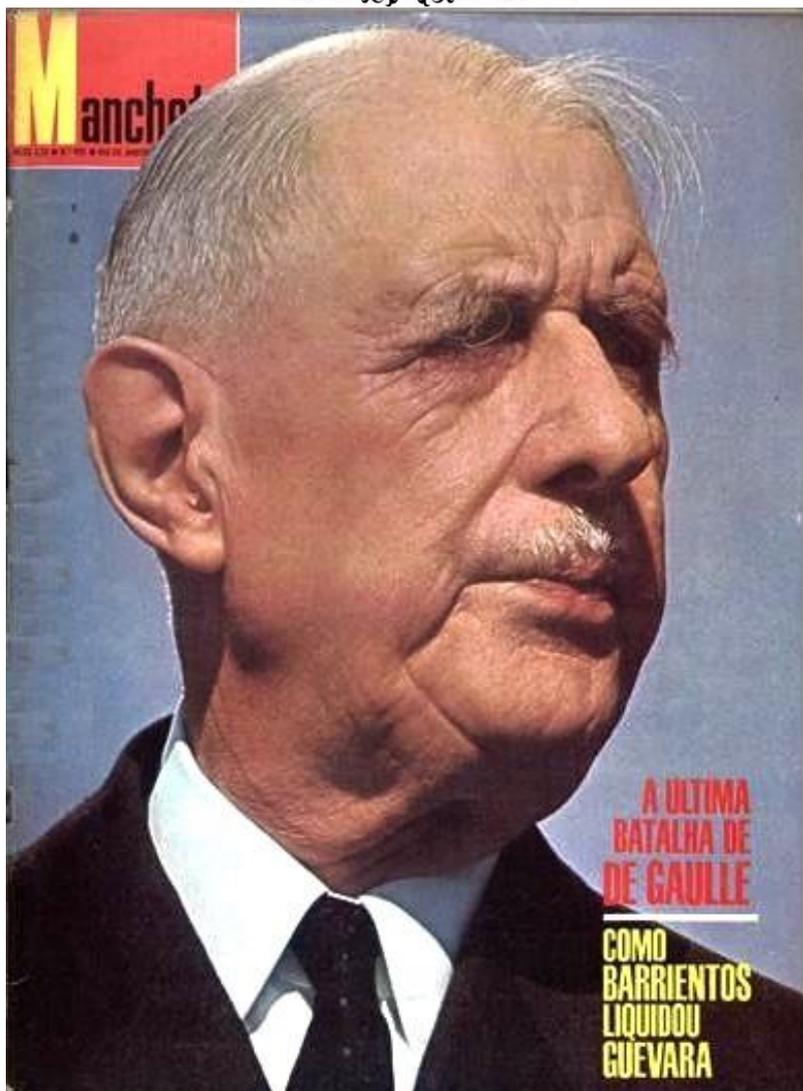




Manchete n° 890, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 10.05.1969



A Armadilha que Liquidou Guevara
(Reportagem de Andrew Saint-Georges)



O Jornalista Andrew Saint-Georges reconstituiu para a revista americana "True" a longa perseguição desenvolvida durante três anos pela CIA na caçada ao famoso guerrilheiro.

No dia 23 de março de 1967, às 07h00, 29 soldados do Exército boliviano, sob o comando de três oficiais, patrulhavam as margens do rio Nancahuazu. Brusca-mente, um crepitar de armas ligeiras ressoou entre os paredões graníticos de um desfiladeiro. Um civil da região, Vargas, que servia de guia ao destacamento, estendeu o braço na direção das detonações e se voltou para o Tenente Ruben Amezaga, de 21 anos, diplomado pela Academia Militar. Mas os dois homens tombaram imediatamente sob uma descarga, sem terem tempo de trocar uma palavra. O destacamento foi dizimado pelo agressor, sem sequer responder ao fogo. Aterrorizados, oito dos sobreviventes fugiram através da floresta. Saíram, finalmente, num estreito caminho de terra batida; lá, um caminhão os recolheu e os levou para Camiri, onde estava sediado o Quartel General da 4ª Divisão de Infantaria do Exército boliviano.

A CIA Acha que Guevara Demonstrou Falta de Vigilância na Bolívia Porque Pensava Mais na Posteridade

Imediatamente, o QG transmitiu uma mensagem em código pelo rádio. A notícia da emboscada alertou o Forte Miraflores, onde se acha o grande Quartel General das Forças de terra da Bolívia. É daí que são comandadas todas as operações. Um oficial levou apressadamente a mensagem, já traduzida, ao General de Brigada Juan José Tôrres, Chefe do Estado-Maior. Este precipitou-se na direção do Comandante-Chefe, General Alfredo Ovando.

O despacho foi logo retransmitido para La Paz. Mal o Coronel Arana, Chefe do Serviço Secreto, leu as primeiras linhas, deixou o seu gabinete e se dirigiu à sede da MAAG (United States Military Assistance Advisory Groups) situada nas proximidades. No mesmo instante, o General Ovando telefonava ao Presidente René Barrientos. Alguns minutos mais tarde, o palácio presidencial lançava um apelo ao embaixador dos Estados Unidos, Douglas Henderson. De cabelos grisalhos, apumado no terno de casimira escocesa, o embaixador estava a caminho da Embaixada, na sua imponente limusine, atulhada de aparelhos de comunicações. Foi pelo telefone do automóvel que ele falou com o Presidente Barrientos.

Em Washington, William Bewdler, conselheiro do Presidente Johnson para assuntos da América Latina, tirou do gancho o seu telefone. Ouviu o que lhe diziam e foi ao encontro de Walt Whitman Rostow, o homem encarregado de resolver problemas urgentes no exterior. O episódio do rio Nanchahuazu não era um incidente banal numa selva remota e esquecida, mas um golpe teatral, que anunciava a volta à cena de um dos mais estranhos heróis revolucionários do mundo: Ernesto Guevara, o misterioso "Che". E assim se desencadearam, tensos, misteriosos, os últimos episódios da implacável caçada ao homem, desenvolvida pela CIA, durante anos. Caçada que haveria de abatê-lo.

Para saber como a armadilha foi preparada, foram necessários meses de pesquisas na América do Sul. Os membros dos serviços de informações e das Forças Especiais que se empenharam na ação mantêm-se mudos. A maior parte desses elementos ou está ligada pelo segredo comum, ou prefere que a história caia definitivamente no esquecimento.



UM DOCUMENTO
EXCLUSIVO

Manchete

O jornalista Andrew Saint-Georges reconstituiu para a revista americana True a longa perseguição descontrolada durante três anos pela CIA na caçada ao famoso guerrilheiro

A ARMADILHA QUE LIQUIDOU GUEVARA

Na dia 23 de março de 1967, às 7 horas da manhã, 20 soldados do Exército boliviano, sob o comando de três oficiais, patrulhavam as margens do rio Mucubuzá. Buscando, um crepitar de armas ligetas restou entre os paredões graníticos de um desfiladeiro. Um civil da região, Vargas, que servia de guia ao destacamento, estendeu o braço na direção das detenções e se voltou para o Tenente Ruben Amézaga, de 21 anos, diplomado pela Academia Militar. Mas os dois homens tombaram imediatamente sob uma descarga, sem tempo de trocar uma palavra. O destacamento foi dizimado pelo ataque, sem sequer responder ao fogo. Aterrorizados, oito dos sobreviventes fugiram através da floresta. Salvo, finalmente, num estreito caminho de terra batida; lá, um caminhão os recolheu e os levou para Camiri, onde estava sediado o Quartel-General da

4.ª Divisão de Infantaria do Exército boliviano.

Apesar disso, o quebra-cabeças foi constituído, peça a peça. Che Guevara tornou-se o braço direito de Fidel Castro após o triunfo da insurreição cubana, em 1958. Na primavera de 1965, dirigiu a seu companheiro de armas uma carta na qual renunciava às suas funções no governo cubano. Logo depois, desapareceu. Washington seguia de perto o destino de "Che", desde que, em 1961, o Presidente John F. Kennedy e seu irmão, Bob Kennedy, Ministro da Justiça, decidiram que a guerra secreta seria a base da estratégia norte-americana. "Che" organizava escolas de guerrilheiros, utilizando recrutas vindos de todos os países do continente. Para os voluntários que não podiam ir a Cuba, ele escreveu longos estudos táticos, um dos quais se tornou um "best seller" internacional. Cada embaixador americano que ia assumir o seu posto no estrangeiro fazia, antes, um curso de iniciação à guerrilha e à antiguerrilha, inspirado no manual de "Che".

Desde fins de 1962, os discípulos de Che Guevara enfrentavam os boinas-verdes dos Estados Unidos numa dúzia de países. Milhares de combatentes anônimos tombaram dos dois lados. O próprio Che, em veemente discurso proferido na Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 1964, fez uma referência aos mortos ianques de que o público norte-americano jamais ouvira falar. Washington continuou a manter silêncio. Uma guerrilha sem interrupção prosseguia, há três anos, no Congo, na República Dominicana, na Tanzânia, no Peru, na Venezuela, na Guatemala. Mas "Che" queria uma confrontação aberta. E pensou ter encontrado terreno favorável na Bolívia.

Foi então que os Estados Unidos resolveram aceitar o desafio. Antes de passar à ação, a CIA começou por estudar a personalidade de Che.

Primeira tarefa: a elaboração de um "dossier" PPS (Psychiatric Personality Study), ou estudo psiquiátrico da personalidade, algumas vezes também conhecido como BP (Behavior Profile), ou perfil do comportamento. A CIA reserva seus "dossiers" PPS às personagens de primeiro plano. Hitler e Stálin só não os tiveram porque morreram antes de certos serviços norte-americanos, em particular o Army's Experimental 515th M.I. Detachment, terem aperfeiçoado os seus métodos. Mas, desde 1950, esses organismos procuram predizer o que farão determinados homens de estado em certas circunstâncias.

Os psiquiatras que trabalham para a Central Intelligence Agency (CIA) se debruçaram sobre a adolescência e a juventude de Che, a fim de determinar o seu comportamento. Ele tinha sido criado com pouco trato, vestindo camisas sujas, de unhas crescidas e negras, alimentando-se de forma ruidosa. Seus colegas lhe tinham dado a alcunha de "Chanchó" (porco). E Guevara aceitara tal apelido com alegria, em vez de indignar-se. Che era também asmático. Para os especialistas dessa moléstia, as crianças por ela atingidas têm tendência para manter relações difíceis com os pais. E, na idade adulta, tornam a sociedade responsável por suas dificuldades. Os analistas da CIA, evidentemente, não podem predizer o que poderá fazer tal espécie de homem, mas podem determinar a maneira pela qual ele agirá.

Em fins de 1964, Che forneceu inconscientemente aos serviços de informações dos Estados Unidos muitos dados sobre o "modus operandi" de sua estratégia pessoal. A CIA soube de onde tirar as coisas essenciais para os seus arquivos: descobriu que o seu manual preferido sobre guerrilhas era a obra soviética sobre a guerra especial, intitulada "O Comitê Regional Clandestino em Ação", mencionada pelo próprio Che.

Em 1965, o "dossier" de "Che" já estava bem documentado. Os analistas do Departamento de Estado conheciam bem a grande operação de guerrilha que ele havia montado, em 1963-64, nas províncias setentrionais argentinas:

A operação era dirigida por membros civis e militares do Estado Maior pessoal de Che em Havana: Jorge Ricardo Masetti, seu adido de imprensa e o Capitão Hermes Pena. Três de seus melhores amigos foram mortos: Masetti, Pena e um comandante que, mais tarde, foi reconhecido como Raul Davila. Dez outros guevaristas, quase todos jovens argentinos, igualmente tombaram. Na ocasião em que "Che" desapareceu de Havana, a análise indicou o que provavelmente iria suceder: uma operação conduzida diretamente por "Che", furioso, atormentado por um forte complexo de culpa e desejoso de vingar-se.

Che tardou a confirmar as predições dos analistas. Dezesesseis meses se escoaram sem nenhum acontecimento decisivo. Mas a sua presença era frequentemente assinalada na Guatemala, no Vietnã, na Argentina e no Congo. Os especialistas de Washington, ligados à sua pessoa, desenvolveram surpreendente atividade. Eles se encarregaram de trocar "fumaça", gíria que designa a falsa informação, a poeira nos olhos do adversário, com Havana.

A certa altura, Cuba anunciou que "Che" tinha desaparecido, ou que estava morto. Washington replicou, dando crédito oficiosamente a esses rumores, junto aos jornalistas e às agências governamentais. Mas os Estados Unidos já sabiam a verdade. A Marinha norte-americana e a National Security Agency mantêm ao largo de Havana um navio aparelhado com poderosa estação de rádio escuta. As comunicações de Cuba com o exterior são anotadas, palavra por palavra.

Em maio de 1965, essa estação captou uma série de comunicações telefônicas internacionais. As vozes dos interlocutores estavam carregadas de emoção. A mãe de “Che” acabara de morrer subitamente em Buenos Aires. E os Estados Unidos ficaram sabendo que seu filho estava escondido num campo isolado, na costa Leste de Cuba. Mas nada mais foi ouvido, durante meses.

“Che” lançou os dados no dia 7 de novembro de 1966. Seguido de 17 antigos chefes do exército revolucionário cubano, dos quais 11 eram generais, instalou-se num campo de base, situado nos confins da selva, no Sudeste da Bolívia. Ele empregou as 19 semanas seguintes em recrutar na região um pequeno quadro de guerrilheiros bolivianos.

A 11 de março, três recrutas desertaram e correram à guarnição militar boliviana mais próxima. La Paz e Washington foram imediatamente informados. A comunicação estava ainda em exame quando, no dia 23 de março, ocorreu o ataque relâmpago contra a patrulha do Tenente Amezaga, confirmando as declarações dos desertores e desencadeando a contraofensiva.

Reuniões secretas foram realizadas incessantemente entre altas personalidades governamentais, durante a última semana de março e a primeira metade de abril. Certas reuniões ocorreram na sala de conferências do chefe do Estado-maior do Exército americano, General Harold K. Johnson, outras no escritório de Walt Rostow, ou ainda na sala do Ex-Comm (Executive Committee of the National Security Council). Essas mudanças constantes de local tinham por fim manter a imprensa na ignorância de tudo. Um único correspondente estrangeiro, Murray Sayle, do Times, de Londres, estava na Bolívia no dia do ataque.

Ouvindo rumores sobre as conversas radiotelefônicas entre a Casa Branca e a Embaixada dos Estados Unidos em La Paz, a partir de 23 de março Sayle decidiu fazer investigações "in loco", acompanhando uma patrulha boliviana ao longo do rio Nancahuazu. Tudo estava calmo. Havia, contudo, boatos persistentes sobre a presença de guerrilheiros na região. Quando Sayle regressou a La Paz, a 10 de abril, viu-se submergido por uma série de declarações tranquilizadoras. Disse-lhe um diplomata norte-americano:

Toda essa agitação realmente significa apenas uma coisa: que os bolivianos querem obter maior ajuda da nossa parte.

Mas a tática da camuflagem atingiu mesmo o pináculo da arte quando Jeremiah O'Leary, um dos melhores enviados especiais do "Evening Star", de Washington, procurou obter notícias. Jeremiah foi recebido com grande pompa durante a sua peregrinação pela América do Sul. Da capital peruana, ele escreveu:

Os funcionários norte-americanos são quase unânimes na sua convicção de que "Che" Guevara está morto. Eles estão certos de que ele foi executado em Cuba, em consequência de suas divergências com Fidel Castro.

O'Leary disse, porém, que:

Existe um homem com o nome de Guevara entre os chefes de guerrilhas bolivianas, mas se trata de um bandido das selvas, de um simples caso de homonímia. Aliás, Guevara é um nome muito comum na Bolívia, quase tão comum quanto Smith na Inglaterra.

É verdade que os funcionários revelaram a identidade de um certo Moisés Guevara, organizador de um sindicato de mineiros comunistas. Mas não fizeram a menor referência aos documentos descobertos numa gruta da selva, os quais provavam que a guerrilha fora confiada a militares cubanos de postos elevados.

Um alto funcionário dos serviços de informação declarou recentemente:

A estratégia de "Che" Guevara previa a criação de uma praça forte, de um inexpugnável reduto guerrilheiro, que iniciaria a luta nas selvas e, depois, internacionalizaria o conflito.

O Governo Argentino presidido pelo General Juan Carlos Onganía resolveu preparar uma intervenção militar direta, no momento em que descobriu a presença de guerrilheiros na fronteira Setentrional de seu País, particularmente vulnerável. Os generais argentinos pensavam que uma grande campanha antiguerrilha, de proporções internacionais, faria da Argentina a primeira potência militar da América do Sul. O ministro das Relações Exteriores, Nicanor Costa Mendez, declarou sem rodeios ao Departamento de Estado:

A Argentina decidiu empregar a Força. Tal advertência foi acompanhada de vastos movimentos de tropas, através de todo o Norte da Argentina.

Declarou recentemente um analista dos serviços de informações em Washington:

Nós estávamos certos de que, se os argentinos conhecessem o que sabíamos não teriam hesitado em atacar.

Nos bastidores, o Presidente René Barrientos tentou lançar a sua própria campanha de intervenção, através do embaixador da Bolívia em Washington, Julio Sanjines-Goytia, militar diplomado pela Academia de West Point e bom conhecedor dos arcanos do Pentágono. Rico e insinuante, Sanjines-Goytia mantém excelentes relações no mundo político, sobretudo com senadores e governadores do Sul dos Estados Unidos. Disse o embaixador:

Como o governo de Barrientos era, provavelmente, o objetivo inicial de Guevara, a reação mais lógica era a de sustentá-lo. O exército boliviano poderá liquidar "Che", se lhe forem dados os meios.

O primeiro pedido do Presidente Barrientos se elevou a seis milhões de dólares: dois terços em suprimentos militares e um terço em divisas, juntamente com um programa destinado a assegurar, em seguida, a estabilidade do orçamento nacional da Bolívia, cujo déficit era de 150 milhões de dólares em 1967.

Dean Rusk mostrou-se interessado. O plano Barrientos economizava uma intervenção militar e impedia a internacionalização da crise. Não era demasiado dispendioso. Rusk apressou-se a submetê-lo à discussão na próxima conferência secreta que viesse a ser realizada para tratar do caso Guevara. A 9 de abril, na sala de conferências do Estado-Maior Geral das Forças Armadas, no Pentágono, realizou-se tal reunião. Tivera caráter urgente e estavam presentes os detentores das funções mais elevadas: General Johnson, chefe do Estado Maior do Exército; General Robert W. Porter, de 4 estrelas, chefe do Southern Command, Quartel General da Defesa dos Estados Unidos na América Latina, sediado na Zona do Canal do Panamá; e os Generais de Brigada James D. Alger e William K. Skaer, chefe dos serviços de informações do Southern Command. Diante dos militares, alinhavam-se o Secretário de Estado Dean Rusk, o adjunto de secretário de Estado para a América Latina, Covey T. Oliver, o conselheiro da Casa Branca Walt W. Rostow, para assuntos de segurança da mesma área. E, ainda, Richard Helms, diretor da CIA, ladeado por diretores adjuntos e juristas.

Rusk apresentou, concisamente, a proposta boliviana. Mal terminara. Richard Helms pediu a palavra:

É impossível confiar somas tão importantes aos bolivianos. E eu vou lhes dar as provas...

Comentou, então, um volumoso “*dossier*”, ilustrando suas explicações por meio de mapas e de gráficos colocados sobre um cavalete. Disse que os bolivianos têm a escrituração de suas despesas públicas em lamentável estado. Os recursos fornecidos pelos Estados Unidos para reajustar os vencimentos dos funcionários, especialmente os da importante Polícia Nacional, teriam sido desviados, pois os salários dos mesmos estavam com atraso de alguns meses. Uma dotação especial para a aquisição de veículos capazes de vencer quaisquer dificuldades de terreno tinha sido gasta com a compra de viaturas que se atolavam e não conseguiam chegar à distância de um tiro do setor operacional de Che Guevara.

Um breve silêncio serviu de oração fúnebre à proposta do Presidente Barrientos.

O General Johnson apresentou então os planos do exército, comportando, de início, a criação de uma força de intervenção, chamada Regional Assistance Command, formada de unidades contrarrevolucionárias capazes de isolar e de eliminar os quadros da guerrilha em seu próprio reduto. Disse o General Johnson:

Uma das mais importantes lições que aprendemos no Vietnã é esta: os ataques de surpresa das guerrilhas devem ser repelidos imediatamente, sem um instante de demora. Um Regional Assistance Command está atualmente em vias de organização.

Dean Rusk o interrompeu, alegando que o Departamento de Estado recomendava vivamente uma política de não-intervenção:

O Embaixador Henderson recebeu instruções para retirar das províncias bolivianas vizinhas da zona das guerrilhas todos os nossos conselheiros militares, transferindo-os temporariamente para La Paz.

Um colaborador do General Porter confirmou a execução da ordem. Continuou Rusk:

Pois bem... Nós recomendamos essa política de não-intervenção enquanto ela for humanamente possível. Eu sei que devemos agir. Mas lançar em ação os primeiros elementos do Regional Assistance Command parece-me o mesmo que por mais óleo na fogueira. Seria preciso encontrar alguma coisa mais discreta.

A conclusão de Dean Rusk selou o destino de "Che". Ele não sucumbiria ao estrondar das armas de um exército em campanha, mas, tombaria numa armadilha preparada no coração das selvas bolivianas. O sinal da perseguição silenciosa foi dada, Essa caça ao homem começou exatamente por uma minuciosa análise das fotografias que as patrulhas bolivianas apreenderam no primeiro campo abandonado pelos guerrilheiros, perto do rio Nanchahuazu.

Os diretores da CIA apresentaram esses documentos no decurso de uma longa exposição. Depois, dois Coronéis mostraram várias ampliações. E, logo, produziu-se um choque na assistência, "como se tivéssemos recebido uma descarga elétrica", segundo o testemunho dado, mais tarde, por um dos presentes. Os guerrilheiros, ao partir, tinham deixado intacto um "Forno Dien Bien Phu". Perguntou um dos assistentes:

Existe alguma informação sobre o horário das refeições deles? Alimentam-se de noite? Ou de dia?

Disse um dos oficiais:

De noite. Nós o sabemos pelas declarações dos desertores.

Um murmúrio de emoção se elevou ao redor da mesa de conferências. Um oficial declarou:

Nesse momento, pensamos todos a mesma coisa: Agora nós podemos encontrar "Che" Guevara, pouco importando a selva e pouco importando, também, a rapidez de seus deslocamentos.

O "forno Dien Bien Phu", de forma arredondada, é utilizado pelos vietnamitas desde o início desta década. Praticamente não expele qualquer fumaça e, com certeza, chamou a atenção de Che Guevara quando ele foi em caráter secreto ao Vietnã do Norte, em 1965.

O que "Che" ignorava é que, em 1967, os Estados Unidos tinham aperfeiçoado técnicas aerofotográficas, que permitiam descobrir quaisquer fontes de raios infravermelhos, por mais dissimuladas ou bem camufladas que estivessem. A sensibilidade das novas objetivas de espionagem aérea é extraordinária. Em lugar da luz visível, é o fraco calor, captado por suas lentes múltiplas, que vem formar a imagem sobre um negativo de emulsão ultrassensível. A fotografia de um homem, fumando uma ponta de cigarro, em plena selva, em meio a uma obscuridade total, pode ser colhida a 450 metros de altitude, com tal nitidez que os técnicos dos laboratórios podem dizer se esse indivíduo está ou não barbeado.

Uma decisão foi imediatamente tomada: a de criar na Bolívia um Special Operating Group, colocado sob o comando do General Skaer. Essa missão, ultra prioritária, foi confiada às unidades aéreas do Special Operating Group. Em voos noturnos, sobre um corredor de cerca de 500 quilômetros de largura, elas estenderam suas pesquisas desde Santa Cruz à fronteira argentina. Toda a zona está cartografada em minúsculos setores.

Os voos de observação foram realizados a duas altitudes. Os RB-57, gigantescos, de grande autonomia de voo, decolavam da Howard Air Force Base, na Zona do Canal do Panamá, e cruzavam a grande altitude o conjunto do território boliviano. Durante esse tempo, lá embaixo, aviões menores iam e vinham, incessantemente, a pequena altitude. Eles se pareciam com os aviões das companhias petrolíferas, para que a população não manifestasse estranheza. Esses aviões investigaram minuciosamente todas as fontes de calor, operando muitos quilômetros de superfilmes infravermelhos.

Os dois especialistas mais destacados dos Estados Unidos em contraguerrilha já se achavam na Bolívia. A 27 de março, o Tenente Coronel Redmond E. Weber, mais conhecido como Red, chegou a bordo de um avião militar, que o desembarcou diretamente em Santa Cruz, nas proximidades da zona das guerrilhas.

Ele fora acompanhado pelo Major Ralph W. Shelton, do 8º Grupo de Forças Especiais, mais conhecido como Pappy. Shelton estava incumbido de estabelecer a base de treinamento contra guerrilhas, para operações de urgência.

A Bolívia não tinha uma força antiguerrilhas organizada. Dispunha somente de um dos menores, mais pobres e mais lentos exércitos do hemisfério ocidental. Apesar disso, seu alto comando tinha ideias próprias sobre a maneira de cuidar do assunto Guevara.

Mas o Embaixador Henderson replicou aos militares bolivianos mais opiniáticos:

Os Estados Unidos não tomarão nenhuma atitude, nem mesmo a de aumentar a sua ajuda militar, suscetível de ser interpretada como uma intervenção.

A atitude firme de Henderson tinha por trás dela o peso da decisão do governo norte-americano. Os bolivianos acabaram por se decidir a aceitar o treinamento e a formação do organismo que não desejavam.

A 29 de abril, quatro oficiais e doze soldados deixaram a Howard Air Force Base, na Zona do Canal do Panamá, com destino à Bolívia. Todos eram antigos combatentes das Forças Especiais, escolhidos por Weber e Shelton. Eles formaram um MTT (Mobile Training Team), ou equipe de treinamento móvel.

Às 17h00, daquele mesmo dia, eles instalaram em Santa Cruz o seu bivaque para passar a noite. Tão discretamente quanto um caçador levantando a sua carabina contra um jaguar distraído, os Estados Unidos apontaram sua arma contra “Che” Guevara.

Pappy Shelton meteu mãos à obra. É um homem cujo aspecto está longe de deixar transparecer o que ele é. De estatura média, tem rosto nem pálido nem corado, mas de um tom neutro azeitonado, da cor do solo do Estado do Tennessee, de onde ele provém, juntamente com o seu sotaque peculiar. Os agentes inimigos ficariam em desespero para estabelecer os sinais característicos desse militar de 38 anos, que ao longo de toda a sua vida sempre foi soldado: durante dez anos, como simples infante, depois como Ranger, Paraquedista, aluno da escola de oficiais e, por fim, Oficial. Nessa qualidade, há já dez anos, tornou-se chefe de equipe das Forças Especiais. Ele levou uma ordem de serviço redigida em meia folha de papel. Nela estavam as diretivas do Southern Command. Segundo estas, Pappy e sua equipe deviam tomar a seu cargo 600 jovens quíchuas para formar com eles o primeiro Batalhão de Rangers da Bolívia – comandos, treinados para ataques de surpresa.

E tudo isso deveria ser feito em apenas dezenove semanas de instrução. Por outro lado, instruindo de cada vez três companhias de infantaria selecionadas, em cursos de quatro semanas, e repetindo esses cursos três vezes, Pappy teria nove companhias de fuzileiros para reforçar os regimentos de linha. Durante esse período, o alto comando boliviano se agitou. Queria anunciar ao mundo a presença de "Che" na Bolívia, internacionalizar o conflito e abreviar os cursos de dezenove semanas de Pappy Shelton. Os Estados Unidos, recusaram. Explica hoje Shelton:

Nós tínhamos necessidade de aproveitar cada um desses dias para melhorar o programa de treinamento.

Na verdade, quando o Capitão boliviano Júlio Cruz lhe apresentou os jovens quíchuas, Shelton ficou surpreendido ao saber que cada recruta tinha direito a apenas dez cartuchos para aprender a atirar.

Só dez cartuchos? Como poderão aprender seja lá o que for?

Bem, primeiro nós lhes ensinamos a lidar com as armas, a manejá-las, a fazer pontaria. Mas só no fim do treino é que podem atirar mesmo...

Declarou Shelton:

Pois cada um dos meus recrutas terá 3.000 cartuchos para aprender bem!

Sob o céu tropical, os quíchuas se iniciaram em centenas de astúcias e técnicas de combate pessoal. Aprenderam a garantir a segurança dos caminhos na selva, usando, como sistema de comunicação e aviso, latas vazias de conserva e cordões. Aprenderam a atirar com bazuca e a contra-atacar, em caso de emboscada. E, ainda, a interpretar um mapa e a sobreviver na selva comendo, se preciso, carne de macaco defumada.

A 17 de setembro, os alunos de Pappy se alinharam diante dele pela última vez. Não eram mais “soldaditos”, mas verdadeiros Rangers, ou Boínas-Verdes. O batalhão passou, então, ao comando de um oficial boliviano. No dia seguinte, Shelton viu seus pupilos tomarem o caminho da VIII Divisão, estacionada em Vallegrande, a fim de ter a seu cargo um setor de 16 quilômetros de extensão, infiltrado pelos guerrilheiros.

Para “Che” a situação não cessara de se agravar. O círculo traçado ao redor da Zona Vermelha dos guerrilheiros cortou-lhes as vias de comunicação. Sua coluna sofreu grandes baixas, durante encontros com destacamentos bolivianos. A estratégia de sua primeira fase estava prejudicada com o desaparecimento de seus agentes mais valiosos.

Depois da prisão de Régis Debray, “Che” perdeu sucessivamente seu mensageiro boliviano, Jorge Vasquez Viana, e seu agente de ligação argentino, Ciro Bustos. E, por fim, o único ser humano que lhe era mais próximo, sentimental e fisicamente: a misteriosa jovem conhecida pelo nome de Tânia.

Tantos são os enigmas que cercam a figura de Tamara H. Bunke, a esbelta e sedutora agente de informações que adotou o nome de guerra de Tânia em sua última missão na Bolívia, que os mais eminentes peritos só puderam descobrir uma pequena parcela da verdade. Nascida na Argentina e, educada na Alemanha Oriental, Tânia consagrou os últimos anos de sua vida ao serviço do KGB, órgão central dos serviços de espionagem soviéticos, ajudando a vigiar o governo cubano, oriundo das guerrilhas contra o ditador Batista. É que o governo revolucionário cubano era versátil, de reações imprevisíveis, inclinado a criar dificuldades.

O papel de Tânia como chefe de ligação dos rebeldes foi inicialmente comprometido pelos três guerrilheiros desertores, que forneceram as primeiras provas decisivas ao governo boliviano.

No dia 30 de agosto, em consequência dessa delação, ela foi apanhada numa armadilha e tombou sob o fogo cruzado de uma emboscada boliviana, com sua pequena unidade da retaguarda separada da coluna de "Che" por um dia de marcha na selva. Ela morreu sem dizer uma palavra e também sem saber que Moscou deliberara condenar, com todo o seu peso, a aventura boliviana de "Che". Este, igualmente, ignorava que sua última companheira e colaboradora era uma agente do KGB. E jamais o saberia. A emboscada, na qual Tânia sucumbiu, foi a última fuzilaria entre guerrilheiros e soldados bolivianos da tropa de linha comum. Depois disso, os Rangers treinados por Pappy Shelton passaram à ação. "Che" não teria mais que um mês de vida.

Um mestre da espionagem, de tez amarelada, entrou então em cena: era o Capitão porto-riquenho Margarito Cruz, oficial de informações de Pappy Shelton. O Capitão Cruz encarregou-se da missão mais intensa e mais secreta do programa: dirigir os pelotões especiais que ele mesmo formara e que foram agregados a cada companhia de Rangers. Seus noviços executavam sozinhos as tarefas de coletar informações. Em trajes civis, eles se misturavam às populações locais e se infiltravam no setor da guerrilha. Explica o militar norte-americano, Capitão Wallender:

Não se tratava apenas de informações. Em matéria de combate, nós tínhamos o problema das exigências táticas a resolver por nós mesmos. A nossa vantagem sobre "Che" era a de que ele, sendo uma celebridade mundial, pensava como um general de 4 estrelas. Queria se tornar um campeão de alianças, senhor de vastos

territórios, representante destacado de uma ideologia, figura de proa da História. Assim sendo, "Che" não tinha mais tempo a consagrar aos pequenos problemas, como o da segurança do perímetro de seu campo, ao horário das patrulhas e ao moral de seus recrutas de base. Ora, nós não pensávamos noutra coisa.

Em alguns dias, os elementos dos serviços de informações dos Rangers levantaram a pista de "Che". No domingo, 8 de outubro, um calor canicular se anunciava desde muito cedo. Ao alvorecer, a companhia "A" dos Rangers, em uniforme de combate, partiu em direção de uma estreita e longa ravina, coberta por um bosque, a Quebrada del Yuro, onde movimentos suspeitos tinham sido assinalados na noite precedente.

Os Rangers bloquearam todas as saídas e começaram a esquadrinhar o desfiladeiro. Bruscamente, antes do meio-dia, eles se viram sob o fogo de armas ligeiras. "Che" Guevara jamais pôde realizar o seu sonho de defrontar-se em combate com os ianques, por ele tão execrados. Mas se encontrava naquele momento em face de um inimigo não menos temível: as companhias antiguerrilha, recrutadas entre a população quíchua e treinadas por Shelton.

Che estava ferido e acuado. Ele se lançou através da ravina, atacando e correndo num trajeto em semicírculo, numa tentativa para sair da armadilha, estendida nas posições elevadas. O jovem Capitão Guy Prado, comandante da companhia de Rangers, tinha colocado nessas posições o Primeiro-Sargento Huanca, com uma seção de fuzileiros. A coluna de Guevara investiu contra ele, jogando tudo nessa cartada desesperada, sob uma violenta linha de fogo.

"Che" e sua coluna se atiraram contra a posição de Huanca como uma tempestade de fogo, recorda

Shelton, Huanca deve ter ficado surpreendido, ao ver tombar as suas vítimas, mas impediu que os guerrilheiros fugissem e manteve a posição até que o resto da companhia chegasse ao local e que alguém, com uma bala, fizesse tombar a carabina das mãos de Guevara.

"Che" recebera vários ferimentos, mas todos sem gravidade. A CIA queria que ele permanecesse vivo, quando mais não fosse por motivos de ordem profissional. Mas o alto comando boliviano guardava lembranças particularmente desagradáveis do processo de Régis Debray. Nessa ocasião, centenas de jornalistas, em todo o mundo, tinham dado aos militares bolivianos a reputação de gorilas. O Presidente Barrientos e seus generais não teriam grande mérito na captura de "Che". E queriam evitar os inconvenientes de um novo processo. Na Bolívia, a pena de morte não está inscrita no Código Penal. O alto comando boliviano estava num dilema: ou matar "Che" imediatamente ou nunca mais.

O comandante-chefe, General Alfredo Ovando, o fez fuzilar, no dia seguinte, sob sua ordem e responsabilidade pessoal. E a salva mortífera transformou a vitória da força antiguerrilha numa derrota política.

Não houve comunicado triunfal. O Special Operation Group deixou a Bolívia sem alarde. Os únicos atos oficiais foram as promoções reveladoras de que se beneficiaram Bowdler e o General Alger. O governo boliviano nunca reconheceu publicamente a contribuição de Pappy Shelton e de sua equipe. La Paz apresentou a sua própria versão da longa perseguição de que resultou a morte de "Che" nesta frase lacônica:

Os Estados Unidos se contentaram em nos ajudar com algumas remessas de alimentos desidratados.

O General Roca Diegues, que há 13 anos integra a equipe dirigente da Petrobras, faz revelações sobre a manutenção, pelo Governo Revolucionário, do monopólio estatal do petróleo



Porque a Petrobras Continua Intocável

**(Texto de Afonso de Noronha
Foto de Lúcia Sjostedt Sweet)**

O monopólio estatal do petróleo será mantido em sua plenitude, e os monopólios do refino e do transporte serão rigorosamente preservados, com a manutenção das concessões legalmente amparadas e de há muito outorgadas à iniciativa privada.

Esta advertência foi feita, semanas atrás, pelo General Valdemar Levy Cardoso, novo presidente da Petrobras, ao manifestar o propósito de sua administração de modernizar aquela poderosa empresa, dentro das linhas de uma política nacional de petróleo que vigora há 15 anos e que o Governo da Revolução de 1964 considerou intocável.

Repórter: Mas em que consiste a intocabilidade da Petrobras?

Esta pergunta é respondida pelo General Adolpho Roca Diegues, um dos diretores da empresa. Sobre ele, dizem os funcionários:

Esse homem conhece a Petrobras como a palma de sua mão.

Com efeito, o General Roca Dieguez começou a prestar serviços à Petrobras em 1956, dois anos após a sua fundação. Durante cerca de quatro anos foi superintendente da Refinaria Presidente Bernardes, em Cubatão, S. Paulo. Em abril de 1964, logo após o Movimento Revolucionário, o Presidente Castello Branco o nomeou diretor da Petrobras, para o exercício de um mandato de três anos. O Marechal Costa e Silva confirmou-o no cargo. Assim, há cinco anos vem o General Roca Dieguez exercendo as suas funções. E tem sob a sua responsabilidade a área econômica e financeira da empresa; o planejamento a curto, médio longo prazos; toda a parte comercial, envolvendo a compra de petróleo e das matérias-primas demandadas pelas refinarias do País e a venda de toda a produção da Petrobras. E, além disso, cabe-lhe a supervisão e orientação do Departamento de Transporte da Petrobras, que é o executor dos programas de transporte marítimo realizado pela Fronape, e do transporte terrestre por oleodutos.

Perguntamos inicialmente ao General Roca Dieguez: O monopólio estatal do petróleo continua intocável. Mas qual o seu conceito de intocabilidade?

General Roca Dieguez: O monopólio estatal do petróleo foi instituído pelo governo brasileiro em 1953, através da lei nº 2.004, de 3 de outubro. Ele se exerce sobre a pesquisa e a lavra de petróleo, em todo o território nacional, sobre a refinação e sobre o transporte marítimo de cabotagem e por condutos. Em 1963, por força do Decreto nº 53.337, de 23 de dezembro, foi estendido a todas as importações brasileiras de petróleo e seus derivados. De acordo com essa legislação, o monopólio é exercido, em nome da União Federal, de um lado pelo Conselho Nacional do Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização, e do outro pela Petrobras, como órgão de execução.

O General Roca Diagoes, que há 13 anos integra a equipe dirigente da Petrobrás, faz revelações sobre a manutenção, pelo governo revolucionário, do monopólio estatal do petróleo

PORQUE A PETROBRÁS CONTINUA INTOCÁVEL

O monopólio estatal do petróleo está mantido em sua plenitude, e os monopólios da refinação e do transporte serão rigorosamente preservados, com a manutenção dos conceitos legalmente estabelecidos e de há muito incorporados à indústria privada. Esta declaração foi feita, no mesmo ato, pelo General Valdeamar Levy Cardoso, atual presidente da Petrobrás, ao manifestar a propósito de sua administração de modernizar aquela poderosa empresa, dentro das linhas de uma política nacional de petróleo que vigora há 13 anos e que o profeta da Revolução de 1964 considerava intocável. Mas em que consiste a intocabilidade da Petrobrás? Das perguntas é respondida pelo General Adalberto Roca Diagoes, um dos diretores da empresa. Sobre ele, dá-se as seguintes informações: "Foi homem conhecido a Petrobrás em sua primeira fase". Com efeito, o General Roca Diagoes começou a trabalhar na Petrobrás em 1950, dois anos após a sua fundação. Durante esse período não foi superintendente da Refinaria Presidente Getúlio, em Cabedelo, S. Paulo. Em abril de 1964, logo após o movimento revolucionário, o Presidente Castelo Branco e nomeou diretor da Petrobrás, para o exercício de sua função de três anos. O General Costa e Silva confiou no caráter de Asses, há cinco anos, ao General Roca Diagoes encarregado de suas atividades. E tem sido a sua responsabilidade a área econômica e financeira da empresa, o planejamento a curto, médio e longo prazos; além a parte operacional, envolvendo a compra do petróleo e das matérias-primas demandadas pela refinação do petróleo e a venda de toda a produção da Petrobrás. E, além disso, cabe-lhe a supervisão e coordenação do Departamento de Transporte de Petróleo, que é o executor dos programas de transporte marítimo realizados pelo Itaipava, e do transporte terrestre por oleodutos.

Previamente intitulou-se o General Roca Diagoes: O monopólio estatal do petróleo continua intocável. Mas qual é esse conceito de intocabilidade?

— O monopólio estatal do petróleo foi instituído pelo governo brasileiro em 1953, através da lei n.º 2.404, de 1 de outubro. Ele se estende sobre a produção e a venda do petróleo, em todo o território nacional, sobre a refinação e sobre o transporte marítimo de substâncias e por condutos. Em 1963,

por força do Decreto n.º 53.317, de 21 de dezembro, foi estendido a todas as importações brasileiras de petróleo e suas derivados. De acordo com essa legislação, o monopólio é exercido, em nome da União Federal, de um lado pelo Conselho Nacional de Petróleo, como órgão de orientação e fiscalização, e do outro pela Petrobrás, como órgão de execução. Desta forma, desde 1953 tem a Petrobrás o monopólio de produção de petróleo e o monopólio de distribuição de petróleo, que acaba de ser reformado, em nome do governo, pelo Ministro Antônio Dias Leite Junior, que Minas e Espírito, em decreto proferido na posse do Marechal Levy Cardoso, atual presidente da Petrobrás, implica, portanto, na intocabilidade mantida dos princípios estabelecidos pela lei n.º 2.404, dentro de sua interpretação constitucional que, precisamente, é também constitucional no que se refere à exploração e à produção de petróleo.

O que significa, para o Brasil, o fato de ter a Petrobrás o monopólio de venda do petróleo? — Significa, agora, não mais de dimensões comerciais como o Brasil, que dispõe de cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados de bacias sedimentares petrolíferas, onde está agindo a empresa geológica não tem sido inauguradas as áreas de petróleo, não mais de produção representativa, e não de um grande núcleo econômico e financeiro. Esse núcleo, que tem sido constituído e construído, ao tempo e ao espaço, desde há trinta anos atrás, se trata de um recultivado de pesquisas, que realiza estudos das bacias sedimentares constituídas e por investimentos de risco, realizados por sua fim, que resultam 921 milhões de dólares em termos de moeda atual, dos quais 440 milhões (48%) são dólares cinco anos, dependendo

em sua maior parte, em moeda nacional. Graças a sua vasta programação de trabalho foi dada continuidade, no final do ano passado, ao plano de expansão recuperativa do monopólio e exercido, em nome da União Federal, de um lado pelo Conselho Nacional de Petróleo (823 milhões de litros) e de 26.304,54 milhões de metros cúbicos de gás natural, além o que está agindo se produzida um tempo país, ou seja, 67,3 milhões de m³ de petróleo (422 milhões de barris) e 7.040 milhões de m³ de gás. Vale dizer que, diante dos resultados agora atingidos, cada barril de petróleo descoberto em nosso subsolo contém no Brasil apenas US\$ 8,75. Em outros continentes a descoberta, que são, e produção atual anual, de 200 milhões barris diários de petróleo, significa pouca coisa de cerca de 55% no caso da antiga petroliera, em relação ao custo de importação, e uma economia anual de bilhões, para o Brasil, de cerca de 140 milhões de dólares. E isso somente no petróleo bruto que se destina ao consumo.

Qual o índice de participação do petróleo nacional na economia brasileira desenvolvida do petróleo, e quais as perspectivas de investimento de produção além do território do Brasil?

— Em 1963 a produção brasileira de petróleo foi de 9,31 milhões de metros cúbicos (560 milhões de barris) representando um crescimento de 10,9 sobre a produção do ano anterior que, por sua vez, incluía além de outros um índice de 28% de aumento sobre a produção de 1962. Quanto ao consumo de derivados de petróleo, foi de 25.797 milhões de m³ (161,1 milhões de barris) em 1964, representando um crescimento de 15,4% sobre o de 1963, e abrangendo a média diária de 842 mil barris. Embora em 1964 haja crescimento no consumo, aumentou de consumo de derivados, portanto, porém se registrou simultaneamente aumento no nível superior a 5% em relação ao anterior, a produção brasileira de petróleo representando, naquele ano, a abastecimento de 37% das necessidades do mercado. Com base nas reservas até agora descobertas em terra firme, e diante da possibilidade de uma produção geológica que tem sido conservada até agora, não há restrições sérias quanto ao petróleo, no Brasil, incluindo, naturalmente, o índice de participação do petróleo nacional no mercado brasileiro de derivados de petróleo. Há, portanto, condições de



de um crescimento para a plataforma continental brasileira, onde as primeiras pesquisas sedimentares foram recentemente desenvolvidas no campo de Sergipe, estado pernambuco, com ritmo crescente, em pesquisas nas bacias sedimentares localizadas em terra firme, para obter orientação no programa de bacias sedimentares e permitir, também, investimentos.

Quais as perspectivas oferecidas pelo atual plano de produção em plataformas continentais brasileiras?

— O desenvolvimento profícuo realizado em plataformas continentais, ao longo de 1964, e em bacias localizadas, possibilita esperar resultados favoráveis, graças à capacidade e índice de participação do petróleo nacional no mercado brasileiro de derivados de petróleo. Há, portanto, condições de

Grande do Sul. A perforação dessas formações foi iniciada no segundo semestre do ano passado, no campo de Alagoas, Sergipe e Espírito Santo, registrando, até o momento, cerca de 15 mil metros perfurados em 3 poços. Vale salientar que, em todo poço já completado, duas áreas foram classificadas como produtoras e permitiram também a produção de gás. Os campos de Sergipe, em formações diferentes e com excelentes resultados. As boas condições de produção dessas duas poços, já demonstradas através de testes de formação continuados, permitem indicar que estas, provavelmente, em poucos dias poderão ser produzidas em plena capacidade e, a despeito de condições inclementes atuais em virtude de derivados, será possível assegurar a tão desejada auto-suficiência do abastecimento nacional de

O General Diagoes afirma que a reforma administrativa já atingiu a Petrobrás. Só resta concluir os estudos sobre a conveniência e oportunidade de se transformar a empresa em um holding

petróleo em bem menor prazo do que se poderia imaginar em um ano.

A reforma administrativa do General Costa e Silva atingiu a Petrobrás? — A Petrobrás tem sido pioneira, no Brasil, na implantação dos modernos métodos administrativos que marcam o sucesso das grandes empresas nacionais. Logo de ser criado o Conselho, passou ela, já institucionalizada de forma sólida, a mais moderna procedência de natureza administrativa, nos campos de produção, dos materiais, dos serviços, dos vendas, do orçamento, do planejamento, das finanças, da contabilidade, das relações públicas, do pessoal e da gerência. Desde a Petrobrás, na criação de sua estrutura, de um regime interno criado exclusivamente para os problemas de organização e gerência administrativas, adaptado ao seu complexo e moderno sistema de processamento de dados existentes no Brasil. Sua finalidade básica é a de implantar os mais modernos técnicas administrativas, sob premissas e condições que se adaptam a realidade de nossa e a obtenção. Nos particular, porém, pode-se afirmar que a reforma administrativa do General Costa e Silva já atingiu a Petrobrás. O único problema de natureza administrativa, que ainda se encontra em fase de estudo é a reforma de contabilidade e a possibilidade de se transformar o Petróleo em empresa holding, visando a facilitar sua atuação através de empresas subsidiárias.

A reforma das subsidiárias nasceu juntamente com a criação Petrobrás, uma vez que a lei n.º 2.404 prevê sua constituição sob bases que impõem integralmente a política de monopólio do petróleo vigente no Brasil. Embora já haja a Petrobrás constituída nos primeiros subsídios — a Petrobrás — e a Bruma de geração não são adquiridos somente dentro da empresa no que diz respeito à oportunidade. Como se trata de problemas que são na parte de estabilidade, tanto o Ministro Dias Leite como o General Roca Diagoes, além de serem para muito tempo, uma definição não precisa e vaga, baseada em estudos de profundidade a serem desenvolvidos em todos os aspectos, naturalmente se de natureza administrativa, técnico-operacional e econômico-financeira.

Texto de Afonso de Noronha
Foto de Lucia Spindel Sievet

Dessa forma, desde 1953, vem a Petrobras sendo a executora da política monopolista de petróleo vigente no Brasil e, nos cinco anos de Governo Revolucionário, jamais se pensou em modificar essa política, seja ampliando o seu campo de ação, seja restringindo-o. O conceito de intocabilidade do monopólio estatal do petróleo, que acaba de ser reafirmado, em nome do Governo, pelo Ministro Antônio Dias Leite Júnior, das Minas e Energia, no discurso proferido na posse do Marechal Levy Cardoso, novo presidente da Petrobras, implica, portanto, na intransigente manutenção dos princípios estabelecidos pela lei nº 2.004, dentro de sua interpretação institucional que, presentemente, é também constitucional na parte relativa à exploração e à produção de petróleo.

Repórter: O que significa, para o Brasil, o fato de ter a Petrobras alcançado a meta de produção de 200.000 barris diários de petróleo?

General Roca Dieguez: Significa muito. Num País de dimensões continentais como o Brasil, que dispõe de cerca de 3 milhões de quilômetros quadrados de bacias sedimentares prospectáveis, onde até agora a resposta geológica não tem sido magnânima em termos de petróleo, essa meta de produção representa, fundamentalmente, o êxito de um grande esforço, técnico e financeiro.

Esse esforço, que tem sido continuado e crescente, no tempo e no espaço, desde há trinta anos atrás, se traduz por um recobrimento de pesquisa na quase totalidade das bacias sedimentares continentais e por investimentos de risco, realizados para esse fim, que totalizam 923 milhões de dólares em termos de moeda estável, dos quais 440 milhões (48%) nos últimos cinco anos, despendidos em sua maior parte em moeda nacional.

Graças a esse vasto programa de trabalho foi dado comprovar, no final do ano passado, a existência de reservas recuperáveis de 130,67 milhões de metros cúbicos de petróleo (823 milhões de barris) e de 26.804,54 milhões de metros cúbicos de gás natural, afora o que até agora se produziu em nosso País, ou seja, 67,5 milhões de m³ de petróleo (422 milhões de barris) e 7.040 milhões de m³ de gás. Vale dizer que, diante dos resultados agora atingidos, cada barril de petróleo descoberto em nosso subsolo custou ao Brasil apenas US\$ 0.72. Em termos econômicos e financeiros, portanto, a produção estável atual, de 200.000 barris diários de petróleo, significa poupança de cerca de 55% no custo da energia petrolífera, em relação aos custos importação, e uma economia anual de divisas, para o Brasil, de cerca de 140 milhões de dólares. E isto somente no petróleo bruto que se deixará de importar.

Repórter: Qual o índice de participação do petróleo nacional no consumo brasileiro de derivados de petróleo, e quais as perspectivas de incremento de produção diante da expansão econômica do Brasil?

General Roca Dieguez: Em 1968 a produção brasileira de petróleo foi de 9,51 milhões de metros cúbicos (60 milhões de barris) representando um acréscimo de 10% sobre a produção ano anterior que, por sua vez, também o ofereceu um índice de 26% de aumento sobre a produção de 1966. Quanto ao consumo de derivados de petróleo, foi de 25,797 milhões de m³ (161,3 milhões de barris) em 1968, representando um incremento de 15,4% sobre a de 1967, e oferecendo a média diária de 442 mil barris. Embora em 1968 haja ocorrido um incremento anormal de consumo de derivados, porquanto jamais se registrou anteriormente incremento anual superior a 8% em relação ao ano anterior, a produção brasileira

de petróleo representou, naquele ano, o atendimento de 37% das necessidades do mercado. Com base nas reservas até agora descobertas em terra firme, e diante da parcimoniosa resposta geológica que tem sido conservadora até agora, seria extremamente difícil continuar, para o futuro, melhorando sensivelmente o índice de participação do petróleo nacional no mercado consumidor de derivados de petróleo.

Daí haveremos voltado todas as esperanças para a plataforma continental brasileira, onde as primeiras pesquisas submarinas foram extremamente bem sucedidas na costa de Sergipe, embora prossigam, em ritmo crescente, as pesquisas nas bacias sedimentares localizadas em terra firme para cuja execução os programas estabelecidos continuam a prever vultosos investimentos.

Repórter: Quais as perspectivas oferecidas pelas recentes pesquisas realizadas na plataforma continental brasileira?

General Roca Dieguez: Os levantamentos geofísicos realizados na plataforma continental, ao longo de toda a costa brasileira, permitiram mapear importantes formações geológicas de características tecnicamente valiosas, desde o Amapá e a foz do Amazonas até o Rio Grande do Sul. A perfuração dessas formações foi iniciada no segundo semestre do ano passado, nas costas de Alagoas, Sergipe e Espírito Santo, registrando, até o momento, cerca de 15 mil metros perfurados em 5 poços. Vale salientar que, dos três poços já completados, dois deles foram classificados como produtores, ambos na costa de Sergipe, em formações diferentes e com excelente vazão. As boas características de produção desses dois poços, já demonstradas através de testes de formação continuados, permitem inferir que estamos, efetivamente, em

presença de ponderáveis reservas recuperáveis e que, a despeito do vertiginoso incremento anual no consumo de derivados, será possível atingirmos a tão almejada autossuficiência do abastecimento nacional de petróleo em bem menor prazo do que se poderia imaginar um ano atrás.

Repórter: A reforma administrativa do Governo Costa e Silva atinge a Petrobras?

General Roca Dieguez: A Petrobras tem sido pioneira, no Brasil, na implantação das modernas técnicas administrativas que marcam o sucesso das grandes empresas mundiais. Longe de ser órgão burocrático, possui ela, já institucionalizados de forma dinâmica, os mais modernos procedimentos de natureza administrativa, nos campos do pessoal, dos materiais, das compras, das vendas, do orçamento, do planejamento, das finanças, da contabilidade, das relações públicas, da supervisão e da gerência.

Dispõe a Petrobras, na cúpula da sua estrutura, de um órgão interno voltado exclusivamente para os problemas de organização e gerência administrativa, alicerçado no mais complexo e moderno sistema de processamento de dados existentes no Brasil. Sua finalidade básica é a de implantar as mais modernas técnicas administrativas, não permitindo a estagnação e o obsoletismo. Neste particular, portanto, pode-se afirmar que a reforma administrativa do Governo Costa e Silva já atingiu a Petrobras.

O único problema de monta, que ainda se encontra em fase de estudos, é o relativo à conveniência e à oportunidade de se transformar a Petrobras em empresa holding, passando a executar suas atividades através de empresas subsidiárias.

A premissa das subsidiárias nasceu juntamente com a própria Petrobras, uma vez que a lei nº 2.004 prevê sua constituição em bases que resguardam integralmente a política do monopólio de petróleo vigente no Brasil. Embora já haja a Petrobras constituído sua primeira subsidiária, a Petroquisa, a fórmula de generalização ainda não adquiriu consenso unânime dentro da empresa no que tange à oportunidade.

Como se trata de problema que está na pauta da atualidade, tanto o Ministro Dias Leite como o Marechal Levy Cardoso, durante a solenidade de posse deste último na presidência da Petrobras, a ele se referiram em seus discursos. Aliás, é possível prever para muito breve uma definição empresarial a esse respeito, baseada em estudos de profundidade a serem desenvolvidos em todos os aspectos, notadamente os de natureza administrativa, técnico-operacional e econômico-financeira.

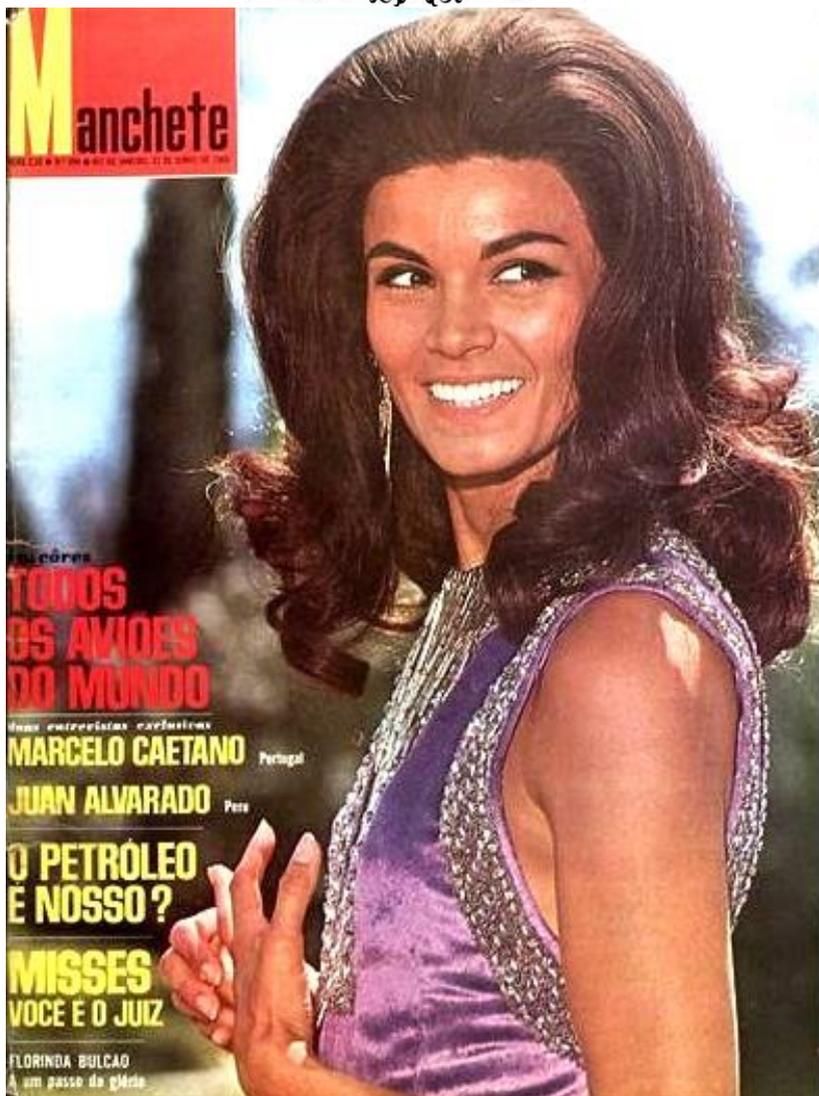




Manchete n° 896, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 21.06.1969



O Petróleo é Nosso?
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



Conta-se que quando o Sr. Getúlio Vargas, em 1951, pensou em criar a Petrobras, chamou ao Catete um grupo de técnicos de sua confiança e recomendou:

Preparem o anteprojeto, mas nem precisam preocupar-se com o detalhe do monopólio porque a Câmara se encarregará dele.

Por uma dessas estranhas e irônicas contradições da política brasileira, teria sido então a famosa “*banda de música*” da UDN, que, apesar de sua oposição ao Governo, consagraria o monopólio no texto do projeto afinal transformado na Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953.

De então para cá, ao longo de 16 anos, *o monopólio foi um tabu absoluto e intocável*. Ninguém ousava falar em revogá-lo. Havia quase um fetichismo em torno da sua irreversibilidade. O “*petróleo é nosso*” jamais permitiu qualquer contestação ou restrição.

Agora, a muralha do monopólio, que parecia inexpugnável, *começa a revelar sintomas de fragilidade e ruptura*. Seus adversários, que jamais se conformaram com ela e sempre a sitiaram, revolvem números e projeções nas tentativas de provar que o Estado, sozinho, jamais resolverá o problema do petróleo brasileiro. A subsidiária da petroquímica foi o primeiro furo na couraça do monopólio. A subsidiária do transporte poderá ser o segundo. O petróleo é nosso?

**“O Petróleo é um Fedorento Sangue da Terra,
que Passou a ser Também o Sangue da
Indústria, das Finanças, do Poder e da
Soberania dos Povos” (Monteiro Lobato)**

Monteiro Lobato costumava dizer que a mais fácil extração do petróleo sobre o carvão é apenas uma das suas muitas vantagens, porque:

Aberto o poço, ele jorra sempre, minerando-se por si mesmo. A refinação pode ser feita no local ou a mil léguas de distância. Seu custo é mínimo quando operado em larga escala. O transporte torna-se barato: "caminha por dentro da terra, como a água encanada". O varejo pode ser abastecido a granel por meio de carros, em tambores ou latas. Circula sobre os Mares em navios tanques. Esse fedorento sangue da terra passou a ser o sangue da indústria, das finanças, do poder e da soberania dos povos.

A história do petróleo no Brasil apresenta três fases distintas. A primeira vai das pesquisas no final do século passado até 1933, *sob o regime da livre iniciativa.*

A segunda fase, já em plena ditadura, começa com dois decretos-leis: o de nº 366, de 11 de abril de 1938, que nacionalizou as jazidas de hidrocarbonetos líquidos e gases naturais: e o de nº 395, de 29 de abril de 1938, que criou o Conselho Nacional de Petróleo. *Era a intervenção do Governo para ocupar o seu posto na condução do problema.*

A terceira fase é a do monopólio, instituído em 1953 e que vem sobrevivendo até hoje, com o Conselho Nacional do Petróleo encarregado da orientação e fiscalização e a Petrobras da execução. O monopólio, que inicialmente abrangia a exploração, produção e transporte de óleo bruto e seus derivados, terminou, dez anos depois, por abranger também a importação.

Quando começou a terceira fase, a produção brasileira de petróleo era insignificante e até ridícula. Em 1950, produzíamos 54 mil metros cúbicos. Cinco anos depois, 321 mil. Em 1960, cinco milhões de metros cúbicos. E em 1968, quase 10 milhões, vale dizer, volume suficiente para recobrir as duas pistas da nova Rio-São Paulo com uma camada de mais de um metro de espessura.

um livro revelador 10 partes

O PETRÓLEO É NOSSO?

"Como o monopólio foi instalado? A produção chegou a diminuir em 1964? As reservas brasileiras em 1953 eram de 50 milhões de barris? Não, são de 120 milhões? As refinarias são a combústível que consumimos? As tentativas na área da petroquímica, com associação de grupos privados? Surgirá a subsídiana para o transporte? A Petrobrás é hoje a maior empresa da América do Sul e uma das 100 maiores do mundo? De paga ao pólo e de pólo ao país."



Contava-se que quando o Sr. Getúlio Vargas, em 1951, pensou em criar a Petrobrás, chamou ao Centro um grupo de técnicos de sua confiança e recomendou: — Prepararam o antiprojeto, mas não precisam preocupar-se com o detalhe do monopólio porque a Câmara se encarregará dele. Por uma dessas estranhas e inócuas contradições da política brasileira, veio então a famosa "banda de música" da UDN, que, apesar de sua oposição ao governo, consagrou o monopólio no texto do projeto, ainda transformado na Lei 2.004, de 3 de outubro de 1953. De então para cá, ao longo de 16 anos, o monopólio foi um tabu absoluto e inofensível; ninguém ousava falar em revogá-lo. Havia quase um tabu quanto em torno de sua intransigência. O "petróleo é nosso" jamais permitiu qualquer contestação ou restrição. Agora, a muralha do monopólio, que parecia inespugnável, começa a revelar sintomas de fragilidade e ruína. Seus adversários, que jamais se conformaram com ela e sempre a atacaram, tiveram número e projeção nas tentativas de provar que o Estado, sozinho, jamais resolverá o problema do petróleo brasileiro. A subsidiária da petroquímica foi o primeiro furo na couraça do monopólio. A subsidiária do transporte poderá ser o segundo.

O petróleo é nosso?

Texto de Murilo Melo Filho

2200

Esse progresso foi muito prejudicado em 1962 e 1963 por greves e agitações sucessivas. Uma avalanche de empreguismo inundou os quadros da Petrobras. Os operários cruzavam os braços, a produção caía.

Os comunistas que insuflavam e lideravam as greves, transformavam-se assim nos melhores aliados e colaboradores dos trustes: cada barril, que por causa das greves deixávamos de produzir ou de refinar aqui, era um barril comprado a peso de dólar às companhias estrangeiras.

Em 1964, a produção havia caído para 94 mil barris diários, enquanto o consumo aumentava. De então para cá, ela aumentou mais do dobro, ultrapassando a marca dos 200 mil barris diários, num esforço realmente meritório, inclusive porque representou uma economia de US\$ 140 milhões na pauta da importação.

Previsões Pessimistas dos Adversários do Monopólio

Em 1968, a produção brasileira foi de 60 milhões de barris, com um aumento de 10% sobre a do ano anterior, que por sua vez também já havia aumentado 26% sobre a produção de 1966. Mas em 1968 o consumo foi de 161 milhões de barris, com um aumento de quase 16% sobre 1967 (incrementos de consumo acima de 8% são anormais) e com a média diária de 442 mil barris. Estávamos assim em 1968 atendendo a 37% da demanda do mercado.

Os adversários do monopólio da Petrobras, entre os quais se inclui o Sr. Roberto Campos, acham que nesse ritmo, agravado pelo crescente progresso industrial e vertiginoso aumento da produção automobilística, jamais chegaremos à autossuficiência.

A performance da Petrobras, que dobrou sua produção em quatro anos, e atingiu 209 mil barris diários, é o resultado de um enorme esforço dos operários e técnicos brasileiros. Índices de outros países: 2 milhões de barris na Líbia, 1 milhão na Argélia, 800 mil na Nigéria, 550 mil no México, 380 mil na Argentina, 250 mil na Colômbia, 230 mil em Trinidad e 210 mil no Egito.

Quando a Petrobras iniciou suas operações, em 1954, nossa produção média mensal era de 11 mil toneladas métricas. Quatorze anos depois, era de 650 mil.

A Índia e a Nigéria começaram a produzir petróleo em 1960. A primeira está produzindo hoje 200 mil barris diários e a Nigéria 800 mil. A Líbia começou em 1961 e já produz hoje 2 milhões. Os principados árabes de Katar e Omã Trucial, que descobriram petróleo há apenas seis anos, produzem hoje, cada um, 400 mil barris por dia. A Argélia passou de 7 mil toneladas métricas em 1954 para 4 milhões hoje. A Austrália, após a descoberta das reservas do estreito de Bass, alcançará a autossuficiência no próximo ano com 400 mil barris diários. O Gabão, que iniciou sua produção há cinco anos, já está com 110 mil barris. Angola, com o petróleo de Cabinda, também cresce em ritmo geométrico e os interesses em torno de sua plataforma marítima, fértil em petróleo, talvez estejam no cerne de todo o problema das lutas pela sua libertação ou independência.

Quando a Petrobras começou a existir, as reservas brasileiras de petróleo eram calculadas em cerca de 50 milhões de barris. Agora, quinze anos depois, elas estão estimadas em cerca de 850 milhões, ou seja 17 vezes mais. Este é o volume de que já podemos dispor. Se não se descobrissem novas jazidas, os barris extraídos fariam esse volume diminuir.

Mas ele tem aumentado sempre exatamente porque as pesquisas vêm revelando novos lençóis, sobretudo nos poços submarinos mais rasos da baía de Todos os Santos e nas perfurações mais profundas em pleno oceano Atlântico, com um total de 15.000 m perfurados.

O Recôncavo baiano, com 32 campos petrolíferos e 1.350 poços, contribui com 95% do petróleo produzido no Brasil. Os 5% restantes vem da bacia Alagoas-Sergipe.

O Brasil tem onze refinarias, sendo seis particulares e cinco da Petrobras.

As seis particulares já existiam em 1954 quando o monopólio foi instituído e tiveram de ser respeitadas. Elas trabalham sob severo controle e fiscalização do Conselho Nacional do Petróleo e da própria Petrobras, à qual têm de recolher parte dos seus lucros. Foram desapropriadas através de decreto assinado pelo ex-Presidente João Goulart e anunciado no comício do dia 13 de março. *Sua produção é ínfima diante do volume produzido pelas refinarias estatais, que são as seguintes:*

- 1. Landulpho Alves, inaugurada no ano de 1950, em Mataripe, próximo a Salvador, com uma capacidade inicial de 397 metros cúbicos diários, hoje aumentados para 8 mil, graças às novas unidades que lhe foram acrescentadas. Foi a primeira refinaria projetada para processar o petróleo oriundo dos campos de Itaparica, Dom João e Candeias. Produz também 350 metros cúbicos de asfalto por dia.*
- 2. Presidente Bernardes, inaugurada no ano de 1955, em Cubatão, próximo de Santos, com uma capacidade inicial de 7.150 metros cúbicos diários, hoje aumentados para 19 mil, graças também às novas unidades que lhe foram incorporadas. Tem várias unidades produtoras de gás liquefeito, propeno, etileno,*

querosene, diesel, óleo combustível, amônia, gasolinas e fertilizantes. Produz também 670 metros cúbicos de asfalto por dia.

- 3.** *Duque de Caxias, inaugurada em 1961, no município de Caxias, próximo do Rio, com uma capacidade inicial de 14 mil metros cúbicos diários, hoje aumentados para 24 mil, graças à sua grande flexibilidade operacional. Possui também a única unidade brasileira de reformação catalítica.*
- 4.** *Gabriel Passos, inaugurada em 1968, no município de Betim, próximo de Belo Horizonte, com uma capacidade inicial de 7.150 metros cúbicos diários.*
- 5.** *Alberto Pasqualini, inaugurada em 1968, no município de Canoas, próximo de Porto Alegre, com uma capacidade inicial de 7.150 metros cúbicos diários, ou seja, 45 mil barris.*

Quando Atingiremos a Autossuficiência? A Meta tem Sido Perseguida, mas Ainda não Alcançada por Causa do Enorme Aumento do Consumo

Já foram iniciados os trabalhos para construção de uma grande refinaria da Petrobras em Paulínia, no planalto paulista, que será uma das maiores da América do Sul (16 mil metros cúbicos diários a fim de atender à crescente demanda da região Centro-Sul do País).

Atualmente, as cinco refinarias da Petrobras estão refinando 400 mil barris diários de óleo bruto (entre o nacional e o importado), enquanto as refinarias particulares produzem apenas 50 mil e não poderão produzir mais do que isto. A previsão para este ano é de mais 100 mil barris. E até 1972, mais 250 mil, com o que então a autossuficiência do refino estará plenamente assegurada. Tentativas esparsas e isoladas sempre foram feitas no campo da petroquímica:

I O Conjunto Petroquímico Presidente Vargas, localizado na refinaria Duque de Caxias, com uma fábrica de borracha sintética, capaz de produzir 60 mil toneladas anuais.

II A Fábrica de Fertilizantes, localizada na refinaria Presidente Bernardes, que usa o gás residual da refinaria, misturado com o ar atmosférico. Produz nitrocálcio, utilizado em misturas ou isoladamente como fertilizante.

III As unidades especiais de eteno e propeno, localizadas na refinaria Presidente Bernardes e cujos produtos são utilizados na fabricação de acetileno, estireno e polietileno.

Reunindo todos esses empreendimentos isolados, a Petrobras criou a Petroquisa, subsidiária para a área da petroquímica, que acaba de associar-se a grupos privados, brasileiros e estrangeiros, para construir um grande conjunto em São Paulo.

Na Bahia, ao mesmo tempo, está sendo construída uma unidade petroquímica, que aproveitará o gás natural da refinaria Landulpho Alves e produzirá amônia e ureia.

Trata-se de indústria caríssima, que requer “*know-how*” complicado e capitais vultosos. O Japão, por exemplo, resolveu incrementar ao máximo a sua produção local de nafta, tendo como base o óleo cru. Resultado: até 1971, sua produção de nafta terá crescido 62%, contra 52% no óleo combustível e 36% na gasolina.

Transporte: Petroleiros, Oleodutos e Terminais

O transporte do petróleo e seus derivados é feito por mar ou por terra, através de oleodutos, terminais e navios.

Uma rede de oleodutos escoava atualmente a produção dos campos do Recôncavo para a refinaria Landulpho Alves e para o terminal marítimo Almirante Alves Câmara, em Madre de Deus.

Outro oleoduto, de 18 km de extensão, conduz os derivados da refinaria Duque de Caxias para o terminal marítimo Almirante Tamandaré, que hoje já está unido a outra refinaria (Gabriel Passos, em Betim) através do oleoduto Rio-Belo Horizonte, com 362 km de extensão.

Há ainda os oleodutos Carmópolis-Atalaia Velha (47 km), São Sebastião-Cubatão (120 km) e Tramandaí-Canoas (98 km).

Os principais terminais marítimos são:

- A.** *O Almirante Alves Câmara, que foi o primeiro construído e que permite o acostamento de navios até 45 mil toneladas, dispondo ainda de um "píer" para quatro petroleiros.*
- B.** *O Almirante Tamandaré, construído em 1961, que não só abastece de petróleo a refinaria Duque de Caxias, como também escoava a sua produção de derivados. Seu ponto de atracação é uma verdadeira ilha artificial, na baía da Guanabara, que pode operar ao mesmo tempo quatro petroleiros de até 105 mil toneladas.*
- C.** *O Almirante Barroso, construído e inaugurado recentemente, que abastece de petróleo a refinaria Presidente Bernardes e recebe navios de até 130 mil toneladas.*
- D.** *O Almirante Soares Dutra, em Tramandaí, no Rio Grande do Sul, que abastece de petróleo a refinaria Alberto Pasqualini. É um terminal oceânico, que recebe a carga dos petroleiros através de um sistema de boias.*

A Petrobras possui uma frota de petroleiros, que fazem o transporte marítimo de seus produtos. São navios de grande tonelagem, com o bojo dividido em vários tanques para possibilitar cargas simultâneas de diversos tipos de óleos e produtos. O convés tem diversas espécies de tubulações e válvulas, para permitir a carga e a descarga de todos os produtos quase ao mesmo tempo.

Assim como já foi criada a subsidiária para a petroquímica, tem-se como certo que será criada em seguida a subsidiária para o transporte. Esse problema vem sendo discutido sigilosamente. Já provocou algumas crises não reveladas e por isto passou a ser conduzido com bastante cautela.

Há estudos sérios para transformar a Petrobras num "*holding*", com várias empresas subsidiárias. O homem encarregado desses estudos é o General Roca Dieguez, que anuncia para breve uma definição empresarial a respeito.

Uma corrente acusa as subsidiárias de serem os instrumentos para a quebra do monopólio. Outra entende que a Petrobras cresceu demais e tem de ser compartimentada, a fim de garantir maior eficácia na sua gerência e melhores índices na sua produção.

A Petrobras tem prestado grandes e inegáveis serviços ao Brasil. Além da sua produção, da economia em divisas, da criação de empregos, há a formação de uma equipe de técnicos nacionais, dotada de excelente "*know-how*".

Hoje ela é a mais poderosa empresa de toda a América do Sul e está incluída entre as cem maiores do mundo. Seus técnicos entendem que, apesar de algumas falhas gerenciais, não há outro caminho fora do monopólio.

Está ainda por surgir no mundo subdesenvolvido um País que tenha progredido harmonicamente em função de ter aberto a exploração petrolífera aos capitais privados. E citam o caso da Venezuela, que é um dos maiores produtores de petróleo do mundo, e não passa de um País exportador de matérias-primas, sem possuir condições básicas para atingir uma razoável substituição da importação de bens de consumo e produtos manufaturados.

O Relatório Link havia classificado a área de Sergipe como de importância secundária para o petróleo. Pois bem. Só as reservas de Carmópolis estão calculadas *em pelo menos 2 bilhões de barris* e constituem um dos maiores lençóis petrolíferos de toda a América do Sul.

O Recôncavo perdeu a posição de único produtor, embora possua o poço que mais produziu até hoje, o AG-20-BA, no campo de Água Grande, e o poço mais profundo, o DA-1-BA, na bacia de Turano, cuja perfuração foi concluída ao atingir a profundidade recorde de 5.033 metros.

O brutal aumento do consumo entre 1967 e 1968 levou a Petrobras a responder com uma intensa atividade na pesquisa e na lavra, que se traduziu numa elevação de 54 para 60 milhões de barris. Embora significativo em seu valor absoluto, reconhece a Petrobras, em seu relatório de 1968, que este resultado ainda não atendeu a seus objetivos.

No ano passado, a Petrobras produziu um lucro líquido de NCr\$ 305 milhões, aumentou seu capital para NCr\$ 2 bilhões e economizou divisas no total de US\$ 300 milhões, embora o que ela não produziu para atender o resto da demanda tenha custado US\$ 250 milhões.

O Ingresso do Estado no Campo da Distribuição

Já no próximo ano, a Petrobras terá atingido 30% no grau de sua participação dentro do mecanismo da distribuição de derivados. Estão previstos, para tanto, investimentos de NCr\$ 19 milhões, a fim de que fiquem prontas as obras, já em andamento, das “bases de pavimento” em Canoas, Caxias, São Paulo, Brasília, Vitória, Fortaleza e Mataripe.

Essas sete bases se destinam ao suprimento do mercado consumidor de derivados. Juntamente com mais duas, as de Ilhéus e Betim, elas acrescentarão ao parque nacional de estocagem nada menos de 400 mil metros cúbicos de capacidade de armazenamento.

Foi em 1961 que a Petrobras entrou no processo da distribuição. Iniciada na Guanabara, Estado do Rio e São Paulo, essa distribuição ocupa hoje o terceiro lugar e já totaliza mais de 300 postos na Bahia, Goiás, Mato Grosso, Minas, Paraná, Rio Grande do Sul e Brasília, faturando uma média diária de NCr\$ 1 milhão e 300 mil.

Esse ingresso provocou muitos debates e controvérsias, porque já então a empresa estatal iria completar todo o ciclo: pesquisar, produzir, transportar, refinar e distribuir petróleo. Foi exatamente a necessidade de gerar mais recursos para a exploração que a levou a invadir a área distribuidora.

Qualquer motorista, ao preferir um posto da Petrobras, estará automaticamente contribuindo para abrir mais um poço de perfuração, dentro de um circuito fechado, que se traduz no slogan:

Do poço ao posto e, de volta, do posto ao poço.



Manchete nº 897, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 28.06.1969



Um Futuro na Base da Verdade
(Reportagem de João L. de Albuquerque
e Antônio Praxedes)



Cumprindo seu programa de visita ao Brasil, Rockefeller ouviu os homens de governo, da indústria e da inteligência brasileiras para planejar “*um futuro na Base da Verdade*”.

O primeiro encontro do Governador Nelson Rockefeller com o Presidente Costa e Silva, no Palácio da Alvorada, foi marcado por um desejo mútuo de firmar em bases verdadeiras as relações futuras entre o Brasil e os Estados Unidos. O mínimo que se disse dessas negociações é que foram extremamente proveitosas. Tratava-se, porém, apenas do início de uma série de encontros em vários níveis e em três metrópoles brasileiras – Brasília, Rio e São Paulo.

Para os que ainda tinham dúvidas quanto aos objetivos da Missão Rockefeller, uma conversa franca cujos resultados serão sentidos com profundidade, mas não de imediato, as palavras ditas em português pelo Governador de Nova Iorque, logo ao desembarcar, valeram por um esclarecimento definitivo. Disse ele:

Não trago nenhum programa novo, respostas simples ou “slogans” fáceis. Desta missão podem resultar novas políticas dos Estados Unidos, mas não as trazemos agora. O que trago são mais de trinta anos de profundo interesse e afeto pelo povo brasileiro.

O enviado do Presidente Richard Nixon desembarcou em Brasília às 17h35 de segunda-feira, de um Boeing da Pan American. Sorridente, acenou da escada para os que o aplaudiam na Base Aérea. Caminhou, em seguida, por entre as alas de soldados da Polícia da Aeronáutica até o ponto em que o esperavam as autoridades brasileiras.

Abraçou fortemente o Chanceler Magalhães Pinto, exaltando a velha amizade que os une:

É um prazer especial para mim ser recebido em Brasília pelo distinto Ministro das Relações Exteriores, com o qual assinei o primeiro acordo de assistência rural, há vinte anos, quando ele era Secretário da Fazenda de Minas Gerais.

No palanque armado na Própria Base Aérea, foram pronunciados os primeiros discursos. Lá estavam funcionários diplomáticos brasileiros e americanos, autoridades militares e o Prefeito de Brasília, Wadjô Gomide. Rockefeller leu em português uma saudação em que exaltou a capital brasileira, afirmando que ela lhe dava a impressão de ter um pé no futuro.

Estamos construindo na Cidade de Albany uma nova sede para o Governo do Estado de Nova Iorque. Talvez não nesta escala. Mas, de todos os elogios que tenho recebido sobre o projeto, o que mais me agradou foi vê-lo chamado a Brasília do Norte.

Sobre o Brasil, qualificou-o como um País:

Que produz praticamente tudo de que precisa, constrói suas próprias fábricas e nelas usa a tecnologia mais avançada”.

Apontou, finalmente, o desafio real que se apresenta, em sua opinião, aos povos o continente americano:

Encarar realisticamente o fato de nossa interdependência e desenvolver uma maior compreensão mútua tão essencial para conversação e colaboração proveitosas.

O caminho para isso, que ele reconhece não ser fácil, inclui o respeito à dignidade nacional e individual, a realização da justiça humana com base no progresso econômico e social. Da concretização dessas metas deverão resultar maior liberdade e bem-estar. Durante o discurso de Rockefeller, pousou no Aeroporto de Brasília o avião da Força Aérea em que viajavam os jornalistas da comitiva.

Manchete

Cumprindo seu programa de visita ao Brasil, Rockefeller ouviu os homens de governo, da indústria e da inteligência brasileiras para planejar

UM FUTURO NA BASE DA VERDADE

O primeiro encontro do Governador Nelson Rockefeller com o Presidente Costa e Silva, na Palácio da Alvorada, foi marcado por um desejo mútuo de firmar em bases verdadeiras as relações futuras entre o Brasil e os Estados Unidos. O mínimo que se disse dessas negociações é que foram extremamente proveitosas. Tratava-se, porém, apenas do início de uma série de encontros em vários níveis e em três metrópoles brasileiras — Brasília, Rio e São Paulo. **SEGUIR**

Reportagem de João Luís de Albuquerque e Anabela Passador • Fotos de Nelson Brul e Roberto Stockert

Na biblioteca do Palácio do Alvorada, no interior da Casa Civil, do Casa Branca e do Congresso, os Presidentes assinam as primeiras negociações entre o Sr. Nelson Rockefeller e o Marechal Costa e Silva.

No banquete do Itamarati, o Chanceler Magalhães Pinto previu o êxito total da Missão Rockefeller



A variedade, com Nelson Rockefeller e Hugo Bressi Faria em um momento do desfilamento.

PABA se que não tinham deixado quando um objetivo do Mito de Rockefeller — uma comissão técnica cujo trabalho seria similar ao da comissão de estudos de Itamarati — os países ditos empenhados na preparação de Nova Iorque, logo os documentos, valendo por um esclarecimento definitivo. "Não há que nos preocuparmos com o futuro, pois, desde o momento em que o Brasil e os Estados Unidos, mas não os outros países, o que é importante de fazer não é de profundos laços e afeto pelo povo brasileiro."

O exato do Presidente Richard Nixon demonstrou em Brasília em 17 de maio de segunda-feira, de um Boeing da Pan American. Entretanto, através da escada para o apartamento do Base Aerea, Canadense, em seguida, por meio de um helicóptero do Polícia da Aeronáutica até o ponto em que se encontram as autoridades brasileiras. Abaixo formaram o Chanceler Magalhães Pinto, realizando a visita durante que se fez: "É um prazer especial para mim ser recebido em Brasília pelo distinto ministro das Relações Exteriores, com o qual tenho a primeira relação de amizade pessoal. Já há, em 1958, quando da sua chegada da Foz de Iguaçu, com o Sr. Nelson Rockefeller."

No palácio amado na paisagem Base Aérea, foram pronunciadas as primeiras discursos. Os primeiros funcionários diplomáticos brasileiros e americanos, autoridades militares e a família de Brasília, Wally Gonsale. Rockefeller fez um pronunciamento semelhante em que expressa a capital brasileira, afirmando que ele lhe dá a oportunidade de ser um país no futuro. "Estamos construindo no Estado de Albany uma nova sede para o governo do Estado de Nova Iorque. Talvez não seja exata. Mas, de todos os lugares que você poderia obter e

proprio, o que mais me agrada é vê-la (Brasília) e Brasília da Nova York. Não há Brasil, significava como um país que precisa praticamente tudo de que precisa, com uma grande liberdade e, além de uma grande autonomia. Apesar de, portanto, o desafio real que se apresenta, em sua opinião, não por um sentimento amoroso: "Eu não realizo, mas a Lei de minha independência e desenvolver uma maior compreensão mútua (o trabalho para cooperação e colaboração econômica). O caminho para isso, que é o trabalho não se faz, inclui o respeito à dignidade nacional e individual, a realização da justiça humana com base no progresso econômico e social. Da cooperação deve-se evitar o desejo de realizar suas idéias e interesses."

De acordo com o discurso de Rockefeller, para os Estados Unidos de Brasília e o Sr. Wally Gonsale em que viajaram a parâmetros de economia. Estes chegaram a tempo de ver um grupo de estudantes de várias nacionalidades que frequentam a Escola Americana em Curitiba, em uma das visitas, ao Brasil Nacional do Brasil e dos Estados Unidos. Os estudantes comemoram os dois meses de seu tempo de Brasília. Logo depois, os dois seguiram para o Palácio da Alvorada através da Avenida das Nações, que praticamente, margem e capital, passando através dos blocos de edifícios.

A visita do governador de Nova Iorque, feita em uma hora para um período especial de segurança, que culminou a 1958, quando o primeiro encontro de Rockefeller com o Marechal Costa e Silva foi pouco mais do que um contato informal, que trouxe um presidente brasileiro como o primeiro, a facilidade com que os visitantes americanos se faz com o Brasil. Apesar de pouco tempo disponível, os dois conversaram extensivamente na Alvorada. Os assuntos mais discussos foram por certo o trabalho para o segundo encontro de duas horas, após o qual foi mantido, ainda no Alvorada.

Os membros brasileiros da comissão de Nelson Rockefeller pelo programa latino-americano.



O discurso de Rockefeller em Brasília foi muito bem recebido. Ainda assim, ele chegou aos 55 minutos de atraso ao comparecer ao Palácio Itamarati, que reuniu 72 personalidades. Entre outros, há o então presidente do Congresso e do Senado Federal, o presidente do Supremo Tribunal, os membros do Estado, os chefes das Casas Cívica e Militar, o Prefeito Wally Gonsale e o então regido de Negócios dos Estados Unidos no Brasil, Sr. William Belmont. Ao receber a assistência de discursos, o Chanceler Magalhães Pinto falou sobre os pontos principais dos parâmetros brasileiros em Curitiba: "Depois de sua conversa com o presidente da República, sobre a cooperação de que um mundo em desenvolvimento tem, e a intervenção: "Estamos muito satisfeitos com sua companhia, a de um espetáculo das relações e de cultura, que demonstram grande interesse que que Brasil e Estados Unidos estejam cada vez mais ligados."

DINTA são, Rockefeller preferiu falar em inglês. Explicando aos dois países de sua vida em conjunto, discursos e não teve de sua comissão técnica, "por um grupo de americanos que está em Brasília". Resolvendo por primeira vez em Brasília, em setembro de 1958. "É muito bom uma fotografia publicada pelo jornal MANHATTAN, onde o grupo com o General Deane e G. M. Mottet". Concluiu uma hora ter sido recebido para a missão pela América Latina e, em sua opinião, recebeu um artigo brasileiro (4 de julho, no Palácio da Alvorada, quando foi alguns segundos que o Brasil, recebido pelo Presidente Costa e Silva). "O nome de Itamarati e de cultura e estatísticas deve ser. Esses encontros de se ter as reuniões de nível, sempre. Maria Mottet, o irmão de Rockefeller — que há para mim que também tem muito do que é de Rockefeller em Brasília, que o Chanceler Magalhães Pinto recebeu ao Presidente Nixon, incluindo a "missão Brasil-Estados Unidos e o Presidente Costa e Silva."

Pouco depois das 11 horas da noite, o Governador Rockefeller discursou o Itamarati de um Boeing da Pan American. Sua visita à comissão técnica nos quadros do Marechal Costa e Silva: "Uma conversa entre dois amigos". Mas a visita privilegiada nos dois segundos, em meio a uma reunião de nível, depois de uma reunião, até à tarde do segundo-feira. Além de Brasília, Rio e São Paulo figuraram no roteiro de uma programação brasileira, prevista para dar ao visitante as maiores oportunidades de contato com objetivos econômicos — sobre os pontos e sobre a realidade brasileira.



Se não se tem presente, com Nelson Rockefeller e comissão técnica, com os discursos em português. Logo após o encontro com o Sr. Costa e Silva.



Estes chegaram a tempo de ver um grupo de crianças de várias nacionalidades que frequentam a Escola Americana entoarem, em honra do visitante, os Hinos Nacionais do Brasil e dos Estados Unidos. Os fotógrafos concentraram-se em documentar o pôr do Sol de Brasília. Logo depois, todos seguiram para o Palácio da Alvorada, através da Avenida das Nações, que praticamente margeia a Capital, passando distante dos blocos de edifícios.

A visita do Governador de Nova Iorque serviu como teste para um perfeito esquema de segurança, que mobilizou 1.400 homens. O primeiro encontro de Rockefeller com o Marechal Costa e Silva foi pouco mais do que um contato informal, que trouxe ao Presidente brasileiro uma surpresa: a facilidade com que o emissário americano se faz entender em português. Apesar do pouco tempo disponível, os dois conversaram reservadamente na biblioteca. Os assuntos mais árdus foram por certo deixados para o segundo encontro de duas horas, terça-feira pela manhã, ainda no Alvorada.

O descanso de Rockefeller no Hotel Nacional foi breve. Ainda assim, ele chegou com 55 minutos de atraso ao banquete no Palácio Itamarati, que reuniu 72 personalidades. Entre outros, lá estavam os presidentes do Congresso e do Senado Federal, o presidente do Supremo Tribunal, os ministros de Estado, os chefes das Casas Civil e Militar, o Prefeito Wadjô Gomide e o encarregado de Negócios dos Estados Unidos no Brasil, Sr. William Belton. Ao iniciar a sequência de discursos, o Chanceler Magalhães Pinto falou sobre os primeiros resultados dos entendimentos bilaterais em curso:

Depois de sua conversa com o Presidente da República, tenho a convicção de que sua missão está praticamente cumprida.

E acrescentou:

Estamos todos satisfeitos com sua companhia, a de um apreciador das belas-artes e da cultura, que demonstra grande interesse em que Brasil e Estados Unidos estejam cada vez mais ligados.

Desta vez, Rockefeller preferiu falar em inglês. Reprisando um dos tópicos de sua fala no aeroporto, destacou o alto nível de sua comitiva, composta “*por um grupo de americanos que aprecia o Brasil*”. Recordou sua primeira visita ao Brasil, em setembro de 1942:

Vi ainda hoje uma fotografia publicada pela revista MANCHETE onde apareço com os Generais Dutra e Góis Monteiro.

Considerou uma honra ter sido escolhido para a missão pela América Latina e, em tom quase íntimo, referiu-se aos artistas brasileiros (à tarde, no Palácio da Alvorada, pudera ver alguns quadros que lhe foram mostrados pelo Presidente Costa e Silva):

O senso de beleza e de cultura é característica desse povo. Fiquei encantado ao ver as esculturas de minha amiga Maria Martins, o jardim de Burle Marx – que fez para mim um jardim bem menor do que este.

Retribuindo ao brinde que o Chanceler Magalhães Pinto erguera ao Presidente Nixon, brindou à “*amizade Brasil-Estados Unidos e ao Presidente Costa e Silva*”.

Pouco depois das 23h00, o Governador Rockefeller deixava o Itamarati de regresso ao Hotel Nacional. Sua viagem já merecera então um qualificativo do Marechal Costa e Silva:

Uma conversa entre dois amigos.

Mas a visita prosseguiria nos dias seguintes, em novos contatos e nos diversos níveis da assessoria, até à tarde de quinta-feira. Além de Brasília, Rio e São Paulo figuravam no roteiro de uma programação intensa, prevista para dar ao visitante as maiores oportunidades de cumprir seus objetivos confessados – ouvir os anseios e sentir a realidade brasileira.

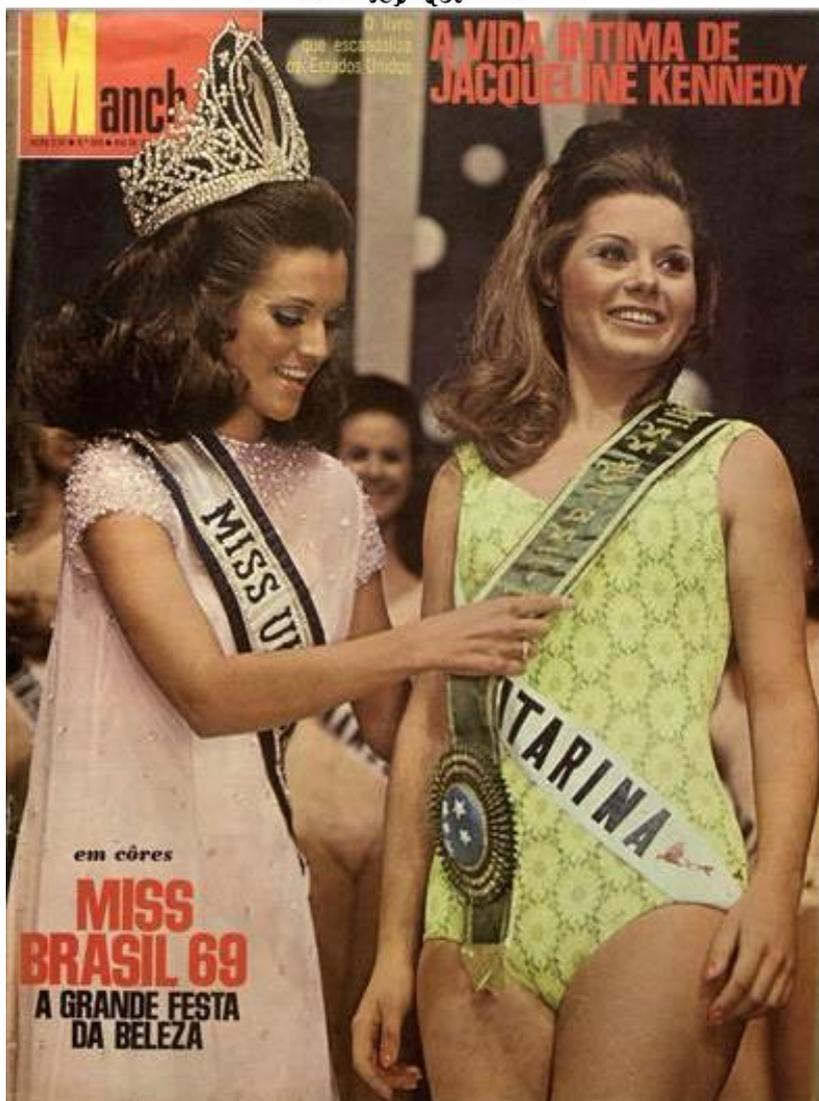




Manchete n° 899, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 12.07.1969



O Novo Quadro Político
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



O primeiro sinal foi dado pelo Ministro Gama e Silva quando levou o Ato Complementar nº 54 ao Presidente da República para possibilitar a reorganização e convocação das convenções partidárias. Tantas vezes acusado de antidemocrata e de autoritário, o Ministro da Justiça ficou muito à vontade para tomar uma providência que aos próprios líderes partidários passara completamente despercebida: a necessidade de marcar novas datas para as convenções estaduais e municipais da ARENA e do MDB.

Passando da palavra aos atos, convocou os Senadores Filinto Müller e Oscar Passos, dando-lhes o sinal verde para a rearticulação. O reencontro em Brasília foi comovedor. Rostos que há meses não se viam voltavam a fitar-se, na animadora esperança de que já estivesse mais próximo o dia da abertura do plenário e das comissões.

É bem verdade que dezenas de colegas não estavam e não estariam mais presentes: haviam sido cassados no bojo do Ato Institucional nº 5. Caberia, assim, aos que se haviam salvado cuidar de reconstruir a casa provisoriamente fechada.

O otimismo dos primeiros instantes foi cedendo lugar a um realismo bem mais desagradável: se para a ARENA não haveria maiores dificuldades em reunir as inscrições necessárias à constituição dos diretórios, para o MDB os obstáculos começaram a surgir, facilmente perceptíveis.

Se o leitor colocar-se na posição de um humilde e pacato cidadão do vasto interior brasileiro, compreenderá rapidamente os naturais temores e as inevitáveis hesitações que cada um deles sentirá ao ser convidado a assinar o requerimento de constituição do diretório oposicionista.

Murilo Melo Filho compara
as declarações do ministro da
Justiça e do comandante do 1 Exército
com a ação do presidente da
República para apressar

O NOVO QUADRO POLÍTICO



O presidente da República
recebeu o governador Melo
nao está o Conselho de
Segurança Nacional para
receber-se hoje de manhã
Palácio do Planalto

Mais cedo
simistas esperavam e...
os ovinistas previam, o governo tomou a
iniciativa de viabilizar a...
Sua. A princípio, houve um misto de surpresa
e quase incredulidade. Afinal de contas, não se morde
o que está bom. E, pelo menos aparentemente, é para
o governo, as coisas andavam boas. Porque, então, ma-
nar? Quais os motivos dessa guinada? Porque, de
uma hora para outra, houve tanto apodamento na
reformulação institucional? Para que o Con-
gresso volte novamente a ser tão impor-
tante e indispensável?

SEQUE

A verdade indiscutível é que, de 1964 para cá, ser oposição passou a constituir um risco e um sacrifício. Foi nas suas fileiras que o expurgo se fez sentir implacavelmente. Pagava ela, afinal, o preço de ter sido governo antes de março de 1964.

Como então infundir-lhe autoconfiança? Mais uma vez coube ao Ministro da Justiça responder às manifestações de receio:

Ninguém será punido por sua filiação política. O Governo assegura a todos os cidadãos a plena liberdade partidária.

Ao fazer esse pronunciamento, estava ele consciente de que sua promessa, por si só, não seria bastante para desfazer todo o clima de reservas e cautelas com que o eleitorado oposicionista olhava, desconfiado, as manobras da reabertura. Há estados em que esse eleitorado, com a “*razzia*” das cassações, que eliminaram todas as suas lideranças, não tem condições para reagrupar-se tão repentinamente. *O processo de surgimento dos novos líderes vai exigir algum tempo.*

O Sr. Gama e Silva não estava iludido acerca dessas realidades. Para ele, entretanto, valia a pena executar todo e qualquer esforço no sentido de instaurar no Brasil o que considera uma democracia autêntica, nascida de baixo para cima, sem artificialismos ou chefias vitalícias.

Como num esquema perfeitamente sincronizado, o Presidente da República *cuidava de abrir mais uma porta*: chamou o seu Vice e confiou-lhe o trabalho de reformar a Constituição de janeiro de 1967, que com pouco mais de dois anos de prática já estava caduca, velha e superada.

O AI-5 ultrapassou a Carta que o Governo Castelo Branco legara ao seu sucessor. A nova moldura institucional do País exigia um novo Código de procedimento político.

O Sr. Pedro Aleixo não teve dificuldades em executar seu trabalho. O experimentado penalista e professor de Direito possui uma longa vivência da mecânica constitucional. *Amanheceu com ela antes de 1930*. E tem vivido a seu lado ao longo de todos estes atribulados 40 anos da história política brasileira.

Questões seculares têm agora uma chance de definitiva equação.

Deve haver Senado e Câmara? E qual a sua composição? O Judiciário está precisando de uma reforma? Até que ponto poderão os deputados e senadores autorizar despesas? *A eleição do próximo presidente da República deve ser direta?* E a dos governadores de estado? O casamento indissolúvel deve continuar figurando na Constituição? E o direito de greve?

Os estudos preliminares foram concluídos rapidamente. Durante várias noites, como leitura de cabeceira, após, as sessões de cinema no Palácio da Alvorada, o Marechal Costa e Silva deleitou-se com eles. Anotou-os com reticências, interrogações, aprovações e vetos. E pediu a seu autor que aprofundasse o exame da matéria para chegar até a redação do texto de um anteprojeto a ser submetido a outras autoridades na matéria.

Sabe-se que ele possui um *"timetable"* bem preciso para cumprir nesses próximos meses. Não atrasará nem adiantará uma só semana na programação que traçou para o seu trabalho de reestruturação do processo político.

Conhecendo as diversas tendências predominantes na equipe que o cerca, *dispôs-se a agir com cautela e segurança*. O importante é atingir o objetivo a que se propôs.

Ao mesmo tempo, começaram a ouvir-se pronunciamentos paralelos. O Ministro Mário Andreazza declarou que o Congresso é imprescindível para fazer o País retornar ao sistema democrático. O Governador Paulo Pimentel afirmou que sem a colaboração parlamentar todos os esforços atualmente feitos ficarão incompletos. Trata-se de dois candidatos em potencial aos postos eletivos para cujo preenchimento o eleitorado será chamado dentro de um ou dois anos. A atuação que ambos vêm tendo nas suas respectivas áreas recomenda-os ao apreço dos eleitores e da opinião pública.

O General Siseno Sarmiento, falando a uma emissora italiana de televisão, ressaltou que não lhe competia fazer pronunciamentos políticos, privativos da competência do Presidente da República e do Ministro do Exército, mas reconheceu que:

O País está vivendo uma fase de transição e caminhando para uma fase de plenitude democrática, que ocorrerá brevemente.

A etapa da transição vai chegando ao fim na medida em que o funcionamento do Congresso *volta a tornar-se necessário para avaliar dois projetos*: o do Orçamento de 1970 e o da nova Constituição da República.

A rigor, com a competência e atribuições de que foi investido depois do dia 13 de dezembro, o Governo poderia usar o instrumento do decreto-lei para editar o Orçamento e a Constituição, "*ad referendum*" do Congresso. Com este recurso, a reabertura da Câmara e do Senado seria protelada por mais algum tempo.

Mas se quiser a chancela legislativa para ambos os documentos, terá de convocar o Congresso imediatamente, ou mais precisamente, a partir de agosto. De qualquer forma, os avulsos da proposta orçamentária e o anteprojeto da reforma constitucional estarão prontos até o dia 31 de julho, para serem remetidos à consideração do Congresso ou para serem decretados com uma simples assinatura do Presidente da República.

É evidente que esta segunda alternativa seria *mais fácil, mais rápida, mais prática e mais segura*. Mas teria também *menos validade, menos respeito, menos força e menos repercussão*.

O Governo acha que está chegando ao fim da limpeza geral de todos os quadros políticos, que iniciou em dezembro. A tarefa de enxugá-los parece ter esgotado já todos os efeitos, permitindo assim que se aprofunde a incursão no sentido daquilo que o comandante do I Exército chama de *retorno à plenitude democrática*.

Neste ponto, a lição argentina tem sido muito conclusiva para os líderes militares brasileiros. Os sangrentos acontecimentos das últimas semanas em Buenos Aires foram suficientes para demonstrar a necessidade de não acuar demais os adversários, *nem fechar todas as válvulas de escape*.

Algumas frinchas, por mais estreitas que sejam, devem ficar entreabertas para servir de escoamento quando as pressões atingem temperaturas insuportáveis. Pois nestes casos, o caldeirão ferve demais, o calor se torna insuportável e o doente morre da cura.



Urubupungá Aqui Comece o Século XXI (Reportagem de Antônio Lúcio)

“É uma obra que anuncia o Brasil do século XXI” – foram as primeiras palavras do Governador Abreu Sodré na solenidade em que o Presidente Costa e Silva acionou os botões para movimentar as três primeiras turbinas em operação industrial da Usina de Jupιά. Esse conjunto, integrante do gigantesco complexo hidrelétrico de Urubupungá, produzirá um total de 20 bilhões de kWh por ano, o terceiro maior aproveitamento hidráulico do mundo.

Mais de 4 milhões de kW de Potência Farão de Urubupungá o Maior Aproveitamento Hidráulico do Ocidente, Beneficiando uma Área em que Vivem 45 Milhões de Pessoas

Para se ter uma ideia da importância de Urubupungá, que é constituída de duas usinas, Jupιά e Ilha Solteira, basta verificar a extensão da área a que ela servirá: um milhão de Km² e uma população de aproximadamente 45 milhões de pessoas. Essa região concorre com 60% do produto nacional bruto, 76% da produção industrial, 42% da produção agropecuária, 80% do valor total da arrecadação e 80% da demanda nacional de energia elétrica, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento de toda a região Centro-Sul, que inclui seis estados brasileiros. O Governo Abreu Sodré concorre com 90% dos custos, aplicando, diariamente, um milhão e meio de cruzeiros novos.

O conjunto hidrelétrico terá um dos maiores aproveitamentos hidráulicos do mundo, superado apenas pelas usinas de Krasnoyarsk (6 milhões de kW, em construção) e Bratsk (6 milhões de kW, em operação parcial), ambas na União Soviética. E duas vezes maior que a usina de Assuã, no Egito (2,3 milhões de kW, em construção).

URUBUPUNGÁ

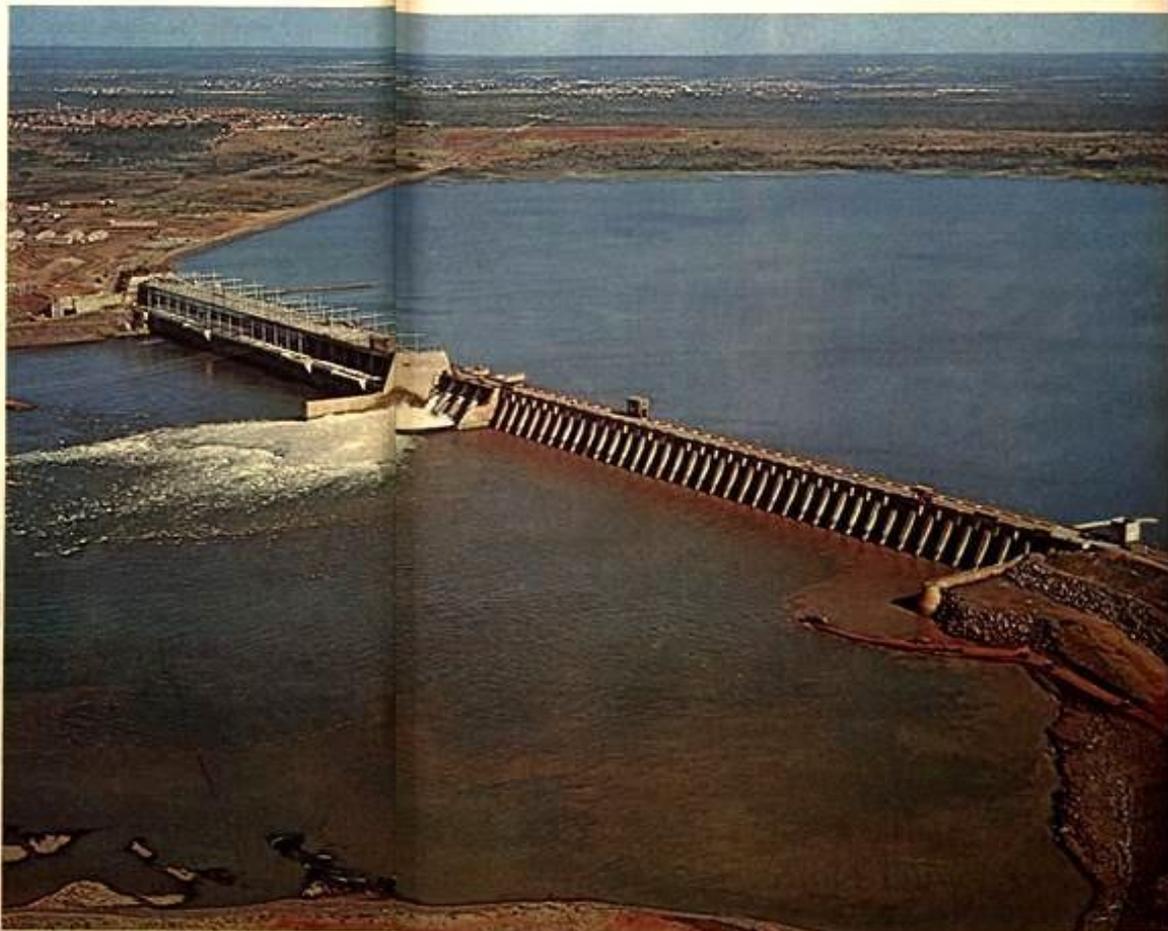
AQUI COMEÇA O SÉCULO XXI

Reportagem de Antônio Lúcio

— É uma obra que anuncia o Brasil do século XXI — foram as primeiras palavras do Governador Abery Sodré na solenidade em que o Presidente Costa e Silva acionou os botões para movimentar as três primeiras turbinas em operação industrial da Usina de Jupia. Esse conjunto, integrante do gigantesco complexo hidroelétrico de Urubupungá, produzirá um total de 20 bilhões de kWh por ano, o terceiro maior aproveitamento hidroelétrico do mundo.



O Presidente Costa e Silva aciona o botão que põe em funcionamento as três turbinas em operação industrial da Usina de Jupia. À direita, o governador de Jupia, primeira das duas unidades do complexo Urubupungá.



As origens da obra vão a 1953, quando foi organizada a Comissão Interestadual da Bacia Paraná-Uruguai, congregando os Estados de Minas, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás, para estudar o desenvolvimento energético, econômico e social dessa importante área. Assim desenvolveu-se a CIBPU, um "*Plano de Aproveitamento Integral do Alto Paraná*", que incluía, além de estudos socioeconômicos de produção, o aproveitamento das quedas do canal de São Simão, Urubupungá e Sete Quedas.

Em janeiro de 1955, a CIBPU entrou em contato com a "*Società Edison*", de Milão, para estudar o aproveitamento das quedas de Urubupungá. Em 1956, o engenheiro Cláudio Marcelo, em São Paulo, apresentou quatro variedades para esse aproveitamento, destacando a que recomendava uma barragem em Ilha Solteira e outra em Jupιά, solução escolhida como técnica e economicamente a mais vantajosa.

Em 1957, a "*Società Edison*" apresentou um projeto sob o título "*Aproveitamento Hidrelétrico do Rio Paraná, entre a ponte de Jupιά e a cota 315*", no qual concluiu pela construção de uma barragem em Jupιά e outra em Ilha Solteira. Esse trabalho foi aprovado pelo Governo Federal em abril de 1958.

Finalmente, em 1960; a "*Società Edison*" apresentou o projeto final para a usina de Jupιά, em que eram reexaminadas as quatro variantes e escolhida aquela que previa Jupιά na cota 279 e Ilha Solteira na 315. Em setembro de 1960, a CIBPU tomou a responsabilidade de construção da primeira ensacadeira prevista no projeto Edison para Jupιά, e, com esse ato, marcou definitivamente o início da obra.

No dia 19 de junho último foram inauguradas as três primeiras turbinas que integram esse grande complexo.

O Presidente Costa e Silva, convidado pelo Governador Abreu Sodré, destacou, na oportunidade, o papel de São Paulo nesse empreendimento monumental.

O Governador, por sua vez, referiu-se ao total do investimento, que será de 900 milhões de dólares, e prometeu que mais três unidades entrarão em funcionamento no próximo mês de dezembro, o que antecipará em um ano o cronograma das metas do Plano Energético Nacional, a inauguração da usina de Ilha Solteira está marcada para 1975.

Afirmou, em seguida, que isso:

Significa desenvolvimento, integração e trabalho para um povo que deseja trabalhar.

Graças à reformulação de esforços que solicitei do presidente da CESP, Professor Lucas Nogueira Garcez, vamos acelerar os trabalhos para ainda no Governo Costa e Silva entregar as demais turbinas de Jupia.

Desta forma, cumprimos com o nosso dever, como Revolucionários, e afirmamos com orgulho de administrador que estamos trabalhando hoje ao lado do Governo Federal para um Brasil em paz, tranquilo, com liberdade e desenvolvimento, e uma grande nação, uma nação-potência, antes do século XXI.

O Governo paulista dá, assim, a maior importância à concretização de Urubupungá, porque, sem dúvida, será a infraestrutura que permitirá lançar toda uma região para o desenvolvimento integral.



Na solenidade em Jupia, o Presidente Costa e Silva com o General José Canavarro Pereira, comandante do II Exército, o Governador Abreu Sodré e o Prof. Lucas Nogueira Garcez, presidente da CESP.

Os Modernos Caminhos do Sul

Numa Histórica Manhã de Julho, o Rio Grande do Sul Passa a Dispor de um Novo Caminho Asfaltado Para a Circulação de Suas Riquezas

Uma nova data importante soma-se, esta semana, ao calendário histórico do Rio Grande do Sul: a 3 de julho, o Presidente Arthur da Costa e Silva inaugura os 381 quilômetros de rodovia de primeira classe entre Porto Alegre e Rosário do Sul. A BR-290 é a espinha dorsal do sistema rodoviário que serve ao estado, atravessando seu território desde Osório, no litoral, até Uruguaiana na fronteira com a Argentina.

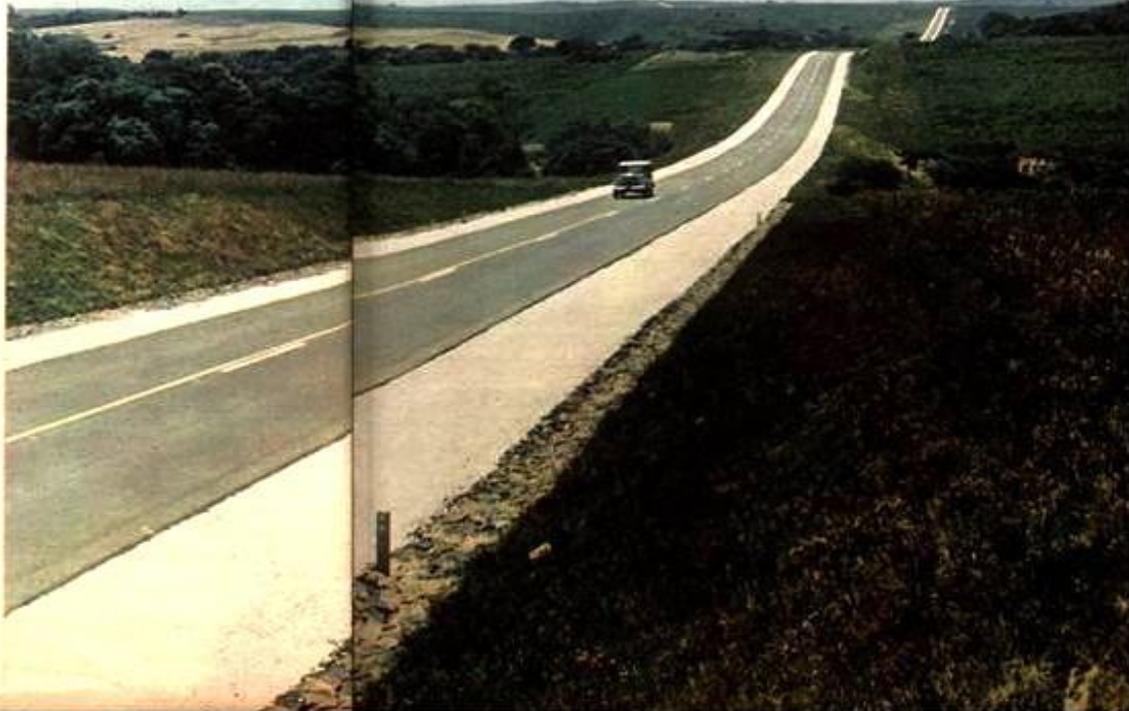
OS MODERNOS CAMINHOS DO SUL

Uma nova data importante somar-se, esta semana, ao calendário histórico do Rio Grande do Sul: a 3 de julho, o Presidente Artur da Costa e Silva inaugura os 381 quilômetros de rodovia de primeira classe entre Porto Alegre e Rodadas do Sul. A BR-290 é a espinha dorsal do sistema rodoviário que serve ao estado, atravessando seu território desde Osório, no litoral, até Crissatana na fronteira com a Argentina.



Em sua última viagem de recepção, acompanhado do diretor do DNRE, Elvira Benvista, o Ministro Mário Andreazza confirma com o presidente a data 3 de julho a data da inauguração.

Numa histórica manhã de julho, o Rio Grande do Sul passa a dispor de um novo caminho asfaltado para a circulação de suas riquezas



A pavimentação da BR-290 teve um desenvolvimento pouco movimentado até 1967, quando o ritmo dos trabalhos passou a empolgar todos os gaúchos. Milhares de homens, movimentando centenas de máquinas, passaram a cumprir o cronograma intensivo estabelecido para que o asfalto chegasse em 1969 até Rosário do Sul. Nesse esforço empenhou-se o Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, a quem coube afastar obstáculos administrativos e financeiros. E o DNER pode assim cumprir a promessa feita ao Presidente Arthur da Costa e Silva.

Mais de Dois Terços Dessa Estrada Foram Asfaltados nos Últimos Dois Anos, em Ritmo Intenso

Dos 381 quilômetros inaugurados pelo Presidente da República, mais de 70% foram pavimentados nos dois últimos anos. Nesse período, tanto o Ministro Andreazza como o engenheiro Eliseu Resende, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, controlaram o andamento dos trabalhos em constantes viagens de inspeção.

Desses contatos frequentes, ficou-lhes a impressão de que ali se realizou uma importante experiência de cooperação construtiva entre a iniciativa pública e as empresas privadas.

A equipe de alto nível técnico do 10º Distrito Rodoviário Federal contou com a colaboração das firmas Construtoras Indubrás, Consispa, Servienge, Empresa Construtora Brasil, Guaíba Obras Públicas, Companhia Construtora Brasileira de Estradas (CCBE), Sociedade Brasileira de Urbanismo (SB U) Construtora Azevedo Bastos e Castilho e Sotege.





Manchete n° 902, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 02.08.1969



São Paulo Contra o Terror
(Reportagem de Fernando Luís Cascudo)



“É Perfeitamente Natural que São Paulo e sua Estrutura Anti-subversiva Sejam o Principal Alvo do Terrorismo”

O comandante do II Exército, General José Canavarro Pereira, mantém sua tropa pronta para intervir, sempre que necessário, na manutenção da ordem pública. E, na área estadual, o Governador Abreu Sodré convoca o povo do seu Estado para uma vigília cívica permanente na defesa da segurança e do futuro de São Paulo.

Os atentados terroristas em nosso País são produzidos, com sofisticação requintada, por um pequeno número de marginais da civilização e da cultura brasileira. São autênticos robôs treinados no exterior, inclusive estrangeiros infiltrados, que executam, com fria determinação, as tarefas de destruição que lhes são cometidas pelos centros de decisão do comunismo internacional.

O terrorismo, por isso, traz na violência e na crueldade com que é executado, na indiferença à destruição material, no desprezo a vidas humanas sacrificadas, no descaso ao desemprego que gera, e à intranquilidade que pretende causar, as marcas visíveis da estratégia internacional das centrais comunistas.

Prossegue o Sr. Abreu Sodré:

São Paulo, de modo especial, é o centro visado pela ação terrorista, e por motivos evidentes: é a maior concentração urbana da América Latina, e a guerrilha urbana necessita de espaço e de alvos múltiplos, que, feridos, tumultuariam o trabalho da população. É o centro decisivo da economia nacional, cuja afetação geraria consequências que impediriam o vigoroso desenvolvimento do País. Este é o objetivo da subversão: obstaculizar o desenvolvimento que cria empregos, que abre frentes de trabalho, que produz segurança e perspectivas de confiança no futuro. E, ainda, São Paulo, o tambor de ressonância da “mensagem” de violência do terrorismo.

Não foi outro o fim visado com o possível e criminoso incêndio sincronizado de três emissoras de tevê. É São Paulo, e falo da presente circunstância paulista, uma sólida e coesa frente de civis e militares, de empresários, líderes sindicais e religiosos, de políticos e da quase totalidade da classe estudantil, de unânime repulsa à violência terrorista. É, pois, perfeitamente natural que São Paulo, e sua estrutura anti-subversiva, sejam o principal alvo do terrorismo.

O Governador Abreu Sodré adverte, contudo, que o terrorismo tem o seu ciclo de esgotamento, em face da inconsequência da conquista que os agitadores pretendem:

O terrorismo teve o seu ciclo exaurido na Venezuela. Esgotou-se na Colômbia. Não vingou na Bolívia. De resto, não é um fenômeno nosso. O mundo inteiro, em áreas críticas, está exposto ao terrorismo. O que importa, em verdade, é saber enfrentá-lo. Nesse sentido, o Governo o povo paulista têm consciência dos objetivos terroristas em nosso Estado. Sabemos que são poucos, muito poucos, já presos alguns, e identificados outros, os que estão agindo, mas que podem, dissimulados, estar se deslocando para as fábricas, escritórios, escolas, repartições públicas, fazendas.

O poder público, em ampla e decidida integração de todos os seus recursos, especialmente militares e policiais, está aparelhado para impedir que o objetivo final seja obtido pelo terrorismo, que é a subversão. Entretanto, o terrorista, dissimulado, adestrado, prevenido, escolhe a hora, o local e a vítima que deseja.

Por isso, a segurança, diante desta nova forma de agressão interna, é dever de todos. O Governo provê segurança para todos, mas todos, sem distinção, têm deveres para com a segurança coletiva. Não pretende o Governo partilhar responsabilidades que lhe são imperativas, mas conclama todos os cidadãos para que estejam atentos, sem temor, pois os terroristas querem criar o medo que

paralisa a vontade, pretendem convencer o povo de que está inseguro, de que deve amedrontar-se, de que é uma luta exclusiva entre Governo e subversivos.

A batalha contra o terrorismo começa, pois, a ser ganha em cada cidadão, quando a sua consciência se indigna contra o trucidamento de jovens sentinelas. Quando a poupança popular é saqueada nos assaltos a bancos, a mão ramada que não hesita em matar. Quando se incendiam emissoras para, na espetaculosidade do sinistro, tirar do povo o seu entretenimento no descanso do lar.

Quando os desempregados, e milhares já perderam sua ocupação, somente na indústria de tevê, e seus familiares passam por provações. Quando, enfim, a tranquilidade pública é violentada. Pois todos somos responsáveis pela segurança interna do País.

Não há mais, por obsolescência histórica, o "estado gendarme". Todos somos guardiães da liberdade.





Manchete n° 904, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 16.08.1969



MR-8, As Armas da Subversão
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



Há dois meses, aquela moça vinha sendo seguida por agentes do Cenimar, que praticamente acamparam dia e noite em torno de sua residência num subúrbio carioca. Numa certa manhã de Sol claro e bonito, ela saltou do ônibus na Praça da Bandeira. Atravessou-a com passos nervosos. Entrou numa agência bancária mas sequer conseguiu chegar ao guichê: dois oficiais da Marinha prenderam-na no saguão do banco, entre os olhares surpresos e perplexos dos bancários, que nem tiveram tempo para saber de nada. Dentro da bolsa da moça, estava um cheque de NCr\$ 600 mil – a chave que conduziria à decifração de um grande enigma escondido sob a sigla MR. E levaria à descoberta da rocambolesca história do que se chama *“Movimento Revolucionário 8”*. Agora, com as confissões e pistas já obtidas, o Governo acredita que já sabe onde está a subversão.

A outra ponta do novelo começou a ser desenrolada no Paraná quando Aloísio e Mauro sofreram um acidente no seu jipe que transportava armas com destino a dois sítios de treinamento de guerrilhas: o *“Banha-dão”*, em Matalândia, e o *“Boipicuíá”*, em Cascavel. Logo em seguida, denunciados por um motorista de táxi, foram presos Ivens, Marco Antônio, Sebastião e Rogério, que contaram tudo no interrogatório em Curitiba, facilitando bastante o desmantelamento da rede no Rio.

A esta altura, a Marinha já havia assumido o comando das investigações e estava acompanhando os passos daquela moça no subúrbio. O cheque que ela não pôde descontar encaminhou o fio da meada até o elemento central de toda a trama: o bancário Jorge Vale, que no Banco do Brasil do Leblon, emitindo cheques sem fundos contra outras agências e dando-lhes cobertura contábil quando eles eram devolvidos, conseguiu desviar NCr\$ 8 milhões.

Foto: AFB
e GLOBO

MURILO MELO FILHO revela o

que existe nos bastidores da luta do governo contra a guerrilha urbana

MR-8 AS ARMAS DA SUBVERSÃO

há dois meses, aquela selva virou campo de batalha por ordem do General, que pessoalmente acompanha dia e noite as frotas de sua resistência em subterfúgio. Nessa curta jornada de mil quilômetros, ele carrega de volta ao Praga da Bandeira. Aproximou-se com passos seguros. Entre as suas mãos longas, um livro pequeno, com o título de "Machado presenciará no campo de batalha, entre os últimos dias de 1965, um mil — a ideia que conduziu à criação de um grande exército organizado sob o signo MR-8. O livro é distribuído de modo secreto. "Machado presenciará o 27". Agora, com os militares a postos de batalha, a guerra virou um jogo de cartas, e a guerra virou um jogo de cartas, e a guerra virou um jogo de cartas.



A outra parte do modelo começou a ser desenvolvida no Paraná quando Almirante e Mazon subvertem um avião na rua que transporta armas com destino a dois sites de treinamento de guerrilha: o "Bombardeiro" em Marilândia, e o "Espectro" em Concórdia. Logo em seguida, desarmados por um motorista de táxi, foram presos Ivens, Marco Antônio, Sebastião e Foglietti, que contaram tudo ao investigador em Curitiba, facilitando bastante o desmantelamento da rede no Rio.

A esta altura, a Marinha já havia assumido o comando das investigações e esse se acompanhando: os países aliados selva no subterfúgio. O choque que não pode desmontar encanamentos e fios de mureta sob o elemento central de 100 metros: o bancário Jorge Vale, que no Banco do Brasil de Lado, enviando cheques em favor de centros contra a guerrilha e dando-lhes cobertura custou quando eles eram desarmados, conseguiu deixar NC-5 5 milhões. Um cheque chegou em Curitiba em agosto de 1965 600 mil. Outra parte do dinheiro (NC-5 1 milhão e 200 mil) foi recuperada nos dólares e crônicas encontradas em vários apartamentos. A parte restante parece irrepercutível porque foi levada pessoalmente pelo melhor de Jorge Vale para depositar em bancos suíços.

No grupo agora derivado na ilha dos Filhos há um variado espectro de subversivos: uns realmente violentos e perigosos, outros moderados e idealistas, na linha de apertadores e desarmados. A maioria já feita revista, porém, estas suas vinculações com várias células internas e externas: Paraguai (Assunção), Bolívia (Cochabamba), Itália (Milão), França (Paris), Oriente Médio (Síria) e norte da África (Argel). O diplomata Faby Borelli, secretário da Embaixada de Argel, no Rio, foi recentemente expulso do Brasil, por envolvimento em atividades subversivas, em face de suas conexões com líderes do movimento estudantil.

BOUVE



O grupo deriva de heterogêneas compoções de estudantes, artistas, jornalistas. Foi organizado em grandes planejamentos, as atividades envolviam desenvolvimento em áreas estratégicas. O compromisso que se realizou em Copacabana foi-lhes muito alta porque Reinaldo era realmente o chefe de uma organização. Exceto na morte a parte do grupo para livrar os interrogatórios.

Oito importantes conclusões a que o inquérito do MR-8 já chegou estão servindo de ponto de partida para novas investigações



Jogo (em cima) de a grande financeira. Os bancos estão agora de sobressa para obter um artificial inflação passiva no Banco Brasil. Para de dinheiro (cédulas) ainda pode ser recuperado pela Marinha, tanto em circulação como em depósitos.

Em algumas das conclusões retratadas acima e de outras interrogatórias.

1 Além dos assaltos estranhos, a que se expõem posteriormente, os integrantes da chamada "Frente de Expansão" revelaram agir simultaneamente por dentro do litoral, através de contadores e subornos, cujo ingresso no currículo bancário data do tempo do ex-Presidente João Goulart — e que possuem diversas valizas com um simples artifício de invisibilidade.

2 Grande parte do dinheiro arrecadado nos assaltos e nos desfalques — embora haja também muitos aparelhagens que estão se valendo do momento propício e agido em nome da subversão — é destinado à compra de armas no exterior, sobretudo na França e na Itália, com trânsito por Argel e ingresso pela fronteira do Guaiaba e pelo Pôrto de Paraguarí.

3 Outra parte do dinheiro destina-se à aquisição de grande quantidade de cigarros, soro, sangue, medicamentos diversos e material cirúrgico, como se trata manifestações lógicas dos assaltos feitos em longos esconderijos, fugas, interações, custódias, insurreições e transtornos. Esta preocupação parece ter aumentado depois da famosa "Casa Ilhas", cujo esmaltado atacaram e isolaram totalmente o Hospital de Hipertermia da Serra, obstando o cirurgião a entrar quatro horas do corpo de um comandante.

4 Os grupos preferem alugar apartamentos por dois ou três meses apenas nos diversos bairros e subúrbios das cidades, onde possam instalar pontos de atendimento médico e populares reuniões clandestinas e de onde se mudam facilmente; após 60 ou 90 dias para deixar a clandestinidade a ação exposta.

5 Os presos que estão passando depoimentos, sobretudo os da ilha das Flores, costumam em alguns das primeiras investigações dos grupos clandestinos, no para serem sobre os métodos de contatos bancários, no para serem articulados através de relações parciais.

6 Dos assaltos e dos incidentes, a desordem subversiva pode evoluir para o chamado "estado de guerra", através de fronteiras estaduais, postadas no alto do edifício e milhares de movimentações silenciosas, que envolvem determinadas pessoas para seu alvo, sob as ordens e instruções de um artificialmente exposto como é o Capitão Lacerda, no Jazir. Daí a especial preocupação que tem sido dispensada, inclusive pelos barões navais, a marinha e líderes do vital profeta, que que seja tão menos salutar no momento. Há uma lista de 14 nomes para serem eliminados. E o apêndice de Coronel Emmanuel Nicão, agora detido na ilha das Flores, ter jurado que jamais interviria com o Coronel Jefferson Cavaliari qualquer amizade contra o ex-Presidente Castelo Branco, as autoridades militares estão convencidas de que a articulação realmente existe.

7 O inimigo está armado e é perigoso quando não acontece, porque ele pode agir para qualquer espécie de reação, a fim de provar, entre outras coisas, que não é covarde. As próximas autoridades militares sabem que se inicia um comício de calar e surgem rumores de Exército, da Marinha e de Armada, há homens de coragem pessoal, cuja marginalização pode levá-los à insubordinação mais franca e desorganizada. Neste ponto, a imprensa pública, com o seu Conselho e ressonância das atividades parlamentares, pode ajudar um pouco, no sentido de desmascarar o criminoso e contribuir para a desorganização.



A ilha das Flores não adormece

esperança total para os presos. Há preocupação e por aí fora também a ser libertada a qualquer preço por complicitade de alguns grupos.



A ilha das Flores é de 22 anos. Um dia não que não sabem porque mantêm em MR-8. Deveria talvez melhorar as condições.

Um desses cheques era exatamente aquele de NCr\$ 600 mil. Outra parte do dinheiro (NCr\$ 1 milhão e 200 mil) foi recuperada nos dólares e cruzeiros encontrados em vários apartamentos. A parte restante parece irrecuperável porque foi levada pessoalmente pela mulher de Jorge Vale para depositar em bancos suíços.

No grupo agora detido na ilha das Flores há um variado espectro de subversivos: uns realmente violentos e perigosos, outros românticos e idealistas, ao lado de aproveitadores e desonestos.

A triagem já feita revela, porém, extensas vinculações com várias células internas e externas: Paraguai (Assunção), Bolívia (Cochabamba), Itália (Milão), França (Paris), Oriente Médio (Síria) e norte da África (Argel). O diplomata Fathy Bonyaed, secretário da Embaixada da Argélia, no Rio, foi recentemente expulso do Brasil, por exigência das autoridades militares, em face de seus contatos com líderes do movimento estudantil.

Oito Importantes Conclusões a que o Inquérito do MR-8 já Chegou Estão Servindo de Ponto de Partida Para Novas Investigações

Eis algumas das conclusões retiradas deste e de outros interrogatórios:

- 1.** Além dos assaltos externos, a que se expõem perigosamente, os integrantes da chamada "*Frente de Expropriação*" resolveram agir simultaneamente por dentro dos bancos, através de contadores e subgerentes, cujo ingresso na carreira bancária data do tempo do ex-Presidente João Goulart, e que possam desviar vultosas somas com simples artifícios de contabilidade.

- 2.** Grande parte do dinheiro arrecadado nos assaltos e nos desfalques embora haja também muitos aproveitadores que estão se valendo do momento propício e agindo em nome da subversão, é destinada à compra de armas no exterior, sobretudo na França e na Itália, com trânsito por Argel e ingresso pela fronteira das Guianas e pelo Porto de Paranaguá.
- 3.** Outra parte do dinheiro destina-se à aquisição de grande quantidade de cigarros, soro, sangue, medicamentos diversos e material cirúrgico, como se uma consequência lógica dos assaltos fossem os longos esconderijos, fugas, internações, curativos, intervenções e tratamentos. Esta preocupação parece ter aumentado depois do famoso "*Caso Haas*", cujos comandados atacaram e isolaram ousadamente o Hospital de Itapeerica da Serra, obrigando o cirurgião a extrair quatro balas do corpo de um companheiro.
- 4.** Os grupos preferem alugar apartamentos por dois ou três meses apenas nos diversos bairros e subúrbios das cidades, onde possam instalar postos de atendimento médico e pequenas emissoras clandestinas e de onde se mudam velozmente após 60 ou 90 dias para distrair e embaralhar a ação repressora.
- 5.** Os presos que estão prestando depoimento, sobretudo os da ilha das Flores, constituem os alvos das próximas investidas dos grupos clandestinos, ou para serem soltos através de comandos temerários, ou para serem silenciados através de expedições punitivas.
- 6.** Dos assaltos e dos incêndios, o desespero subversivo pode evoluir para o chamado atentado

seletivo, através de francos atiradores, postados no alto de edifícios e munidos de metralhadoras silenciosas, que escolhem determinadas pessoas para seu alvo, sob as ordens e instruções de um artilheiro experimentado como é o Capitão Lamarca, ou "Saga". Daí a especial proteção que tem sido dispensada, inclusive pelos fuzileiros navais, a Ministros e Líderes do atual Governo, sem que nem eles mesmos saibam ou queiram. Há uma lista de 14 nomes para serem eliminados. E apesar de o Coronel Emanuel Nicole, agora detido na ilha das Cobras, ter jurado que jamais articulou com o Coronel Jefferson Cardim qualquer atentado contra o ex-Presidente Castello Branco, as autoridades militares estão convencidas de que a articulação realmente existiu.

- 7.** O inimigo está acuado e é perigoso quando isto acontece, porque ele pode sair para qualquer espécie de reação, a fim de provar, entre outras coisas, que não é covarde. As próprias autoridades militares sabem que no meio das centenas de cabos e sargentos proscritos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, há homens de coragem pessoal, cuja marginalização pode levá-los às investidas mais loucas e desesperadas. Neste ponto, a reabertura política, com nova Constituição e recomeço das atividades parlamentares, pode ajudar um pouco, no sentido de destampar o caldeirão e contribuir para o desafogo.
- 8.** Os focos descobertos nos últimos dias não são tidos como perigosos, porque não conseguiram até agora sensibilizar os quartéis ou empolgar qualquer parcela do operariado urbano e das massas camponesas, que, pelo contrário, têm até colaborado com a Polícia e o Exército denunciando os conspiradores.

Nas primeiras semanas em que a guerrilha urbana foi desfechada, os dispositivos de informação do Governo mostraram-se atônitos e impotentes. Haviam sido colhidos inteiramente de surpresa por um tipo de guerra para o qual não estavam preparados.

Passado o instante inicial de perplexidade, cuidaram eles de estruturar-se em bases mais sólidas. Algumas polícias estaduais, tanto civis como militares, chegaram mesmo a pedir às Forças Armadas que acorressem em seu auxílio para ajudá-las no combate a um inimigo terrível e perigoso, *porque invisível*.

O modelo a ser seguido foi o da Marinha, que já possuía o seu Cenimar, funcionando a contento há alguns anos. Organizaram-se então o Centro de Informações da Aeronáutica e o Centro de Informações do Exército, que substituiu a antiga Segunda Seção do Estado-Maior.

Os três, embora vinculados aos gabinetes dos Ministros militares, reportam-se ao Serviço Nacional de Informações em Brasília e daí, diretamente, ao Presidente da República.

Já é realmente satisfatória, de certo modo, a aparelhagem de que esses serviços hoje dispõem em matéria de informação e contrainformação, para gravação de conversas pessoais e telefônicas, comunicação urbana, detecção de rádios clandestinas, observação a longa distância, etc. Alguns dos seus homens fizeram cursos especiais no exterior e particularmente no Panamá, junto às tropas americanas estacionadas no canal.

Êxitos parciais têm sido obtidos por esses serviços de informações e pelo aparelhamento policial nesta luta contra a guerrilha urbana: a prisão dos membros do

MR-8 (embora reconheçam que quatro outros importantes conseguiram fugir e que Reinaldo conseguiu burlar a vigilância para suicidar-se em Copacabana), a descoberta de uma célula na rua São Francisco Xavier (embora o casal tenha escapulado) e a localização de três apartamentos em Copacabana com dólares, cruzeiros, passaportes, rádios emissores portáteis, pistolas e metralhadoras (embora seus ocupantes tenham também fugido minutos antes da chegada dos policiais).

Outros sucessos poderiam ser assinalados já nos próximos dias. Mas sobretudo neste assunto nem sempre a pressa é a melhor conselheira. Ela deve ser sacrificada em nome da maior segurança e êxito em ações seguintes. Há detalhes e homens cuja preservação é da maior importância e que, se forem "*descobertos*" agora, poderão acarretar os maiores danos e riscos em futuros imediatos.

Uma convicção é evidente: o Governo e os responsáveis pelo seu dispositivo de segurança sabem que ainda está muito longe a vitória final contra a guerrilha urbana. Pois nenhum estrategista militar moderno conseguiu até hoje elaborar qualquer tipo de combate eficaz contra guerrilheiros, tanto os do campo como os das cidades. O calvário americano no Vietnã, com todo o poderio de sua máquina bélica e as perdas israelenses diante do Al Fatah são exemplos muito conclusivos.

No começo foram os bancos que continuam sendo assaltados. Depois os supermercados, os carros pagadores, os postos de gasolina. Em seguida, a espetacular fuga de presos. Mais recentemente, as televisões paulistas, que apesar de toda proteção e vigilância, arderam em brasa. Qual será o próximo alvo da subversão? Onde está a subversão?



Manchete n° 905, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 23.08.1969



Os Bandeirantes da Amazônia
(Reportagem de João Antônio)



Manchete
moda
AS NOVAS COLEÇÕES DE PARIS

O ASSASSINATO DE
SHARON TATE

TED KENNEDY / INOCENTE ? OU CULPADO ?

Lutando contra um dos meios mais hostis da Terra, enfrentando mosquitos, malária, hepatite e o clima inóspito, dormindo em redes, trabalhando 24 horas por dia para aproveitar os meses de seca, militares e civis estão rasgando na selva, entre o Território de Rondônia e o Estado do Acre, uma estrada de 60 metros de largura e 12 metros de pista que vai de Cuiabá (Mato Grosso) a Cruzeiro do Sul (Acre), na fronteira com o Peru, no total de 2.842 quilômetros, sete vezes a extensão da Rio-São Paulo.

Via fundamental para a ocupação, o progresso e a defesa de uma região que representa dois terços do território nacional, essa rodovia é considerada um passo importante para a integração da Amazônia.

O desafio foi aceito pelo Exército e o combate está sendo vencido pelo 5º Batalhão de Engenharia de Construção, sediado em Porto Velho (Rondônia). O Coronel Carlos Aloysio Weber comanda a unidade com otimismo e o moral da tropa não podia ser melhor: Todos sabem que a Batalha será longa, mas não se deixam vencer pelo desânimo, diz o Coronel Weber:

Nós estamos construindo para o futuro.

O Calor Infernal, as Doenças e os Mosquitos não Conseguem Tirar o Bom-Humor Desses Homens Isolados do Mundo: Eles Ironizam a Hostilidade do Meio

Os primeiros frutos da luta, entretanto, já são visíveis. Basta ver o progresso que experimentou todo o Território de Rondônia após a chegada do Batalhão a Porto Velho. Explica o Comandante que, sob a responsabilidade de seus homens entre construir e conservar, estão 2.842 quilômetros de estradas, além dos 366 da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.



Manchete

Um grupo de homens valentes abre na selva uma estrada de 3 mil quilômetros

OS BANDEIRANTES DA AMAZÔNIA

Reportagem de JOÃO ANTÔNIO • Fotos de JUVENAL DE SOUZA

Lutando contra um dos maiores males desta Terra, enfrentando monopólios, máfia, hepatite e o clima indócil, dormindo em rios, trabalhando 24 horas por dia para abrir o caminho em meses de seca, militares e civis estão rasgando na selva, entre o Território de Fronteira e o Estado do Acre, uma estrada de 60 metros de largura e 12 metros de pista que vai de Coarati (Mato Grosso) a Cruzeiro do Sul (Acre), na fronteira com o Peru, no total de 2.842 quilômetros — sete vezes a extensão do Rio—São Paulo. Via fundamental para a ocupação, o progresso e a defesa de uma região que representa dois terços do território nacional, essa rodovia é considerada um passo importante para a integração da Amazônia.

O desafio foi aceita pelo Exército e o combate está sendo vencido pelo 5.º Batalhão de Engenharia e Construção, sediado em Porto Velho (Rondônia). O Coronel Alexio Werber comanda a unidade com otimismo e o moral da tropa não podia ser melhor. Todos sabem que a batalha será longa, mas não se deixam vencer pelo desânimo.

Não estamos construindo para o futuro — diz o coronel.



Militares e civis estão unidos na batalha que faz surgir novas povoações.



Numa região que permanecerá sempre um rio, os homens frequentam a praia e a construção é baseada no uso de tábuas, embora os indígenas possuam condições raras de vida, mas também possuem conhecimentos.



Essas rodovias, uma em continuação a outra, atravessam toda a área fronteiriça do Brasil com a Bolívia e o Peru, formando uma gigantesca serpente que começa em Cuiabá e alonga-se até o extremo de Cruzeiro do Sul. São, ao todo, cinco rodovias: BR-364, de Porto Velho (Rondônia) a Cuiabá (Mato Grosso), com uma extensão de 1.521 km; BR-319, de Porto Velho a Abunã (ainda em Rondônia), com 214 km; BR-319, de Abunã a Guajará-Mirim (Acre), 128 km; BR-236, de Abunã a Rio Branco (Acre), 287 km; e BR-236, de Rio Branco à fronteira Brasil-Peru, 820 km. E o caminho não acabará aqui.

Em Cruzeiro do Sul foi criado, recentemente, o 7º Batalhão de Engenharia de Construção, com a missão de construir 500 quilômetros de estrada até Apucalpa, no Peru. A ocupação, que não foi conseguida ainda através da hidrovía, será tentada agora, com todas as possibilidades de sucesso, pela rodovia. Só por terra se pode travar um combate efetivo com a hostilidade da região e se poderá provar que a vida e a civilização são possíveis onde por enquanto existem apenas selva densa, mosquitos, feras e Índios.

E, para isso, a velha Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, com seus trilhos de bitola estreita e locomotiva Maria Fumaça, está obsoleta. A nova solução mostra, cada vez mais, ser a certa e a vitoriosa. O facão e o trator já abriram caminho no inferno verde, ao mesmo tempo em que, dos lados, descobre-se que a terra nada tem de infernal: é fértil. Está se revelando um trabalho produtivo plantar e colher na planície amazônica.

O Cessna militar que transporta o repórter, pilotado pelo Sargento Avelino, aterrissa no leito de terra e cascalho da estrada, no local chamado Girau, entre Porto Velho e Abunã. Os pilotos militares ou civis que

operam na selva amazônica aprenderam a descer e decolar nos lugares mais incríveis: clareiras, praias que se formam no meio dos rios durante os meses de seca, garimpos. São chamados, pela coragem, piratas, e demonstram-se à vontade naquele trabalho quando dizem:

A gente não aterrissa, chega ao lugar.

A certa distância das frentes de desmatamento, arruamento e construção da estrada, na retaguarda, ficam as chamadas turmas de equipamento, com a função de suprir de material e assistência mecânica os tratores e viaturas utilizados no trabalho. Há atualmente um acampamento desses no Girau, com 136 homens. As oficinas trabalham duramente, para dar conta de todos os consertos, e no menor tempo possível. É necessário pressa para abastecer a frente, onde as máquinas não podem parar: se não forem aproveitados ao máximo os meses de estio (seca), quando o inverno (a chuva) chegar será quase impossível prosseguir, em virtude do lamaçal. Trabalha-se, por causa disso, 24 horas por dia durante quatro meses por ano.

Apesar da dureza do trabalho, os soldados e civis acampados no Girau estão muito contentes, porque não precisarão mudar logo dali. Informa o sargento:

De Porto Velho até aqui, o equipamento já fez oito mudanças.

Estranho contentamento porque, além do trabalho, esses homens enfrentam a cada instante a hostilidade do meio. No quilômetro 154, houve dias de baixas de cinco, seis homens, que caíram com malária e foram retirados para Porto Velho. Os mosquitos são uma praga. O calor, insuportável. E, além de tudo, o isolamento da civilização é total.



O Cabo Barbosa ilustra isso bem quando pergunta, na sexta-feira, o resultado do Vasco e Flamengo do domingo anterior, no Maracanã. Diz o Cabo:

Rádio de pilha, aqui, é luxo. Cristo, se passou por aqui, foi voando.

No que toca à natureza, porém, nem tudo é negativo. Para que se tenha uma ideia da riqueza dessa região que os brasileiros estão explorando agora, basta dizer que um especialista paranaense classificou ali, num levantamento ligeiro, 165 qualidades aproveitáveis de madeira. A variedade do solo, principalmente da terra roxa, de grande fertilidade, é surpreendente, e oferece possibilidades de cultivo da quase totalidade dos cereais. Em alguns lugares, como Rondônia, as potencialidades econômicas são extraordinárias: borracha, castanha, madeira, couro, peles, poaia, óleos vegetais. Sem falar a cassiterita, uma mina fantástica: cada m³ de terra pode fornecer 45 kg do minério, que no alto do Rio Madeira-Mamoré aflora à superfície. O trecho da estrada entre o Girau e Abunã, passando por Mutum e Marmelo, ainda não está pronto. Para chegar a Abunã; só de avião, ou pelo trem puxado pela Maria Fumaça, que não rende mais de 30 km/h.

No povoado, fronteira com a Bolívia, que fica do outro lado do Madeira, há um pequeno aeroporto de terra batida, entre o rio e os trilhos da Madeira-Mamoré. Mais adiante, um cemitério de cruzeiras abandonadas e mato crescido.

Num hotel paupérrimo, o único de Abunã, o 5º Batalhão instalou uma companhia. O almoço servido dá uma ideia das dificuldades que enfrenta este posto avançado do Exército. A água, as verduras, os sucos, todos os líquidos recebem tratamento especial, na hora, sendo-lhes adicionadas gotas de Hidrosteril. Não existe água potável. Na mesa ainda podem ser encontrados comprimidos contra micose, medicamentos para o fígado, drágeas contra malária e vitaminas. Naquele dia, a temperatura estava baixa: 30°. Um Primeiro Tenente, o médico João Aberides Ferreira Filho, diz que os grandes males dali são a malária e a hepatite, doenças transmitidas por insetos.

No frio, o perigo diminui. O borrachudo e o piúma se escondem, porque, para a desova, preferem o calor. O diabo é que aqui nunca deixa de fazer calor.

Ele é chamado para atender um acidentado, vítima do capotamento de uma camioneta. O mais impressionante no Batalhão é trabalhar ininterruptamente 24 horas por dia e ainda encontrar tempo para prestar assistência médica, sanitária e dentária aos moradores daqueles lugares que não passam de simples povoações. Ali, os militares são ao mesmo tempo operários, médicos, dentistas, professores. Depois da chegada da Companhia, o estado sanitário da população de Abunã melhorou sensivelmente, bem como o aspecto geral do povoado.

De Rio Branco, capital do Acre, já é possível viajar de camioneta, para o Norte, por 20 km no leito de uma

estrada de 60 m de largura, com 12 de pista de rolamento. Depois, pelo picadão aberto na mata, com apenas 60 cm de largura, penetra-se uns quatro km na selva, rumo a Sena Madureira. Do carro podem-se ver os pequenos e irrequietos macacos saguis que saltam na frente e dos lados durante todo o trajeto. Um ex-seringueiro, Benedito Amaro de Alencar, de 56 anos, e sua mulher, aparentando 30, que iam a pé rumo à selva, ganham carona. Nordestino, baixo, magro, Benedito bendiz a estrada. Já não precisa pagar 50% do resultado do seu trabalho ao transportador de suas mercadorias até a cidade.

O acampamento que assinala a proximidade das obras consta de três barracas de 3 por 5 m, cada uma com cinco redes. A turma é alimentada com arroz, feijão-cavalo, farinha-d'água e macaxeira (aipim) ensopada com carne-seca. São 20 homens levando uma vida inteiramente rude e cuidando do rancho para 20 que estão na frente do desmatamento e mais oito da topografia. No picadão faz um calor de 38 graus e os mosquitos incomodam terrivelmente. Os duzentos homens estão espalhados, no intrincado da selva, por uma área de 6 km². Passam meses na mata e dormem em tapiris, sem qualquer proteção contra mosquitos, cobras e onças. Os tapiris são palhoças de 5 por 7 m, cobertas de palha de palmeira e sustentadas por estacas que terminam em forquilhas, onde são amarradas com cipó.

Os homens são os primeiros a tocar na mata, e o seu trabalho é o de cortar as árvores, deixando-as numa altura de 60 a 70 cm. Atrás vêm os tratores, alargando o picadão para a estrada e completando, para os lados, a derrubada das árvores maiores. À medida em que se avança no estreito corredor, o barulho das máquinas vai sumindo e cedendo lugar aos verdadeiros ruídos da selva.



Naquela área, o índice de malária tem sido pequeno, em comparação com lugares como Mutum, Girau, Abunã e, principalmente, Marmelo. Comenta um cabo:

Em Marmelo, se você der uma banana e um Aralen (cloroquina) a um macaco, ele prefere o Aralen.

Nada abate o moral desses homens, nem a doença, nem os mosquitos, nem o calor de 40° C. Ao contrário, eles encontram, sempre, uma maneira de ironizar a rudeza do ambiente e fazer piadas sobre a própria sorte. Diz um:

O troço aqui é pra galo.

Outro corrige:

Não, é pra leão.

De terçado na mão, o Sargento Brandão sorri:

Eita! Vidão de bicho!





Manchete n° 906, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 30.08.1969



A Solução é Exportar
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



• Brasil, um Tradicional Fornecedor de Matérias-Primas — A Perda dos Mercados — Foi a II Grande Guerra que nos Obrigou a Entrar na Luta da Exportação • Só Exportaremos se Importarmos • A Queda de Cotação dos Nossos Preços • A Histórica Participação do Café na Receita Cambial • Onde Entram as Manufaturas • Quais São os Nossos Maiores Compradores • A Batalha do Solúvel • Mais Comércio e Menos Ajuda?

Somos fornecedores de matérias-primas desde que nos descobriram. A partir de então, outra coisa não temos feito senão fornecê-las aos grandes centros consumidores.

Primeiro foi o pau-brasil, que deu o nome à terra e que Portugal esperava transformar numa grande riqueza. Depois foram os minérios, cobiçados pelos corsários franceses, holandeses, espanhóis e ingleses que ficaram arranhando pelo litoral.

Hoje, *os corsários são outros*. Mas os produtos continuam os mesmos: açúcar, couros, bananas, borracha, cacau, milho, arroz, algodão e café. Sobretudo café.

E assim foi durante quatro séculos. Somente agora estamos partindo para um esforço de diversificação como País exportador: deveremos exportar US\$ 2 bilhões este ano, dos quais US\$ 200 milhões (a décima parte) já serão constituídos de produtos industrializados.

"Mais comércio e menos ajuda", foi o refrão que o Sr. Nelson Rockefeller escutou ao longo de todo o seu penoso giro por toda a América Latina. A verdade, porém, é que estamos exportando cada vez maior quantidade de sacas e recebendo cada vez menos dólares. Indefesos e espoliados por nossa própria culpa, só temos experimentado frustrações.

Um livro revelador - 20ª. ed.



A SOLUÇÃO É EXPORTAR

● Brasil, um tradicional fornecedor de matérias-primas — A perda dos mercados — Foi a II Grande Guerra que nos obrigou a entrar na luta da exportação ● Só exportaremos se importarmos ● A queda de cotação dos nossos preços ● A histórica participação do café na receita cambial ● Onde entram as manufaturas ● Quais são os nossos maiores compradores ● A batalha do colôvão ● Mais comércio e menos ajuda?

SOMOS fornecedores de matérias-primas desde que nos descobrimos. A partir de então, outra coisa não temos feito senão fornecer as grandes crises econômicas.

Portanto foi o Portugal, que deu o nome à terra e que Portugal esperava transformá-la numa grande riqueza. Depois foram os austríacos, seguidos pelos coreanos, franceses, holandeses, espanhóis e ingleses que ficaram arrebolados pelo Brasil. Hoje, os coreanos são os outros. Mas os produtos continuam os mesmos: açúcar, cacau, banana, borracha, caracá, milho, arroz, algodão e café. Substituído café.

El café foi durante quatro séculos. Sempre após crises pontuais para um colapso de diversificação como país exportador: devemos exportar US\$ 2 bilhões ano ano — dos quais US\$ 200 milhões (e décimo parte) já sendo consumidos de produtos industrializados.

"Mais comércio e menos ajuda", foi a reação que o Sr. Nelson Rockefeller excitou ao longo de todo o seu período giro por toda a América Latina. A verdade, porém, é que estamos exportando cada vez maior quantidade de sacas e recebendo cada vez menos dólares.

Indústrias e exportação por nossa própria culpa, só temos experimentado frustrações. Não sabemos por que a generalidade das nações é a favora mais ardente do seu sistema.

Temos sido como aqueles mendigos de Hamburgo: acatados mas sem nada de novo. Um pouco tardamente, estamos descobrindo que exportar (bem) é a solução. Como se verá.

Texto de **MURILO MELO FILHO**

Não sabemos ver que a generosidade dos outros é a forma mais inteligente do seu egoísmo. Temos sido como aqueles mendigos de Humboldt: sentados num monte de ouro. Um pouco tardiamente, estamos descobrindo que exportar (bem) é a solução. Como se verá.

Ainda no século 19, em troca dos produtos primários que exportávamos, recebíamos da Europa apenas móveis, azulejos, sapatos e roupas. Somente depois da II Guerra Mundial foi que se iniciou o embrionário processo de nossas exportações.

Os bloqueios marítimos e os submarinos fechando os condutos normais de importação obrigaram-nos a produzir os nossos próprios bens de serviço. *Iniciou-se, então, a lenta luta pela substituição das importações*, que se acentuou durante os seis anos da guerra.

Quando ela terminou, levando à bancarrota toda a economia europeia, chegamos a ser o 9º País exportador e o 14º importador. Tínhamos uma dimensão comercial superior à da Suíça, Suécia, Itália, Índia, Austrália e África do Sul.

Vinte anos depois, com a recuperação da Europa, somos o 23º exportador e 35º importador. Exportamos menos do que a Índia, Bélgica, Holanda, Venezuela, Dinamarca, Suíça, Espanha e quase todos os outros Países europeus, com exceção apenas da Grécia, Turquia e Portugal. E importamos menos do que várias nações africanas.

Para se ter uma ideia da deterioração dos preços de nossas matérias-primas, basta atentar para a seguinte comparação: em 1953, exportamos um volume de 4 milhões e 400 mil toneladas, faturando US\$ 1 bilhão e 500 mil.

Em 1968, exportamos um volume de 23 milhões e 500 mil toneladas, seis vezes mais, faturando US\$ 1 bilhão e 800 mil.

Isto quer dizer que em 1953 vendíamos nossa tonelada por US\$ 351 e quinze anos depois vendíamos essa mesma tonelada por US\$ 78. A cada dia que passa o Brasil vende mais para receber menos.

Enquanto isto, nesse mesmo período de quinze anos, as exportações mundiais passavam de US\$ 35 bilhões em 1953 para quase US\$ 200 bilhões em 1968.

BALANÇO DE PAGAMENTOS

Ano	Importação US\$	Exportação US\$	Saldo Déficit
1962	1.304	1.215	- 089
1963	1.294	1.406	+ 112
1964	1.086	1.430	+ 344
1965	941	1.596	+ 655
1966	1.270	1.730	+ 460
1967	1.745	1.654	- 091
1968	2.132	1.889	- 243
1969 Prev.	2.265	2.050	- 215

Verifica-se por este quadro que após o déficit de 1962 tivemos quatro anos consecutivos de saldos na balança comercial. Mas a partir de 1967 voltou a acentuar-se a tendência para o déficit, em consequência da reativação da importação num claro sintoma de retomada do desenvolvimento, que exige o reequipamento e a reposição das maquinarias e instalações. Em 1968, por exemplo, fizemos um grande esforço para aumentar nossas exportações e batemos todos os records até então conhecidos: US\$ 1 bilhão e 889 milhões.

Mas justamente nesse ano, a pressão importadora atingiu também o recorde de US\$ 2 bilhões e 132 milhões. O crescimento do Produto Nacional Bruto impõe maiores compras no exterior em relação ao ano anterior:

- 1. As de máquinas, veículos, pertences e acessórios passaram de US\$ 475 para NCr\$ 660 milhões, num aumento de 39%.*
- 2. As de produtos farmacêuticos aumentaram de 40% e as de petróleo cresceram de US\$ 225 para US\$ 283 milhões, num aumento de 25,6%.*
- 3. As de matérias-primas em bruto elevaram-se de US\$ 323 para US\$ 420 milhões, num incremento de 29,7%.*
- 4. As de manufaturas passaram de US\$ 61 para US\$ 85 milhões, com aumento de 38%.*
- 5. O único setor onde houve de-clínio foi o de ouro e moedas, que passou de US\$ 14 milhões e 300 mil para US\$ 7 milhões e 400 mil, com 48,5% a menos.*

O Brasil compra apenas o que precisa? Assim como exportamos muitos produtos considerados não essenciais – fumo, castanhas, lagostas, camarões, peixes de aquário, chifres, flores, patas de ovelha, coco ralado e canários – muitos produtos importados são tidos também como supérfluos.

Um dos itens mais discutidos, por exemplo, é o das frutas frescas, de que importamos US\$ 22 milhões e exportamos US\$ 15 milhões, a maioria das quais negociadas na área da ALALC, o que deixa o detalhe da “*não essencialidade*” em plano secundário. A importação de automóveis também é suscetível de críticas, embora ela não prejudique a indústria nacional e sirva ao contrário, como estímulo para dar-lhe poder competitivo.

Cervejas, uísques, vinhos, queijos, iguarias pagam altas tarifas alfandegárias e são de essencialidade discutida. Um acordo de comércio muito criticado foi aquele assinado entre o Brasil e o Uruguai, pelo qual nos comprometemos a adquirir sabonetes e cobertores, que fabricamos em grande quantidade e excelente qualidade. Mas, se recusarmos esses artigos, continuaria o Uruguai comprando nossos ônibus, vagões e locomotivas, que poderia adquirir na Argentina ou nos Estados Unidos? O fato é que, no cenário internacional, não existe um só País que importe apenas máquinas. Para que uma Nação compre de nós, é necessário que compremos dela, mesmo que alguns de seus produtos sejam considerados não essenciais.

Os saldos de nossa balança externa têm sido, ao longo dos últimos 20 anos, quase totalmente anulados pelo volume de dólares que pagamos pelos "serviços": fretes, seguros, "royalties" e rendas de capitais. O afluxo de novos investimentos não tem sido suficiente para cobrir asse desfalque.

As dívidas líquidas do Brasil junto a credores internacionais no dia 31 de dezembro de 1968 *somavam US\$ 3 bilhões e 916 milhões*, correspondentes a empréstimos, juros e financiamentos estrangeiros. Se tivéssemos de pagá-los de uma vez só, teríamos de reunir o faturamento de dois anos seguidos de todas as nossas exportações.

Como, porém, o pagamento será escalonado, assegura-se que acabaremos de pagar essa dívida, *se ela não for acrescida de novos empréstimos*, no ano de 1999. Para garanti-la, o Governo anunciou recentemente que nossas reservas em divisas atingiram o nível recorde de US\$ 920 milhões e servem inclusive como poder de barganha para obter melhores condições nos nossos empréstimos e financiamentos.

Quais as Áreas que Temos Conseguído Melhorar

A melhoria em nosso volume de exportação é atribuída em grande parte ao aumento das transações inter-regionais.

- 1. Com a Associação Latino-americana de Livre Comércio, nossas exportações atingiram a US\$ 154 milhões em 1967, contra US\$ 171 milhões importados. Entre 1961 e 1967, as importações brasileiras provenientes da ALALC aumentaram em 280%, enquanto as exportações aumentaram apenas 63%. O Chile e o Uruguai são nossos maiores compradores de manufaturas, principalmente máquinas e veículos. Também o Paraguai vem aumentando a aquisição de produtos industrializados.*
- 2. Do Mercado Comum Europeu, compramos em 1968 um total de US\$ 403 milhões e vendemos US\$ 479 milhões. Trata-se de um intercâmbio que está aumentando muito. O MCE, depois dos Estados Unidos, é o melhor comprador dos nossos produtos. E, dentro dele, a França e a Alemanha são os dois melhores clientes. Mas é justamente dentro do MCE que temos tido de travar nossa luta mais difícil contra a discriminação dos produtos, porque os seus seis integrantes operam com tarifas preferenciais para os associados, com enorme restrição à entrada de nossos produtos.*
- 3. Na Associação Europeia de Livre Comércio, a Inglaterra é o nosso principal importador, seguida de Portugal, Suécia, Finlândia e Noruega.*
- 4. Na Ásia, um mercado que está ganhando grande expressão para nós é o japonês. De janeiro a junho de 1969, o total exportado foi superior a US\$ 1 bilhão, com os produtos manufaturados produzindo US\$ 104 milhões, ou seja, 10%. Em igual período do ano anterior, as manufaturas produziram US\$ 63 milhões. O total previsto para o ano todo é de US\$ 2 bilhões, com US\$ 200 milhões de manufaturas, ou seja, a décima parte.*

Apesar de ser uma percentagem ainda pequena, a verdade é que ela tem aumentado sempre. Para US\$ 1 bilhão e 268 milhões que exportamos em 1960, as manufaturas contribuíram com US\$ 21 milhões apenas. E para US\$ 1 bilhão e 899 milhões que exportamos em 1968, as manufaturas já contribuíram com US\$ 149 milhões, embora tenham caído 4,6% em relação ao ano anterior, quando totalizaram US\$ 157 milhões. Na área da ALALC, o progresso dos produtos fabris tem sido enorme: em 1960, do total de US\$ 21 milhões para o mundo todo, havíamos exportado US\$ 4 milhões de manufaturados para a América Latina. Em 1968, do total de US\$ 149 milhões, já exportamos 54 milhões para os países da ALALC.

O preço da tonelada de manufatura exportada melhorou de US\$ 186 em 1967 para US\$ 225 em 1968.

Onde Entra o Café na História de Nossas Exportações

O café constitui um capítulo à parte e confunde-se com a história das nossas exportações e com a própria história brasileira. Foi Francisco de Melo Palheta, um oficial brasileiro do Exército colonial português, quem, em 1727, trouxe da Guiana Francesa alguns grãos que plantou no Pará. Os primeiros resultados comerciais foram decepcionantes pelo longo tempo que os grãos levaram para germinar, crescer e produzir. O produto andou por todo o Nordeste, fixou-se em Ilhéus e começou a ser exportado para Portugal. Em 1830, saíam 400 mil sacas pelo porto do Rio. Cinquenta anos depois, 4 milhões de sacas. O impacto econômico do café foi de tal maneira importante na história brasileira que sua expansão promoveu notáveis modificações na infraestrutura do País, como o surgimento de 48 quilômetros de ferrovias que, já em 1877, ligavam Rio a São Paulo.

As necessidades de transporte do café nessa época obrigaram a criação de mais 57 linhas de estradas de ferro, num total de 7 mil quilômetros. A fase final da epopeia do café brasileiro começou nos últimos anos do século passado, coincidindo com a abolição da escravatura e a queda do Império. A produção declinou no vale do Paraíba, deslocando-se rapidamente para o planalto paulista. Foi a descoberta das terras roxas, férteis e fartas, propícias ao café, que provocou o deslocamento dos cafezais e a plantação de mais de 700 milhões de cafeeiros. Durante quase um século, o Brasil foi o maior e único produtor de café (arábica). Depois, surgiram a Colômbia (suave) e países africanos produtores de um tipo de categoria inferior (robusta).

Com o advento da superprodução africana, o mercado internacional sofreu uma saturação do produto a baixos preços. Daí a queima Brasileira de 70 milhões de sacas antes, durante e depois da II Guerra Mundial. Por fim, critérios gerais de comercialização foram estabelecidos e evoluíram até chegar à Organização internacional do Café. Como país membro da OIC, que reúne todos os produtores exportadores e todos os consumidores importadores, por representação de empresas privadas e dos próprios governos, o Brasil tem uma cota variável de exportação de aproximadamente 18 milhões de sacas anuais, dividida em 4 cotas correspondentes aos trimestres do ano-convênio.

O Brasil tem enfrentado o Problema da Superprodução

Em matéria de café, o Brasil sempre produziu mais do que bebeu e exportou. Para evitar a queda dos seus preços, agravada por uma avalanche de sacas dos países produtores, sobretudo os africanos, alguns governos brasileiros têm recorrido a soluções cômodas: *queimá-lo, jogá-lo ao mar e expurgá-lo.*

Em quatro anos apenas, de 1931 a 1935, foram queimados ou jogados ao mar cerca de 4 milhões de toneladas. Apesar disso, as montanhas de café persistiam em crescer, porque as safras iam aumentando sempre. Em 1966, chegamos a ter quase 6 milhões de toneladas em estoque. De então para cá, vários fatores contribuíram para diminuir a estocagem: geadas, safras menores, pequeno aumento do consumo interno, ampliação das vendas externas e a política de expurgo. Hoje, ela está calculada em torno de 2 milhões de toneladas, ou seja, 30 milhões de sacas.

O Sr. Caio de Alcântara Machado encontrou 50 milhões de sacas em estoque e conseguiu diminuí-las em 20 milhões, com enormes lucros para o País, por causa da diminuição dos encargos de seguros, armazenagem, sacaria, etc. Um grande esquema de propaganda interna (NCr\$ 9 milhões) e externa (US\$ 8 milhões) está tentando ampliar a faixa do consumo dentro das fronteiras (6 milhões de sacas) e fora delas (18 milhões).

Em 1920, o tipo Santos 4 custava 19 centavos de dólar a libra-peso. Cinco anos depois, subia para 24 centavos e em 1929 estava a 22. Dez anos depois, por causa do começo da guerra, chegava ao seu ponto mais baixo: 7 centavos. Os Estados Unidos pagavam-no então a um preço favorecido: 13 centavos.

Em 1947, com o fim da guerra e a inexistência de estoques internacionais, ele dobrava para 27 centavos e passava a subir sempre, até chegar ao ponto máximo de 1964, com 75 centavos. A partir de então, voltava a cair sempre, chegando a 35 centavos em 1969. A exportação brasileira em 1968 foi de 18 milhões e 286 mil sacas (17 milhões e 672 mil de café cru e 614 mil de solúvel), com faturamento de US\$ 798 milhões.

Foi um volume superior a todos os anos das duas últimas décadas de 1948 a 1968, com exceção apenas de dois anos, que apesar de exportarem maior número de sacas produziram menos dólares: o de 1949 com 19 milhões e 368 mil sacas (US\$ 631 milhões) e o de 1963, com 19 milhões e 515 mil sacas (US\$ 746 milhões).

Em 1968, o café representou 43% de toda a receita cambial. Os demais anos tiveram exportações bem menores, que chegaram a 13 milhões e 497 mil sacas em 1965 para daí em diante iniciar o processo de recuperação.

Mas essa recuperação não proporcionou uma receita de divisas condizentes com a tonelagem, devido à queda dos preços internacionais. Em 1966, o valor médio da saca exportada havia sido de US\$ 45 e agora é mais ou menos de US\$ 42.

Os resultados de 1968, em relação ao total exportado, só foram bons porque contaram com várias facilidades dadas aos importadores e garantidas pelo IBC: a garantia dos preços mais baixos quando das compras realizadas diretamente no Brasil e a política de preços competitivos junto aos mercados mundiais e flutuando de acordo com a oferta e a procura.

Onde se Localizam os Sintomas de Recuperação

No mercado europeu, nossa situação apresenta sintomas de recuperação:

A. *Na Itália, conseguimos superar a marca de 1 milhão e 278 mil sacas de 1967 por 1 milhão e 656 mil de 1968, fazendo com que os italianos passassem do terceiro para o segundo lugar como nossos grandes importadores. A Itália tem hoje o hábito popular de consumir nosso café.*

- B.** *A França passou de uma importação média de 545 mil sacas no triênio 65/67 para 628 mil em 68, apesar dos seus estreitos laços comerciais com os países africanos, que cobrem 80% das importações francesas com café de baixa qualidade. A França vinha apresentando índices de regressão nas importações de nosso café. Mas agora, os números estão crescendo e há grandes possibilidades, pois sua importação de cafés brasileiros somada aos suaves de outras procedências representam apenas 20% do total de suas importações.*
- C.** *A Alemanha Ocidental colocou-se em sétimo lugar, com 581 mil sacas. Nela, os cafés brasileiros têm sido substituídos pelos tipos suaves. Em 1966, relativamente ao ano anterior, perdemos 14%. Em 1967, relativamente a 1966, perdemos mais 21%. Os alemães vêm taxando pesadamente a importação do nosso café.*

Os Estados Unidos são o nosso maior importador. Suas compras apresentam um aumento anual de 1%, que é considerado baixíssimo em relação aos índices de outros países. Em 1968, os americanos compraram 7 milhões e 485 mil sacas, quase tanto quanto toda a Europa com 7 milhões e 673 mil sacas. Esse incremento de apenas 1% vem fazendo com que nossa participação no mercado americano decline assustadoramente. No período de 1946/1950, era de 54,9%. De 1960 a 1964, era de 37,5% e em 1968 já caía para 32,8%, enquanto o consumo de cafés africanos subia de 2,4% para 21,3.

O grande problema brasileiro no momento é o de ingresso do café solúvel brasileiro nos Estados Unidos, que resolveram cobrar um imposto de US\$ 0,30 por libra-peso, correspondente a uma taxa real de 32% sobre os preços de venda, Esta é uma questão realmente delicada, que pode afetar inclusive as relações brasileiro-americanas.

Pois quando o Brasil tentou executar na prática o esquema de “*mais comércio e menos ajuda*”, defendido pelo Presidente Nixon e pelo Governador Rockefeller, encontrou pela frente uma grande e infeliz dose de incompreensão. O comércio internacional, frio e objetivo, tem razões que o coração desconhece.





Manchete n° 908, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 13.09.1969



As Horas Dramáticas de Costa e Silva
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



The cover of the magazine 'Manchete' is divided into several sections. At the top left, the word 'Manchete' is written in a large, bold, yellow font on a red background. To its right, a small white box contains the text: 'o homem mais discutido e admirado do nosso tempo conta a sua história'. Below this, the name 'CHRISTIAN BARNARD' is printed in large, white, bold letters, followed by 'MINHA VIDA' in a slightly smaller, bold, black font. The main title, 'AS HORAS DRAMÁTICAS DE COSTA E SILVA', is written in large, bold, yellow letters across the middle of the cover. Below the title, there are two photographs. The left one shows three men in military uniforms walking in a line. The right one is a close-up portrait of a man with a mustache, wearing a dark suit and a white bow tie. At the bottom left, a blue box contains the text: 'Em nome do presidente, os Ministros Sousa Melo, Rodemaker e Lira Tavares governam provisoriamente o país'.

Com a Enfermidade do Presidente Costa e Silva, os Três Ministros Militares Assumiram a Presidência da República

Logo no dia seguinte à edição do Ato Institucional nº 12, a junta de Governo que passará a trabalhar no Palácio das Laranjeiras deu uma nota de continuidade à administração do País. Despacharam todo o expediente e acertaram um sistema de ação que garantirá plena normalidade ao funcionamento da máquina executiva.

Os membros da Junta de Governo iniciaram seus despachos segunda-feira, pouco depois das 15h00, no salão de recepções do andar térreo do Palácio das Laranjeiras. Imediatamente acima, no primeiro andar, fica a sala normalmente utilizada para esse fim pelo Presidente da República.

O Ministro do Exército, General Lyra Tavares, foi o primeiro a chegar, logo seguido por seus colegas da Aeronáutica e da Marinha. O lugar à cabeceira coube ao Almirante Rademaker, sentando-se à sua esquerda o Brigadeiro Sousa e Melo e à direita o General Lyra Tavares. Os fotógrafos tiveram permissão para documentar brevemente cada um dos despachos, que consumiram, ao todo, mais de duas horas.

Obrigado Pelos Médicos a Guardar Repouso Absolto, o Próprio Presidente Tomou a Iniciativa de Convocar ao Palácio Seus Ministros e Assessores

O ambiente no Aeroporto Santos Dumont era festivo e alegre. A FAB havia preparado uma manifestação de especial regozijo pela criação da Empresa Brasileira de Aeronáutica. Dentro de poucos minutos, o Presidente da República ali desembarcaria para iniciar uma

permanência de dez dias no Rio, onde o aguardavam o longo programa de comemorações da Semana da Pátria, o Grande Prêmio Brasil, a Noite de Long-champs, a visita de um grupo de artistas amigos da Rádio Nacional, despachos normais com seus Ministros e a inauguração do sistema de micro-ondas da Embratel para Brasília e Belo Horizonte.

Entre um e outro compromisso da exaustiva agenda, ele se reuniria com o Conselho de Segurança Nacional, numa cerimônia pública que seria o mais solene possível, para outorgar ao país a nova Constituição e reabrir o Congresso.

Exatamente às 11h25 daquela sexta-feira chuvosa, o Marechal Costa e Silva desceu as escadas do One Eleven. Não precisou de maior ajuda para chegar até o chão. Mas nenhum dos presentes precisou também de maiores explicações para notar que o Presidente estava doente. Um fotógrafo aproximou-se dele, mas não fez a foto porque um Coronel lhe pediu:

Não vê que o presidente está febril e doente?

Visivelmente pálido e abatido, com o andar claudicante, ele fez ligeiros acenos para os amigos e Ministros presentes, evitando os cumprimentos pessoais e os apertos de mão com que sempre os distinguia em todas as suas chegadas, para dirigir-se a seu carro e recolher-se ao Laranjeiras.

Há dois dias, ainda em Brasília e muito gripado, ele começara a sentir os primeiros sintomas de perturbações circulatórias: tonteiras, turvação da vista, dores de cabeça e nas costas. Mas, mesmo assim, decidiu vir para o Rio. E no Rio ia iniciar um dos mais movimentados fins de semana de que se tem notícia na sua história.

Esta é a primeira
a realização feita de parte da
gestão realizada no Palácio
das Esplanadas, a Presidência
do Brasil, sob a direção do
General Lyra Távora, o Brigadeiro
Mário de Azevedo e Silva, o
General João Paulo Lins
e o General Antônio F. de
Sampaio, General de
Intendência, e o General
Ruy de Azevedo, General
de Armas, no
Café da Presidência.

Com a enfermidade do
Presidente Costa e Silva, os três ministros militares
assumiram a Presidência da
República

O PRIMEIRO DIA

Logo no dia seguinte à edição do Ato Institucional nº 12,
o ponto de governo que passou a trabalhar no Palácio das
Esplanadas deu uma volta de continuidade à administração do país.
Desembarçaram toda a esquadra e assumiram um sistema de
governo que garante a plena continuidade do funcionamento
da máquina executiva.

Texto de
MURILLO
MELO FILHO
Fotos de
JADER NEVES

A cidade preparava-se para o Sweepstake e para o jogo Brasil x Paraguai, que bateriam todos os recordes de assistência e de arrecadação. As bandeiras começavam a engalantar as ruas e praças para a Semana da Independência, que o próprio Presidente também queria festiva e solene.

Mas, em meio à euforia, chegou a primeira notícia ruim: o jatinho do IBRA afundara na baía de Guanabara, matando cinco dos seus passageiros, um dos quais seria Ministro de Estado. Confirmou-se depois que os quatro passageiros haviam realmente morrido, mas nenhum era Ministro.

Logo em seguida, à tarde de sábado, a cidade começou a ser traumatizada pelas notícias de que o Presidente sofrera um derrame ou um enfarte. As luzes do Palácio das Laranjeiras permaneceram acesas durante toda a noite de sábado e até a madrugada de domingo. Os casais de namorados, que habitualmente povoam a quietude do Parque Guinle, tiveram suas atenções despertadas para o inusitado movimento de carros que chegavam e saíam do Palácio.

O Dr. Hécio Simões Gomes, médico particular do Presidente, foi o primeiro a ser por ele chamado já na noite de sexta-feira, com o agravamento dos sintomas que determinaram inclusive o cancelamento da audiência daquela tarde com o Ministro Gama e Silva, também gripado. Após os primeiros exames, o médico achou melhor chamar ao Laranjeiras os seus colegas Mário Miranda, clínico, Abraão Akerman, neurologista, e Paulo Niemeyer, cirurgião.

A junta médica concluiu, após exames especializados, que apesar de serem satisfatórias as condições gerais do doente, ele havia sofrido uma crise circulatória com manifestação neurológica, que lhe impunha repouso absoluto.

Estava assim decretada pelos médicos a vacância temporária do cargo e o próprio Presidente da República tomou a iniciativa de convocar ao Palácio os seus Ministros e Assessores diretos. Durante todo o domingo, foi intensa a movimentação no Laranjeiras, aonde acorreram todos os Ministros presentes no Rio. O avião presidencial foi mandado a Brasília para de lá trazer, além do Vice-Presidente Pedro Aleixo, os Ministros Carlos Simas, Jarbas Passarinho e Tarso Dutra. O Vice-presidente permaneceria algumas horas no Rio, mas regressaria a Brasília, não participando assim da reunião ministerial convocada para a noite.

Enquanto isto, o Presidente descansava em seus aposentos, aos quais tinham acesso apenas D. Iolanda, o Coronel Alcio e os amigos mais íntimos. Seu estado de saúde reagia satisfatoriamente aos primeiros medicamentos, alimentando-se bem e fazendo aumentar as esperanças de sua recuperação.

Não se confirmaram os rumores de sua remoção para a Casa de Saúde Dr. Eiras ou para o Hospital dos Servidores. No próprio Palácio, foram instalados todos os equipamentos de exame, tratamento e assistência. Tampouco eram procedentes os boatos alarmistas de seu agravamento ou de sua operação; que circularam no domingo quando, ao contrário disto, o Presidente assistia pela televisão ao Grande Prêmio Brasil e ao jogo entre brasileiros e paraguaios. Segundo o jornalista Carlos Chagas, secretário de Imprensa, o próprio Marechal Costa e Silva fazia a mudança dos canais de tevê, escolhendo aquele que estivesse com a melhor imagem.

Do lado de fora do Laranjeiras, numerosos jornalistas e fotógrafos estiveram de plantão durante longas horas, filtrando as poucas notícias que transpiravam do Palácio.

Soube-se então que a reunião convocada pelo Marechal Costa e Silva seria realizada às 20h00 do domingo no Ministério do Exército, sob a presidência do Almirante Augusto Rademaker, na qualidade de titular do Ministério mais antigo.

Já então, estava resolvido que os três Ministros Militares assumiriam o posto em substituição ao Marechal Costa e Silva, durante o tempo que durasse seu impedimento: os médicos calculavam-no entre 30 e 60 dias, ao longo dos quais seu estado de saúde poderia agravar-se, melhorar ou estacionar.

Antes da reunião, os três Ministros Militares receberam o Vice-Presidente Pedro Aleixo, cujo avião desce-
ra no Galeão e ali fora recepcionado pelo Almirante Adalberto de Barros Nunes, Chefe do Estado-Maior da Armada. Coube ao Almirante Augusto Rademaker in-
formar que a situação do País, com o recesso do Con-
gresso e todas as consequências decorrentes do Ato Institucional nº 5, não possibilitava uma transferência normal, conforme previa a Constituição, das respon-
sabilidades da autoridade suprema e do Comando Supremo das Forças Armadas. O Vice-Presidente Pe-
dro Aleixo respondeu que não lhe cabia criar qualquer problema num instante grave como aquele. Reco-
nhecia as altas razões e motivos que haviam levado os Chefes Militares àquela conclusão e resolveu voltar a Brasília.

A reunião ministerial durou apenas quarenta minutos, durante os quais foram aprovados o Ato Institucional nº 12 e uma proclamação à Nação. Na proclamação, o Almirante Augusto Rademaker, o General Lyra Tava-
res e o Brigadeiro Márcio de Souza e Melo comuni-
caram ao País que o Marechal Costa e Silva, por motivo de enfermidade, se encontrava temporaria-
mente impedido do exercício pleno de suas funções.

A conselho médico, teria ele de guardar repouso e ficar liberado, durante certo prazo, dos encargos do Governo, a fim de mais rapidamente recuperar a saúde.

Na qualidade de responsáveis pela execução das medidas destinadas a assegurar a paz e a ordem pública e de tornar as providências relacionadas com a segurança nacional, comunicaram também que a situação do País não se coadunava com a transferência a outros titulares previstos na Constituição das responsabilidades da autoridade presidencial.

Em face disto tudo, resolveram eles três assumir as funções do Marechal Costa e Silva, com um exercício que ficará limitado ao seu período de repouso e tratamento.

Os objetivos da revolução de 31 de março de 1964 serão inteiramente cumpridos, conforme os compromissos assumidos perante a nação, na forma dos Atos Institucionais e da Constituição de 24 de janeiro de 1967. A paz e a segurança internas, o exercício dos poderes constituídos, no plano federal, estadual e municipal, a garantia dos direitos individuais e os compromissos de ordem internacional ficarão mantidos na forma da legislação em vigor. Pode a nação confiar no patriotismo de seus chefes militares.

Apelam os ministros militares para a compreensão e cooperação do povo brasileiro, para o desempenho do relevante encargo que assumem, em nome do Presidente da República. Durante esse período, o Governo adotará todas as medidas que se fizerem necessárias para a normalidade da vida do País, nos planos interno e internacional, abstendo-se de adotar outras que não sejam as indispensáveis à continuidade administrativa e das atividades públicas e privadas em todo o País.

No Ato Institucional nº 12, que tem apenas seis artigos, os três Ministros, legislando em nome do Presidente da República, decretaram entre outras coisas que:

- 1. Baixarão todos os atos necessários à continuidade administrativa, à preservação dos direitos individuais e ao cumprimento dos compromissos de ordem internacional.*
- 2. Continuam em exercício os poderes e órgãos da administração federal, estadual e municipal que não foram atingidos pelos atos institucionais e complementares.*
- 3. Cessado o impedimento, o Presidente Costa e Silva reassumirá as funções em toda a sua plenitude.*
- 4. Ficam excluídos de qualquer apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com este AI e seus atos complementares, bem como os respectivos efeitos.*
- 5. Saindo da reunião, o Ministro Rondon Pacheco levou os dois textos para o Palácio das Laranjeiras, de onde o locutor Alberto Cúri, numa cadeia de rádio e televisão, apenas som, comandada pela Agência Nacional, transmitiu a sua íntegra para todo o País.*
- 6. Todos os Ministros ouviram a irradiação no 9º andar do Ministério do Exército, onde continuaram reunidos, já sob a presidência do junta. Estavam presentes também no Palácio da Guerra quase todos os Generais, Almirantes e Brigadeiros sediados na Guanabara.*

O dia seguinte, que era o primeiro da semana e o primeiro de setembro, foi de calma absoluta em todo o País, Os bancos e as bolsas de valores não funcionaram porque O Sr. Ernane Galvêas, numa providência acautelatória, havia desde a véspera, em nome do Conselho Monetário, determinado que as instituições financeiras não funcionassem.

A posse da junta de governo é provisória e seu mandato, interino. Dentro de prazo relativamente curto, seus membros devolverão o cargo ao Presidente Costa e Silva.

Duas consequências lógicas e inevitáveis dos acontecimentos deste fim de semana são o adiamento da outorga da nova Constituição e a transferência para época mais conveniente da reabertura do Congresso.

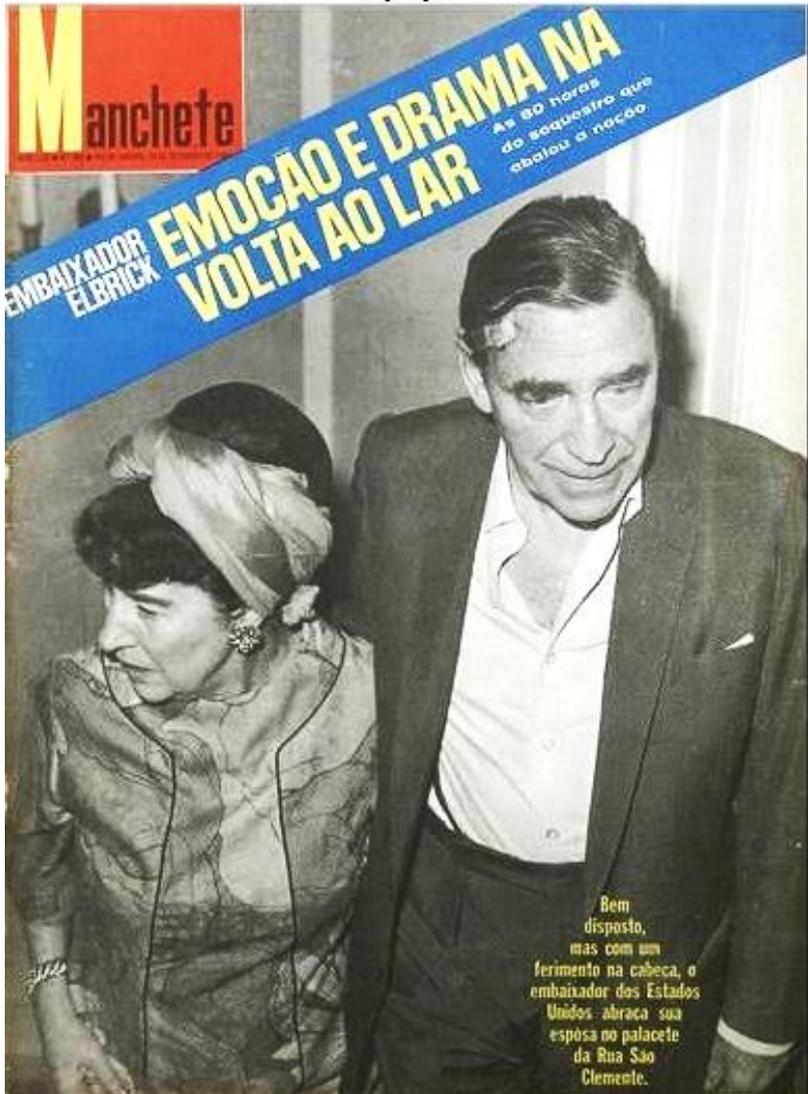




Manchete n° 909, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 20.09.1969



Um Instante de Emoção Após 80 Horas de Incerteza
(Reportagem de João Luís de Albuquerque)



Quando este homem retornou a sua casa, chegava ao “*happy end*” um drama que, durante três dias, atraía as atenções de todo o mundo. A notícia do sequestro do Embaixador Charles Burke Elbrick, ocupou as manchetes dos jornais de todos os continentes e mobilizou setores diplomáticos e governamentais em vários Países. O Brasil parou para acompanhar o diálogo entre as autoridades e os sequestradores que exigiam a libertação de 15 presos políticos.

Mas era no Palacete da Rua São Clemente, a residência do embaixador, que a expectativa se fazia sentir com maior tensão e densidade. A Sr^a Elvira Elbrick preparava-se minuto a minuto para a perspectiva de não mais ver o marido vivo. Esposa de diplomata, porém, ela cumpria o seu dever, recebendo visitas e determinando providências com aparente serenidade. Toda sua intensa emoção, ela a guardou para esse momento. E só então, no clima geral de alegria e desafogo que contagiava a tudo e a todos, não foi capaz de contê-la.

**No banco de Trás do Táxi, o Passageiro
Explicou ao Soldado:
“Eu Sou o Embaixador Americano”**

Quando o táxi 5-11-43 estava bem próximo de sua residência, na Rua São Clemente, o Embaixador Charles Burke Elbrick olhou para o relógio de pulso e comentou com o motorista José Mateus, de quem se tornara amigo, no trajeto desde a Rua Conde de Bonfim, na Tijuca:

Passsei quase 79 horas fora de casa.

José Mateus teve dificuldade para atravessar a multidão de curiosos, jornalistas e policiais. Quando se aproximou do portão de ferro pintado de branco, um guarda lhe perguntou:

Onde pensa que vai, moço?

Do banco de trás, o passageiro sem gravata falou com um ligeiro sotaque:

Eu sou o embaixador americano.

Um repórter de televisão da NBC colocou seu microfone dentro do Volkswagen e, muito nervoso, perguntou:

Senhor embaixador, tem algo a dizer para a NBC?

Neste exato momento, não obrigado.

Os portões foram abertos, o carro arrancou e os repórteres correram para o único telefone das redondezas, o de um botequim no outro lado da rua.

Por Todo o Tempo do Sequestro, o Embaixador Americano Transportou sua Pasta. Já em Casa, ele Estava Emocionado com a Recepção que a Família e os Amigos lhe Tributaram. A Gravata, Suja de Sangue, Estava no Bolso do Terno

Quando o táxi parou na porta da embaixada, o porteiro dirigiu-se ao Sr. Elbrick:

Bem-vindo em casa, senhor embaixador.

Em seguida, subiu correndo as escadas e foi até onde estava a embaixatriz:

Senhora Elbrick, desça, por favor. O embaixador já chegou e está lá embaixo.

Ela desceu, os dois se abraçaram e a Sra. Elbrick, depois de beijar o marido, passou a mão pelo ferimento de sua testa, perguntando:

Isto é grave, "darling"?

O seqüestro do embaixador americano, um caso sem precedentes na história da diplomacia, comoveu a população brasileira e atraiu para o Rio as atenções de todo o mundo

UM INSTANTE DE EMOÇÃO APOS 80 HORAS DE INCERTEZA

Quando este homem retornou a sua casa, chegava ao happy end um drama que, durante três dias, atraiu as atenções de todo o mundo. A notícia do seqüestro do Embaixador C. Burk Ehrlich, ocupou as manchetes dos jornais de todos os continentes e mobilizou setores diplomáticos e governamentais em vários países. O Brasil pediu para acompanhar o diálogo entre as autoridades e os seqüestradores que exigiam a libertação de 15 presos políticos. Mas era no palacete da Rua São Clemente, a residência do embaixador, que a expectativa se fazia sentir com maior tensão e densidade. A Sra. Elvira Ehrlich preparava-se minuto a minuto para a perspectiva de não mais ver o marido vivo. Espelta de diplomata, porém, não cumpria o seu dever, recebendo visitas e determinando providências com aparente serenidade. Toda sua intensa emoção, ela a guardou para esse momento. E só então, no clima geral de alegria e desalôga que contagiava a todos e a todas, não foi capaz de contém-la.



O cachorro Tony saltava e latia em volta do embaixador. Elie se apressou em dizer à esposa:

Lamento profundamente ter dado tanto trabalho a tanta gente. Ao governo brasileiro; ao pessoal da embaixada, a todo mundo.

Horas depois, explicaria, em entrevista coletiva, a razão de não estar protegido por batedores ou policiais no instante do sequestro. Na verdade, não pedira essa proteção, nem chegara a debater o assunto, em qualquer momento, com as autoridades brasileiras.

○ Ministro Magalhães Pinto chegou à residência do Sr. Elbrick na noite de domingo, tão logo circulou a notícia de sua devolução. Conversaram durante algum tempo. Em seguida, o médico da embaixada, Dr. Stewart Scheer, substituiu o curativo na testa. Quando o Sr. Elbrick voltou para a sala onde estavam seus amigos pessoais, um primo da embaixatriz, Erskine Gilbert, e membros da embaixada, já se barbeara, pusera outro terno e gravata. Conversara, também, pelo telefone, com o Presidente Nixon, durante cinco minutos. A única coisa que se pôde registrar desse diálogo foi uma frase dita ao Presidente:

Tenho muita coisa a contar-lhe quando nos encontrarmos.

Logo em seguida, outra chamada internacional. Desta vez, de sua filha Valery, que está em Belgrado. A essa altura, o Sr. Elbrick já havia tomado o seu primeiro drinque, uma dose de "Bourbon Jim Beame". A Sra. Elvira Elbrick convidara os presentes para jantar mas, quando viu, quase todos já tinham saído. A secretária Ruth Johnson, o assessor Bob Kohn e John Mowinckel, conselheiro da embaixada e diretor da USIS no Brasil, foram os últimos. E quando quiseram sair, a Sra. Elbrick não deixou, dizendo:

Vocês todos ficam aqui para comer ovos mexidos com bacon.

Alguém do grupo respondeu:

Gostaríamos muito de ficar, mas achamos que seria melhor o embaixador ficar a sós com a senhora, pois devem ter muito o que conversar.

A Sr^a Elbrick explicou:

Não, não. Conheço bem o Burke, sei que ele precisa relaxar e a melhor maneira será através de um bate-papo informal com todos vocês. Nossa conversa será amanhã, quando esta tensão já tiver passado.

Até aquele momento, ninguém havia ainda falado no sequestro. Bob Kohn perguntou ao embaixador porquê ele, tão cuidadoso com sua maneira de vestir, havia chegado à residência sem gravata. Respondeu Elbrick:

Ela veio no meu bolso porque estava manchada de sangue.

O próprio embaixador tocara no assunto, demonstrando que queria falar sobre ele. Todos ficaram em volta da mesa, ouvindo-o contar:

No momento em que fui obrigado a trocar de carro, os raptadores disseram: "Feche os olhos". Lembrei-me de que o Embaixador Meane havia sido assassinado na Guatemala. Quando eles deram aquela ordem pensei, "vai ser agora, vão me matar". Não queria, pois, fechar meus olhos para nada e para ninguém. Comecei então a tentar reagir, empurrando um dos revólveres para o lado. Nunca vi tantos revólveres juntos, em toda a minha vida, e estavam todos apontados para mim. Recebi a coronhada na minha testa. Não desmaiei, mas fiquei um pouco atordoado.

O sangue começou a jorrar, sujando gravata e camisa. Logo em seguida, eles me cobriam com uma lona bem grossa e o carro começou a rodar. Não sei para onde me levaram, e só pude ver alguma coisa quando já estava dentro de um quarto de mais ou menos quatro metros por três. Uma só janela, que estava bem fechada. Depois de algum tempo, um dos seis raptores entrou e, logo depois, outro. Não poderia nunca reconhecê-los pois estavam sempre com o rosto coberto por lenços. Perguntei então:

E minha mulher, como irão avisá-la? E meu chofer, o que aconteceu com ele?

Um deles respondeu:

Deixamos lá seu motorista, que irá logo para a sua residência e por certo avisará à sua mulher.

Perguntei o que poderia ele dizer a ela. Os raptores explicaram que eu poderia escrever bilhetes para minha mulher, os quais seriam publicados nos jornais. "Quer dizer que o que eu escrever para ela, disser algo de particular, tudo vai sair na primeira página de um jornal? Isso é terrível", disse sorrindo. Já sabia então que não me tinham apanhado para matar-me. Aquilo era um rapto muito bem organizado, por gente que sabia o que estava fazendo. Lavaram minha camisa, minha gravata, trouxeram charutos que eu não havia pedido, mas não me deixavam ler os jornais. Os bilhetes que assinei não foram ditados, mas eles diziam o que deveria escrever. Claro que algumas frases continham uma linguagem que eu jamais teria usado. Só no sábado pude ver o primeiro jornal. Quando soube que o Governo Brasileiro havia concordado com as exigências dos raptores, não tive mais dúvidas de que seria solto.

A Senhora Elvira Elbrick ouvia a descrição em silêncio. Para todos que estiveram com ela durante estes últimos dias, a opinião era uma só: ela havia sido admirável. Um de seus amigos comentou:

Elvira ficou muito preocupada com a possibilidade de Burke vir a ser morto. Preparou-se mentalmente para esta terrível possibilidade. Mas ao mesmo tempo, estava convidando seus amigos e amigas, gente da embaixada, para que viessem almoçar, jantar ou só conversar.

A embaixatriz interrompe seu marido para perguntar:

Darling, o que foi que eles lhe deram para comer?

Respondeu Elbrick:

Na primeira noite, disse a eles que não tinha fome alguma e não queria comer. Na manhã seguinte comi dois ovos cozidos, torrada e café.

Ela sorri e diz:

Isso me parece bastante, no caso.

Elvira, você viu o retrato do nosso filho Alfred no jornal? Que costeletas horríveis ele está usando!

Um dos raptos perguntou ao embaixador americano, pouco antes de soltá-lo, se comera bem na prisão. Elbrick respondeu:

Não posso considerá-la "une grande cuisine", mas comi bem.

Continuou Elbrick:

Gostaria de dizer que, se bem que não tenha ouvido o telefone tocar nem uma vez, senti que eles recebiam instruções de fora. Na verdade não houve nenhuma preparação de minha parte para sair dali.

Avisaram-me simplesmente, de que eu ia ser solto. Em seguida, colocaram nos meus olhos uma coisa que só posso descrever como óculos totalmente pretos, pois nada conseguia ver através deles ou mesmo pelos lados. Saímos da casa e pediram-me que me abaixasse um pouco.

Viraram-me de costas e assim entrei, com cuidado, dentro de um carro. Já disse que nada via, mas tenho a impressão de que era um Volkswagen. Andamos uns 15 minutos. Finalmente pararam o carro e alguém me disse:

O senhor pode descer. Mas queremos que não saia deste local durante 15 minutos. Não tente sair logo, pois temos gente na rua vigiando o senhor. Adeus.

No momento em que o carro arrancou aguardei um pouco e comecei a caminhar para a esquina. Não tinha a menor ideia de onde poderia estar. Cheguei à Rua Conde de Bonfim e perguntei a uma pessoa onde poderia encontrar uni táxi. Ela me respondeu:

Olha lá, aquele motorista no táxi está acenando para você.

Continua Elbrick:

O táxi deu a volta na rua e parou junto de mim. O motorista me disse:

O senhor é o embaixador americano, pobrezinho!

Entre no carro e viemos para cá. O motorista começou a conversar comigo, contando tudo o que tinha acontecido desde meu rapto. Foi através dele que fiquei sabendo de quase tudo. Ligou o rádio e viemos escutando os boletins das emissoras do Rio. Depois disso, vocês já sabem: cheguei aí no portão, não nos quiseram deixar entrar, depois entramos, e estou aqui.

O Relato de Minuto a Minuto das 80 Horas de Angústia Vividas Pelo Embaixador Elbrick, da Tarde de Quinta-Feira à Noite de Domingo, Revela Lances Dignos de um Livro de Aventuras

Quinta-feira, 4 de setembro

13h50: Faz calor. Após o almoço, um homem sai de sua casa e volta para o trabalho. É uma pessoa importante, mas não gosta do aparato dos batedores e guarda-costas. Em seu passado, como recentemente contara à MANCHETE, havia algumas experiências que lhe ensinaram a não temer o perigo. Por exemplo, nos primeiros dias da Segunda Guerra Mundial, ele deixou Varsóvia de automóvel, levando em sua mala de secretário os códigos secretos americanos. Agora, já como embaixador no Rio, C. Burke Elbrick está tranquilo. Preocupava-se apenas com o volume de coisas a providenciar, numa tarde particularmente atarefada. Pouco depois, avança pela Rua São Clemente, em Botafogo.

13h51: Na Rua Marques, cinco homens vivem a expectativa de uma aventura. Não têm pressa, mas preparam-se para dar o golpe mais ousado de terrorismo jamais tentado no Brasil. A tensão os faz suar e com a mão retiram o suor da testa, segundo revelou mais tarde uma testemunha que os vinha observando. Pareciam agitados e mal contidos dentro do Volkswagen vermelho, placa 9-63-58, da cidade de Cachoeiro do Itapemirim, no Espírito Santo. Outros homens, ocupando um outro carro da mesma marca, estavam igualmente nervosos. Seguiam o carro do embaixador e também participaram da aventura.

13h52: O imenso Cadillac preto, de fabricação especial, chapa CD-3, com a mesma tranquilidade com que descia pela Rua São Clemente, dobra à esquerda para entrar na Rua Marques. A menos de um quilômetro dali, a guarnição do 2º Batalhão da Polícia Militar da Guanabara, na própria São Clemente, reinicia o expediente do dia. Quando a limusine negra entra na Rua Marques, o motor do Volks vermelho já está ligado,

imediatamente bloqueia o caminho do embaixador, em frente ao número 15, uma casa vazia, de propriedade do Comandante Souto Maior, que pretendia vendê-la.

13h53: Três jovens armados correm para o carro diplomático e não têm dificuldade em penetrar no seu interior: o vidro da porta dianteira está aberto e há trincos por fora. Um entra na frente e dois atrás. Enquanto o da frente mantém o motorista sob guarda e arranca os fios do rádio de comunicação sintonizado com a sede da embaixada, na Av. Presidente Wilson, os de trás tratam de impedir qualquer reação do Sr. C. Burke Elbrick. Sob a mira de uma arma, o motorista se afasta para a direita. Um dos homens pega a direção do carro, dá a partida e abandona a Rua Marques para entrar na Capistrano de Abreu, uns setenta metros adiante.

13h54: O Cadillac negro, pela primeira vez, é precedido de um inusitado batedor: um Volkswagen verde, chapa 40-05-61, de São Paulo, onde um ou mais terroristas têm a missão específica de garantir o sequestro. Dentro, uma bomba de fabricação caseira numa lata de Nestogeno poderia afastar bloqueios ou empecilhos de qualquer natureza.

13h55: A limusine está rodando de novo pela Rua São Clemente, depois de haver percorrido uns cem metros da Rua Conde de Irajá. Da São Clemente, os sequestradores atingem o Largo dos Leões, onde deparam com o primeiro sinal. Logo em seguida, no Largo de Humaitá, outro sinal de trânsito. Portaram-se normalmente, obedecendo às regras do trânsito; não há registro de anormalidade nos dois sinais.

13h57: Em velocidade normal, não mais de 60 quilômetros horários, o homem que dirigia o Cadillac

torceu a direção para a direita e venceu sem dificuldade a longa subida da Rua Vitório da Costa, revestida de paralelepípedos. No alto, virou à esquerda para entrar à direita, uma dezena de metros adiante, onde pegaram a Rua Maria Eugênia. Todas as ruas estavam desertas, na zona residencial do Humaitá. No trajeto, nenhum incidente. Nada atrapalhava o plano de sequestro, que seguia sem atropelos. Na Rua Maria Eugênia, uma razoável redução da velocidade, devido às obras que ali se realizam, mas isso não parece ter perturbado os terroristas.

13h59: Menos de sete minutos depois de desencadeada a operação, os raptos sentem-se tranquilos e já não acreditam em qualquer hipótese de interceptação ou reação do embaixador ou de seu motorista. Um último movimento de direção para a direita e o carro inicia a subida da Euclides de Figueiredo. A total ausência de movimento, atestada pela grama que cresce livremente entre os paralelepípedos, garante o sucesso da operação. Dos dois lados da rua, apenas mato nos terrenos baldios. A frente de um deles, à direita, uma curva a setenta metros do início da rua, o grande carro para.

14h00: O motorista Abel não sabe, nem o Embaixador Elbrick, mas o Volks que acompanhou o seu carro já foi substituído por uma Kombi verde-abacate. O Volks verde ficara atrás, no meio da pista, bloqueando a entrada da Rua Euclides de Figueiredo. A kombi, a partir desse momento, passa a ser o novo transporte do Embaixador C. Burke Elbrick. Não se sabe de onde ela surgiu. Só foi vista pelo caseiro de uma residência situado num platô, a uns duzentos metros de distância do local onde se fez o transbordo do embaixador. A parada é tão rápida quanto tudo o mais que acontece nessa aventura. Enquanto um

mantém o motorista sob vigilância, dois outros conduzem o embaixador, agredindo-o na testa quando quis resistir, para o banco traseiro da kombi. O Sr. Burke Elbrick já mudara de carro e de motorista. Uma ré violentíssima, seguida de uma manobra rápida, a Rua Euclides de Figueiredo não tem saída, leva a kombi de volta para a Rua Maria Eugênia. Dali em diante, nada. Nenhuma notícia, nenhuma pista. Só especulação. Nem o próprio Embaixador Burke Elbrick soube explicar, depois, por onde andou. Encerrada a operação-transbordo, o Volks verde que ficara bloqueando a entrada da Rua Euclides de Figueiredo, deixa o local e é abandonado numa rua em frente, a Ministro João Alberto. No seu banco traseiro, a bomba. Logo após a passagem do embaixador do Cadillac para a Kombi, os terroristas sentem-se tão seguros da sua ação que resolvem tirar o veículo diplomático do local, levando-o para o início da Rua Caio de Melo Franco, onde foi abandonado com o motorista Abel. Ali, ainda atônito, ele procura pôr em ordem o seu raciocínio, para agir.

14h05: Abel já resolveu o que fazer. Vai procurar um telefone para avisar a Embaixada americana, na Avenida Presidente Wilson. Correndo, desce a rua. Sua apreensão é enorme. Não há ninguém a quem possa pedir auxílio. Nenhuma casa ou edifício, no qual possa entrar, para pedir um telefone emprestado. Nenhum táxi. Nada. Com o coração aos pulos, entrou na primeira casa que encontra. É a residência do Sr. Francisco Reis Vaz, de número 4. Em casa, só a empregada Valdéia. Abel procurava explicar-se, dizer o que pretende, mas Valdéia não entende nada. Ele estava muito confuso e nervoso. Valdéia tem medo, mas algo lhe diz que deve ajudar aquele homem. Afinal, ele está de terno e gravata, não tem aparência de um marginal. Deixa-o entrar e lhe indica o telefone. E só começa a entender as coisas, quando ouve a conversa de Abel com a embaixada:

Sequestraram o embaixador.

14h15: Custódio Abel da Silva tem que repetir a história algumas vezes para que os funcionários da Embaixada dos Estados Unidos o compreendam e acreditem no que está acontecendo.

14h17: O encarregado de negócios, William Belton, substituto eventual do Embaixador C. Burke Elbrick, começa a acionar os serviços da Embaixada americana e a dar ciência do ocorrido às autoridades brasileiras, iniciando pelo Sr. Magalhães Pinto, Ministro das Relações Exteriores. A primeira providência do Sr. Magalhães Pinto é avisar os Ministros Militares que respondem temporariamente pela Presidência da República.

14h20: Os serviços de segurança brasileiros entram imediatamente em ação. Licenças são canceladas. Todo o pessoal é chamado ao serviço. Todas as viaturas são postas em funcionamento. Os serviços de rádio não param de transmitir mensagens. As saídas do Rio de Janeiro são bloqueadas. Os quartéis ficam de prontidão e suas guardas são avançadas e mais ostensivas, com armas embaladas. No DOPS, no CENIMAR, no SNI, no Serviço Secreto da Aeronáutica, nos serviços da Presidência da República, enfim em todos os setores de segurança a atividade é intensa. E a perplexidade não é menor.

14h30: As polícias brasileiras começam a trabalhar. O Chanceler Magalhães Pinto resolve esperar por algum tempo os primeiros resultados da ação policial. O Ministério das Relações Exteriores parece estar em calma. Na realidade, a chancelaria Brasileira vive momentos de angústia e trabalho intenso. Nos gabinetes, o pessoal diplomático do Itamarati estuda todas as alternativas, e elas eram inúmeras, para indicá-las ao Sr. Magalhães Pinto, no momento oportuno.

15h50: Agentes do DOPS, munidos das informações telefônicas fornecidas pelo motorista do embaixador, localizam o Cadillac preto, na Rua Caio de Melo Franco. Ao seu lado, na maior excitação, Custódio Abel da Silva ansiava por aquela chegada, cercado por alguns curiosos, que foram imediatamente afastados pela polícia.

15h53: Em linhas gerais, Abel conta toda a aventura, sem deter-se em pormenores, o que só faria mais tarde. Ninguém tocou no Cadillac. A grande limusine permanece no local em que foi deixada pelos sequestradores, com o rádio inutilizado e sem a chave de ignição.

15h54: Os policiais tratam de isolar a área em torno do Cadillac, que só mais tarde seria periciado.

16h00: Uma turma de patrulheiros localiza o Volks verde com sua bomba na Rua Ministro João Alberto. As portas estão abertas e só é visível em seu interior o pavio da bomba, que está enrolada em jornais. Quase ao mesmo tempo, é achado o Volks vermelho, deixado pelos sequestradores na Rua Capistrano de Abreu, em frente ao número 15. Os técnicos policiais e militares são avisados dos achados, para que providenciem as perícias. O Ministro Magalhães Pinto é avisado de tudo e toma o rumo do Palácio Laranjeiras, onde faz seu relatório aos Ministros Militares que respondem pela Presidência da República.

16h35: O sequestro do embaixador ainda não é do conhecimento público, até o momento em que é expedida uma nota oficial a respeito. O documento explode como uma bomba nas redações dos jornais, estações de rádio e televisão. Os chefes de reportagem e de redação mostram-se tão perplexos como os que primeiro souberam do evento e logo acionam seus homens.

16h45: A embaixatriz Burke Elbrick já está notificada do rapto de seu marido. A residência do embaixador está sob rigorosa vigilância. Ninguém mais entra sem ser identificado e estando a serviço. Nem mesmo o Embaixador Vasco Leitão da Cunha, amigo pessoal do Sr. Burke Elbrick, que tentava comunicar-se com a embaixatriz, consegue permissão para atravessar os portões. Chega no casarão da São Clemente o carro CD-979, com dois agentes de segurança e o médico do embaixador, que vai assistir a Sra. Elbrick.

16h50: Depois de haver conferenciado com os Ministros Militares no Laranjeiras, o Ministro Magalhães Pinto chega à Embaixada dos Estados Unidos, onde conferencia com o encarregado William Belton, transmitindo a certeza de que o Governo Brasileiro tomaria todas as providências necessárias para salvar a vida do representante norte-americano.

17h00: Os peritos entram no Cadillac diplomático e deparam com um manifesto e uma mensagem dos sequestradores, o primeiro dirigido ao povo e a segunda às autoridades. A mensagem exigia a leitura do manifesto por uma cadeia de rádio e televisão e também a libertação de 15 presos políticos, que deveriam ser conduzidos ao México, ao Chile ou à Argélia.

17h05: Uma viatura policial sai da Rua Caio de Melo Franco, conduzindo os documentos deixados pelos terroristas, para exame das autoridades.

17h10: O Comandante Souto Maior e sua esposa, Dona Elba, que desconfiou das intenções dos ocupantes do Volks vermelho estacionado pela manhã quase em frente à casa vazia da Rua Marques, estão sendo interrogados, na tentativa de levantar alguma pista que conduza aos sequestradores. O mesmo acontece com o motorista Abel.

17h15: São expedidas ordens para a prisão do estudante José Eduardo Moreira, em Cachoeiro do Itapemirim. Ele é o dono da placa 9-63-58, que estava no Volks vermelho. A prisão é efetuada, mas em nada contribui para o sucesso das investigações.

17h55: O Cadillac preto chega de volta à Embaixada americana.

18h20: O motorista Abel, custodiado por cinco agentes de segurança, entra na embaixada americana. Todos vão para o terceiro andar, onde funciona o escritório do chefe de segurança regional, Sr. Martin L. Garret Jr., da CIA. A essa hora, a Rua São Clemente já voltou a tranquilidade e está inteiramente tomada, como todos os dias, por ônibus e automóveis.

19h00: Em San Fernando, Califórnia, o Presidente Richard Nixon conferencia com o secretário de Estado norte-americano, William Rogers, e os dois estabelecem as normas de procedimento que enviaria à sua embaixada no Rio.

20h00: A falta de notícias é angustiante. Há milhares de pessoas diretamente empenhadas na busca, mas nada se consegue saber. No Palácio Laranjeiras, nos Ministérios, nas sedes dos serviços de segurança, em todas as cúpulas, se sucedem as reuniões. Mas nada transpira.

21h30: O General Siseno Sarmiento, comandante do I Exército, assume o comando das operações de resgate, enquanto o Ministro Magalhães Pinto está reunido no Laranjeiras com os Ministros Militares e o Sr. William Belton.

22h00: Continua o enervante silêncio. Há apenas sinais pouco reveladores de movimentação. Presos

políticos já foram transferidos de cárceres da polícia para o quartel da Polícia do Exército, na Rua Barão de Mesquita. Todo o quarteirão da Secretaria de Segurança da Guanabara está interditado ao trânsito de veículos e pedestres. O núncio apostólico, Dom Humberto Mazzoni, decano do corpo diplomático, ofereceu-se como mediador junto ao Governo e aos sequestradores, mas não teria oportunidade, em nenhum momento, de exercer efetivamente esse papel.

Sexta-feira, 5 de Setembro

00h15: As estações de televisão da Guanabara entram em cadeia, sob o comando da Agência Nacional, e é cumprida a primeira exigência dos sequestradores do embaixador americano no Brasil: é lido por um locutor, na íntegra, o manifesto político, de duas laudas, contendo acusações ao regime brasileiro, às autoridades, principalmente às que exercem funções policiais de repressão. O documento também exige a libertação de 15 presos políticos e encerra com uma advertência terrível:

Agora é olho por olho, dente por dente.

O manifesto é assinado pela Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Movimento Revolucionário de Outubro (MR-8). No dia seguinte, todos os jornais o reproduziram, na íntegra. Durante a noite, continuam as tentativas de localizar o embaixador, mas o público de nada pôde ser informado.

09h00: Ao contrário do que comumente acontece em dias de trabalho, o centro da cidade do Rio de Janeiro tem menos gente esta manhã. Os bancos funcionam normalmente. Essa paisagem continuaria pelo resto do dia. Uma onda de boatos percorre a cidade. Nenhum deles seria confirmado pelos eventos posteriores.

11h05: Através de um telefonema anônimo, as autoridades localizam na caixa de esmolas da Igreja Nossa Senhora da Glória, no Largo do Machado, o primeiro bilhete do Embaixador Elbrick, dirigido à sua esposa:

Querida Elvira. Estou bem. Espero ser libertado e vê-la breve. Por favor, não se preocupe. Também procuro fazer o mesmo. As autoridades brasileiras foram informadas das exigências feitas pelas pessoas que me detêm? Não devem tentar me localizar, o que poderia ser perigoso, mas se apressarem em satisfazer as condições impostas para minha libertação. Esse pessoal é sem dúvida muito decidido. Todo o meu amor, querida, esperando que em breve estejamos juntos.

15h52: O primeiro recado do embaixador causa visível alívio. Novo telefonema anônimo avisa que uma segunda mensagem está numa urna de sugestões do Supermercado Disco, na esquina de Ataulfo de Paiva com João Lira, no Leblon. Efetivamente, lá estavam a lista e um novo bilhete do embaixador à esposa:

Querida Elvira. Acabei de ser informado de que o Governo aceitou as condições das pessoas que me têm em seu poder. Esta é uma notícia muito boa, porque significa que serei solto tão logo seja confirmado que os 15 prisioneiros libertados cheguem ao México. Espero estar com você muito breve. Com todo o meu amor, Burke.

A lista de presos é a seguinte: Gregório Bezerra, Vladimir Palmeira, José Ibraim, João Leonardo da Silva Rocha, Ivens Marchetti, Flávio Tavares, Ricardo Villas-boas Sá Rêgo, Rolando Fratti, "Chuchu" (Mário Roberto Zaconato); Ricardo Zaratini, Onofre Pinto, Maria Augusta Carneiro, Argonauta Pacheco da Silva, Luís Travassos e José Dirceu de Oliveira Silva. Logo após, o documento seria divulgado. Depois de tomada a decisão oficial de atender a essa segunda exigência; há intensa movimentação das autoridades policiais e militares, no sentido de reunir no Rio o grupo de prisioneiros.

E começou um novo período de aflitiva espera. Os boatos voltam novamente a circular, em virtude da falta de notícias. As coisas mais incríveis são ditas à boca-pequena.

22h00: Uma nota oficial, divulgada pela Agência Nacional, avisa que uma reunião governamental decidiu adiar o pronunciamento do Sr. Magalhães Pinto, marcado para as 22h00.

Sábado, 6 de Setembro

09h00: Reunido no Palácio das Laranjeiras, o Governo brasileiro resolve cancelar qualquer novo pronunciamento oficial. As autoridades trabalham no sentido de reunir, durante todo o dia, no Rio, os que seriam enviados ao México. O sábado talvez tenha sido o dia de maior tensão e de maior movimentação em todos os escalões oficiais. Na área militar do aeroporto do Galeão, o transporte Hércules C-130, prefixo 2.456, está pronto para decolar. A zona está interdita. Os fotógrafos e repórteres procuram cumprir suas tarefas a uma distância de um quilômetro e meio do local do embarque.

17h00: Fotógrafos oficiais do Governo batem chapas de 13 dos 15 presos políticos que embarcariam no Rio.

17h03: O Hércules da Força Aérea Brasileira decola do Galeão, com menos dois passageiros a bordo: Gregário Bezerra, que seria apanhado em Recife, e Mário Roberto Zaconato, que tinha Belo Horizonte como ponto inicial de sua viagem rumo ao México. Os 13 são fotografados algemados e assim entram no avião.

18h15: O Hércules voa em direção a Recife, sua primeira escala, enquanto no aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, decola um jato da FAB, levando Mário Roberto Zaconato para Belém.

21h00: Num monumento em frente a Bloch Editores, na Praia do Flamengo, é encontrada a terceira mensagem do Embaixador Elbrick, como as antecedentes, dirigida à sua esposa:

Querida Elvira. Estou bem, ansioso para vê-la dentro em breve. Li nos jornais de hoje que você recebeu minhas duas cartas de ontem e fui informado pelos que me prendem que eles esperam a confirmação do Governo Brasileiro e da embaixada mexicana sobre os nomes dos 15 presos que foram libertados e que se encontram, agora, presumivelmente, a caminho do México. Espero que recebam tal confirmação e que seja libertado amanhã, a qualquer momento. Com todo o meu amor, Burke.

22h30: O Governo divulga um comunicado informando que a situação em todo o País é de calma e que agira com ponderação para salvar a vida do Embaixador Elbrick.

22h40: Informa-se oficialmente no Rio que o Hércules 130 decolou a essa mesma hora de Recife, levando o seu 14º passageiro, Gregório Bezerra.

Domingo, 7 de Setembro

03h00: Decola de Belém, com sua carga completa, rumo à Cidade do México, o Hércules 130 da FAB.

15h40: O transporte brasileiro aterrissa no aeroporto internacional da Cidade do México, onde o aguarda uma pequena multidão de que fazem parte alguns exilados políticos brasileiros.

15h42: Salta o comandante do aparelho, Major Egon Reinish, perguntando pelo pessoal da Embaixada brasileira, a quem tem instruções de entregar os presos. É informado de que deveria fazê-lo às autoridades

mexicanas e com elas inicia as negociações. Só meia hora depois, os presos seriam desembarcados, ainda algemados, e foram encaminhados ao setor de imigração, onde todos seriam identificados.

15h45: As agências internacionais transmitem para todo o mundo a notícia da chegada do avião brasileiro.

15h46: Interrompendo as transmissões de futebol, as principais emissoras de rádio noticiam o mesmo fato.

16h00: É achado na Praça Serzedelo Correia, em Copacabana, o quarto bilhete do embaixador Elbrick, ainda dirigido à esposa:

Querida Elvira. Disseram-me que o rádio anunciou a chegada dos 15 no México. As pessoas que me prenderam estão esperando confirmação de suas próprias fontes, antes de me soltarem. Eles me asseguram que eu serei libertado tão logo recebam a confirmação. Com todo o meu amor, Burke.

18h00: É transmitida pela televisão a primeira radiofoto do Hércules 130, no aeroporto da Cidade do México.

18h05: Depois de deixar duas passageiras na Rua Conde de Bonfim, nas proximidades do Largo da Segunda-Feira, o motorista José Mateus deu a volta com seu táxi, para retornar ao centro da cidade. Mas na Rua Eduardo Ramos, ele vê um homem, que lhe faz sinal de parada. Mateus já vira a foto daquele senhor nos jornais e imediatamente o reconhece e para muito nervoso, para apanhá-lo. O Sr. Burke Elbrick acabara de cumprir a última das exigências dos sequestradores. Aguardara no local em que o deixaram, Rua Eduardo Ramos, pelo espaço de 15 minutos, para só então tomar uma providência. E o que fez foi

caminhar em direção à Conde de Bonfim, onde se verifica o maior volume de tráfego. Misturado a uma grande quantidade de carros que saíam do Estádio do Maracanã, o táxi de Mateus, chapa 5-11-43, foi tocando devagar, para o endereço que seu ilustre passageiro lhe fornecera: Botafogo, Rua São Clemente, Embaixada americana.

19h52: O táxi de cor caramelo, dirigido por Mateus e levando o Sr. Elbrick, encosta no portão do lado de fora da residência do embaixador americano e é imediatamente abordado por um PM que não reconhece o diplomata. Mas, segundos depois, uma pequena multidão já o cerca, sob aplausos.

19h53: A Embaixatriz Elvira Elbrick recebe o marido em lágrimas e o beija várias vezes. Com ela veio o cãozinho Tony, ao qual o embaixador dirigia um afago, alguns instantes depois.



O Terror Explode em São Paulo

O Volks 69, azul, chapa 44-52-75, saíra da Rua Amarel Gurgel e entrara na da Consolação, parando no sinal. De repente, explodiu. Sobrou apenas o chassi, e no asfalto jaziam os corpos esstraçalhados dos dois ocupantes. Eram 05h20 de quinta-feira, dia 4, e a rua ainda estava quase deserta. A explosão danificou um prédio de quatro andares situado a 20 metros de distância. Dois guardas correram para o local e ainda viram um Chevrolet Bel-Air, que seguia atrás do Volks, afastar-se rapidamente. No meio dos destroços, a polícia encontrou panfletos, dois revólveres, uma pistola automática. Presumem as autoridades que os ocupantes transportavam uma bomba-relógio que detonou antes da hora ou uma carga de nitroglicerina, capaz de explodir pelo próprio balanço do veículo. Os dois homens foram identificados: Ishiro Nakami e Yoshihiro Omo. O primeiro era o dono do carro; no seu apartamento foram confiscados 14 quilos de dinamite e presas duas pessoas.





Manchete n° 910, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 27.09.1969



A Hora dos Altos Comandos
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



Foram três fins de semana algo excitantes. Num deles, a súbita doença do Presidente da República. No outro, o audacioso sequestro do embaixador americano. E no terceiro, a antecipada abertura da sucessão presidencial. Em matéria de suspense, a primeira metade de setembro deste ano parece ter superado amplamente a vizinha fama de agosto. E a segunda metade do mês não pretende perder para a primeira: estes outros quinze dias trarão uma luz definitiva para se saber quem virá depois de Costa e Silva.

Em Face das Melhoras no Estado de Saúde do Marechal Costa e Silva, Havia em Certas Áreas a Tendência Para Evitar Precipitações e só Adotar uma Decisão Final Dentro de Mais Alguns Dias

Algumas indagações e problemas importantes tiveram de ser resolvidos e equacionados previamente:

- 1. O Marechal Costa e Silva teria condições de restabelecer-se completamente a tempo de reassumir e completar seu mandato?*
- 2. Em caso negativo, seu substituto deveria ser um tampão para governar até 15 de março de 1971?*
- 3. Seria melhor, então, eleger logo um Presidente com mandato abrangente não só para o resto do governo Costa e Silva como também para o quadriênio seguinte, num total de 5 anos e 6 meses?*
- 4. E como ficaria a situação da Vice-presidência, ocupada ainda formalmente pelo Sr. Pedro Aleixo?*
- 5. O Congresso deveria ser convocado para sancionar com seu voto a indicação feita pelos chefes militares?*

Os médicos brasileiros da junta que vem assistindo o Marechal Costa e Silva não quiseram, sozinhos, dar uma resposta final ao primeiro item. Acharam que, por mais isenção e autoridade que tivessem, seu laudo poderia ficar posteriormente, *na onda das paixões e interesses circundantes*, ao alcance de alguma dúvida, divergência ou contestação.

Preferiram, então, eles próprios, chamar ao Brasil um colega de fama e prestígio.

A resposta ao segundo item *ficou na dependência de consultas amplas às bases militares*. O tampão é por si mesmo uma solução provisória que não agradava desde o começo porque trazia consigo todos os ingredientes de uma crise a prazo fixo, sujeitando o País aos traumas de duas sucessões presidenciais no transcurso de um ano. O mandato amplo passou a ser defendido em quase todas as áreas de opinião pública como sendo a solução capaz de trazer sossego e tranquilidade. Mas ela esbarrava, de saída, na dificuldade de encontrar um nome que pudesse contentar todas as áreas militares em termos de longo prazo.

O item do Vice-Presidente não oferecia maiores embaraços. Um simples ato institucional poderia considerar extinto o atual mandato ou declarar sua vacância para escolha do novo ocupante.

Essa escolha, tanto a do Vice como a do novo Presidente, poderia efetivar-se através de mais um ato, como aconteceu há 15 dias com os encargos atribuídos aos três Ministros Militares. Mas, para ter algum foro de legitimidade e revestir-se de crédito externo ou interno, *ela teria de exhibir a chancela do Congresso*, cuja convocação para esse trabalho implicaria naturalmente na sua reabertura.

Na dupla qualidade de Ministros Militares e de membros da junta governativa, é evidente que coube ao General Lyra Tavares, ao Almirante Augusto Rademaker e ao Brigadeiro Márcio Melo comandar a *fase inicial de captação das tendências* imperantes na tropa. Para tanto, à mesma hora, mas em locais diferentes, eles presidiram as reuniões do Alto-Comando do Exército, do Conselho do Almirantado e do Alto-

Reunidos à mesma hora, mas em locais diferentes, generais, almirantes e brigadeiros, estudaram a situação atual do Brasil

A HORA DOS ALTOS COMANDOS

Texto de MURLO MISO FILHO • Fotos de JADER NEVES e NELSON SANTOS

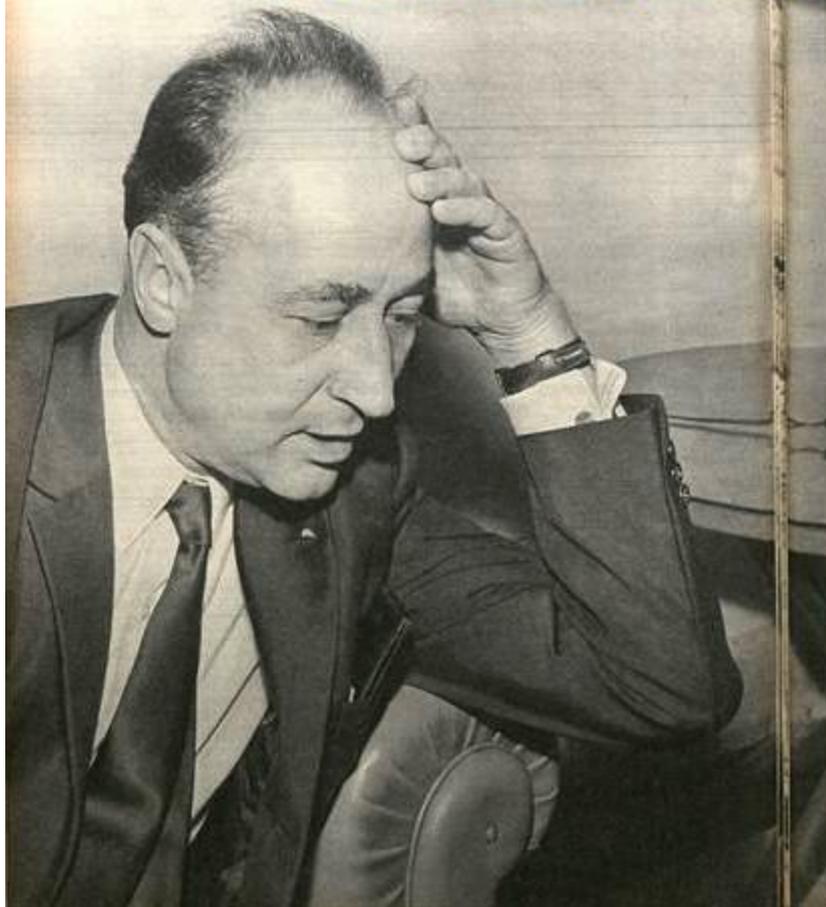


Ferraz três dias de semana algo excitantes. Não dá! A única divergência de presidente da República. Na noite, a instalação definitiva do embaixador americano. E no domingo, a participação aberta da sucessão presidencial. Em matéria de cooperação, a primeira metade do setembro dá-lhe um glânce ter ignorado completamente a situação de guerra. E a segunda metade do mês não apresenta nada para a primeira. Outros pontos que foram em sua deliberação para se saber quem virá depois de Costa e Silva.

São a presidência de ministro de Estado, com o nome de Estanislau, e um ministro de Estado, com o nome de Estanislau. Outros nomes: Carlos Maruy, Manoel de Barros, Casanova Pereira, João Paulo, Othon, Vitor, Euríclides de Almeida, Sérgio, Manoel, José de Almeida e Rafael Caldeira.

SEGUI

O MESTRE QUE EXAMINOU O MARECHAL



O Dr. François Lhermitte, professor da Faculdade de Medicina de Paris e um dos maiores neurologistas contemporâneos, teve um fim de semana bastante atarefado no Rio. Chego pouco antes das três horas da tarde de sábado ao Aeroporto de Galeão, confundi-lo com a jovem médica no Caspichano Fabre e exatidão do nomealmente o Presidente Costa e Silva, no Palácio das Laranjeiras. Só na noite de domingo pôde dar um parecer, acompanhado, de Dr. Abraham Akerman, promotor de sua vinda ao Brasil. Vontade tinha um termo misterioso e parecia bem mais sócio o papel do que nos hospitais.

Sua maior preocupação era explicar que a visita ao Brasil não indicava o apressamento da doença do presidente. Pelo contrário, o Dr. Lhermitte estava otimista: "A situação do Marechal Costa e Silva é bem diferente, por exemplo, da do ex-Primeiro-Ministro Salazar, que teve uma série hemorrágica cerebral. O presidente está em franca recuperação. Mas, como a reabilitação também tem uma técnica especial, eu estou aqui. E o difícil é estabelecer o prazo para ela se complete."

O Centro de Pesquisas Neurológicas do Hospital Salpêtrière, em Paris, dirigido pelo Professor Lhermitte, é a maior organização do mundo no estudo das perturbações da linguagem. Ora, o Marechal Costa e Silva, segundo o mais recente laudo médico, sofre deficiência na palavra, além de perda parcial da motricidade de lado direito do corpo, em consequência de um acidente vascular cerebral. Na semana Costa de Salpêtrière, estavam o Dr. Abraham Akerman, agora médico do Professor Lhermitte. Os dois são amigos de longa data: já em outra ocasião o médico brasileiro procurou uma visita de um colega francês, através do Serviço de Neurologia de Santa Casa de Misericórdia, do qual é diretor. O Dr. Lhermitte foi condecorado, em 1967, pelo governo brasileiro com a Ordem do Cruzeiro do Sul.

"O presidente está evoluindo maravilhosamente. Cada organismo comporta-se de maneiras diferentes em relação aos problemas psicológicos", observou. "Dada a natureza dos distúrbios, mais compreensão e colaboração da melhor maneira possível para a realização dos testes, o que facilita muito o trabalho. Os exames podem relacionar-se com a visão, audição, linguagem, eflora, tato, função ou movimento. No caso do Presidente Costa e Silva, não houve necessidade de interrupção a todos os seus sentidos."

Nome pouco se conhece se assuntos científicos: o acidente vascular não atingiu a inteligência e a lucidez de Marechal Costa e Silva. E, segundo o Professor Lhermitte, ele já se encontra em condições de tomar conhecimento de quaisquer crises políticas, inclusive de novas tentativas de "cubatar" do Estado-Gaúcho, do Barão-Ehrenk.



Condecorado, em 1967, com a comenda da Ordem do Cruzeiro do Sul, o Professor Lhermitte é um velho amigo do Brasil. Ao lado dos médicos brasileiros, debuteu os aspectos clínicos do caso do Marechal Costa e Silva e assinou com eles um laudo médico.

Comando da Aeronáutica, para fixação de critérios e fórmulas preliminares. A esses encontros, estiveram presentes todos os Generais de Exército, Almirantes e Brigadeiros no serviço ativo das Forças Armadas. Das conclusões resultantes, duas foram comuns às três reuniões:

1. *Tudo deve ser feito para abreviar a atual situação, a fim de que o País possa o mais urgentemente possível superar o impasse em que se acha e reencontrar os seus rumos definitivos.*
2. *Tudo deve se encaminhar no sentido de uma solução de unidade, que salvguarde a coesão das Forças Armadas.*

Ambas as conclusões foram adotadas em nome da segurança interna, num momento bastante delicado, e em nome também da necessidade de não haver maiores surpresas ou sobressaltos no encaminhamento da fórmula final.

As tendências captadas separadamente nos três encontros e conjugadas com opiniões colhidas nas consultas aos quartéis, aos corpos de tropa, às unidades mais importantes e à posição de centenas de oficiais superiores *serão submetidas a um exame conjunto da alta cúpula das Forças Armadas.*

Ainda aí os três Ministros Militares servirão como executores e fiadores desse encaminhamento que, na sua etapa derradeira, será comandado pelo próprio Marechal Costa e Silva, *se as suas condições de saúde permitirem nos próximos dez dias esta influência e participação.*

Dependendo de todas estas circunstâncias e condicionantes, vários Generais tiveram seus nomes cogitados no noticiário e nas especulações:

Lyra Tavares – Ministro do Exército, Orlando Geisel – Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, Antônio Carlos Muricy – Chefe do Estado-Maior do Exército, Siseno Sarmiento – Comandante do I Exército), Garrastazu Médici – Comandante do III Exército e Afonso de Albuquerque Lima – Diretor de Material Bélico.

Percebe-se facilmente, portanto, que o problema está sendo decidido em bases estritamente militares: a órbita em que ele gira *foi colocada completamente fora do acesso de qualquer civil*. Somente depois de consumada a escolha é que juristas e líderes civis poderão ser convocados para institucionalizá-la ou legitimá-la. Mas até que a indicação seja feita pela alta liderança militar, esta colaboração é dispensável e desnecessária.

A esta altura, existe um detalhe incerto: o da manutenção ou substituição do atual Ministério, que ficará na dependência do futuro Presidente.

Mas há também um detalhe certo: o do prosseguimento, pelo menos nos próximos meses, da política externa e da orientação econômico-financeira e, o que é mais importante ainda, o combate sem tréguas ao inimigo comum – neste momento, o surto terrorista.

O Mestre que Examinou o Marechal

O Dr. François Lhermitte, professor da Faculdade de Medicina de Paris e um dos maiores neurologistas contemporâneos, teve um fim de semana bastante atarefado no Rio. Chegou pouco antes das três horas da tarde de sábado ao Aeroporto do Galeão, conferenciou com a junta médica no Copacabana Palace e examinou demoradamente o Presidente Costa e Silva, no Palácio das Laranjeiras.

Só na noite de domingo pôde dar um passeio, acompanhado do Dr. Abraham Akerman, promotor de sua vinda ao Brasil. Vestia então um terno marrom-escuro e parecia bem mais moço e jovial do que nas fotografias.

Sua maior preocupação era explicar que a visita ao Brasil não indicava o agravamento da doença do Presidente. Pelo contrário, o Dr. Lhermitte estava otimista:

A situação do Marechal Costa e Silva é bem diferente, por exemplo, da do ex-Primeiro-Ministro Salazar, que teve uma séria hemorragia cerebral. O Presidente está em franca recuperação. Mas, como a reabilitação também tem uma técnica especial, eu estou aqui. E o difícil é estabelecer o prazo para que ela se complete.

○ Centro de Pesquisas Neuropsicológicas do Hospital Salpêtrière, na França, dirigido pelo Professor Lhermitte, é a maior organização do mundo no estudo das perturbações da linguagem. Ora, o Marechal Costa e Silva, segundo o mais recente laudo médico, sofre deficiências na palavra, além de perda parcial da motilidade do lado direito do corpo, em consequência de um acidente circulatório cerebral.

No mesmo Centro de Salpêtrière, estudou o Dr. Abraham Akerman, agora anfitrião do Professor Lhermitte. Os dois são amigos de longa data: já em outra ocasião o médico brasileiro promoveu uma visita de seu colega francês, através do Serviço de Neurologia da Santa Casa da Misericórdia, do qual é diretor. O Dr. Lhermitte foi condecorado, em 1967, pelo Governo Brasileiro com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Lhermitte observou:

O Presidente está evoluindo normalmente. Cada organismo comporta-se de maneira diferente em relação aos problemas patológicos.

Desde o início, ele demonstrou muita compreensão e colaborou da melhor maneira possível para a realização dos testes, o que facilitou muito o trabalho. Os exames podem relacionar-se com a visão, audição, gustação, olfato, tato, fonação ou movimentos. No caso do Presidente Costa e Silva, não foram necessários interrogatórios a todos os seus sentidos.

Num ponto os médicos se mostram enfáticos: o acidente vascular não atingiu a inteligência e a lucidez do Marechal Costa e Silva. E, segundo o Professor Lhermitte, ele já se encontra em condições de tomar conhecimento de quaisquer crises políticas, inclusive do recente sequestro do embaixador dos Estados Unidos, Sr. Burke Elbrick.

FOLHA DE S. PAULO

Ano XLIX. Um jornal a serviço do Brasil. São Paulo, 2ª edição, 1.ª de setembro de 1965. N.º 14.687. 400 x 600. Preço de Venda de 1000/1000.

COSTA E SILVA ENFERMO; MINISTROS MILITARES ASSUMEM GOVERNO

MIN. GREGG.
Pressa antes das 22h30 de ontem, o Agente Especial transferiu em helicóptero o ministro da Defesa para o Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite. O ministro da Defesa, General Grego, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite. O ministro da Defesa, General Grego, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite.

Sobito médico
O presidente Costa e Silva, após sofrer um acidente vascular cerebral, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite. O ministro da Defesa, General Grego, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite.

A NAVE
O comandante do navio de guerra, o Almirante de Frota, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite. O ministro da Defesa, General Grego, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite.

Atos Institucionais nº 12
O presidente Costa e Silva, após sofrer um acidente vascular cerebral, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite. O ministro da Defesa, General Grego, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite.



Foto: imprensa. Foto de Grego, o ministro da Defesa, ao ser levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite.



General Américo de Souza Neto.

Atos Institucionais nº 12
O presidente Costa e Silva, após sofrer um acidente vascular cerebral, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite. O ministro da Defesa, General Grego, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite.

Brasil e Itália
O presidente Costa e Silva, após sofrer um acidente vascular cerebral, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite. O ministro da Defesa, General Grego, foi levado ao Hospital Militar de São Paulo, onde se encontra desde ontem à noite.

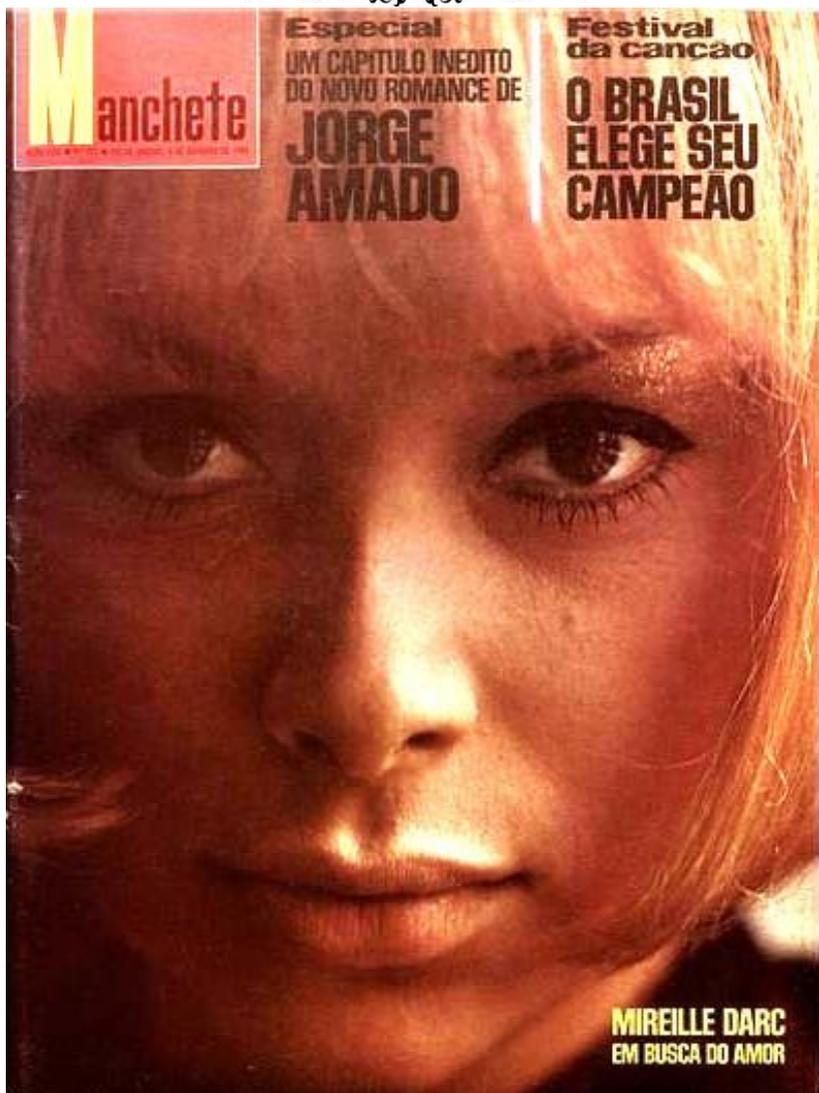
BRASIL VENCE E VAI AO MEXICO; PERU TAMBEM ARGENTINO KAMEN CONFIRMA E VENCE O G. P. BRASIL



Manchete n° 911, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 04.10.1969



O Presidente Convalesce
(Reportagem de Jáder Neves)



Em Obediência a Ordens Médicas, o Marechal Costa e Silva Continua Guardando Repouso no Palácio Laranjeiras

Esta é a primeira fotografia do Marechal Costa e Silva desde que um distúrbio circulatório o afastou da Presidência da República, há quatro semanas. A foto foi operada na tarde da última segunda-feira, dia 22, nos aposentos oficiais do Palácio Laranjeiras, enquanto o Marechal recebia a visita de seu médico particular, o Dr. Hécio Simões Gomes.

Neste dia, Costa e Silva e Dona Yolanda comemoravam o seu 44º aniversário de casamento, razão que levou o fotógrafo Jáder Neves ao encontro da primeira dama, a fim de cumprimentá-la.

Nessa ocasião, de uma porta na varanda que dá acesso ao quarto presidencial, nosso companheiro bateu duas chapas, uma das quais publicamos nestas páginas em furo internacional.



A Bahia na Era da Petroquímica

O Governo Luiz Viana Filho Prepara-se Para Implantar em Território Baiano a Mais Moderna e Avançada Indústria de Derivados do Petróleo

(Reportagem de Flávio Costa)

Uma solenidade realizada no Palácio Rio Branco, em Salvador, assinalou, na semana passada, o início daquilo que o Governador Luiz Viana Filho classifica como *"a batalha para a implantação da Indústria petroquímica na Bahia"*.

EXCLUSIVO

Em obediência a ordens médicas,
o Marechal Costa e Silva continua guardando
repouso no Palácio Laranjeiras

O PRESIDENTE CONVALESCER

Esta é a primeira fotografia do Marechal Costa e Silva desde que um distúrbio circulatório o afastou da Presidência da República, há quatro semanas. A foto foi apenada na tarde da última segunda-feira, dia 22, nos aposentos oficiais do Palácio Laranjeiras, enquanto o marechal recebia a visita de seu médico particular, o Dr. Hélio Simões Gomes. Neste dia, Costa e Silva e Dona Yolanda comemoravam a seu 44.º aniversário de casamento, 1926, que levou o fotógrafo Jader Neves ao encontro da primeira dama, a fim de cumprimentá-la. Nesta ocasião, de uma porta na varanda que dá acesso ao quarto presidencial, nosso companheiro tomou duas chapas, uma das quais publicamos nestas páginas, em foto internacional.

Foto de
JADER NEVES

Nesta ocasião foram entregues ao Governo os projetos de desenvolvimento da indústria petroquímica no recôncavo e de exploração de cobre das minas Caraíbas, no interior. Tais projetos resultam da recomendação da missão do BID que, em 1967, esteve na Bahia. Os estudos foram elaborados pela empresa especializada CLAN, de Salvador, qualificada em concorrência do Conselho de Desenvolvimento do Recôncavo (CONDER).

Assim, depois de dois anos de estudos, já existem condições de se propor ao Governo Federal um projeto que também é uma excelente alternativa de solução nacional em bases econômicas altamente vantajosas para o País. Tal projeto tem a vantagem de dispensar a importação de matérias-primas estrangeiras pois se baseia no aproveitamento do gás e do óleo do recôncavo. O engenheiro José Carlos Lessa, presidente do CONDER, ao apresentar o projeto afirmou que:

Ele possibilita a implantação do Centro Industrial de Aratu, até 1976, em condições de competitividade internacional, de um conjunto petroquímico composto de 50 unidades com investimentos previstos de 400 milhões de dólares. Cabe salientar que mais de 50% das unidades previstas já se encontram preenchidas, seja por projetos industriais implantados, em construção, projetados, ou em fase de consultas aos órgãos governamentais. A localização desse complexo seria efetivada no Centro Industrial de Aratu, nas imediações da Refinaria de Mata-ripe, junto ao futuro porto de Aratu, onde se podem instalar indústrias e equipamentos de largo porte, ficando assegurado ao parque em formação um potencial de crescimento e capacidade de projeção internacional que dificilmente se obteria com outra localização no País. Por outro lado, a situação de complementariedade do parque industrial no recôncavo, em relação às indústrias básicas existentes, projetadas ou previstas para Sergipe, Alagoas e Pernambuco, resultará num eixo autopropulso de desenvolvimento nordestino e será fator de rápida integração do mercado brasileiro.

O Governador Luiz Viana Filho é dos mais seguros e otimistas ao analisar o problema. Diz ele:

No limiar do nosso ingresso efetivo na era da petroquímica, acreditei ser de meu dever convocar todos os baianos, sem exceção de qualquer ordem, para que tomem plena consciência do que poderá ser feito e também do que perderemos se não nos mostrarmos à altura da verdadeira batalha em que teremos de nos empenhar. Para mim e para meu Governo, sei consistir temeridade ingressarmos nessa guerra em favor de nossa emancipação econômica. Como todas as guerras do petróleo, ela será inclemente e poderá, inclusive, mobilizar pessoas completamente inadvertidas do papel que representarão no sacrifício das aspirações nacionais. Pouco importa. O meu dever consiste em advertir e conclamar os baianos, e isto pretendo fazer sem vacilações. Bem sei que os interessados não aparecerão para atacar de frente a petroquímica. Mas, quantos caminhos não terão para alcançar seus objetivos? Ou não são de ontem, como não são de hoje e continuarão a ser de amanhã, as lutas pela Petrobrás?

Para o Governador baiano, o gesto implica num desafio aos vendedores de matérias-primas estrangeiras, que fazem o Brasil importar nafta, quando a Bahia possui óleo e gás para suprir a sua indústria petroquímica. Na realidade, cada metro cúbico de gás queimado nos campos de petróleo baiano representa divisas que se poderia economizar ou alguma coisa possível de ser produzida para o bem-estar dos brasileiros. Acrescenta o governador:

Desgraçadamente continuamos a queimar milhões de metros cúbicos de gás e por qualquer ângulo que encaremos o assunto tudo clama por termos coragem de enfrentar os perigos da batalha. De fato, se não dispomos de matérias-primas nas proximidades do mercado de consumo, como seria o ideal, torna-se imperioso para a economia nacional criar no recôncavo baiano, único local do País onde se registra a ocorrência de gás e de óleo de rico teor parafínico, um complexo petroquímico que

independerá totalmente da importação e em condições de competir nos mercados externos. Tal opção atende a importante objetivo nacional de segurança industrial e militar. Não é possível admitir que, havendo a possibilidade de nos assegurarmos a existência de um complexo petroquímico independente de matérias-primas do exterior e portanto passíveis das circunstâncias criadas por algum conflito militar, façamos repousar todas as nossas necessidades na importação de nafta. Seria um crime do qual não desejaria participar sequer pela omissão, tanto atinge o coração de nossa própria segurança.

Ao lado desses importantes fatores, o Governador baiano alinha outras razões que a seu ver, por si só, bastariam para justificar a implantação da indústria petroquímica na Bahia. São elas:

- 1. A integração com a política nacional de desenvolvimento regional, tornando-a realmente eficaz, por não existir nenhum fator que se equipare à petroquímica no sentido de consolidar o desenvolvimento do Nordeste, levando-o a um estágio de autopropulsão.*
- 2. A associação do mercado nordestino ao do Centro-Sul, ampliando as dimensões do mercado brasileiro.*
- 3. O fornecimento para numerosos setores industriais como fator substancial no melhoramento da produtividade da indústria nordestina.*
- 4. A criação de um verdadeiro eixo regional entre Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, de extraordinária repercussão econômica, com a complementação que a petroquímica dará às indústrias básicas existentes, projetadas ou previstas nos citados Estados.*
- 5. A disponibilidade de produtos químicos a preços vantajosos que levará o Nordeste à idade dos Plásticos, hoje inseparável da industrialização.*
- 6. A produção intensa de fertilizantes, que poderá diminuir a distância cada vez maior da agricultura nordestina para com a do Sul, tendo em vista a proximidade do fosfato, do potássio e da amônia está na base do*

gás natural e a possível integração, com vistas a um programa destinado a revolucionar tecnicamente a agricultura regional do Nordeste.

Esclarece o Governador da Bahia:

Bem se vê que tudo conspira a favor da implantação de um conjunto petroquímico nordestino, com base nas matérias-primas do recôncavo baiano. Não exagero dizendo que nos encontramos diante de uma encruzilhada. O caminho que tomarmos irá influir sobre o bem-estar ou o malogro de algumas gerações. Nós conhecemos o rumo certo, embora algumas decisões nos escapem e devam ser tomadas a curto prazo. Daí o esforço feito para a elaboração de estudo agora concluído e com o qual pretendemos, sobretudo, informar, colaborar e complementar o que já foi feito pela Petrobrás, Petroquisa, Ministério do Planejamento, CNP, SUDENE e outros órgãos que terão a palavra sobre a nossa petroquímica. Aproveito a oportunidade para agradecer a todos aqueles que tão devotadamente contribuíram para o êxito desta etapa inicial, sendo-nos grato lembrar os nomes do General Candal da Fonseca, do Marechal Levy Cardoso e do General Euler Bentes Monteiro, além do economista Rômulo de Almeida.

Na oportunidade, o Sr. Luiz Viana Filho recebeu do industrial Francisco Pignatari, de São Paulo, o projeto de exploração das minas de cobre da Bahia, uma das mais velhas e importantes aspirações do Estado. O projeto, elaborado pela Caraíba Metais, prevê investimentos da ordem de 500 milhões de cruzeiros novos e espera produzir em 1973 nada menos de 79 mil toneladas, gerando empregos diretos para 1.800 pessoas. É de se notar que o Brasil consome atualmente 52 mil toneladas de cobre por ano, e importa 90% desse total, gastando 80 milhões de dólares de divisas. A exploração das minas baianas não só proverá todo o consumo interno como ainda permitirá a exportação.

Enquanto a petroquímica já é uma esperança, ou uma perspectiva, o cobre já é uma realidade. O projeto, que deu entrada na SUDENE, foi considerado o maior já submetido ao exame daquele órgão, e segundo o Sr. Augusto Gracio, representante do grupo Pignatari, trata-se de iniciativa que permitirá, em 1973, promover a emancipação nacional no setor do cobre e, inclusive, produzir para o mercado internacional. Disse o Sr. Augusto Gracio:

O nosso empenho é grande, sobretudo depois que vimos, com o espírito verdadeiramente deslumbrado, a gigantesca obra que se está realizando no Centro Industrial de Aratu. Ali se sente o pulsar do trabalho fecundo, do trabalho em busca do engrandecimento de uma Nação. Nós também nos colocamos agora ao lado das autoridades para empenharmos o nosso pequenino, mas sincero estorço e devotamente para que o Brasil cresça e progrida.

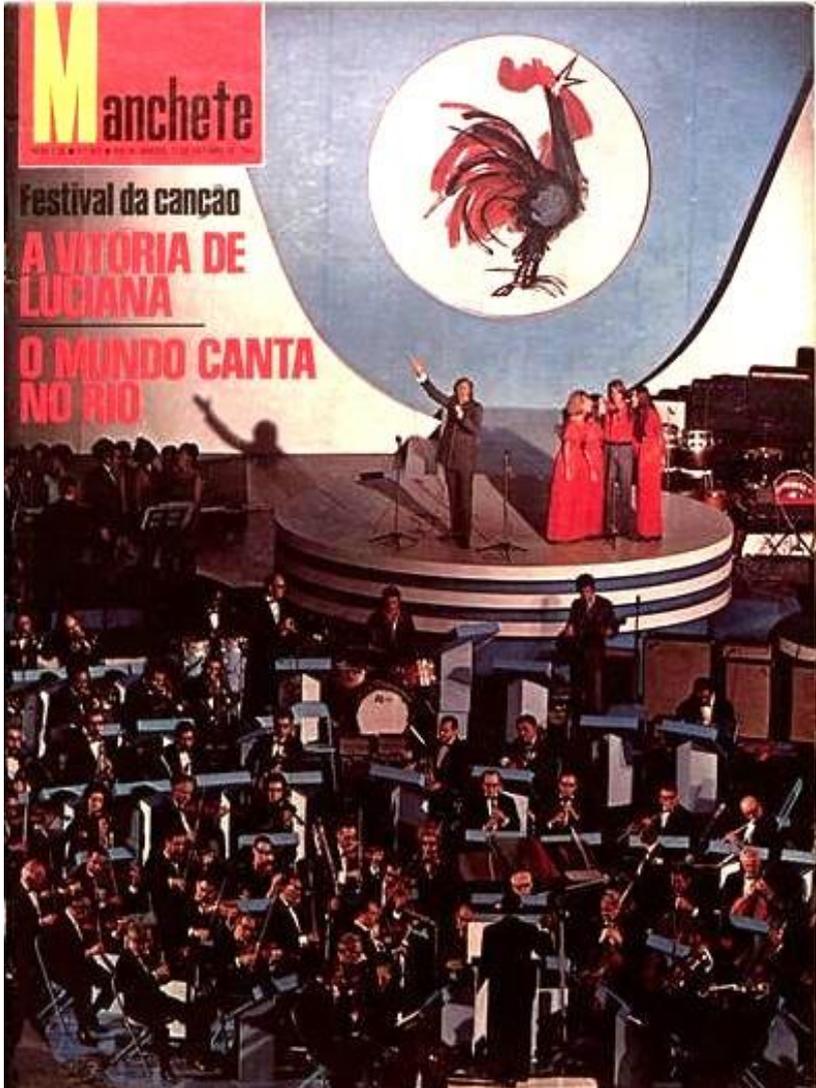




Manchete nº 912, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 11.10.1969



Eles Escolhem o Presidente
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



Quando os Onze Generais Entraram no Salão D. João VI Para Mais uma Reunião do Alto-Comando do Exército, Levavam no Bolso do Dólmã as Suas Preferências Pessoais na Organização da Lista Tríplice. A Agenda da Reunião Referia-se Apenas a Assuntos Gerais e ao Prosseguimento dos Trabalhos da Reunião Anterior. Mas na Verdade o seu Objetivo era bem Mais Concreto: o da Escolha de Três Nomes Dentre os Quais um Seria o Escolhido Para Suceder o Marechal Costa e Silva na Presidência da República.

Os onze Generais eram os seguintes: Lyra Tavares, Antônio Carlos Muricy, Siseno Sarmento, Canavarro Pereira, Garrastazu Médici, Artur Candal, Jurandir Mamede, Isaac Nahon, Olívio Vieira, Antônio Correia e Arnaldo Calderari.

Quase ao mesmo tempo, noutro prédio, o Conselho do Almirantado estava reunido sob a presidência do Almirante Augusto Rademaker e com a presença de todos os Almirantes da ativa, Comandantes de seis Distritos Navais, além do Comandante Naval de Brasília.

Ambos os encontros foram realizados em meio às especulações sobre os nomes dos prováveis candidatos: Generais Lyra Tavares, Garrastazu Médici, Orlando Geisel, Antônio Carlos Muricy e Siseno Sarmento.

Ficou assim praticamente excluída a hipótese da escolha de um General de três estrelas. Entenderam os líderes militares que a indicação deveria recair sobre um General de Exército que, pelo fato de estar no topo da Carreira e já ter galgado todos os degraus hierárquicos, ficaria acima de qualquer disputa e a salvo de contestações.

ÊLES ESCOLHEM O PRESIDENTE

Os altos chefes militares voltaram a se reunir, esta semana, para tratar do problema da sucessão



Foto de Jader Neves

Quando os onze generais entraram no Salão D. João VI para mais uma reunião do Alto-Comando do Exército, levavam no bolso do casaco as suas preferências pessoais na organização da lista tríplice. A agenda da reunião referia-se apenas a assuntos gerais e ao prosseguimento dos trabalhos da reunião anterior. Mas, na verdade, o seu objetivo era bem mais concreto: o da escolha de três nomes — dentre os quais um seria o escolhido — para suceder o Marechal Costa e Silva na Presidência da República.

Os onze generais foram os seguintes: Lira Lencar, Antônio Carlos Mariz, Símon Semedo, Gustavo Pereira, Lavrânha Heitor, Artur Canabê, Jacuina Mamede, Juan Nolas, César Vives, Antônio Costa e Arturdo Ladeira.

Duas as agendas foram abertas a Conselho de Administração entre reuniões sob a presidência de Adriano Aguiar Balduino e com a presença de todos os membros da alta, com exceção de um dos onze, o general, chefe da comissão geral de Brasil.

Antes de encerrar foram realizadas em meio às operações sobre os nomes dos possíveis candidatos: Gustavo Lira Torres, Gustavo Meda, Heládio Geral, Antônio Costa Mariz e Símon Semedo. Esses nomes politicamente vinculados à figura de um general de três estrelas.

Encerradas as discussões que a comissão deveria ocupar sobre um general de quatro e já ter passado todos os demais candidatos, ficou a sala de guerra disposto a a sala de conferências.

A discussão final ficou na dependência de um laudo definitivo da junta médica, controlado pelo Ten. Abílio Archanjo, Paulo Neuwirth, Manoel Mamede e Hélio Costa, que ficou por conta de Manoel Costa e Silva preferiu ao não, um prazo relativamente curto, somente para isso.

De posse das guérras, os líderes da alta capitã militar do Exército pela escolha de um dos nomes da lista tríplice para substituir o Marechal de Brasil, apresentando os nomes em uma reunião privada de cinco dias.

A escolha de nome de presidente e vice-presidente poderá ser determinada por uma alta institucional, com a participação de militares do Exército para o primeiro e civis dos outros militares.

O possível nome de três militares e um de dois a serem os líderes militares que o exército possa substituir o Marechal de Brasil, a alta política militar e política poderão ser o nome de uma Comissão que irá estudar pessoalmente dentro quando o Marechal Costa e Silva estiver.

O resto institucional, que havia sido estudado pelo Vice-Presidente Paulo Afonso, sofreu recentemente a criação de vários nomes militares e civis após sua conclusão de um relatório.

Uma vez que o presidente não tenha sido escolhido para que por toda a sala de conferências se faça uma votação na sua plena capacidade política e administrativa. Há possibilidade de ser o nome de um dos militares ou de um dos civis que o exército possa substituir o Marechal de Brasil, a alta política militar e política poderão ser o nome de uma Comissão que irá estudar pessoalmente dentro quando o Marechal Costa e Silva estiver.

A lista tríplice será examinada posteriormente pelo Alto-Comando das Forças Armadas, que é integrado pelos três Ministros Militares – General Lyra Tavares, Almirante Augusto Rademaker e Brigadeiro Márcio Melo, pelos Chefes de Estado-Maior do Exército – General Antônio Carlos Muricy, Marinha – Almirante Adalberto Nunes e Aeronáutica – Brigadeiro Carlos Huet de Oliveira Sampaio, além do General Jaime Portela, Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e do General Orlando Geisel, Chefe do Estado-Maior-Geral das Forças Armadas.

A deliberação final ficará na dependência de um laudo definitivo da junta médica, constituída pelos Srs. Abraão Ackerman, Paulo Niemeyer, Mário Miranda e Hécio Gomes, que dirão por escrito se o Marechal Costa e Silva poderá ou não, em prazo relativamente curto, reassumir o seu posto.

De posse desse parecer, os líderes da alta cúpula militar decidirão pela escolha de um dos nomes da lista tríplice para substituir o Presidente da República, provisoriamente ou com um mandato Próprio de cinco anos.

A vacância dos postos de Presidente e Vice-Presidente poderá ser determinada por um Ato Institucional, com a convocação simultânea do Congresso para referendar a escolha dos Chefes Militares.

○ Presidente escolhido indicaria o nome do Vice a tempo da chapa completa ser votada pelos Senadores e Deputados.

A reabertura política começaria então por essa eleição indireta e poderia prolongar-se na outorga da nova Constituição, que já estava praticamente pronta quando o Marechal Costa e Silva adoeceu.

O texto constitucional, que havia sido trabalhado pelo Vice-Presidente Pedro Aleixo, sofreu recentemente a revisão de vários outros juristas e está agora em condições de ser editado.

Todas essas providências estão sendo ativadas para que por todo o mês de outubro o País possa reingressar na sua plena normalidade política e administrativa.

Há pressões de opinião pública e de órgãos da imprensa no sentido de que a Nação encontre o mais rapidamente possível uma solução que encerre o atual impasse.





Na semana passada, em Pôrto Alegre, nossos companheiros Murilo Melo Filho (foto) e Jáder Neves foram os primeiros jornalistas a se avistarem com o General Emilio Garrastazu Médici, desde a sua indicação para a Presidência da República. Nesta ocasião, o futuro presidente dirigiu aos brasileiros a mensagem de otimismo abaixo transcrita.

NUNCA, como hoje, tive tanta esperança no Brasil, nas suas inesgotáveis reservas de patriotismo, na sua capacidade de trabalho e de sacrifício. Tenho certeza de que a Nação inteira responderá ao nosso apêlo de ordem, disciplina e união. Sei das responsabilidades que me aguardam. Mas sei também que, mercê de Deus, conto com o apoio e a compreensão dos bons brasileiros. O anseio de progresso e desenvolvimento é de tôda a nacionalidade e não apenas do govêrno. Ninguém poderá omitir-se, como eu não pude, a um chamamento de honra. A Pátria tem sagrados direitos sôbre cada um de nós. A juventude aí está, exigindo o máximo que lhe pudermos oferecer em horizontes e oportunidades. É para ela, como reserva do amanhã, que se devem voltar as nossas maiores preocupações. Minha palavra final a MANCHETE traduz a firme convicção de que, juntos, governantes e governados, cumpriremos os nossos recíprocos deveres e seremos dignos dos compromissos que assumimos com nossa geração."

Gen. Emilio Garrastazu Médici

Gen. Emilio G. Médici

– Poderei recebê-los amanhã às oito horas da manhã.

As entrevistas estavam naturalmente difíceis. O General refugiara-se no QG do III Exército exatamente para poder com mais tranquilidade organizar o futuro Governo.

Quando o jatinho da Líder nos transportava a Porto Alegre, uma hora e quinze minutos de viagem, estávamos suficientemente informados e conscientes das dificuldades para chegar à presença do General. Ele já havia feito um pronunciamento, excelente, pela televisão e já respondera, laconicamente, a dez perguntas de jornalistas gaúchos. Considerava assim que já dera os seus primeiros recados e nada mais tinha para transmitir à imprensa.

O primeiro contato foi feito em Porto Alegre mesmo, através do Major Coutinho, seu assistente militar. A resposta veio curta, como todas as suas frases; a entrevista estava marcada para o dia seguinte, cedinho.

O General Médici era Atacante do Grêmio de Bagé. Tinha bom Chute e Acertava Sempre no Gol

Às 8 e meia em ponto, o general chegou ao seu QG. Após as continências de estilo, subiu ao gabinete. Na antessala, cruzou conosco e apertou-nos a mão cordialmente:

Como vai, Murilo? Como vai, Jáder? Peço-lhes que me esperem cinco minutos enquanto corto o cabelo.

Os cinco minutos foram judiciosamente aproveitados para um contato com a equipe de oficiais que assessorava diretamente o General e que ficará com ele em Brasília. Todos foram unânimes em descrever a figura de um chefe austero e reservado, respeitado e obedecido, objetivo e capaz.

Manchete

EXCLUSIVO

MÉDICIS QUEM É O NOVO PRESIDENTE

— Fugirá rapidamente amanhã de alto cargo de marinha

As autoridades militares rapidamente dizem: O general refugiou-se no QG do Exército imediatamente para poder sair mais tranquilamente organizado e futuro governo.

Quando o jairista da Lélia nos trancafiou a Pôrta Alegre logo após a saída imediata de viagem, enfim, não conseguimos alcançá-lo e a situação das dificuldades para chegar a presença do general. Foi lá que nos foi

um pronunciamento (excursão) pela televisão e já rapidamente (subseqüente) a fim de garantir a permanência governativa. Constatamos então que já não se trata apenas de um golpe, mas sim de uma verdadeira revolução.

O governo contatou-se logo com Pôrta Alegre, através do Major Coelho, seu representante militar. A situação não está, como vimos em suas horas, a entrevista acima narrada para o dia seguinte seguinte.

1973

Reportagem de Maria Nêta Filho

Foto de João Neves, Guy Neves, Nelson Naves e Wilson Lima

Quando Assumir a Presidência da República, o General Deixará a Farda que Veste há mais de 40 anos

O ritmo de trabalho da equipe do General é agora bem diferente: exaustos e tresnoitados, aqueles homens já bem imaginam o que os aguarda doravante. Só em matéria de correspondência, já havia mais de três mil cartas e telegramas para serem respondidos. Já na sala de comando, retangular e simples, um bonito retrato de Caxias dominava todo o ambiente e uma mesa se destacava sobre pequeno estrado. Atrás dela, o General Emílio Garrastazu Médici abriu a conversa:

Que achou da minha atuação na tevê?

Boa. E acho que esta é a opinião geral.

Mas aquela mesa estava muito baixa...

O general explica-nos depois que tem de racionar muito os seus pronunciamentos. Acrescenta que só pretende fazer novo discurso na posse. Espera que os jornalistas compreendam a sua situação de candidato indicado mas ainda não eleito e entendam que ele tem de falar pouco para poder agir muito:

Há muita especulação por aí. Acho que nem preciso mais preocupar-me em organizar o Ministério. Alguns jornais já nomearam todos os meus Ministros.

Ele Está Vivendo Seus Últimos Dias Como General de Exército. Passará Para a Reserva, mas Será o Comandante-Chefe das Forças Armadas

Para MANCHETE, o General Médici fez questão de entregar uma declaração especial. Redigiu-a e assinou-a do próprio punho, nos termos exatos reproduzidos na página que abre esta edição.

Enquanto a declaração era batida à máquina por um sargento do seu gabinete, as fotos iam sendo feitas e o General reclamou:

É foto demais, Jáder. Você está gastando muito filme. Isto é dólar

O General Figueiredo entrou na sala com vários oficiais do seu Estado-Maior. Fez continência e comunicou:

Estou seguindo para o aeroporto.

Ele ia esperar o One Eleven presidencial que trazia do Rio o General Carlos Alberto Fontoura, o Brigadeiro Carlos Delamora, o Almirante Tedim Barreto e o Coronel Mansio Neto, como portadores e emissários de muitas respostas e informações. O General Fontoura já pedira, inclusive, dispensa de suas funções como chefe do SNI para poder colaborar melhor com o General Médici nesta fase de articulações.

Quando o General Figueiredo se retirava, Jáder pediu-lhe que voltasse para fazer uma foto ao lado do seu comandante. E como êle hesitasse, foi o próprio General Médici quem o convenceu:

Venha fazer a foto. E aproveite a oportunidade, Murilo, para apresentar-lhe o Chefe da minha Casa Militar. Foi a primeira escolha que fiz e é a primeira que estou revelando. Pode noticiar.

O encontro estava chegando ao fim. O general assinou a declaração exclusiva para MANCHETE: "Gen. Emílio G. Médici", com um acento agudo sobre o "é". O Emílio é de origem brasileira. O Garrastazu, basco. E o Médici, italiano. Dessa miscigenação, resultou um homem tranquilo e seguro, moderado na fala, no gesto e na postura.

Ri com parcimônia. Abomina a exaltação e o radicalismo. Tem uma grande memória fisionômica e gosta de cumprimentar as pessoas chamando-as pelo nome.

Apesar de gaúcho da fronteira, nasceu a 4 de dezembro de 1905 em Bagé, a maior cidade exportadora de gado bovino, toma pouco chimarrão. Acorda cedo, lê os jornais que compra diariamente na banca da esquina. No Rio, vai à missa das 10 horas na Igreja de São Paulo Apóstolo

Em casa, na companhia de: D. Scylla, primeira e única namorada, que ele presenteava sempre com malmequer, uma flor silvestre, prefere a intimidade do jogo de biriba. Dedicar-se aos três netos, que o levam a longos passeios a cavalo. Ainda hoje, o General Médici, como bom oficial de cavalaria, possui e conserva uma estância herdada do pai, onde guarda os animais prediletos.

Ele sabe que terá agora de substituir os seus "*hobbies*" por preocupações e deveres bastante absorventes. Talvez não lhe sobre mais nenhum tempo para um passeio a cavalo, uma partida de biriba ou um jogo de futebol.

Agora, enquanto cuida de organizar seu Ministério e recrutar a equipe de auxiliares que o ajudará a cumprir o seu mandato presidencial, ficará assistindo o cumprimento de todo o ritual necessário à posse: declaração da vacância presidencial, reforma da Constituição, reabertura do Congresso, reunião da Arena para homologar seu nome, registro da candidatura pela Mesa do Senado, eleição pelo Congresso e a colocação da faixa presidencial.

Passará então para a reserva, deixando a farda que usa desde os 12 anos de idade, quando ingressou no

Colégio Militar de Porto Alegre, por cujos bancos passaram os seus dois antecessores: Castelo e Costa e Silva.

Ele sabe também que para seus conterrâneos de Bagé, conforme lhes disse pessoalmente há poucos dias que:

Será sempre o Tenente Milito, o Capitão Médici, o Coronel Milito, mas jamais serei para eles o Presidente Médici.

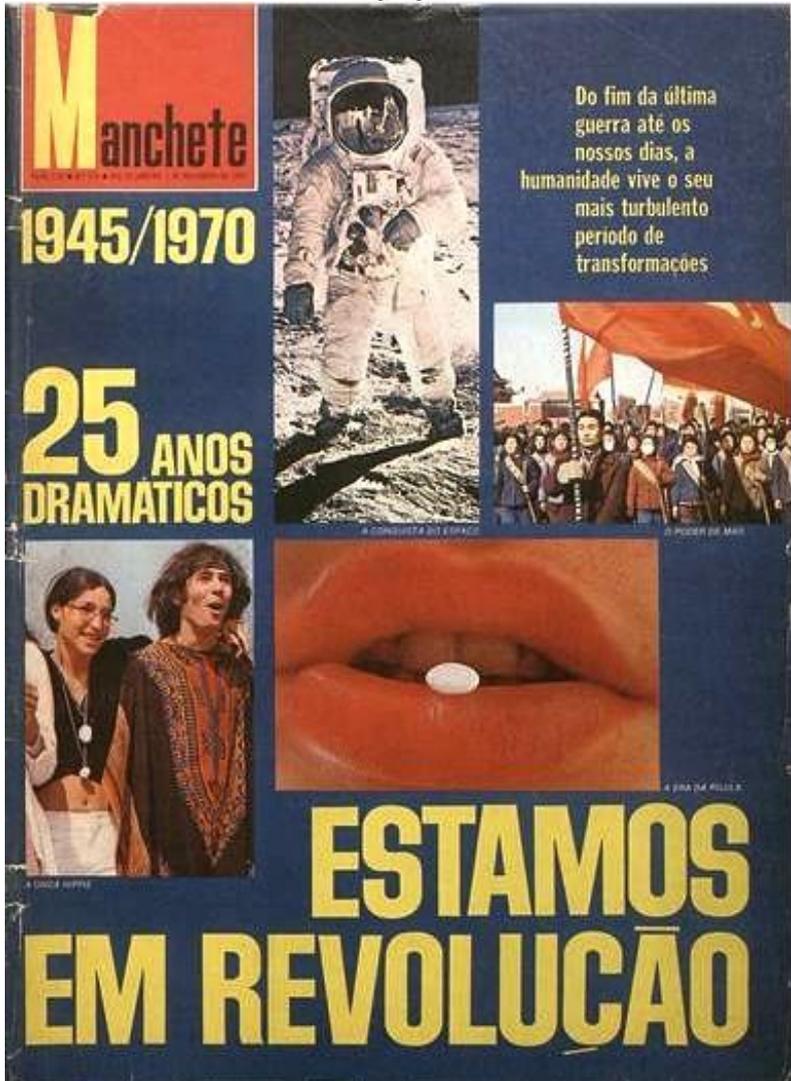




Manchete n° 915, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 1º.11.1969



Médici Acerta o Passo
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



A Convenção da Arena e a Nova Constituição Enquadram-se no Processo de Normalização da Vida Política do País

As outras cinco Constituições republicanas não foram menos turbulentas e perigosas do que a atual.

A *Primeira* foi elaborada por uma Assembleia Constituinte no clima de entusiasmo que se seguiu à queda do Império. Redigida dentro do modelo americano e com enorme influência de Ruy, foi promulgada a 24 de fevereiro de 1891 e vigorou durante 43 anos. Era a que teria vida mais longa.

A *Segunda* aconteceu em 16 de julho de 1934, após a Revolução de 1930 e como uma exigência feita por São Paulo, dois anos antes, com sua Revolução Constitucionalista. Seus erros e contradições deram-lhe vida curta.

A *Terceira* surgiu em 10 de novembro de 1937, com a inauguração do Estado Novo, cancelamento das eleições, fechamento do Congresso e início de um período ditatorial. Com ela, o Brasil atravessou a Segunda Guerra Mundial mas não pôde ingressar na paz que lhe sucedeu.

A *Quarta* emergiu na onda redemocratizada que se seguiu à queda do Sr. Getúlio Vargas. Coube a elaboração a uma Assembleia Constituinte, que a promulgou a 18 de setembro de 1946, em meio a agitados debates.

A *Quinta* sobreveio em 24 de janeiro de 1967, quase três anos depois de vitoriosa a Revolução de Março de 1964, e com o objetivo de aglutinar os vários Atos Institucionais que haviam sido editados ao longo dos últimos meses.

A *Sexta*, com data de 17 de outubro de 1969, custou dez meses de crises, iniciadas em 13 de dezembro de 1968 com o Ato Institucional nº 5, que decretou o recesso do Congresso e reativou as cassações. Durante esses dez meses, aconteceram a doença do Marechal Costa e Silva e o sequestro do Embaixador Burke Elbrick, que levaram a crise já latente a um ponto de quase fusão. Com paciência e habilidade, os três Ministros Militares que se investiram temporariamente no exercício da Presidência conduziram as Forças Armadas à escolha de um candidato realmente capaz de transformar-se num denominador comum das tendências militares.

Embora contestado de saída por alguns setores do Exército e da Marinha, o candidato escolhido conseguiu impor-se imediatamente à confiança geral, através de um pronunciamento pela televisão, recebido com desafogo e aplausos em todo o País. Antes que ele pudesse ser eleito e empossado, tiveram de cumprir-se várias etapas do ritual:

- 1. As cassações restantes nos planos federal, estadual e municipal que serviram para limpar a área e possibilitar ao novo Presidente o menor uso possível de poderes extraordinários.*
- 2. A reunião da Arena para a homologação das candidaturas indicadas pelos Chefes Militares.*
- 3. O registro dos dois nomes pela Mesa do Senado para que pudessem ser levados à votação pelo plenário.*
- 4. A convocação do Congresso e sua reabertura com poderes para eleger o novo Presidente e Vice-Presidente da República.*

No Início de Novembro, mês em que se Comemora o 80º Aniversário da Proclamação da República, o Presidente Médici, já Empossado, Estará Governando o Brasil

Ao mesmo tempo, dois outros Atos tiveram de ser editados. Um para declarar a vacância presidencial, tanto a do Marechal Costa e Silva, que terá honras de chefe de estado e domicílio no Palácio Rio Negro, como a do Sr. Pedro Aleixo, que não recebeu maiores explicações. Outro Ato cuidou de advertir os rebeldes militares sobre os riscos que correriam na hipótese de contestações ou indisciplinas: serão transferidos para a reserva. O primeiro atingido pelos novos dispositivos foi o Almirante-de-Esquadra Ernesto de Melo Batista, ex-Ministro da Marinha, que havia lançado um manifesto contra o critério adotado para a indicação do General Garrastazu Médici.

Tendo deixado aos três Ministros Militares todo esse trabalho preparatório do terreno para sua posse, o novo Presidente cuidou de organizar o seu Ministério. No Rio, mantinha contato com os membros da Junta de Governo e com os seus prováveis Ministros.

Em Porto Alegre, foi homenageado com um almoço pelo Governador Peracchi Barcelos, durante o qual se despediu, emocionado, dos conterrâneos, e passou o comando do III Exército ao General Campos de Aragão.

Usando a residência do Ministro da Aeronáutica no Galeão, o General Médici ali fez os seus primeiros convites:

- 1. Ao Sr. Delfim Neto para que, com sua equipe, continue no comando financeiro do País, revigorando toda a confiança nos meios econômicos.*
- 2. Aos Srs. Hélio Beltrão – Planejamento, Dias Leite – Minas, Costa Cavalcanti – Interior, Mário Andreazza – Transporte) e Márcio Melo – Aeronáutica, para que permaneçam à frente dos seus respectivos Ministérios.*

Os novos ministros, convidados logo nos primeiros dias, foram os Srs. Mário Gibson – Exterior, Fábio Yassuda – Agricultura, Adalberto Nunes – Marinha, Orlando Geisel – Exército e Jarbas Passarinho – Educação, além do Coronel Otávio Costa – Assessoria Especial de Relações Públicas. Foi deixada para a etapa final a escolha dos Ministérios restantes: Indústria, Saúde, Trabalho e Justiça.

De Porto Alegre, o General Médici fez questão de trazer seus auxiliares mais diretos e todos eles gaúchos: o General João Batista Figueiredo – Chefe da Casa Militar, o Sr. João Leitão de Abreu – Chefe da Casa Civil, o General Carlos Alberto Fontoura – Chefe do SNI, o Coronel Leo Etchegoyen – Secretário Particular, o Major Coutinho – Assistente Militar, o Capitão Ivo Pachali – Ajudante de Ordens e o jornalista Carlos Fehlberg – Secretário de Imprensa.

De modo geral, o novo Presidente man-teve seus convites envoltos em sigilo, para reduzir ao mínimo as pressões e solicitações, e para também poder anunciá-los todos de uma vez só, já em Brasília, para onde pretende transferir-se definitivamente, ainda esta semana, após nova e breve passagem pelo Rio.

Enquanto isto, eram reunidos os dados e elementos necessários ao discurso presidencial de posse e o Cerimonial cuidava de organizar o programa do dia 30:

Juramento perante o Congresso às 10 horas, colocação da faixa no Palácio do Planalto às 11, primeira reunião do novo Ministério às 15, recepção ao Corpo Diplomático às 16 e logo em seguida os cumprimentos de autoridades civis e militares e de convidados especiais. No dia seguinte, já empossado e instalado, o Presidente Emílio Garrastazu Médici iniciará o Governo da VI República.



Manchete n° 916, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 08.11.1969



Aqui Começa a Sexta República



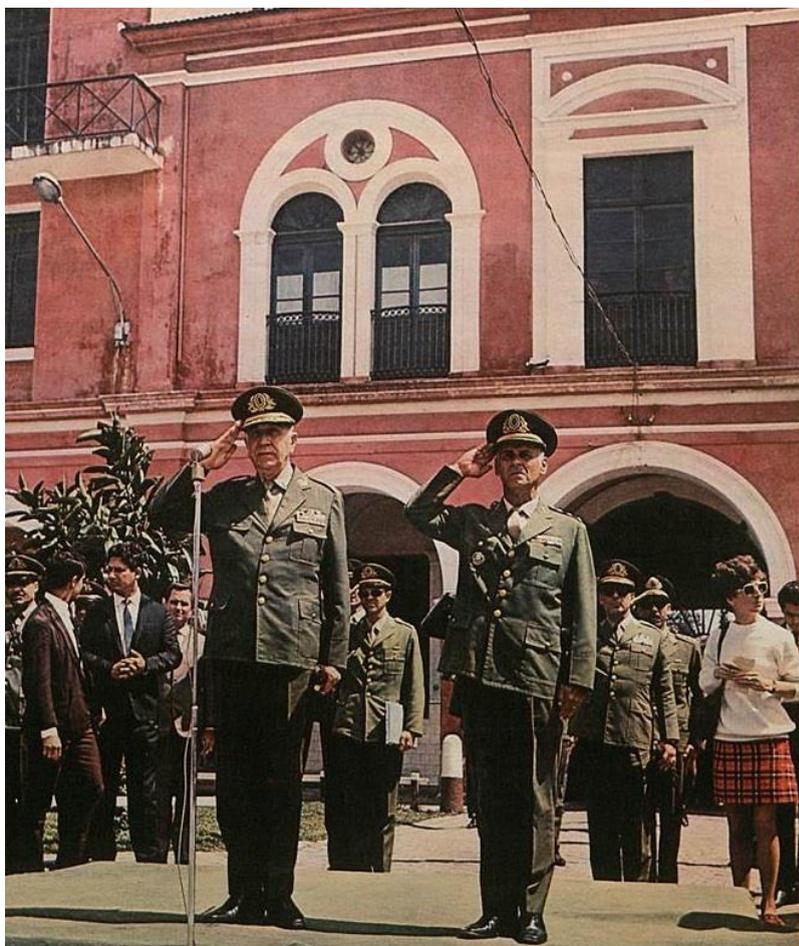
O Brasil retomou com simplicidade o processo democrático. O plenário da Câmara Federal não estava decorado sequer com as bandeiras dos Estados quando o Senador Gilberto Marinho abriu a sessão do Congresso Nacional, às 15 horas de sábado, dia 25 de outubro. Uma hora e trinta e cinco minutos depois, eram proclamados Presidente e Vice-Presidente da República o General Emílio Garrastazu Médici e o Almirante Augusto Hamman Rademaker Grunewald.

Dos 381 deputados no exercício de seus mandatos, apenas onze estavam ausentes de Brasília. Com a redução do número de cadeiras, as recentes cassações não deixaram claros no plenário e a decisão do MDB de comparecer à sessão eleitoral contribuiu para o aspecto de sóbria normalidade. Nos dois discursos permitidos pelo Regimento, os Presidentes dos partidos do Governo e da Oposição manifestaram seus pontos de vista. Em comum, a esperança de que o País esteja caminhando agora firmemente em busca da verdadeira democracia representativa.

O Presidente da Arena surpreendeu o plenário afirmando que concordava em parte com a Oposição *“Não elogiamos a violência nem apoiamos os excessos”*, disse o Presidente do MDB, Senador Oscar Passos. Respondeu o Senador Filinto Müller, Presidente da Arena: *“Não pode ser imputada à Arena a responsabilidade da reação gerada pela situação anterior a 1964, bem como a que provocou a edição do Ato Institucional número 5”*,. Um único deputado, sem partido, retirou-se do plenário. Chama-se Paulo Brossard de Souza Pinto, do RS.

Cinco dias antes de ser eleito Presidente da República, o General Garrastazu Médici participou, em Porto Alegre, de sua última solenidade como comandante do III Exército.

A transmissão do cargo ao General Campos de Aragão foi feita no Parque Farroupilha, com a presença dos três Governadores da Região Sul. Em seu discurso, o General Médici prometeu que jamais não transigirá com a verdade e a justiça, nem tampouco mudará suas atitudes no exercício da presidência. Prometeu o General Médici aos soldados do III Exército: *"Não mudarei"*.



Depois de transmitir o comando do III Exército, o General Médici efetuou uma visita de caráter evocativo ao **Colégio Militar de Militar de Porto Alegre.**

O Colégio dos Presidentes

1º de abril de 1918. Na entrada do Colégio Militar de Porto Alegre um garotão desajeitado, como são os meninos que entram na adolescência, espera a vez de ser chamado. Enquanto isso, lá dentro, no pátio, a algazarra marca o reencontro de velhos amigos que retornam das férias. Emílio Garrastazu Médici aparentava muita calma, mas, no fundo, experimentava, a coexistência de dois sentimentos: timidez e curiosidade. Só pensava em como seria a vida ali dentro e no recado que lhe fora confiado pelos pais, distantes, no interior: “*ser um bom aluno*”. Por sua cabeça não passava, naquela hora, a hipótese de que exatamente 51 anos e sete meses depois seria o Presidente da República do Brasil e o Comandante Chefe das Forças Armadas.

Os Presidentes Dutra, Castello Branco, Costa e Silva e Médici Passaram seus Primeiros Anos de Estudo no Colégio Militar de Porto Alegre

Nem ele nem ninguém sabia, por aqueles anos, que o Colégio Militar de Porto Alegre viria a ser a escola secundária que mais daria Presidentes ao Brasil. No fim do ano anterior, ali haviam concluído o seu curso dois outros militares que mais tarde assumiriam a Presidência da República: Humberto de Alencar Castello Branco e Arthur da Costa e Silva. E, alguns anos atrás, de lá saíra um homem que seria o primeiro Presidente constitucional do Brasil, depois da redemocratização do País, em 1945: Eurico Gaspar Dutra.

Nos anos em que os meninos Eurico, Humberto, Arthur e Milito brincavam no pátio do Colégio Militar de Porto Alegre, ali não existia uma brincadeira hoje bastante comum entre os alunos. Eles costumam dizer, nas horas de folga, que estão fazendo *o curso de Presidente*.

E talvez alguns dos 800 alunos do CMPA estejam com a razão. Afinal, o Colégio dá sorte.

Emílio veio de Bagé para o Colégio Militar de Porto Alegre, junto com o primo Hugo. A turma era grande e os dois Garrastazu receberam os números 140 – Emílio e 141 – Hugo. Ali começava a trajetória militar do atual Presidente do Brasil.

Porque já trazia uni apelido de Bagé, Milito não foi alcunhado pelos colegas do CMPA. Castelo Branco, por iniciativa de Costa e Silva, foi apelidado de “*Tamanco*” e Arthur, que tocava na banda, logo ficou conhecido como “*Clarinete*”. Arthur e Milito eram contribuintes do CMPA, mas Castello estudava sem pagar.

De abril de 1918 a dezembro de 1923, Emílio foi um aluno exemplar. Não aparecia entre os primeiros de sua turma, mas sua ficha indica que sempre foi estudioso e cumpridor dos deveres do Colégio.

Nunca entrou para a categoria dos indisciplinados, mas algumas vezes perdeu o recreio e outras o direito à saída do domingo. Mas todos esses castigos foram impostos pela prática de pecados veniais, próprios de sua idade.

Tanto assim que em 1921, depois de haver sido promovido a terceiro-sargento do Batalhão Colegial, foi agraciado, quando das comemorações do 7 de Setembro, com uma medalha de bronze por bom comportamento. Era um excelente aluno da cadeira de inglês, durante todo o curso. Sua menor nota nessa disciplina foi 8.

O currículo do CMPA era, nessa época, de cinco anos, mas quem cursasse o 6º ano sairia também com o título de agrimensor. Nascido numa zona de gente que lidava com a terra, Milito saiu agrimensor do Colégio.

Nos esportes, Castello Branco, Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici tiveram um ponto em comum: todos gostavam de esgrima, embora praticassem outras modalidades de esporte. Da turma dos dois primeiros faziam parte alguns nomes que depois ganhariam notoriedade, por diversos motivos, como Amauri e Riograndino Kruel, Riograndino Costa e Silva, Décio Palmeiro Escobar, Ernesto Geisel e Ladário Teles. Da turma de Milito faziam parte, entre outros, Adalberto Pereira dos Santos e Orlando Geisel, hoje figuras das mais importantes do mundo político e militar brasileiro.

Mais de 400 quilômetros separam a terra natal de Garrastazu Médici, Bagé, da cidade de Porto Alegre. Bagé fica para os lados da campanha, da fronteira com o Uruguai. Mesmo com as dificuldades de transporte da época, Milito nunca deixou de passar as férias em casa, com os pais e irmãos. Seu pai, falecido em 1950, era ainda um pequeno fazendeiro, na época em que Garrastazu Médici cursava o Colégio Militar de Porto Alegre. Há apenas pouco tempo deixara o comércio, rendendo-se a uma vocação que o atraía para o campo e a fazenda. E essa alteração na vida do pai propiciava a Milito uma outra alegria: a de ter um cavalo com que percorrer os 24 quilômetros que separavam Bagé da fazenda em que morava Scyla, a moça com quem se casaria ao completar 23 anos de idade, no posto de 1º Tenente.

As origens históricas do Colégio Militar de Porto Alegre remontam ao século passado. Ele foi criado por um Decreto Imperial de D. Pedro II, em 1851. Porém, foi o Visconde de Pelotas quem mais interesse demonstrou por sua sobrevivência como um dos estabelecimentos de ensino, do Exército. Quando de sua fundação, se chamava Escola Militar de Tática, Infantaria e Cavalaria do Rio Grande do Sul.

Eurico Gaspar Dutra foi, formalmente, aluno da Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul e não do Colégio Militar de Porto Alegre, nos primeiros anos do século. O edifício principal do CMPA, ainda em funcionamento, embora tenha passado por diversas reformas, foi construído entre 1872 e 1881, quando ganhou a denominação de Escola Militar da Província do Rio Grande do Sul. Entre 1905 e 1912, chamava-se Escola Preparatória de Porto Alegre. Em 1912 ganhou a denominação que até hoje persiste.

Pois foi exatamente em 1912 que mais começaram a chegar alunos de outros Estados. Entre eles Humberto de Alencar Castello Branco, que terminaria o curso em 1917, com Arthur da Costa e Silva, seguindo depois para a Academia Militar.

Em 1939, com a eclosão da II Guerra Mundial, o Colégio Militar de Porto Alegre transformou-se provisoriamente em Escola Preparatória, em virtude da súbita ampliação das necessidades militares brasileiras.

A área ocupada pelo Colégio Militar de Porto Alegre é um quarteirão inteiro, na zona central da cidade, exatamente em frente ao Parque Farroupilha. Funciona, em regime de internato e de semi-internato. Na primeira categoria tem 168 alunos e na segunda, 632.

O efetivo do CMPA é de 35 oficiais e 10 civis professores e 36 oficiais administrativos, além de 78 subtenentes e sargentos. Para ingressar no Colégio Militar de Porto Alegre o candidato deve ter no mínimo 11 anos de idade e no máximo 14. A não ser que venha transferido de outro Colégio Militar, iniciará seus estudos na primeira série ginásial.

O curso completo é atualmente de sete anos, sendo quatro de ginásio e três de colégio.

Ao completar o curso, o aluno que não desejar seguir a carreira militar recebe seu certificado de reservista de primeira classe. As estatísticas indicam que 60% dos alunos do Colégio Militar de Porto Alegre prosseguem na carreira das armas, depois de concluído o curso e 40 % preferem prestar exames vestibulares para ingressar em cursos superiores. O atual Comandante do Colégio Militar de Porto Alegre é o Coronel Túlio Chagas Nogueira, que já dirigiu diversos cursos de aperfeiçoamento de oficiais do Exército, em todo o Brasil.

Uma das tradições do Colégio é gravar a estilete o próprio nome nas pedras do pátio interno, com a data e a arma escolhida. Os nomes de Castello Branco, Arthur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici já não são encontrados nessas pedras. Mais de cinquenta anos foram suficientes para apagá-los.

Outra, mais importante, é cada aluno decorar estes dizeres, que são uma espécie de lema do CMPA:

Quando você brinca, faça-o com todo o calor de seu entusiasmo; quando você estuda, faça-o com todas as energias do seu cérebro; quando você trabalha, faça-o com todas as forças de seu braço; quando você ama, faça-o com toda potência de seu coração; e quando você adora, faça-o com todo o dinamismo de sua alma.



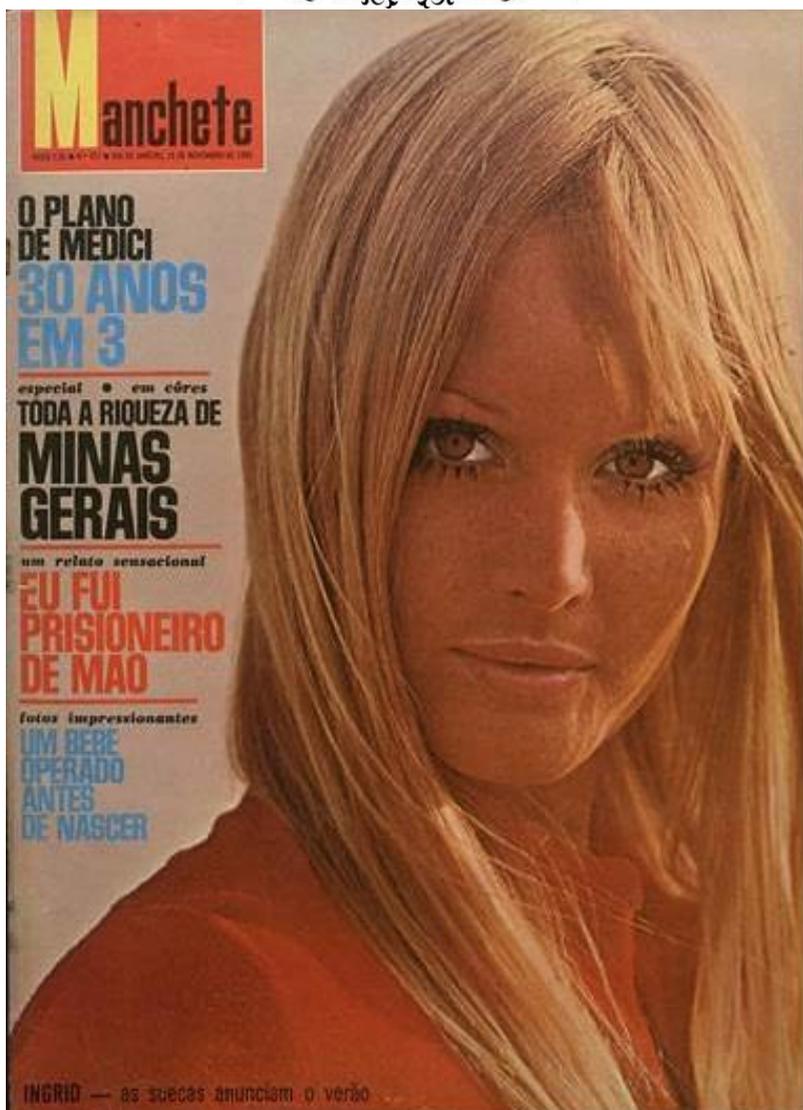


Manchete n° 917, Rio de Janeiro, RJ

Sábado, 15.11.1969



**Os Novos Horizontes do Presidente Médici
(Reportagem de Murilo Melo Filho)**



Até a véspera, o Céu era cor de chumbo. Nuvens a pesadas toldavam o amplo horizonte de Brasília. Quando consultado pelo Cerimonial sobre o que faria na hipótese de chuva, o novo Presidente respondeu:

Todas as cerimônias do protocolo serão mantidas, quer chova ou faça Sol.

E o Sol se fez, forte, por alguns minutos, exatamente no período entre o juramento no Congresso e a posse no Palácio do Planalto. Quem cruzou a Praça dos Três Podres e fez a pé o trajeto de um quilômetro entre os dois edifícios sentiu na própria pele os seus efeitos. Mas quando o Presidente Médici assomou ao mesmo palanque de onde Costa e Silva, Castello, Jango, Jânio e Juscelino, haviam anteriormente acenado para a Capital e assistido ao desfile da tropa, o Sol voltou a esconder-se e isto o poupou do calor intenso: um vento alentador e leve soprava do Sul.

Num Discurso de 20 Minutos, o Presidente fez sua Profissão de Fé Democrática no Salão dos Espelhos

Concisa e direta, no estilo peculiar de seus mais recentes discursos, a fala de posse do Presidente Médici constou de uma definição pessoal e uma confissão de propósitos.

Creio necessário consolidar e dignificar o sistema representativo.

Disse, qualificando a si próprio, sucessivamente, de:

Homem de família, do povo, da caserna, de seu tempo, de seu País, da Revolução e da lei.

Pontilhada de emoção em sua parte final, a palavra do Presidente foi interrompida dez vezes pelos aplausos.

O NOVO HORIZONTE DO PRESIDENTE MEDICI

Até o momento, o seu programa de governo, mesmo quando realizado no campo econômico de Brasília, parecia limitado pelo crescimento lento e pelo nível de tecnologia de produção e meios produtivos disponíveis. "Fazer do desenvolvimento econômico algo mais do que "brinquedo de criança" e o ter no tal, fato, por alguns minutos, estatísticas de produção, desenvolvimento econômico e o poder no Palácio do Planalto. Desde então o Brasil do Presidente Médici é o Brasil do desenvolvimento econômico e do crescimento rápido, no campo econômico, de tecnologia de produção e meios produtivos disponíveis. Desde então o Brasil do Presidente Médici é o Brasil do desenvolvimento econômico e do crescimento rápido, no campo econômico, de tecnologia de produção e meios produtivos disponíveis. Desde então o Brasil do Presidente Médici é o Brasil do desenvolvimento econômico e do crescimento rápido, no campo econômico, de tecnologia de produção e meios produtivos disponíveis.



Com esta equipe, sem primeiras figuras e sem candidatos em campanha, o presidente pretende cumprir os objetivos de seu governo

Logo depois da posse, o Presidente Médici passou para MANCHETE
viva aos Ministérios. No primeiro plano, da esquerda para a direita,
os Ministros João Paulo Veloso, Costa Cavalcanti, Eloy Yassuda,
Aldilberto Nunes, Otávio Góes, Mário Góes, Mircio de Souza e
Mele e Carlos Alberto Furtado. Logo atrás, também da esquerda para
a direita, o Sr. Leônidas de Azevedo, General João Batista Figueiredo,
Ministro César Lima, Mário Amador, Delfino Neto, Jurba Passa
(debaixo), João Batista, Dácio Leite, Alfredo Baraldi e Wágner Corrêa.



O Novo Presidente Tomou Posse Cercado de Generalizadas Esperanças. Seus Discursos, em tom Elevado, Despertaram a Confiança Popular

Ao subir o pequeno estrado para tomar assento na Mesa do Congresso, onde prestaria seu juramento constitucional, o Presidente Médici escorregou ligeiramente. Só quem estava perto percebeu o detalhe, que não tinha qualquer analogia com aquele outro escorregão do Imperador no baile da ilha Fiscal, poucos dias antes de ser deposto.

Ao contrário da realeza que estava chegando ao fim, o 34º Presidente da República inaugurava seu mandato envolto numa aura de generalizadas esperanças. Parece até que a Nação inteira está querendo confiar nele, no seu semblante sério e fechado, no riso racionado, na postura ereta, na tranquila aparência e na agitação interior que de vez em quando faz sua pressão arterial subir perigosamente além da marca dos 20.

O milagre foi duplo: sair de um túnel escuro, em cujo interior se esboçava uma perigosa cisão militar, e encontrar um homem que desde seus primeiros pronunciamentos deu o tom de altitude em que pretende permanecer. Três pormenores não lhe escaparam à atilada observação, foi chefe do SNI, quando entrou no Congresso:

- 1. A lavagem geral a que o prédio fora submetido parecia interpretar a limpeza de toda a sujeira e entulhos acumulados em dez meses de recesso.*
- 2. Os canhões do Exército, que iriam logo em seguida disparar a salva de tiros, estavam agora com suas bocas voltadas em sentido contrário ao Congresso, como se quisessem comunicar a guinada de 180º na mira em que haviam permanecido ao longo dos últimos dez meses.*

3. *O plenário estava colorido com palmas brancas e coral e rosas vermelhas e amarelas, em vez dos cravos e espinhos que haviam ornamentado a posse do Marechal Costa e Silva, como a prenunciar o calvário que o aguardava.*

Foi naquela mesma mesa que o Marechal Costa e Silva, exatamente 2 anos, 7 meses e 15 dias antes, disse de cor um juramento igual ao que o General Médici iria agora ler, em voz firme e pausada.

Ali também, em anos mais remotos, jurando igualmente cumprir a Constituição, observar as leis e promover o bem-estar, o Marechal Castello Branco havia prometido fazer a reforma agrária, Jango exigira o plebiscito para derrubar o parlamentarismo e Jânio anunciara um quinquênio, de sete meses, para erradicar a corrupção.

Do outro lado da mesa, o Almirante Augusto Rademaker iria prestar o seu juramento; logo a seguir, a Marinha chegava pela primeira vez na história republicana à Vice Presidência da República.

Certo de que as Ambições do Brasil Como Nação não Podem ser Mediócras, o Presidente Médici Volta-se Para o Futuro, Disposto a, em Três Anos, Projetar o País no Próximo Século

Trata-Se realmente de um Vice forte, líder incontestado de sua corporação, que praticamente presidiu a Junta Governativa, que entregou a faixa presidencial, discursando na hora, que terá gabinetes civil e militar, podendo requisitar para eles os funcionários que quiser.

Nunca houve no Brasil um Vice tão prestigiado. A ele o Presidente quer confiar verdadeiras missões de Governo.

Juntos, vai caber-lhes a tarefa de levar a VI República recém instalada a destinos menos inglórios do que as suas antecessoras. Mas, mesmo com o destaque oferecido ao seu Vice, é evidente que o Presidente Médici não tenciona abrir mão das prerrogativas de uma liderança absoluta, *bem definida e reafirmada* no discurso em que, apresentando seus Ministros na televisão, enquadrou-os sob um comando único e harmonioso.

Foi esta também a primeira vez que um Presidente usou a tevê para comunicar oficialmente a escolha de seus auxiliares e dizer que eles não poderão ser candidatos nem vedetes e *terão de ajustar-se ao espírito de conjunto de toda a equipe*.

Todos eles vão dispor de seis meses no mínimo para tomar pé na situação e demarcar o programa de Governo. Esta é a trégua que os congressistas lhes darão. Porque, reaberto agora, tímido e acuado, podado e receoso, o Congresso fechará as portas novamente este mês para só reabri-las a 1º de abril, *uma data histórica por um lado e significativa por outro*.

Quanto aos senadores e deputados do MDB, o Presidente Médici nada tem a recear. Os salvados do incêndio decerto terão doravante suficiente juízo e não riscarão fósforos, como EU o Sr. Márcio Alves, para ver se tem gasolina no tanque.

Poderá a oposição opor-se? O Presidente da República diz que quer vê-la agindo assim. E o Deputado Adolfo de Oliveira responde que, apesar das muitas cassações, "ainda dá para fazer oposição".

Não são estes oposicionistas, enquadrados e legalistas, que preocupam, *mas sim aqueles outros fora da lei*:

- 1. Os militares contestadores e enquistados no próprio sistema dominante, que foram tidos como "desagregadores das Forças Armadas" e passíveis de transferência para a reserva por tempo determinado, como já aconteceu ao Almirante Ernesto Batista*
- 2. Os terroristas e subversivos que por alguns dias decretaram um armistício nos atentados e assaltos, ou por quererem abrir um crédito de confiança ao novo Governo ou por estarem realmente com suas fileiras esfaceladas diante do último rush de repressões.*

Numa atmosfera como esta, muito pouco se pode esperar que o Congresso faça. Seus membros ganharão no máximo NCr\$ 3 mil por mês e assim mesmo se comparecerem a todas as sessões ordinárias e extraordinárias. Perderão o mandato se não tiverem um terço de presenças durante o ano. Serão reprovados por falta de frequência, como acontece nos colégios com os alunos faltosos e relapsos.

A nova Lei de Inelegibilidades foi o legado que o ex-Ministro Gama e Silva, futuro embaixador em Portugal, lhes deixou como nova ordenação do processo político e como instrumento de sua renovação: as velhas lideranças, as capitánias eleitorais, os sultanatos políticos tornaram-se inelegíveis ou irreelegíveis.

No próximo ano, último do seu mandato, é bem provável que o Congresso tente alterar esse muro que tapou o futuro de vários dos seus líderes sobreviventes e estreitou ainda mais a já tão reduzida e desencantada faixa de políticos profissionais.

Se tiverem êxito nessa tentativa a partir de abril, os parlamentares buscarão também alterar alguns dispositivos da nova Carta Constitucional e, então, executarem o trabalho maior que será o da reforma de todo o mecanismo legislativo.

Um homem-chave nessas expectativas é o Sr. Rondon Pacheco, que deixou a chefia da Casa Civil da presidência da República para ser o presidente da Arena imediatamente e, talvez, o presidente da Câmara na sessão legislativa do próximo ano. Nessa dupla qualidade, quase inédita, pois até agora somente o Sr. Nereu Ramos havia conseguido ser ao mesmo tempo presidente do Senado e do PSD, o novo coordenador político do governo contará com suficientes poderes e competências para completar o trabalho de ressurreição da classe política, tão marginalizada e sofrida nos últimos tempos.

○ discurso inaugural do Presidente Médici e o pronunciamento do Sr. Alfredo Buzaid, ao empossar-se no Ministério da Justiça, não deixam dúvidas sobre esta disposição em que o Governo se encontra de ter ao seu lado o sistema representativo como sustentáculo da execução de todos os seus projetos. O mais importante deles, já confirmado pelo novo Ministro do Planejamento, o jovem piauiense João Paulo Veloso, é o Plano Nacional de Desenvolvimento, com a meta de US\$ 1.500 de renda per capita daqui a cinco anos, numa previsão bem mais realista do que o fantástico Projeto Brasil, que simplesmente anunciava um aumento dos US\$ 300 atuais para US\$ 8.000 em 1975.

A base do Plano Nacional de Desenvolvimento, agora com o alento proporcionado pelo discurso do Presidente Nixon na reformulação de sua política com a América Latina será o Orçamento Plurianual para vigorar no triênio 1970/1973.

O Presidente Médici não esconde que tem pressa em acelerar o progresso, porque a ambição brasileira, como Nação, não pode ser medíocre. Sua ótica volta-se para o futuro, como se quisesse, nos seus três primeiros anos de Governo, fazer o Brasil progredir os 30 anos que nos separam do século XXI.



**Manchete nº 918, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 22.11.1969**



**Como Morreu Marighella
(Reportagem de Murilo Melo Filho)**



O Delegado Sérgio Paranhos Fleury Explica os Lances Dramáticos que Resultaram na Maior Vitória da Polícia Paulista em sua Luta Contra a Guerrilha Urbana

Foram uns 40 segundos que pareceram eternizar-se: durante esse lapso de tempo, com o olhar imóvel fixado em mim e vendo-se cercado por um sólido dispositivo policial, Marighela deve ter sentido que parecia ter chegado ao fim sua carreira no terrorismo.

Quem fala, enquanto traça com esferográfica e régua uma planta do esquema montado para captura de Marighela, é o Delegado Sérgio Paranhos Fleury. Fluminense de Niterói, 36 anos, veste um terno estilo Pierre Cardin e narra com firmeza, sem emoção aparente, os últimos momentos de vida daquele que era tido, como o principal chefe terrorista do País:

Só depois daqueles 40 segundos, mais ou menos, é que Marighela, num gesto de desespero, optou pela recusa em entregar-se e tentou abrir uma pasta escura que trazia consigo e onde eu não poderia saber se havia um revólver ou uma granada. O silêncio era total na rua deserta, cercada de alguns prédios em construção e outros recém-terminados, mas ainda desabitados.

No interior do Volkswagen, o chefe do terrorismo estava inteiramente acuado. Eu o queria vivo, pela soma de informações que ele poderia liberar. Por isso o intimara a render-se. Mas, diante do seu gesto, preparando-se para resistir no banco traseiro do Volks, era a minha vida, e a dos homens que me davam cobertura, ou a dele. Disparei, então, de uns poucos passos de distância, o primeiro tiro, que arrancou-lhe a falange de um dos dedos da mão direita e foi alojar-se perto do seu coração. Desencadeou-se, de imediato, a fuzilaria, à qual replicaram, dos fundos da rua, os guarda-costas do terrorista. Com um filete de sangue a correr da boca entreaberta, Carlos Marighela, entretanto, já não vivia. Eram exatamente 20h05 de 4 de novembro de 1969.

O Delegado Sérgio Paranhos Fleury explica os lances dramáticos que resultaram na maior vitória da polícia paulista em sua luta contra a guerrilha urbana

COMO MORREU MARIGHELA

"Foram uns 40 segundos que pareciam eternizar-se durante esse lapso de tempo, com o olhar imóvel fixado em mim e vendo-se cerrado por um silêncio absoluto. Marighele deve ter sentido que parecia ser chegado ao fim sua carreira, as tentativas." Quarta

feira, enquanto traça com escovapilata e rigua uma planta de esquadra montada para captura de Marighele, é o Delegado Sérgio Paranhos Fleury, 36 anos, veste uma tena estilo Pierre Cardin e surge com fúria, sem emoção aparente, no último momento de vida daquele que era tido como o principal chefe terrorista do país.

Só depois daqueles 40 segundos, mais ou menos, é que Marighele, num grito de desolado, opta pela retirada em direção ao túnel alibiado para escapar que tenta começar a correr, eu não poderia saber se havia um revólver no seu bolsão. O alibiado era total na sua desolação, cruzada de alguns pontos em construção e outros recém-terminados, mas ainda desabitada.

9000

Das duas depois da morte de Marighele, seu corpo foi levado de volta para ficar em São Paulo, Carlos Aguiar, 2000, e Wanderson, 1800, de lado terríveis.



O Delegado Fleury continua desenhando e reproduzindo as posições tomadas pelos policiais e as viaturas na Alameda Casa Branca, interditando todas as suas saídas. Enquanto fala, seus olhos verdes não se levantam do papel: sua atenção está inteiramente voltada para a recomposição do esquema armado para a captura de Marighela. Ele inclusive prefere não falar sobre os aspectos ideológicos que envolvem a questão Marighela. Restringe seu relato à preparação do cerco e à execução do plano que liquidou o ex-deputado comunista. Tem à cinta um revólver e não se mostra muito preocupado em ocultá-lo. Sobre o esquema e sua execução fala com tal segurança que parece estar repetindo alguma coisa de cor:

Usamos seis viaturas do DOPS com chapas frias. Eu ia no primeiro carro, que nós chamamos carro-piloto, com a investigadora Estela Borges Morato e um casal de policiais no banco traseiro. Incumbia aos homens do carro-piloto prender Marighela, no que deveriam ser auxiliados pelo pessoal do carro-de-assalto, um caminhão coberto, com policiais escondidos.

Ficaram esses dois carros no quarteirão da Alameda Casa Branca próximo à Alameda Lorena. Outros dois ficaram na esquina da Rua Tatuí com a Alameda Casa Branca. Uma quinta viatura estava na esquina da Rua José Maria Lisboa com a Alameda Casa Branca e dali procuraria impedir uma possível tentativa de fuga.

Sem nunca abandonar seu desenho, o Delegado Fleury, que é o titular da Delegacia de Ordem Social (DOS) do DOPS de São Paulo, faz uma ligeira correção na posição de um dos carros e continua:

Freis Ivo e Fernando foram para o local em seu próprio carro, dirigido por um motorista do DOPS. Na esquina da Avenida Nove de Julho com a Rua José Maria Lisboa, o motorista passou o volante para um dos Padres e saltou.

O Volkswagen ficou permanentemente escoltado de um lado pela viatura a cargo do Delegado Firmiano Pacheco e de outro pela viatura sob a responsabilidade do Delegado Roberto Guimarães. Colocou-se o carro dos Padres no local do encontro previamente marcado por eles com Carlos Marighela e as viaturas policiais dirigiram-se a seus pontos. Num terceiro carro estava o Delegado Rubens Cardoso de Melo Tucunduva, em outro o Delegado Édisel Magnotti e, num outro, o investigador Rubens de Sousa Pacheco.”

O Delegado Fleury lembra que 10 minutos antes das oito horas só se viam, na Alameda Casa Branca, o carro-piloto, onde dois casais de policiais fingiam namorar, e o carro-de-assalto, aparentemente abandonado, até porque seu motorista ficara num prédio em construção, nas imediações.

Do carro-piloto, vimos então, parado em frente a nós, um homem cujos traços correspondiam aos do principal guarda-costas de Marighela. Durante oito minutos ele inspecionou o local e, não vendo nada suspeito, desceu a rua. Certamente para comunicar a Marighela que ele podia ir sem problemas ao encontro dos Padres, de cuja presença no Volks o guarda-costas também se certificara. Às oito horas, precisamente, surgiu na Alameda Casa Branca, vindo da Alameda Lorena, desacompanhado e a pé, Carlos Marighela, de calça escura e camisa-esporte azul, sapato moçassem e, como único disfarce, uma peruca negra. Apesar disso, podia ser facilmente identificado. Seus passos chegavam a ressoar na rua que ele supunha deserta, apenas com dois inocentes casais de namorados em um carro. Próximo ao carro-de-assalto ale atravessou a rua, rumo ao Volks dos Padres, com os quais falou qualquer coisa e rapidamente entrou no banco de trás. Aproximei-me então, só do nosso carro se tinha uma visão panorâmica do local, e, em companhia de outros cinco policiais que também se aproximaram, intimei-o a render-se: “Marighela, você está cercado, não adianta tentar fugir ou reagir. É o seu fim”. Com o impacto da surpresa. Marighela, que assaltara

tantos bancos, que era responsável pela morte de 12 pessoas, que chefiava o terror em todo o País, sentia-se agora flagrantemente atônito. Quando, rompendo sua atitude de surpresa inicial que durou cerca de 40 segundos, tentou abrir a pasta preta, rejeitou a opção que eu lhe oferecia, entregar-se. Não titubeei. Acionei o gatilho do meu revólver, não era metralhadora, como se chegou a noticiar. Desatou-se então o tiroteio, por parte inclusive dos elementos de segurança do bandido. Enquanto isso ocorria, um cão pastor imobilizava os padres, que aproveitando-se da confusão tentaram fugir. Marighela foi alcançado por projéteis de calibre 38, 44 e 45 e não rajadas de metralhadora. Eis tudo o que tenho a dizer. Essa a minha participação nos acontecimentos que resultaram na eliminação de um dos maiores facínoras que este País já conheceu em sua história.

O Delegado Sérgio Fleury é filho do médico-legista João Alfredo Fleury, que morreu em consequência de contaminação em autópsia. Quando entrou para o DOPS, era ainda um menino: tinha 17 anos. Ficou famoso em São Paulo como titular do setor de assaltos da Polícia. É casado e pai de três filhos. Quando foi designado para o DOPS, prometeu a si mesmo liquidar o líder terrorista. Diz, porém, que não esperava pegá-lo tão depressa. Além de tudo, o Delegado Fleury é um esportista: formou com funcionários do DOPS um time de futebol cujo nome é Veteranos da Coruja.

Setores da Polícia expressam que foram “*de dominicano em dominicano até Carlos Marighela*”. Esses frades tinham postos-chave na rede terrorista de Marighela, segundo a Polícia, como o setor de imprensa e o planejamento de assaltos a bancos.

O DOPS de São Paulo afirma que frei Francisco de Araújo, o frei Chico, foi o primeiro prosélito que Marighela fez naquela ordem religiosa e que através dele diversos Padres foram conquistados para a subversão.

A Polícia fixou-se definitivamente nas diligências em torno dos dominicanos a partir de confissões do jornalista Esaías do Vale Almada. Em depoimento ao DOPS de São Paulo, Esaías informou que Marighela tinha estreitas ligações com um frade dominicano de nome Beto. Dias depois do sequestro do Embaixador Charles Elbrick, o estudante Paulo de Tarso Venceslau, um dos implicados no ato, acrescentou novos detalhes sobre a participação dos sacerdotes dominicanos na subversão comandada por Marighela: um dos principais contatos do chefe terrorista era frei Ivo (Ives do Amaral Lesbeupin), que controlava um "aparelho" na Rua Rego Freitas, 530, em São Paulo.

O próprio convento dos dominicanos, no bairro das Perdizes, era usado como base fixa dos elementos fiéis a Marighela. A Polícia de São Paulo aprofundou então suas sindicâncias, instalando um sistema de captação dos telefonemas dados para o convento das Perdizes. Dia 31 de outubro um telefonema suspeito foi interceptado e levou policiais paulistas ao Rio de Janeiro. Nesse telefonema ficara acertado um encontro no Rio entre frei Ivo e um certo Sinval, dia 2 de novembro. Ao chegar ao Rio, o Delegado Fleury entrou em contato com agentes do SNI e do Cenimar, que passaram a colaborar nas investigações, positivando-se que frei Ivo estava realmente no Rio, em companhia de frei Fernando.

Ambos passaram a ser seguidos. No dia 1º de novembro, temendo perdê-los de vista, os policiais os prenderam após um acidente de automóvel, com o que ficou frustrado o encontro que deveriam ter no dia seguinte com Sinval. Conduzidos à sede do Cenimar, os sacerdotes confessaram que estavam a serviço da organização terrorista chefiada por Marighela. Ocultavam, no convento de São Paulo, elementos foragidos da polícia política e depois os encaminhavam a São

Leopoldo, no Rio Grande do Sul, onde frei Beto (Carlos Alberto Cristo) preparava documentos falsos que facilitassem suas fugas para o exterior. Também se dedicavam a amplo trabalho de doutrinação comunitária e a imprimir material de propaganda subversiva. Ultimamente, por ordem de Marighela, faziam um levantamento das áreas onde poderia ser desencadeada a guerrilha rural.

Conduzidos sob o maior sigilo para São Paulo, os padres foram mantidos sob permanente vigilância no convento e na Livraria Duas Cidades, cujos telefones eram usados para contatos com Marighela. Os aparelhos da organização localizados também ficaram sob rigorosa vigilância na expectativa de que o chefe terrorista aparecesse em algum deles. No dia 4, às 16h30, frei Fernando foi chamado ao telefone da livraria, recebendo a seguinte mensagem:

É da parte do Ernesto. Hoje, às 20h00, ele irá à gráfica.

Persuadido a decifrar a mensagem, o padre disse que aquilo significava que Marighela teria um encontro com ele e com frei Ivo naquela hora, na Alameda Casa Branca, à altura do número 800. Então foi só organizar o arco ao local e conseguir apanhar o terrorista que as polícias de todo o País vinham tentando pegar há cerca de três anos.

Embora em luta aberta com o PCB, do qual foi expulso diretamente por Luís Carlos Prestes há 11 anos, e em conflito com o grupo chefiado pelo ex-Capitão Carlos Lamarca, Marighela conseguiu ampliar suas bases e desencadear o terror em vários estados da Federação. Os pontos de maior repercussão de sua atuação foram sem dúvida o sequestro do Embaixador dos Estados Unidos, Sr. Charles Burke Elbrick, em setembro deste ano, e o assassinato, em São Paulo, do Capitão norte-americano Charles Rodney Chandler, no ano passado.

Calcula-se que, desde o início de sua ação terrorista, os grupos liderados por Marighela tenham roubado em bancos, carros-fortes e outros tipos de assalto, mais de NCr\$ 4 milhões. A ação terrorista de Marighela tomou vulto depois de sua ida a Havana, para a famosa conferência da OLAS, em 1967. Qualquer dúvida que pudesse existir sobre a identificação do cadáver teria sido totalmente sanada pelo Delegado Alcides Cintra Bueno Filho, encarregado de acompanhar a autópsia. Velho conhecedor de Marighela, sabia de duas cicatrizes que ele tinha no peito, de ferimentos a bala quando resistiu à Polícia no interior de um cinema, no Rio, em 1965. O Delegado Cintra Bueno, que participou de todas as diligências em torno dos dominicanos nos últimos dois anos, disse no Instituto Médico Legal que as cicatrizes, constatadas, tirariam qualquer dúvida, se dúvida houvesse. Foi ele, também, quem providenciou o enterro de Marighela no cemitério de Vila Formosa, sepultura 1.106, Quadra 53. Bem perto do túmulo de Marco Antônio Brás de Carvalho, o Marquito, apontado como assassino do Capitão Chandler. Marquito morreu num tiroteio com a Polícia.

A casa era branca e modesta. O bairro, distante e pobre. Lá dentro, um homem tinha chegado de um jogo de futebol e não conseguia dormir. Foi quando veio a notícia e ele foi, mudo, para o hospital. Esse homem se chama Marcos Morato. Durante o longo trajeto da casinha branca e modesta de Vila Nair, no bairro do Ipiranga, até o Hospital das Clínicas, ele só tinha recordações. E lembrou-se de quando era ainda empregado dos escritórios de uma indústria paulista e, à saída de um ofício religioso da Igreja Assembleia de Deus, conheceu uma moça chamada Estela, pequena de corpo mas com uma força de gigante. A primeira coisa que os uniu foi a mesma opinião sobre a necessidade de estudar cada vez mais e conseguir melhores empregos.

Pouco a pouco apareceram outras identidades de pensamentos e de gostos. E cada vez mais Marcos se entusiasmava com a coragem que Estela demonstrava nas mínimas atitudes. Mas naquele momento, ele era exatamente o homem que mais lamentava essa mesma coragem que, no começo, tanto admirava. Eles se sentavam no mesmo banco da igreja e tinham a mesma crença. Depois, ele a levava para a casa dos pais adotivos, a irmã e o cunhado do seu pai verdadeiro que vivia na cidade de Jundiá. Estela era a caçula de cinco irmãos. Suas pequenas inseguranças, a falta de confiança e o medo de um compromisso mais sério em relação a Marcos foram reduzidos a zero com o tempo e, há quatro anos, eles se casaram. Ele tinha um diploma de comércio e, ela, o de ginásio. O principal assunto dos primeiros tempos de casamento era justamente o futuro. E ambos continuaram a estudar à noite, depois do trabalho.

No começo do ano passado, Estela resolveu: ia se preparar para ingressar na Escola de Polícia de São Paulo, onde o tio e pai adotivo, José Carvalho do Nascimento, era professor. Marcos sentiu que não tinha jeito de impedir essa decisão de Estela e tentou justificá-la como uma imposição do temperamento inquieto da mulher, sua tendência de enfrentar corajosamente situações perigosas e sua quase intimidade com a dor, desde que se tinha submetido a várias e seguidas operações plásticas para corrigir as marcas que graves queimaduras aos três anos de idade tinham deixado em seu corpo.

O jeito era apoiar a decisão de Estela. Marcos é um homem calado e jamais se queixou aos pais adotivos da mulher e nem mesmo aos colegas de curso que às vezes iam à sua casa estudar com Estela. O único confidente era o velho Mário, um operário aposentado que lhe tinha vendido a casa branca e modesta, "*um negócio de pai para filho*".

Esteia, porém, cada dia mostrava maior entusiasmo pela coisa, melhores salários e principalmente uma carreira que, teoricamente, a completava:

A gente deve escolher como profissão aquilo que mais nos satisfaz!

Enquanto aumentava o entusiasmo de Estela, uma estranha inquietação tomava conta de Marcos, que começou a estudar à noite. As conversas começaram a ficar cada vez mais raras. Estela só pensava em passar nos exames e começar logo a trabalhar no combate ao contrabando, um dos setores policiais de seus sonhos. Mas, para começar, o mais fácil mesmo era ser investigadora e a Secretaria de Segurança estava precisando de algumas moças no seu quadro de agentes, principalmente nas perigosas missões da guerra contra o terrorismo. Estela passou nos exames e foi imediatamente lotada no DOPS. Veio a primeira missão, secreta, exigindo muita coragem e sangue-frio. Marcos não aguentava mais a inquietação, nem mesmo quando Esteia repetia, com incrível segurança:

É um bom emprego e vai aumentar os nossos rendimentos.

Estela saiu-se muito bem do seu primeiro trabalho como agente do DOPS. O segundo também. Começou a ser elogiada pelos chefes e companheiros mais antigos. Até que foi chamada, às pressas, para participar do esquema policial que visava à prisão de Marighela. O papel de Estela era cheio de riscos, bem no meio dos acontecimentos. Simularia um namoro com um policial, junto com outro casal de agentes também simulado, dentro de um carro de chapa fria. Todos sabiam o que poderia acontecer, como aconteceu, quando Marighela e seus companheiros pressentissem a cilada.

Marcos estava em casa e pensava que fosse apenas mais uma missão como as duas anteriores, perigosas mas nem tanto. Foi quando chegou a notícia: Estela Borges Morato estava internada no hospital, clinicamente morta, atingida por disparos na cabeça. No dia seguinte, no saguão do hospital, o pai de Estela, Join Borges, mineiro de Araguari, mas vivendo em Jundiá desde que se casou, era o mais inconsolável. Cabelos brancos, o rosto vincado de rugas, ele já não tinha mais lágrimas nos olhos quase secos. Ao seu lado, o outro pai, era assim que Estela chamava aquele que a tinha criado desde pequena. Os dois falavam pausadamente, quase se revezando, um completando a frase do outro:

Estelinha sempre causou admiração pela sua espantosa valentia. Era pequena de corpo mas não se acovardava diante de nada. Desde criança viveu entre a casa e os hospitais, enfrentando todo o tipo de operação e talvez isso tenha temperado a sua coragem. Depois do acidente, com o corpo cheio de queimaduras, ela veio para São Paulo, para tentar a cura. Foram muitas operações, até que ela ficou boa. Foi para a escola e começou a frequentar a Assembleia de Deus. Nós estávamos satisfeitos por ela ter sarado, por estar quase se formando e por saber que era uma moça que tinha a sua crença.

No dia 6 de outubro, exatamente um mês antes de morrer, começou a trabalhar como policial, depois de passar brilhantemente nos exames. Enfrentou os perigos sem se abalar, como sempre. E a gente sabia que ela jogava só com 50% de probabilidades de se sair bem. Mas tinha coragem, vivacidade, agilidade e amor ao trabalho perigoso que acovardava muitos homens. Temos a certeza de que foi justamente a sua coragem que a matou: durante o tiroteio, enquanto todos procuravam, naturalmente, se proteger, ela deve ter sido levada pela sua valentia a uma posição mais exposta às balas. Dor e medo eram duas coisas que Estela não conhecia, desde os 3 anos de idade.

ESTELA BORGES MORATO

Investigadora da Polícia Civil de SP foi assassinada em 06/NOV/1969 pelo grupo terrorista de Carlos Marighella, que pregava a morte de policiais e militares como forma de fazer a revolução comunista do proletariado.



Embora tenha sido uma grande perda para o esquema subversivo, a morte de Carlos Marighella não representa o fim do terrorismo. O Governo e seus órgãos de informação estão certos de que foi eliminado um mito, mas novas lideranças ascenderão naturalmente aos postos de comando.

A verdade, porém, é que o terror está aterrorizado. Após alguns meses em que dominou o Rio e São Paulo, colhendo o Governo de surpresa e inteiramente despreparado para esse tipo de guerrilha urbana, a ofensiva de assaltos e atentados foi pouco a pouco contida dentro de limites relativamente suportáveis.

A ação conjugada do Exército e da Marinha com as polícias civis e militares conseguiu desbaratar alguns núcleos importantes, desde o esfacelamento do MR-8 até o fechamento de dezenas de "aparelhos" que viviam agindo livremente. No começo e na evolução da guerrilha, Marighella representou um capítulo importante, que agora se encerra.

Esse homem, filho de mãe negra e pai italiano, escalou todas as etapas da luta no "underground", desde os tempos de estudante de engenharia em Salvador, quando entrou para o Partido Comunista.

Ao longo de sua vida nos subterrâneos, incluem-se prisões em Fernando de Noronha e no Recife, eleição à Constituinte de 46, cassação do mandato em 47, nova prisão logo após a Revolução de 64, libertação através de um "habeas corpus", passagem pela Conferência da OLAS em Cuba, expulsão do PC e fundação do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário.

Tinha predileção pelos atentados a bomba e pelas ações espetaculares, como aquela de 15 de agosto deste ano, quando ocupou a Rádio Nacional de São Paulo e transmitiu um longo manifesto contra o Governo.

Seu estilo era muito espanhol, no molde da "hispanidad", grosso, másculo, como aquele "physique du rôle", que o denominou de "gigante de ébano". Ultimamente, estava calvo e gordo. Fizera uma plástica grosseira para mudar o rosto e usava frequentemente uma velha peruca.

Nunca admitiu a hipótese de ser apanhado vivo: sabia por experiência própria das torturas que o aguardavam e trazia sempre consigo um vidro de cianureto. A única homenagem que recebeu, depois da morte, foi a do filho e do irmão, à beira de sua cova rasa.

Nos próprios quadros da subversão, ele era tido como um superado. Consideravam-no já velho, completaria 58 anos agora no dia 5 de dezembro, e doente, já tivera dois enfartes. É bem provável que seus poucos mas fiéis seguidores partam agora para algumas ações desesperadas como vingança pela morte do chefe.

Um dos alvos prediletos seria o Delegado Fleury, que comandou a ação e o tiroteio fatais. Dois grupos disputavam-lhe a liderança:

- 1. O da Vanguarda Popular Revolucionária, sob a chefia do ex-deputado estadual Joaquim Câmara, sempre eleito pelo voto dos comunistas de São Paulo. Esse grupo identificou-se rapidamente com os estudantes e jovens militares para ações mais inteligentes e sofisticadas, como o sequestro do Embaixador Burke Elbrick. É constituído de rapazes e moças pertencentes a famílias de destaque. Sua tese: as ações devem ser simpáticas para granjear adeptos e admiradores.*
- 2. O da Vanguarda Armada Revolucionária, sob o comando do ex-Capitão Carlos Lamarca, campeão de tiro e instrutor de antiguerilhas, que cuida mais das expropriações e dos assaltos a bancos, tendo ligações íntimas com outros subgrupos como o da Colina e do MR-26.*

Todos eles contavam com o apoio, a simpatia e a cobertura de alguns frades da Ordem dos Dominicanos, que haviam transformado o Convento das Perdizes num refúgio seguro para os terroristas, com ramificações no Convento de Cristo Rei (jesuíta) em São Leopoldo.

A posição dos dominicanos implicados não é nada fácil e está preocupando seriamente não apenas o Governo como a Igreja. Na ausência dos Cardeais Jaime Câmara e Agnelo Rossi, que se encontravam na Europa, o Bispo Aloisio Lorscheider foi a São Paulo e a Porto Alegre para reunir os dados necessários a uma tomada de posição. As ligações dos dominicanos com grupos extremistas datam dos tempos da Ação Popular. Os primeiros contatos foram feitos pelo padre Vaz, jesuíta, que depois transferiu o encargo para os dominicanos.

Na noite em que ia ser comemorada em Brasília a vitória do Deputado Márcio Alves, cujo mandato a Câmara se recusara a cassar, três dominicanos apareceram em sua residência:

Nada disto. Vamos embora. Vocês não têm ideia do que está para acontecer.

Dali mesmo rumaram para Paracatu, depois Campo Grande, em seguida Assunção e Santiago e por último Roma.

Frei Ivo e Frei Fernando, agora presos, tiveram de fornecer à polícia informações preciosas sobre toda a extensão da rede. A polícia, há vinte dias, havia prendido o estudante Paulo de Tarso e conseguido dele a pista decisiva: a gravação de um telefonema de Marighela para o Convento das Perdizes. Esse telefonema foi a ponta do fio da meada que levou o Delegado Fleury a prender os dois religiosos e usá-los como isca para atrair Marighela ao local fatídico. Só mesmo a credibilidade e a confiança que os dois frades infundiam a Marighela seriam suficientes para fazê-lo atender ao chamado e acreditar na senha que apenas eles conheciam. Os dois conseguiram assim atrair e traír Marighela, tentando ainda fugir no exato momento em que ele era metralhado.

A Operação Bandeirantes desencadeada em São Paulo pelo DOPS com o apoio do II Exército representou um verdadeiro pente fino, que desbaratou os principais focos, fazendo-os transferir-se provisoriamente da capital para o interior paulista.

Em torno de Joaquim Câmara e de Carlos Lamarca, todas as notícias até agora divulgadas não passam de especulações e balões de ensaio. A própria polícia não tem certeza se eles estão no Brasil ou no Uruguai.

Os indícios de que ambos haviam conseguido cruzar a fronteira chocam-se com outros sintomas segundo os quais eles continuavam no interior de São Paulo, sem condições de escapular.

A divulgação da notícia de que Lamarca havia fugido para Montevideu, levando NCr\$ 4 bilhões, pode ter tido apenas o objetivo de fazê-lo despreocupar-se das rigorosas cautelas com que sempre se cercou e torná-lo mais vulnerável às próximas ações repressivas.

Também teve caráter de despistamento a veiculação de informes sobre a vinda de Brizola para assumir o posto vago com a morte de Marighela: *o engenheiro continua confinado no balneário de Atlântida, de onde não pretende sair tão cedo.*

É evidente que o Governo está em franca ofensiva contra o terror, buscando acuá-lo mais ainda. Os êxitos, até agora, têm sido parciais. Não existe a ilusão de que a guerrilha possa, a curto prazo, ser definitivamente eliminada. Todos os tratadistas do assunto reconhecem que ela é quase invencível. Se assim não fosse, os americanos já teriam resolvida o problema do Vietnã.

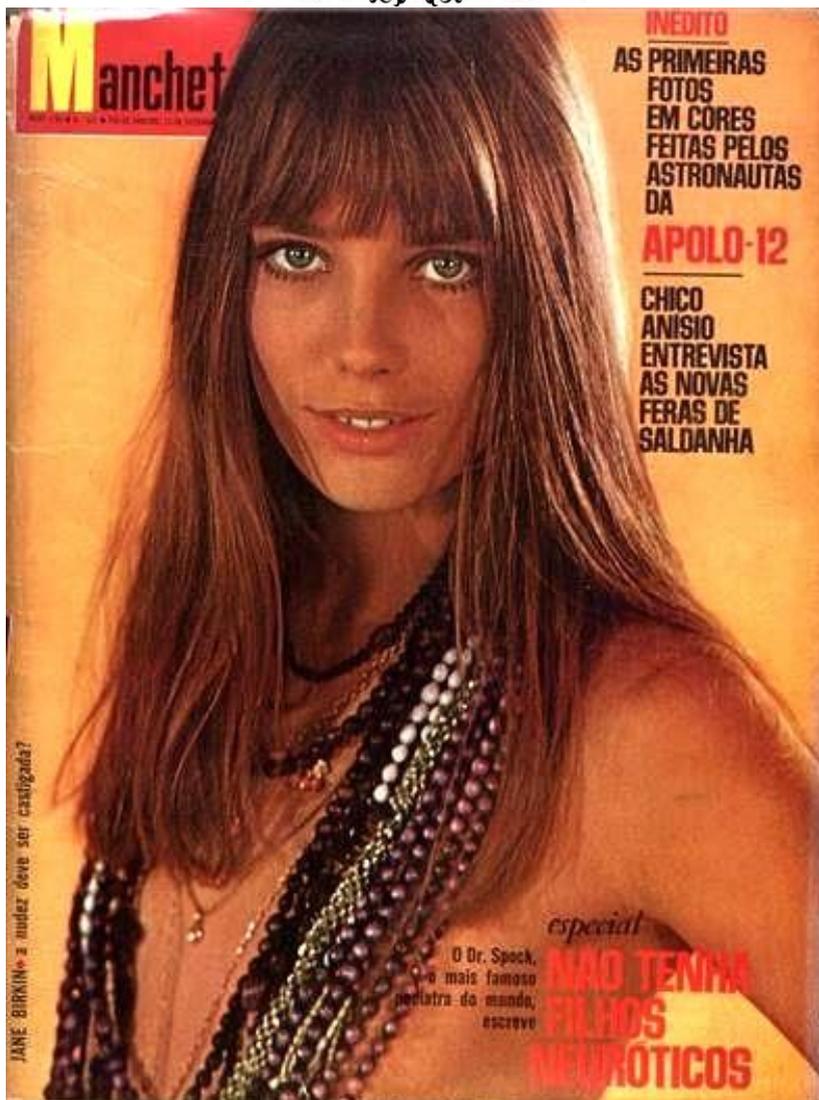




**Manchete nº 921, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 13.12.1969**



**O Estilo Médici
(Reportagem de Murilo Melo Filho)**



Sóbrio, Discreto e Seguro, o Novo Presidente já Cumpru Algumas de Suas Promessas: A Reabertura do Congresso, o Reinício do Diálogo Político e o Abrandamento da Correção Monetária.

Ao completar 64 anos de idade, neste 4 de dezembro, ele estaria às vésperas de uma ansiada compulsória que lhe proporcionasse o repouso merecido, após quase 50 anos de serviços prestados ao Exército. Escalara todos os degraus da sua carreira, atingira-lhe o ápice e nada mais haveria a esperar. Como indumentária, em lugar do pijama, vestiram-lhe uma faixa. Como domicílio, em vez da fazenda de Bagé, deram-lhe um Palácio em Brasília. Como serviço, ao contrário da repousante reforma, impuseram-lhe mais quatro anos de atribulado mandato.

Seu Objetivo Principal é Reaproximar Civis e Militares

Um ex-Presidente fizera certa vez uma advertência que a trombose no seu antecessor só conseguiu confirmar:

Presidência da República, no Brasil, não é emprego para homem de mais de 60 anos.

Ninguém melhor do que o General Médici conhece suas condições de saúde e sabe a facilidade com que suas coronárias aumentam perigosamente de pressão. Por isso, submeteu-se a métodos de trabalho bem diversos daqueles que levaram o Marechal Costa e Silva a uma cadeira de rodas:

- 1. As frequentes viagens entre Rio e Brasília, com as consequentes oscilações de altitude, foram substituídas por uma permanência maior na nova Capital, que agora será realmente consolidada.*

2. *As violentas locomoções para os Estados e numerosas inaugurações foram divididas com o Vice-Presidente, que assim passou a ter maior e mais preeminente atuação.*
3. *As centenas de audiências cederam lugar a uma racionalização do trabalho, através dos Ministros, que doravante cuidarão diretamente dos seus segundos e terceiros escalões e serão por eles responsáveis.*

Com pouco mais de trinta dias no poder, seu novo ocupante já disse a que veio. O estilo é sóbrio, discreto, seguro. Prefere perder um pouco na velocidade das decisões em favor de uma maior segurança, como aconteceu na escolha dos diretores do Banco do Brasil, Banco Central, BNDE, IAA, IBC, SUNAB, IRB, EMBRATUR e outros cargos do segundo nível da administração. Os pronunciamentos são estudados e meditados da primeira à última linha, como ocorreu na oração a um grupo de parlamentares cristãos:

Ontem, Dia Nacional de Ação de Graças, como em cada dia, mais que em todos os dias deste começo de meu Governo, voltei-me para Deus. E nos passos do "Te Deum" do Palácio do Planalto, despojei-me todo e, homem só, deixei cair a seus pés a minha gratidão. Agradei tudo o que, a mim e aos meus, dado me foi. Agradei ao Criador as graças da criatura qualquer, agradei-lhe a vida e a saúde, a família e o amor, a esperança e a paz, meu caminho, meu tempo, minha luz.

As promessas que fez, antes mesmo de empossar-se, já começam a ser cumpridas: reabertura do Congresso, com o recomeço do diálogo e a humanização da política econômica, com o abrandamento da correção monetária. A convivência com a área política começa a dar seus frutos, após os traumas que abriram fundas feridas no organismo partidário: a cicatrização terá de ser lenta e o próprio Presidente Médici, sob cuja liderança ela se processa, já previu que somente no final do mandato espera vê-la concluída.

Sôbrio, discreto e seguro, o novo presidente já cumpriu algumas de suas promessas: a reabertura do Congresso, o reinício do diálogo político e o arbrandamento da correção monetária

Texto de Maria Helena de Fátima. Fotos de Roberto Shuckart

O ESTILO MEDICI

Ao completar 64 anos de idade, neste 4 de dezembro, ele estaria às vésperas de uma ansiada conpulsória que lhe proporcionasse o repouso merecido, após quase 50 anos de serviços prestados ao Exército. Escalara todos os degraus da sua carreira, atingira-lhe o ápice e nada mais haveria a esperar. Como indumentária, em lugar de pijama, vestiram-lhe uma faixa. Como domicílio, em vez da fazenda de Bagé, deram-lhe um palácio em Brasília. Como serviço, ao contrário da repousante reforma, impuseram-lhe mais quatro anos de atilubilado maniatado. segue



Auto e Te Deum do Dia 20 de maio em Copacabana. O Presidente Médici desce as escadas com seu estandarte e o nome estabelecido em frente à Igreja de Nossa Senhora do Carmo. Ao lado, o general João Pinheiro Neto, ministro da Defesa, que se encontra com o presidente. (Cópia, reprodução e venda) - Imprensa Oficial do Brasil

Realizaram-se as eleições para prefeito em 965 municípios. Reuniram-se as convenções da Arena e do MDB para escolha de seus dirigentes. Encerrou-se a sessão legislativa do Congresso em 1969 com a esperança de sua reabertura em abril de 70. Estão praticamente escolhidos o senador e o deputado que presidirão o Senado e a Câmara no próximo ano. Ministros e presidentes de autarquias que foram mantidos em seus postos não poderão candidatar-se a Governador. E os atuais Governadores deverão, em princípio, manter-se em seus cargos até o final dos mandatos. Montou-se todo o cenário dentro do qual cada personagem saberá desempenhar dignamente seu papel.

Filiando-se à Arena, visitando o Congresso, anunciando que visitará o Supremo em janeiro e sugerindo aos seus Ministros que façam o mesmo, ele quer evidentemente pular o fosso que durante dez meses separou civis e militares.

Agora estão firmados compromissos públicos entre ele e a classe política: ambos terão de cumpri-los rigorosamente se quiserem assegurar uma coabitação pacífica e duradoura ao longo dos próximos 4 anos.

É óbvio que o General Médici, com tão poucos dias no Governo, não tem a ilusão de já se considerar um grande Presidente. Corteja a popularidade, mas não é demagogo. Quer ser líder, mas sem prepotência. Considera-se um chefe, mas não um arbitrário. Tenciona mostrar-se ao povo, mas sem exibicionismo. Sonha com a disciplina consentida, mas não imposta. Quer ser combatido, pede à oposição que se oponha, implora aos adversários que o fiscalizem, mas não admite ser ameaçado. Ele espera realmente ser um grande Presidente, mas só daqui a 48 meses, neste mesmo 4 de dezembro, quando estiver completando 68 anos.



Manchete nº 942, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 09.05.1970

← →
Operação no Vale do Terror
← →



Orientadas por Helicópteros e Aviões de Reconhecimento, as Tropas Avançaram Pela Floresta Cerrada, na Caça aos Guerrilheiros

Capela é um povoado com pouco mais de dez casas de madeira na altura do Km 250 da Rodovia Régis Bittencourt, que liga São Paulo ao Sul do País. Sua população, composta de gente pobre, como a maior parte dos habitantes do vale da Ribeira, vive do cultivo da banana e de produtos da pesca. A partir de novembro de 1969, começaram a chegar à localidade homens fortemente armados, dizendo-se caçadores. Com o correr dos dias, surgiram as primeiras especulações sobre o verdadeiro objetivo dos forasteiros. E de uma forma ou de outra, os acontecimentos acabaram sendo conhecidos do II Exército. No dia 21 de abril, os Comandos Militares sediados em São Paulo decidiram deflagrar a Operação-Registro. O nome provém da cidade de Registro, o mais conhecido dos centros de povoamento do vale.

Quarta-feira pela manhã, dia 22 de abril, o Aeroporto de Registro foi ocupado e suspenderam-se os voos civis. No sábado, chegaram à cidade contingentes militares. Imediatamente, as operações se estenderam aos municípios de Jacupiranga, Pariquera-Açu, Iguape e Cananéia.

As estradas foram bloqueadas com barreiras e passou-se a exigir a identificação dos passageiros de qualquer veículo que transitasse na região. Helicópteros e aviões de reconhecimento, com base em Registro, iniciaram as buscas. Tropas foram acantonadas em um asilo de velhos, abandonado há dois anos, em Jacupiranga. Guiadas por informações de moradores locais, as tropas chegaram ao Sítio Bananal, onde havia uma casa branca, pequena, no alto de um morro, lugar de difícil acesso.

Unidades militares começaram a ocupação de Páguara, para onde foram transportadas em viaturas e aviões.



Apresentando-se a Páguara, soldados

Foram os soldados, os soldados aguardam ordens para entrar em ação.



Deslocaram-se para zona de Ribeiro. Os soldados aguardaram o momento.

Orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento, as tropas

CAPULA é um povoado com cerca de 100 casas de madeira na altura do Km 130 de Ribeira Negra - Itapicuruçu, que fica São Paulo ao Sul do polo São Paulo - Campinas, composto de quatro povoações e situa-se sobre um colúmbio do vale do Itaipava, nos limites de Ribeira e de Páguara do Sul. A partir de setembro de 1969, começaram a chegar à localidade homens fortemente armados, dispostos a ocupar a localidade.

Quanto ao povoado — do 10 de abril —, o deslocamento de tropas para a ocupação de Páguara foi precedido pelo deslocamento de tropas para a região.

Em 1969, o povoado de Páguara foi ocupado por tropas do Exército Brasileiro, sob o comando do Coronel João de Deus.

Quando as tropas chegaram ao povoado, os soldados foram orientados por helicópteros e aviões de reconhecimento. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento.

Quando as tropas chegaram ao povoado, os soldados foram orientados por helicópteros e aviões de reconhecimento. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento.

O Sítio Bananal em Páguara, foi ocupado por tropas do Exército Brasileiro, sob o comando do Coronel João de Deus. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento.

Quando as tropas chegaram ao povoado, os soldados foram orientados por helicópteros e aviões de reconhecimento. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento.

O Sítio Bananal em Páguara, foi ocupado por tropas do Exército Brasileiro, sob o comando do Coronel João de Deus. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento.

Quando as tropas chegaram ao povoado, os soldados foram orientados por helicópteros e aviões de reconhecimento. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento.

O Sítio Bananal em Páguara, foi ocupado por tropas do Exército Brasileiro, sob o comando do Coronel João de Deus. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento.

Quando as tropas chegaram ao povoado, os soldados foram orientados por helicópteros e aviões de reconhecimento. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento.

O Sítio Bananal em Páguara, foi ocupado por tropas do Exército Brasileiro, sob o comando do Coronel João de Deus. As tropas foram transportadas para a zona de Páguara, onde foram orientadas por helicópteros e aviões de reconhecimento.

avancaram pela floresta cerrada, na caça aos guerrilheiros



Avião e helicóptero militares orientando

Os helicópteros de reconhecimento das tropas de Páguara foram orientados por helicópteros e aviões de reconhecimento.

Tropas militares para a região, precedendo pela guerrilha, em suas operações contra o subversivo no país.



Lá encontraram duas mochilas com mantimentos, metralhadoras, rifles e munições. E também uma máquina de costura, com a qual se confeccionavam, segundo indícios existentes, fardamentos para os guerrilheiros. Havia sinais de que a casa fora abandonada às pressas. Um rádio-receptor ainda estava ligado e ouvia-se a voz de uma mulher chamando insistentemente por Márcio.

O Sítio Bananal, em Registro, foi comprado por Lauro Pessoa, cuja identidade está sendo investigada, a Flosino Vieira de Sousa por NCr\$ 3.500,00. Na casa do ex-prefeito de Jacupiranga, Manuel de Lima, que foi o intermediário da transação, o Exército apreendeu US\$ 100 mil e potentes aparelhos receptores-transmissores. No Sítio Bananal, numa caverna, foram encontrados NCr\$ 1.500,00.

O foco guerrilheiro encontrava-se em uma floresta de cerca de cem quilômetros, ao Sul de São Paulo, com saída pelo Mar. O vale da Ribeira, com uma população de 120 mil pessoas distribuídas por numerosos municípios, é zona de geografia acidentada, com baixa renda e riqueza exclusivamente agrícola. A Operação-Registro deverá prosseguir por alguns dias, *“até a limpeza completa de área”*, segundo indicou uma fonte militar. Depois de anunciada a apreensão de material bélico e equipamentos, aviões de bombardeio destruíram a casa e os barracões que serviam de abrigo aos guerrilheiros em Capela.





Manchete n° 944, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 23.05.1970



A Visita de um Filho Ilustre



Durante Quatro Dias, o Chefe da Nação Cumpriu um Extenso Programa em seu Estado Natal

A inauguração do Parque Histórico de Osório e as homenagens ao grande herói da Guerra cio Paraguai foram notas de destaque da visita que o Presidente Garrastazu Médici fez ao Rio Grande do Sul, a partir de sábado último. Acompanhado dos Ministros Mário Gibson Barbosa – Relações Exteriores, Orlando Geisel – Exército e Mário Andreazza – Transportes) e do Governador Peracchi Barcelos, o Chefe da Nação visitou o Parque, ouviu a exaltação feita a Manuel Luís Osório, hasteou o pavilhão nacional e visitou a casa onde nasceu o ilustre militar, assim como a réplica do navio utilizado por ele naquele conflito do século passado. Na ocasião, o Presidente Médici foi homenageado com um coquetel e um churrasco, nas dependências do Parque, com a participação de numerosas personalidades do Sul.

Além da breve visita ao território uruguaio, onde conferenciou com o Presidente Pacheco Areco, o General Médici cumpriu um extenso programa no Rio Grande do Sul, desde o momento de seu desembarque no aeroporto de Porto Alegre. No sábado, depois de prestigiar a cerimônia de lançamento da pedra fundamental da sede do Círculo Militar, o Presidente compareceu ao almoço que lhe foi oferecido no Palácio Piratini pelo Governador gaúcho. A seguir, concedeu audiência a diversas autoridades e recebeu uma comissão de políticos arenistas encabeçada pelo futuro Governador do estado, Sr. Euclides Triches. À noite, foi ao Estádio Olímpico ver o jogo entre o Grêmio e o Internacional, recebendo grande ovação dos torcedores. Torcedor do Grêmio, o Presidente acompanhou a narração da partida com um rádio de pilha. Não quis comentar o empate de zero a zero e a rispidez dos jogadores. Em todas as ocasiões em que manteve contato com os gaúchos, o Presidente recebeu expressivas saudações.

Durante quatro dias, o chefe da nação cumpriu um extenso programa em seu estado natal

RIO GRANDE DO SUL

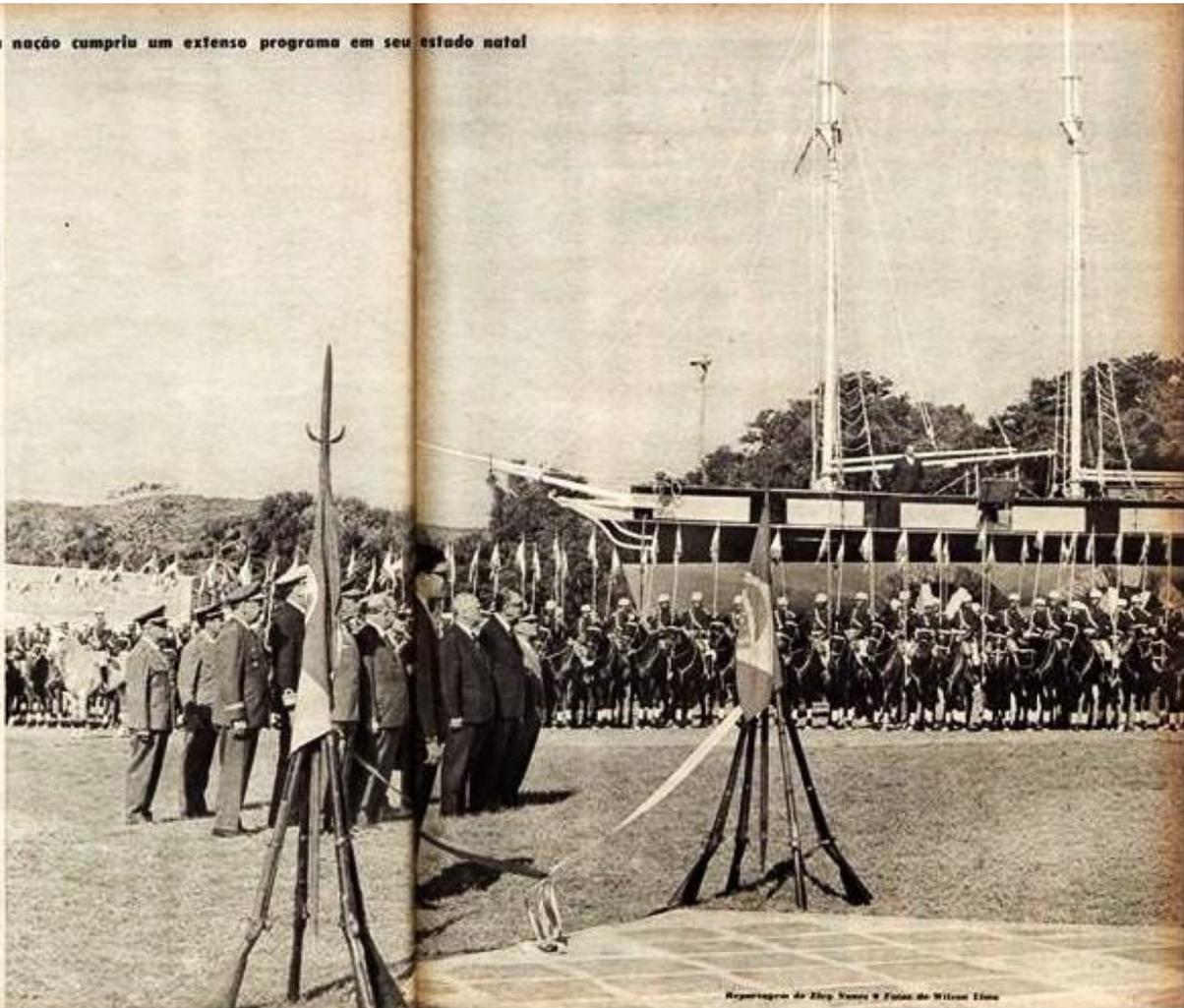
A VISITA DE UM FILHO ILUSTRE

A inauguração do Parque Histórico de Olinda e as homenagens ao grande herói da Guerra do Paraguai foram entre de destaque de visita que o Presidente Getúlio Vargas fez ao Rio Grande do Sul, a par- tir de sábado último. Acompanhado dos Ministros Mário Gibsons Bastos (Educação e Cultura), de Isolda Garcia (Educação) e Mello Andreazza (Tram- porte), e do Governador Francisco Bualche, o chefe da nação visitou a Pampar, onde a celebração feita a Manoel Luis Osório, herói de perfilado nacional e vítima a casa onde nasceu o ilustre militar, assim como a réplica do navio artilhado por ele, respecti- vamente do século passado. No sábado, o Presidente Vargas foi homenageado com um concerto e uma recepção, nas dependências da Pampar, com a partici- pação de numerosas personalidades do Sul.

Além da breve visita ao território abrangido, um de caráter oficial com o Presidente Francisco Aguiar, o General Getúlio Vargas recebeu um extenso programa no Rio Grande do Sul, desde a inauguração de sua residência na aeroporto de Porto Alegre. No sábado, depois de presenciar a execução de lançamento da pedra fundamental da sede do Estado Militar, a presidente compareceu ao almoço que lhe foi oferecido no Palácio Piratini pelo governador gaúcho. A seguir, recebeu subsídios e diversas au- toridades e recebeu uma comissão de militares que- stionados pela futura governador do estado, Sr. Euclides Triches. A noite, foi ao Estádio Olímpico onde jogou futebol e o futebol e o basquetebol, re- cebendo grande multidão de torcedores. Também do sábado, a presidente acompanhou a manifestação da par- tida com um halo de glória. Não após encerrar o programa de sua visita a zero e a chegada das bagagens. Em- bora as atividades em que manteve contato com os gaúchos, o presidente recebeu expressivas homenagens.



Após a visita do Governador Francisco Bualche e autoridades, o Presidente Vargas participou das homenagens a Osório no Rio G. do Sul.



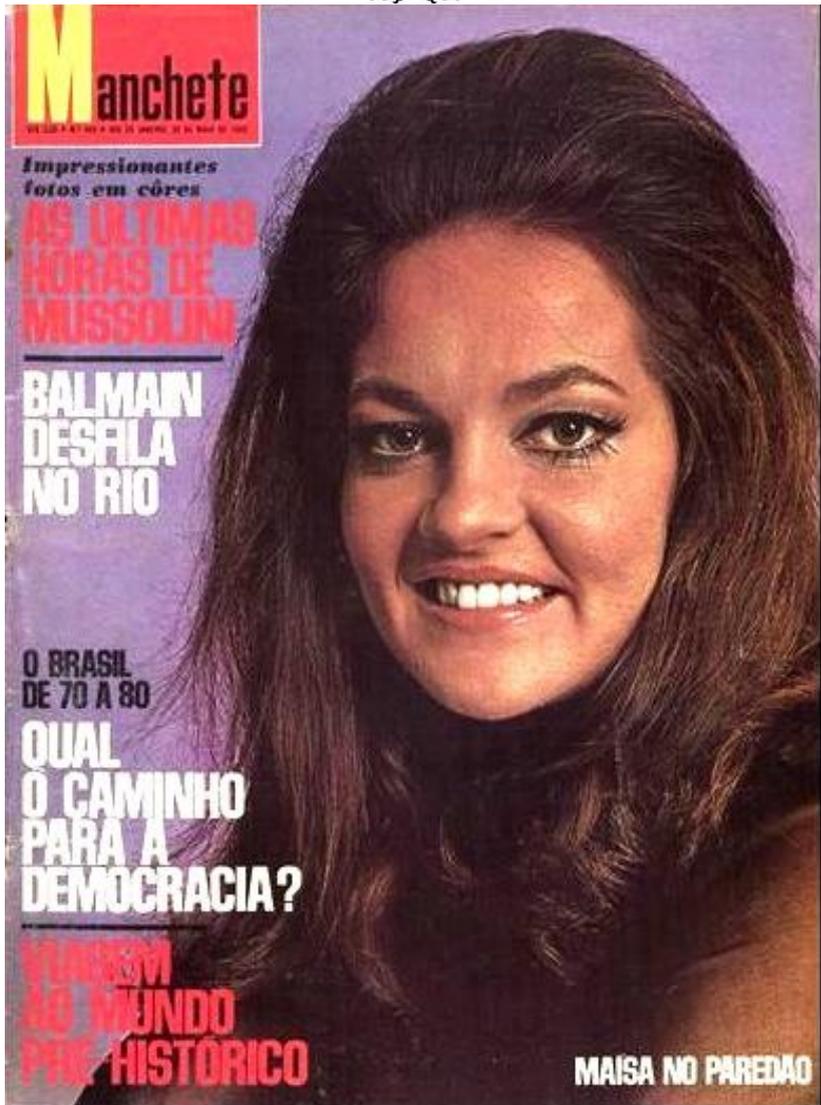
Homenagem ao Ilustre Herói e Estado do Rio Grande do Sul.



**Manchete nº 945, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 30.05.1970**



**BR-80, A Invasão da Amazônia
(Reportagem de Roberto Stuckert)**



Somos ainda a mesma Nação marcada pela linha de Tordesilhas e o Tratado de Madri. Quando Pedro Teixeira e António Raposo Tavares se embrenharam pelo mundo verde da Amazônia ainda não sabiam ao certo que estavam explorando uma imensa região que mais tarde daria ao Brasil 3.000.000 km² de terras férteis e cheias das mais fabulosas riquezas naturais.

Raposo Tavares, este homem que o mundo aprendeu a admirar pela sua extraordinária coragem e vocação de desbravador, cruzou a América do Sul em vários sentidos e realizou algo digno de uma grande epopeia. Parte de São Paulo em 1648, alcança os contrafortes dos Andes e desce pelo Rio Amazonas até a sua foz, em 1651. Herói de todas as distâncias teria acampado, numa de suas expedições, onde hoje se ergue a cidade de Brasília. Daí partiu para a Amazônia, que se tornaria a um só tempo alvo da cobiça internacional e desafiadora da nossa capacidade de conquista.

É certo que há algum tempo os governos têm demonstrado grande preocupação em ocupar os espaços vazios da Amazônia. Mas, a despeito desses esforços, notadamente dos Governos da Revolução, essa grande área é ainda praticamente desabitada fora da calha dos Rios navegáveis. As regiões Centro-Oeste e Amazônica, que significam 64% da área territorial do Brasil, abrigam 8% de nossa população.

Recolhendo inspiração nesses fatos históricos, e sabedor do que esta região poderá significar para a economia nacional, o Presidente Garrastazu Médici decidiu ordenar a abertura da grande picada para a sua integração às demais regiões do País. Disse o Presidente pouco depois, de sua posse:

A conquista da lendária região Amazônica e sua definitiva integração na economia nacional representam um anseio de toda a Nação brasileira e fundamentam a ação

decisiva dos Governos Revolucionários a esse respeito. A sua ocupação racional pelo estabelecimento de um programa interessado de colonização e desenvolvimento regional constitui meta primordial deste Governo em prosseguimento aos esforços enviados pelos anteriores Governos da Revolução. Ao primeiros passos para a promoção do desenvolvimento da área e sua efetiva integração às demais regiões do País consistirão na criação de uma infraestrutura de transportes, capaz de servir de base ao crescimento de outras atividades econômicas. Com esse fim, está sendo lançado um sistema de caminhos terrestres pioneiros, em apoio ao sistema fluvial existente, visando ao estabelecimento de um complexo de transportes que estimulará a penetração e a fixação do homem na região.

As palavras do Presidente da República alcançaram repercussão prática imediata. Responsável pelo desenvolvimento e integração do interior brasileiro, o Ministro Costa Cavalcanti acionou os órgãos subordinados ao seu Ministério que atuam na região – Sudeco, Sudam e Basa, de sorte que cada qual elaborasse planos viáveis mas ousados. E o primeiro desses projetos que recebeu e imediatamente aprovou foi o do engenheiro Sebastião Dante de Camargo Júnior, da Sudeco (Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste) que equacionou a abertura de uma estrada de 1.500 km de extensão, quase em Linha reta, rasgando o coração da Amazônia de ponta a ponta, no rumo norte-sul, ligando Cuiabá a Santarém.

Para o Ministro do Interior, que conhece intimamente a região amazônica, era esta a via de acesso que faltava para a conquista do interior amazônico. Já contornada pelas rodovias Brasília-Belém e Brasília-Acre, numa espécie de abraço de duas gigantescas pinças, vem agora a estrada da Sudeco e rasga-a ao meio no sentido norte-sul, facilitando a exploração para o interior desconhecido e o acesso radial para a direita e para a esquerda.

BR-80/A INVASÃO DA AMAZÔNIA

Os aviões desceram e encontraram os tratores em ação. Começava a inspeção das obras da estrada

Reportagem de ROBERTO STUCKERT

SÃO PAULO, 20 de maio (UOL) — A obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, está avançando rapidamente. O governo federal, através da Companhia Saneamento de Brasília (CSB), está realizando a obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, em um trecho de 1.000 km entre Manaus e Belém.

— Há cerca de 100 km de Manaus para Belém, o que representa um desafio enorme para o transporte e a logística.

— A obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, está avançando rapidamente. O governo federal, através da Companhia Saneamento de Brasília (CSB), está realizando a obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, em um trecho de 1.000 km entre Manaus e Belém.

— A obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, está avançando rapidamente. O governo federal, através da Companhia Saneamento de Brasília (CSB), está realizando a obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, em um trecho de 1.000 km entre Manaus e Belém.

— A obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, está avançando rapidamente. O governo federal, através da Companhia Saneamento de Brasília (CSB), está realizando a obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, em um trecho de 1.000 km entre Manaus e Belém.

— A obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, está avançando rapidamente. O governo federal, através da Companhia Saneamento de Brasília (CSB), está realizando a obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, em um trecho de 1.000 km entre Manaus e Belém.

— A obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, está avançando rapidamente. O governo federal, através da Companhia Saneamento de Brasília (CSB), está realizando a obra de construção da BR-80, a principal via de acesso ao norte do Brasil, em um trecho de 1.000 km entre Manaus e Belém.



Os engenheiros Cláudio Cavalcanti e o engenheiro de SUCO, engenheiro Sebastião Faria de Carvalho, estão no canteiro de obras da BR-80 em Belém.

Para possibilitar a construção dessa nova rodovia da integração nacional, foi iniciada há dois meses, exatamente no centro geográfico do País, a BR-80, que atingirá a Base Aérea de Cachimbo. Começa no entroncamento da BR-158 e vai até Cachimbo numa extensão de 600 km de mata virgem. Dali em diante são mais 1.500 km, já então como BR-165, caminhando para o norte e sul, no sentido de Santarém e Cuiabá.

O primeiro trecho de 600 km deverá ser inaugurado pelo Presidente da República em dezembro deste ano, o que somente será possível graças ao ritmo de 12 a 15 horas de trabalho por dia. Há poucos dias o Ministro Costa Cavalcanti visitou o canteiro de obras a convite do Sr. Camargo Júnior e ali, ao lado dos Governadores Pedro Pedrossian, de Mato Grosso, e Alacid Nunes, do Pará, declarou:

A Amazônia é tão grande que nos humilha. E por ser assim tão imensa é que aqui só dá certo aquilo que tem grandeza, como essa estrada da Sudeco que penetra a mata virgem na espinha dorsal da região.

Disse mais o Ministro, já então dirigindo-se aos senadores, deputados, diplomatas e oficiais gerais que também estiveram no local:

A estrada há de levar-nos a cada ponto estratégico do interior amazônico. Por ela passarão as entradas e bandeiras contemporâneas.

Explica o engenheiro Camargo Júnior, superintendente da Sudeco, que a Brasília-Belém já dá uma amostra do que pode uma estrada de integração desse tipo. Graças a ela e em pouco tempo, no interior do norte goiano, o sul do Pará e o oeste do Maranhão surgiram cidades e cresceu a produção agropastoril, estabelecendo-se uma comunidade ativa, com verdadeiro espírito de fronteira, que soma hoje mais de 600 mil pessoas e a criação de mais de 100 mil empregos.

Se analisarmos mais profundamente a ação desenvolvimentista da estrada, vamos encontrar reforços em fatores intangíveis como a maior liberdade de movimento, o individualismo do brasileiro, a força de atração das terras novas e férteis, a criação de novos valores e novas riquezas, a ânsia de libertar-se de uma estrutura agrária estratificada e egoísta, a possibilidade de passar de colonos a proprietários e a grande mobilidade do caminhão como agente de circulação de riquezas. É ainda o superintendente da Sudeco quem afirma:

O progresso induzido pela estrada é fato conhecido e notório. Realizou-se em grande escala nos Estados Unidos, repetiu-se no Brasil e afirma-se agora em Goiás e no Nordeste do País. Olhando-se para o oeste, no mapa da Amazônia, chamam logo a atenção as duas zonas mais próximas: a compreendida entre o Araguaia e o Xingu e aquela que fica entre o Xingu e o Tapajós. A primeira começa já a ser colonizada às margens do Araguaia, principalmente de Marabá para o sul, em Mato Grosso, através de numerosas fazendas que aí estão sendo implantadas com o auxílio dos incentivos fiscais controlados pela Sudam. Ao sul, partindo de Aragarças, em Goiás, a rodovia BR-158 prolonga por mais de 500 quilômetros o divisor do Araguaia-Xingu e atinge São Félix às margens do Araguaia, frente à ilha do Bananal.

Na faixa de influência desta rodovia, a BR-158, já se instalaram 35 empresas com exploração na agropecuária e agropastoril e aplicação de recursos próprios e oriundos de incentivos fiscais da ordem de 200 milhões de cruzeiros, valor superior, portanto, a qualquer dos orçamentos dos Estados de Goiás, Pará, Mato Grosso ou Amazonas. O rebanho bovino na região ultrapassa a cifra de 800 mil cabeças.

A população da Terra é hoje de 3 bilhões de seres humanos e vai passar para 6 bilhões nos próximos 30 anos. Isto significa que haverá, cada vez mais, carência de produtos alimentícios e de solos que os

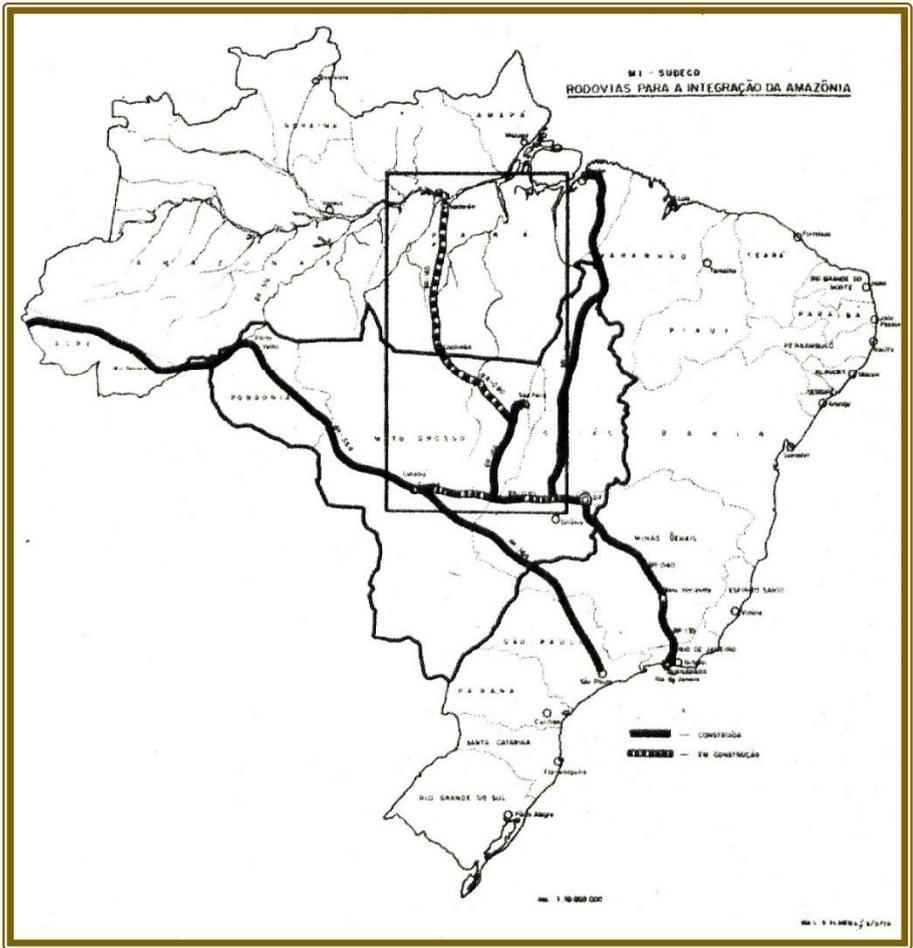
produzam. Eis porque todo o esforço será pouco para a conquista da Amazônia.

Na fazenda agropecuária Suiá Missu S/A, onde se reuniram todos os proprietários da região, o Ministro Costa Cavalcanti recebeu das mãos do Sr. Luís Gonzaga Murat, vice-presidente da Associação dos Empresários Agropecuários da Amazônia, o título de primeiro sócio honorário da organização. A Suiá Missu é uma fazenda com projeto para 150 mil cabeças de gado espalhadas numa área de 217 mil hectares de terras mato-grossenses, situada 500 km ao norte de Barra do Garças. Só ali estão empregados 330 trabalhadores e foram aplicados até agora, entre recursos próprios e de incentivos fiscais, mais de 12 milhões de cruzeiros. Em números redondos, estão situadas num raio de 200 km nada menos de 35 destas fazendas, que ocupam 1.263.401,29 hectares. Nelas trabalham dois mil amazonenses, mato-grossenses e paraenses. Acreditam os fazendeiros, na grande maioria industriais de São Paulo que, com a abertura da BR-80, os investidores se multiplicarão levando o desenvolvimento e a riqueza a toda região. No seu discurso de agradecimento pelo título que recebeu, o Ministro Costa Cavalcanti declarou que as distâncias na Amazônia quase apavoram.

Mas nós enfrentaremos tudo com o arrojo herdado dos nossos antepassados e com uma grande força de vontade. A Amazônia é nossa, foi nossa e será sempre nossa. Por isso não devemos ter medo de aceitar o capital estrangeiro que queira vir ajudar no seu desenvolvimento.

Ele credita integralmente à Revolução a existência das fazendas que ocupam uma boa faixa da região Centro-Oeste.

Os Governos de 1964 para cá possibilitaram uma grande massa de recursos, através dos incentivos fiscais, e infundiram confiança aos investidores que aqui estão ajudando a conquistar esta vastidão nacional.

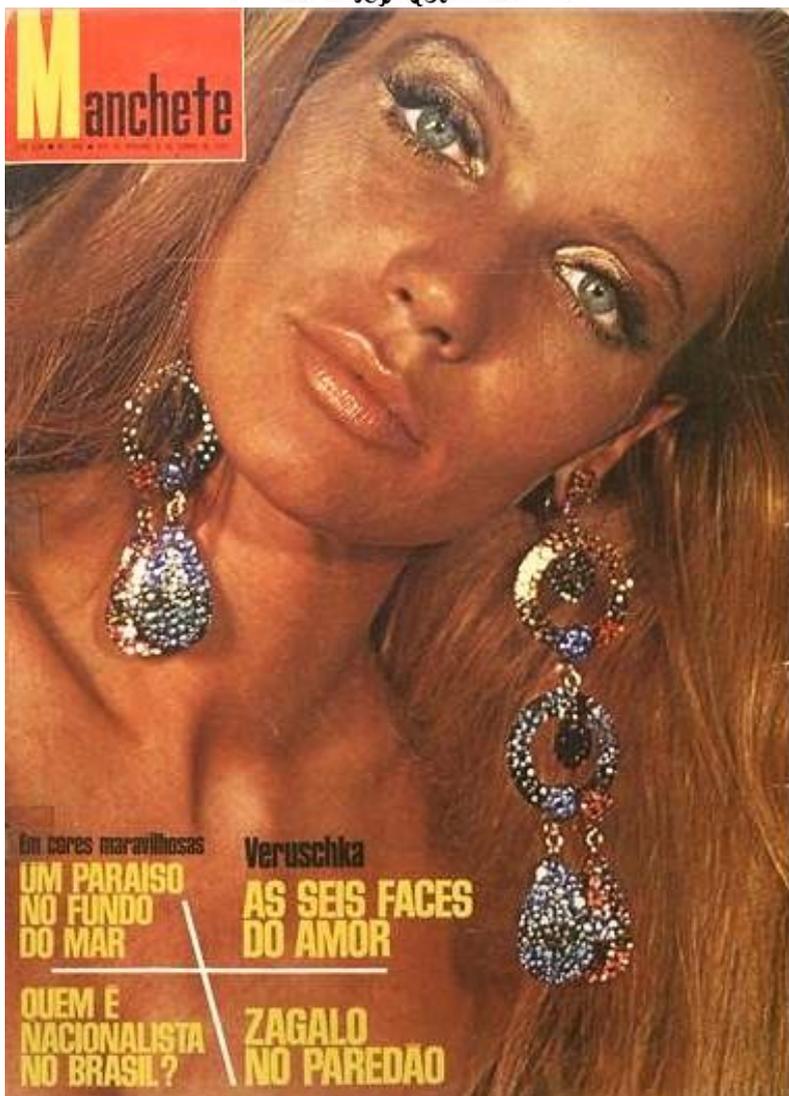




Manchete nº 946, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 06.06.1970



O Estilo Médici
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



Na Bahia, o Presidente Alterou sua Forma de Falar ao Povo. Mas, em Geral, Poucas Coisas Mudam Neste Homem Metódico e Determinado

Deste balcão, onde ecoaram as vozes maiores da Bahia, vendo os olhos do Bonfim, e a armadura dos Fortes, quero falar à alma nova que sobe cada ladeira velha da Bahia. Deixem que, do balcão da História, na Praça do Povo, eu lhes diga que vim buscar a Bahia.

O Presidente da República, em Salvador, teve de substituir o tom sóbrio de seus discursos: ficou contagiado pelos aplausos e falou como orador de massas. Mesmo sem nenhuma vocação para vedetismo, ele se emocionou diante do carinho com que os baianos lhe retribuíram a indicação do Sr. Antônio Carlos Magalhães e a escolha da Bahia como sede da Petroquímica. Como é o General Médici? Quem o assessora? Como trabalha? O que se passa nos seus bastidores? Qual é o seu estilo?

Luís Viana em Discurso Lembrou Palavras do Próprio Médici "O Brasil Está Nascendo de Novo"

Duas ou três vezes por semana, há sessões de cinema na sala de projeções do Palácio. Amplia-se então o número de convidados, aos quais são servidos café, biscoitos e torradas. Não raro é ele mesmo quem escolhe, os filmes: de mistério ou de banguê-banguê. Há pouco tempo, soube que um dos auxiliares havia manifestado a estranheza pelo fato de ele nunca ter indicado uma película de sexo. E ponderou:

Prefiro ser Médici, o Sanguinário, a ser Médici, o Libidinoso.

Nas outras noites lê, estuda, examina algum relatório especial, chama alguém para conversa. Pouco antes da meia-noite, recolhe-se para dormir.

Na Bahia, o presidente alterou sua forma de falar ao povo. Mas, em geral, poucos costumes mudam nesta homenagem metódica e determinada.

O ESTILO MÉDICI

— Ebbé-lá-lá, onde se encontram os outros estados da Bahia, vindo ao alvorecer do dia, e a senhora dos Furtos, que já é uma nova que não falta lá fora. —
— O general da República, em Salvador, teve de substituir o seu sítio de seus discursos.
— Para mantê-lo pelo espírito e fazer como se fosse de novo. Mesmo sem nenhuma reação para o governo, de se emocionou diante do carilho-voz que os homens do movimento a indicação do Sr. Antônio Carlos Magalhães e a reunião da Bahia como sede da Petrogostaria.
— Como é o General Médici? Quem o nomeia? Como se chama? O que é que se tem com esse nome? Qual é o seu estilo?

1968



Texto
MURILLO
MELO
FILHO

Aos sábados, gosta de ter churrasco ao almoço, debaixo das árvores do palácio, em traje esporte, na companhia de um ou outro amigo íntimo ou de algum Ministro. Para variar, de vez em quando, vai almoçar numa churrascaria.

Aos domingos, assiste à missa na própria capela do palácio, com todos os seus parentes. Depois passeia de lancha pela manhã. E à tarde, assiste ao futebol pela tevê: a imagem é da televisão mas o som é de um pequeno rádio que fica todo o tempo colado ao ouvido e onde ele escuta a narração de um dos seus locutores preferidos: Jorge Cúri Ou Valdir Amaral.

Nos intervalos do jogo, discute sobre os lances, opina e critica. Despersonaliza-se e investe-se na pessoa de um torcedor comum. Costuma dizer:

Futebol é o único assunto sobre o qual posso opinar sem compromisso. Como é bom falar sobre Pelé...

No resto do domingo, ouve música e lê bastante, sobretudo os livros de sociologia. Tem particular admiração pela Biblioteca do Palácio, que franqueia também aos assessores. Distingue a todos eles – Otávio Costa, Manso Neto, Roca Dieguez, Taunay, com equilíbrio na distribuição dos contatos e deferências.

Faz questão de estar ao corrente de tudo. Seu filho Roberto, que é um espírito voltado para a vida corrente, lendo bem em francês e inglês, coloca-o em dia com as novidades literárias. Seu filho Sérgio, que cuida de toda a correspondência, faz-lhe um resumo das opiniões que chegam na avalanche cada vez maior de cartas e telegramas.

A Assessoria de Relações Públicas vale-se muito deles como canais comunicação com a opinião brasileira.

O General Médici preocupa-se com a opinião pública e quer comunicar-se sempre com ela. Mas também se acautela contra os excessos da comunicação. Acha que suas mensagens devem atingir a todos. Por isto recusou uma entrevista exclusiva que lhe foi há pouco pedida. Achou que não devia distinguir aquele jornalista, porque estaria discriminando contra todos os outros.

Nega-se também a fazer concessões que possam resultar em demagogia. Sensível aos argumentos, decide, porém, logo que tenha formado uma convicção, na qual transpira sempre muita firmeza e segurança. Neste caso, por exemplo, da escolha dos governadores, nem mesmo o Presidente Castello Branco soube, como ele, exercitar com tanta determinação os poderes que lhe foram conferidos. Tem um sentido de missão. Confessa que estaria mais à vontade se não estivesse na Presidência da República. Com serenidade e paciência, consegue chegar ao fim do dia com bom humor.

Neste particular, o cigarro o ajuda muito. Fuma um atrás do outro. Diz mesmo que se sente bem fumando. Sua saúde é boa. O médico particular, Major Dr. Lauro Caminha Fiúza Lima, é um cearense, clínico geral, que acredita muito nos especialistas e está sempre preocupado com o ritmo das viagens presidenciais. Recentemente em Porto Alegre, mesmo reclamando muito, o General Médici aceitou o conselho do médico, que neste caso foi muito apoiado pelo Professor Eduardo Faraco, reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, e submeteu-se a um completo check-up. Espontaneamente, logo em seguida, o Presidente fez um regime alimentar. Perdeu seis quilos. Quando reapareceu na televisão, para fazer aquela advertência aos terroristas, dava impressão de abatido. Mas realmente ficou muito melhor após a dieta.

Como acontece com muitos outros brasileiros, o dia presidencial também começa às seis horas e tem tudo da alvorada dos homens comuns: banho, barba e café da manhã, entremeados, de vez em quando, de um ou outro gole de chimarrão. Como os matutinos do Rio e São Paulo ainda não chegaram a Brasília, ele se orienta por três sínteses que lhe são apresentadas bem cedinho à mesa do café e que foram organizadas pela Agência Nacional, pelo Senado e pelo SNI.

Às 08h25, entra no automóvel que em cinco minutos o leva do Palácio da Alvorada ao do Planalto. Seguem em sua companhia o ajudante-de-ordens de serviço naquela manhã e os seus dois filhos casados: Roberto, de 36 anos, engenheiro, professor universitário, que é seu secretário para Assuntos Especiais, e Sérgio, de 35 anos, seu secretário particular.

Se qualquer homem comum chega e sai normalmente de seu trabalho, o mesmo não acontece com o Presidente da República. Mais simples nas terças, quartas e quintas-feiras, quando ele entra no Planalto pela garagem que o conduz ao elevador no subsolo, o ritual se torna mais cerimonioso no começo e no fim da semana, às segundas e sextas feiras.

Ele desembarca do automóvel na Praça dos Três Poderes às 08h30 em ponto. Num dos mastros, desde as 08h00, está hasteada a bandeira nacional. No outro, sobe agora o seu pavilhão, enquanto ele escuta o seu toque de corneta.

Na rampa, recebe inicialmente o cumprimento dos Três Grandes: os Generais João Batista de Figueiredo e Carlos Alberto Fontoura e o Sr. Leitão de Abreu. Logo a seguir vêm os assessores que lhe são mais diretamente ligados: o Coronel Otávio Costa – Relações Públicas, o Coronel Manso Neto – Assuntos

Especiais, o Ministro Taunay – Cerimonial, o jornalista Carlos Felberg – Imprensa, os secretários Otávio Aguiar de Medeiros, João Carlos Fragoso, os subchefes das Casas Civil e Militar, e os outros ajudantes-de-ordens.

Conduzido por todos até o seu gabinete, ele ali se tranca com os Três Grandes, e então começa uma extensa análise que se prolonga até as 10h00: relatórios, informes e retrospectos dos assuntos em evidência são aí debatidos a portas fechadas, num clima da maior franqueza, confiança e cordialidade, que caracteriza há muitos anos as relações entre esses quatro homens.

Ao longo destes últimos sete meses, todas as decisões importantes do Governo foram tomadas à luz daqueles encontros matinais: escolha de governadores, as 200 milhas de Mar Territorial, as providências contra os sequestros, a demissão do Ministro Yassuda, as visitas aos Estados, as cassações.

Tem absoluta fé tanto nestes como em todos os outros auxiliares. Delega-lhes poderes. Aceita as escolhas e nomeações que eles fazem nos escalões inferiores. Tem certeza de que até o final do mandato essa equipe se manterá unida, sóbria, discreta. A primeira e única recepção oficial que ofereceu até agora foi aquela do Itamarati no 10º aniversário de Brasília.

Às 10h00, começam as audiências. Nas segundas-feiras, é a vez do General Orlando Geisel, do Ministro Costa Cavalcanti e do Almirante Murilo Vasco (EMFA). Nas terças, os Ministros Cirne Lima, Júlio Barata, Mário Gibson, Jarbas Passarinho e Almirante Adalberto Nunes. Nas quartas o Sr. Dias Leite e o Brigadeiro Márcio Melo. Nas quintas, os Ministros Higino Corsetti, Delfim Neto, João Paulo Veloso, Abreus Pratini e

Alfredo Buzaid. Nas sextas, os Ministros Mário Andreazza e Rocha Lagoa. Com o General Geisel, seu velho companheiro e ao qual quer muito bem, a conversa é mais prolongada. Os que vieram do Governo Costa e Silva (Delfim, Andreazza, Márcio, Passarinho, Rademaker) já lhe são familiares.

Entre uma e outra dessas audiências, que têm dia e hora certos, existe a pauta variável, organizada pelo Sr. Leitão de Abreu, que inclui Governadores, personalidades, Chefes Militares, Senadores e Deputados, dentro de um critério de urgência, interesse e importância.

Em princípio, o presidente gosta de ficar a sós com seus interlocutores, para deixá-los mais à vontade. Pergunta muito. Fala mais do que ouve. Observa bastante. Conduz a conversa para receber soluções, opções e alternativas. Quando lhe trazem apenas problemas, devolve-os para que voltem com sugestões capazes de resolvê-los.

Costuma interromper os interlocutores no momento adequado para fazer-lhes indagações rápidas e pertinentes. Elabora mentalmente suas respostas e se esmera para que elas sejam precisas. Vai direto ao âmago da questão, porque abomina os circunlóquios e os rodeios desnecessários. Só excepcionalmente concorda em receber grupos ou comissões e assim mesmo quer saber com antecedência quem vem nelas. Se vem um a mais pode arriscar-se a ficar de fora.

A previsão dessas audiências variáveis nem sempre pode ser cumprida rigorosamente e, não raro, a pauta é estourada porque surge um caso ou um assunto imprevistos que necessitam de atendimento urgente. Mas também pode acontecer o contrário: alguma audiência que se cancela ou que demora menos tempo

do que o marcado e aí, nessas brechas e intervalos, chama um ou outro de seus assessores prediletos para uma troca de impressões.

A primeira parte do expediente presidencial deve terminar normalmente ao meio-dia, mas frequentemente é ultrapassada em meia hora. Nas segundas e sextas-feiras, às 12h30, ele desce pela mesma rampa e com os mesmos acompanhantes, dos quais se despede um a um.

Em companhia dos dois filhos e do ajudante-de-ordens, volta para o Alvorada, onde almoça com a família. É um almoço simples e frugal, sem convidados. Ai ele lê os jornais do Rio e de São Paulo, e os auxiliares sabem disto porque na parte da tarde revela conhecimentos detalhados das principais notícias do dia. São seus dois filhos que fazem uma leitura mais cuidadosa dos matutinos e chamam sua atenção para este ou aquele pormenor de maior importância.

Às 14h30, chega novamente ao Planalto. Nas segundas e sextas, sobe mais uma vez pela rampa e cumpre o mesmo cerimonial da parte da manhã. As audiências vespertinas começam às 15h00 e devem terminar às 18h00. Mas comumente vão até às 19h00 ou 19h30, quando então o seu ajudante-de-ordens comunica aos assessores:

O Presidente está nas últimas audiências.

Ou então:

O Presidente já se retirou.

Isto significa que os auxiliares estão liberados, porque enquanto ele permanece no Palácio nenhum deles se retira. À noite, no Alvorada, o General jamais fica sem ambiente. Abandona por completo, o clima funcional do seu gabinete e entrega-se à família.

Após um Duro Dia de Trabalho, a Noite do Presidente é Toda Para o Lar

Mostra-se muito cioso dessa intimidade e do direito que tem de resguardá-la. Não permite que ela seja invadida ou devassada. Explica:

Todos sabem que não pedi nem pleiteei a Presidência. Recebi-a como mais uma missão a cumprir, exatamente quando, após quase 50 anos de serviços prestados, mereceria um justo repouso. Quero então que ao menos a família seja preservada e respeitada.

Ea família lhe retribui: após um dia inteiro de problemas, a paisagem familiar o recupera. Os netos, Gustavo, Eduardo e Cláudia, funcionam como um mecanismo de descarga para suas tensões. Os filhos ajudam-no a absorver as preocupações. Roberto é cerebral e sensibiliza-o pela inteligência. Sérgio é mais emocional e influi pelo coração. A mulher, D. Scila e as noras, Maria Celeste e Marta completam o panorama de repouso. Quando ele tem de ausentar-se mais demoradamente de Brasília, essa paisagem familiar se desloca com ele.

Lendo ou vendo um pouco de televisão, sobretudo os jornais falados, espera o jantar, para o qual geralmente tem convidados, que ele mesmo escolhe com antecedência. São poucos, porque a mesa só dispõe de 12 lugares e o jantar se constitui apenas de uma entrada e um prato ligeiro. Os convidados são geralmente amigos seus, auxiliares diretos, ou líderes de outros poderes, Chefes Militares da ativa ou da reserva, companheiros de infância. Sua capacidade de reter nomes e fisionomias, com uma memória quase fotográfica, pode ser ilustrada por um fato acontecido quando ainda era chefe do Serviço Nacional de Informações.

Durante uma recepção no Palácio do Planalto, com milhares de convidados presentes, ele conseguiu identificar um jornalista político ao qual nunca tinha sido apresentado e que por isso mesmo ficou muito surpreso:

Como é que o senhor me reconhece?

Ora, meu caro, se eu não fosse capaz de reconhecê-lo, como poderia ser chefe do SNI?



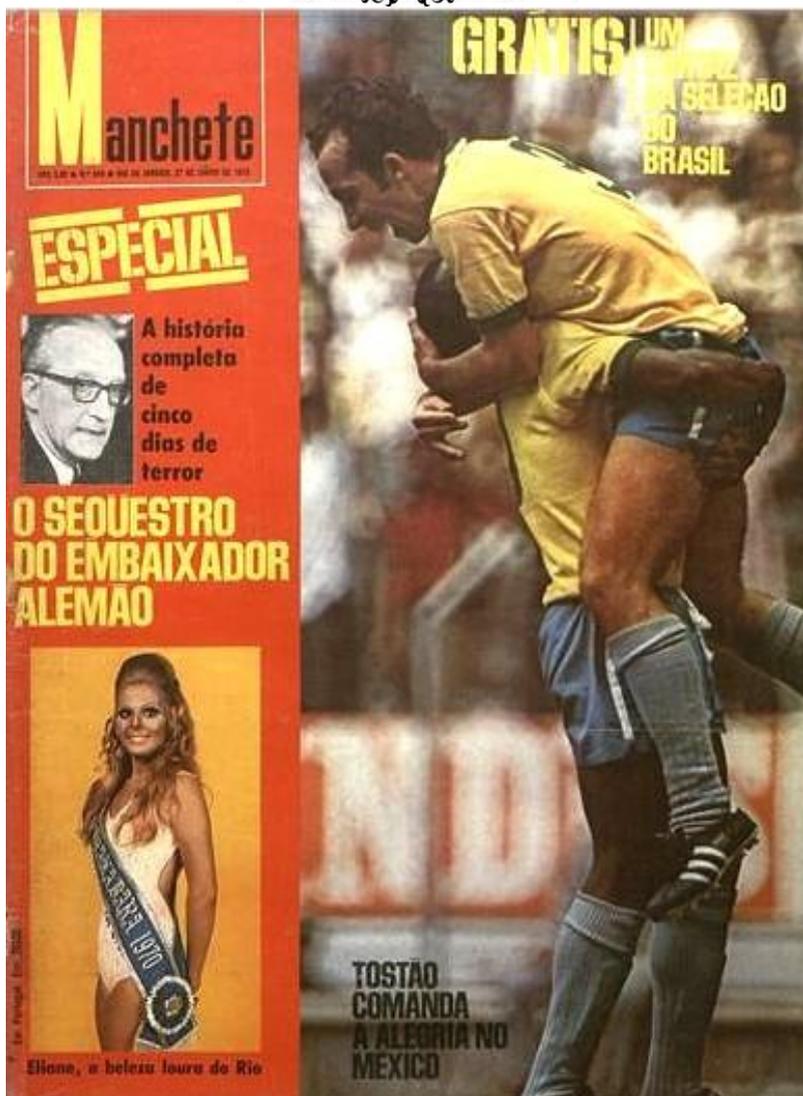
Irmã Dulce, figura conhecida na Bahia, aproveitou a visita do Presidente para uma audiência.



Manchete nº 949, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 27.06.1970



Von Holleben, o Sequestro que Abalou o País
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



Desde os Lances Violentos Numa rua do Bairro da Glória até a Madrugada Tensa de Terça-feira, este é o Relato Hora por Hora de Cinco Dias de Extrema Angústia na Vida Deste Casal

Em 1940, o suboficial Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben deu baixa no Exército alemão, ferido em combate. Nos anos seguintes, exerceu sua profissão de advogado, ocupou cargos no Ministério do Exterior, acompanhou o Presidente Luebke em várias viagens ao estrangeiro. Aos 61 anos, parecia ter provado muitas das glórias e todos os perigos que a vida reserva a um homem. Mas o destino lhe reservava ainda longas horas de tensão que levariam seu nome às manchetes em todo o mundo.

O sequestro não o pegou de surpresa: muito antes de ser aprisionado numa curva estreita de uma rua do bairro da Glória, ele levava no bolso, por uma precaução bem germânica, o baralho com que jogaria paciência nas longas horas de espera pelo resgate. Considerava que as guardas pessoais não resolvem nesses casos, tanto que John Kennedy morreu quando era o homem mais protegido do mundo. Como refém, toda sua preocupação eram os filhos e a esposa, Isa. Os bilhetes que lhe enviou de sua prisão secreta falavam de amor no melhor estilo do romantismo alemão. Lembravam promessas feitas no casamento e a dedicatória de uma cigareira que ela lhe deu, palavras que a Embaixatriz Isa von Holleben preferiu manter em sigilo, nas horas dramáticas de sua espera.

Quinta-feira, 11 de Junho

20h00 – Na Rua Cândido Mendes, na Glória, quase no centro do Rio de Janeiro, os rapazes e a moça olhavam seguidamente para o relógio, nervosos. Mas ninguém prestou maior atenção.

As poucas pessoas que passavam estavam preocupadas com o jogo Inglaterra x Tchecoslováquia, da chave do Brasil, e iam depressa para suas casas tentando alcançar ainda boa parte do segundo tempo. De repente, a elegante Mercedes Benz, placa CD 2, que todos os dias passava por aquele local mais ou menos à mesma hora, apontou na esquina. Um tiro. A lâmpada do poste de iluminação defronte ao número 383, onde estavam os rapazes, espatifou-se. O local, que normalmente já não é bem iluminado, ficou sombrio. Logo em seguida, o barulho de uma "pick-up" chocando-se com a Mercedes diplomática. Rajadas de metralhadoras, tiros de revólver, gritos, a morte de um agente federal e o ferimento de um outro.

Acabava de ser sequestrado o embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil, Ehrenfried von Holleben, a terceira vítima, em condições semelhantes e em menos de um ano, dos grupos subversivos na atual fase política brasileira. Dois automóveis, um Opala e um Volkswagen serviram para levá-lo junto com seus sequestradores.

Marinho Huttel, motorista e amigo do diplomata que serve há sete anos na Embaixada, conta como foi o primeiro ato:

Sáímos da Embaixada, nas Laranjeiras, mais ou menos às 19h45, seguindo direto para a Rua Cândido Mendes, onde o Sr. Holleben mora no número 784. Ao meu lado, na Mercedes, vinha o agente federal Irlando, velho policial que estava praticamente aposentado. Foi atingido por uma bala logo no início da ação do sequestro e a impressão que eu tive é de que morreu imediatamente. Dos que viajavam no carro de trás, da segurança, uma camioneta Variant, o agente Luís Antônio também foi gravemente ferido. Cupertino, que nada sofreu, providenciou sua remoção imediata para o Hospital Sousa Aguiar.

A multidão, àquela altura, já se aglomerava em torno dos carros batidos, na altura da Ladeira do Fialho. Tudo começou quando freei mas não consegui evitar o choque com a "pick-up" que bloqueou a passagem. Não sei de mais nada. Só ouvi muitos tiros e tive a impressão de que os sequestradores agiram sem trocar palavra. Corri para o telefone mais próximo e liguei para o 7º Distrito; disse então ao Delegado Newton Ferreira que terroristas tinham levado o embaixador.

20h50: Ao contrário do normal, o movimento é intenso no Distrito Policial de Santa Teresa, de ordinário um dos mais pacatos do Rio. Chegam jornalistas às dezenas. Numa sala pequena e suja, onde não caberiam mais de 15 pessoas, umas 30 acompanham o registro nº 610, que um escrivão vai lavrando:

Ao tomar conhecimento do fato fui para o local acompanhando o Delegado Newton Ferreira. Lá encontramos colididos os autos GB 35-50-87, tipo "pick-up" marca Willys, e o chapa CD 2, de marca Mercedes Benz, pertencente à Embaixada da Alemanha. Este tinha danos na parte dianteira e mostrava ainda enormes manchas de sangue entre os bancos dianteiros. Parado logo atrás, estava o veículo SG 9264, licenciado pela cidade de São Bernardo do Campo, São Paulo, com inúmeras perfurações a bala em seu lado esquerdo. Atrás, o veículo chapa GB 2-08-37, de propriedade do major da Aeronáutica João de Barros Torres, residente naquele local, que também apresentava uma perfuração a bala no lado esquerdo causada por arma de grosso calibre. Verifiquei nessa oportunidade que o globo de luz da rede de iluminação pública fora estilhaçado. Apuramos ainda que o agente federal Irlando de Sousa Régis, brasileiro, casado, cor branca, 53 anos de idade, natural do Rio de Janeiro, lotado no SOPS da Delegacia Regional do Departamento Federal de Segurança Pública, alvejado no tórax tombou morto dentro de auto. Quanto ao outro agente, Luís Antônio Sampaio, com lesões provocadas por tiros que lhe perfuraram as costas, abdômen e coxas, foi levado para o pronto-socorro.

Desde os lances violentos numa rua do bairro da Glória até a madrugada tensa de terça-feira, este é o relato hora por hora de cinco dias de extrema angústia na vida deste casal

VON HOLLEBEN O SEQUESTRO QUE ABALOU O PAÍS

Em 1940, o advogado Ehrenfried Anton Theodor Ludwig von Holleben deu baixa no Exército alemão, tendo em seguida, nos anos seguintes, exercido sua profissão de advogado, ocupou cargos no Ministério do Exterior, acompanhou o Presidente Lubeke em várias viagens ao estrangeiro. Aos 52 anos, parecia ter vivido muitas das glórias e fúrias do período que a vida reserva a um homem. Mas o destino lhe reservava ainda longas horas de tensão que moldaram seu nome às manchetes em todo o mundo. O seqüestro não o pegou de surpresa, muito antes de ser aprisionado numa curva escura de uma rua do bairro da Glória. Ele estava no ônibus, por uma precaução bem genérica, o barulho com que ignorava psicologicamente suas longas horas de espera pelo seqüestro. Considerava que as guardas policiais não resolveriam aquela coisa, tanto que, após o seqüestro, mesmo quando era o homem mais perseguido do mundo. Como refém, toda sua preocupação eram os filhos e a esposa, sua filha, a quem lhe enviou de sua prisão secreta telegramas de amor no melhor estilo do romantismo alemão. Lembravam promessas feitas no casamento à sua dedicatória de uma cigareira que ela lhe deu — palavras que a Embaixatriz von Holleben preferiu manter em sigilo, nas horas dramáticas de sua espera.





A Mercedes diplomática destruída, sob o Embaixador Van Hoolbeek, o ministro Marcelo Hubel e o agente francês do Sûreté Nigla, morto no atentado.

Os feridos do ataque noturno, o Sr. Hubel.

Um tiro na lâmpada de um poste de iluminação foi o sinal dos seqüestradores para o início da violência

Quinta-feira, dia 11

59 horas — Na Rua Cândido Mendes, no Centro, sobre os restos do Rio de Janeiro, os seqüestradores e a polícia efetuaram seguidamente duas operações. Uma, quando primeiro foram atingidos os pontos principais que pareciam ser seus pontos de apoio e logo depois a Embaixada, de onde foi tirado o seqüestrador para quem estava tentando escapar ainda não poria de qualquer tempo. Os seqüestradores seqüestraram então o Sr. COI, que tinha no seu gabinete um agente francês que viveu a noite toda dentro do edifício. Logo após, a chegada do grupo de seqüestradores ao edifício da Embaixada, onde se encontravam os seqüestradores. O local, que normalmente já não é muito conhecido, ficou totalmente fechado e o grupo de seqüestradores ficou ali até o fim da tarde. Depois disso, o grupo de seqüestradores se dirigiu para o Rio de Janeiro e se dirigiu para o Rio de Janeiro.

terram foi provavelmente fatal. Quem, que não estava presente no local, acredita que se não o fôsse, teria sido o seqüestrador. Acredita-se que o seqüestrador tenha sido morto no momento em que estava tentando escapar. O seqüestrador foi morto no momento em que estava tentando escapar. O seqüestrador foi morto no momento em que estava tentando escapar.

20h 30min — Ao contrário do normal, o seqüestrador e o seqüestrador do Rio de Janeiro, que provavelmente não foram seqüestrados, foram seqüestrados. O seqüestrador foi seqüestrado no momento em que estava tentando escapar. O seqüestrador foi seqüestrado no momento em que estava tentando escapar.

— Ao longo do ataque, os seqüestradores foram seqüestrados. O seqüestrador foi seqüestrado no momento em que estava tentando escapar. O seqüestrador foi seqüestrado no momento em que estava tentando escapar.

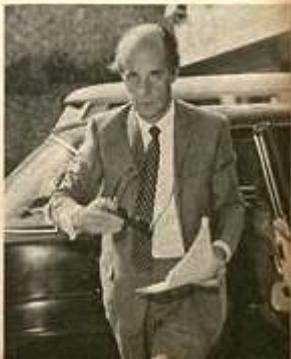
— Depois da explosão, os seqüestradores foram seqüestrados. O seqüestrador foi seqüestrado no momento em que estava tentando escapar. O seqüestrador foi seqüestrado no momento em que estava tentando escapar.



O tipo clássico das seqüestradoras é o tipo de ataque que seguiu o zombario seqüestrado no dia seguinte. Um ataque, Luis Antônio, foi seqüestrado pelo.



A primeira seqüestradora dos seqüestradores seqüestrados no governo foi seqüestrada no dia seguinte do ataque do Sûreté. Um ataque, Luis Antônio, foi seqüestrado pelo.



13128

20h55: Acompanhado de um agente federal, o motorista do embaixador penetra no palacete-residência do diplomata e dirige-se imediatamente para a antessala onde já o esperava a Embaixatriz Isa von Holleben, que ouviu a narrativa rápida em silêncio e retirou-se com os olhos cheios de lágrimas.

21h00: O encarregado de Negócios da Embaixada da RFA no Brasil, Conselheiro Georg Rohrig, que responderá pela Embaixada na ausência de Von Holleben, é oficialmente informado sobre os acontecimentos, dos quais já tinha tomado conhecimento, pelo Ministro Mário Gibson Barbosa. Imediatamente, telefona para Bonn e conversa com o Chanceler Walter Scheel. Embora nervoso, Scheel parece mostrar, de imediato, confiança em que não se repetirá o episódio da Guatemala, quando foi morto o Conde Von Spreti.

21h10: O rabeção 1-36-09 volta do Instituto Médico Legal para o Distrito de Santa Teresa com o corpo do agente Irlando. O motorista José Curado diz aos policiais que o IML se negara a receber o corpo sem a assinatura do delegado nos documentos necessários. O Delegado Newton Ferreira assina os papéis. Vencida a primeira barreira burocrática.

23:00: O Embaixador Miguel Paranhos do Rio Branco, que servia na Guatemala por ocasião do sequestro do Conde Von Spreti e foi removido para o Rio na véspera de seu assassinato, chega ao palacete do embaixador alemão para dizer à embaixatriz que o Governo brasileiro tudo fará para salvar a vida de seu marido. Nesse mesmo momento, o escrivão do 7.º Distrito termina seu relatório:

Participaram do ignominioso ato uma mulher de cor branca, ainda moça, três homens que tiveram parte ativa na retirada do embaixador do veículo e nos disparos de armas e outros cinco, mais ou menos, anotados por pessoas que presenciaram parcialmente os

acontecimentos. Arrecadei das vestes do agente federal morto em defesa do embaixador os seguintes objetos: carteira para níqueis, com Cr\$ 0,65; outra com Cr\$ 214,76; um relógio-calendário de metal amarelo, duas carteiras de identidade funcionais, uma lapiseira, um coldre de couro, um par de óculos, um cortador de unhas, um canivete, um fixador de gravata com uma cabeça de cão incrustada, uma imagem de Santo Antônio, cigarros, pentes e várias notas de compras.

24h00: A rádio de Hamburgo divulga entrevista recente do Embaixador Von Holleben. Ele afirmava acreditar “na possibilidade de um dia ser sequestrado” e agradecia a Deus o fato de não ter filhos menores de idade. O assunto ganha as ruas do Rio e todo o País, que aguarda ao pé de rádios e televisões a transmissão da primeira mensagem dos sequestradores.

Sexta-feira, 12 de Junho

13h00: O primeiro comunicado dos sequestradores fora divulgado de madrugada, mas ainda não falava em condições para a soltura do embaixador. Anunciava apenas que se tratava de uma ação dos Comandos Revolucionários Juarez Guimarães de Brito, Vanguarda Popular Revolucionária e Ação Libertadora Nacional. Corre o boato de que os sequestradores haviam divulgado novo comunicado. Corre-corre geral. Logo em seguida vem o desmentido. Milhares de telegramas nacionais e internacionais chegam ao protocolo da Embaixada.

15h00: No cemitério de São Francisco Xavier, Caju, milhares de policiais e militares velam o corpo do agente federal Irlando de Sousa Régis. Há uma revolta generalizada contra os subversivos e elogios à conduta do policial em todas as conversas sussurradas por ali. Entre as coroas de flores, uma tem destaque especial: a enviada pela família do Embaixador Von Holleben, com inscrição em alemão.

16h30: Chega ao cemitério o Governador Negrão de Lima.

16h40: As sirenes dos batedores anunciam a chegada do Presidente Garrastazu Médici, que desce de seu carro oficial em companhia de um oficial do Estado-Maior do Exército. Fuma muito. Não fala rigorosamente com ninguém enquanto avança a passos lentos para a sala onde é velado o corpo do agente Irlando, ladeado pela viúva e pela filha. Dirige-se a elas e apresenta-lhes as condolências em tom baixo, prometendo apoio material do Governo. Retira-se em seguida e aguarda o momento em que o caixão será conduzido para o Mausoléu da Polícia.

17h00: A cidade começa a tomar conhecimento, através das emissoras de rádio, em transmissões espaçadas solicitadas pela embaixatriz alemã, que Von Holleben tem pressão alta e não pode passar um dia sequer sem tomar o remédio Adelfan.

17h30: Sem discursos mas entre protestos contidos mas bastante audíveis de policiais revoltados, o corpo do agente Irlando foi colocado numa das gavetas do mausoléu, logo depois fechada por placas de cimento armado. O Presidente retira-se para o Palácio das Laranjeiras, pálido e abatido. Dispensa as sirenes dos batedores.

18h15: Finalmente, a população carioca toma conhecimento do primeiro comunicado dos sequestradores. A Rádio Nacional anuncia que um telefonema dado ao seu departamento de jornais falados informara, voz feminina, que havia uma carta "*sobre o caso do embaixador*" na caixa de esmolas da Igreja de Santa Mônica, no Leblon. Nesse mesmo momento a Embaixatriz Von Holleben passa mal e seu estado exige a presença da médica alemã Dra. Mary Von Dehard, que

receita tranquilizantes e promete voltar à noite. Quanto à mensagem dos sequestradores, era realmente autêntica, após uma série de boatos. Datilografada, dirigida às autoridades, exigia o canal livre da Rádio Nacional para transmissão de seus comunicados públicos ou internos e avisava que as diligências deveriam ser suspensas.

19h35: O governo alemão volta a entrar em contato oficial com o Governo brasileiro, insistindo em que confiava que a vida do embaixador seria preservada. Simultaneamente, a polícia distribui para a imprensa fotos e alguns dados de suspeitos de estarem envolvidos no sequestro. Observadores veem nisso uma disposição para “*endurecer*” e a apreensão na Embaixada da Alemanha chega ao clímax. Chega, também da Alemanha, a notícia de que os filhos do embaixador embarcaram em Franckfurt e estão a caminho do Brasil para fazerem companhia a sua mãe nos momentos difíceis.

20h30: Nota oficial divulgada pela Assessoria de Imprensa da Presidência da República tranquiliza, afinal, a todos: o Governo brasileiro promete fazer tudo para atender aos sequestradores e, a partir daquele momento, garante que as buscas estão suspensas por ordem superior. A Rádio Nacional transforma-se em centro da informações para a imprensa.

22h10: Depois de detalhadamente examinadas pelo I Exército, as mensagens dos sequestradores são encaminhadas à Presidência da República. Há a notícia de uma nova mensagem, deixada numa caixa de correio da Rua Araxá, no Grajaú, bairro da Zona Norte do Rio. A noite de sexta-feira caminhava para um fim bastante tenso, mas a carta apanhada no Grajaú, escrita pelo Embaixador Von Holleben para sua mulher, traz novas esperanças de alguma tranquilidade:

Minha Isinha, estou muito bem e tenho meus pensamentos voltados para você e para as crianças. Fiquei satisfeito em saber que você não está sozinha nestes dias. Espero que Marinho esteja OK assim como aqueles que estavam comigo. A respeito do tratamento, não tenho queixas. Amor, Ehrenfried.

Redigida em inglês, a carta mostrava a preocupação do embaixador pelo chofer e deixava claro que ele ignorava a morte do agente Irlando.

Sábado, dia 13 de Junho

00h05: O dia começava com a notícia do seguinte telegrama divulgado pelas agências internacionais sobre uma declaração do Ministro das Relações Exteriores da Alemanha Federal, Walter Scheel:

A responsabilidade sobre sua vida recai sobre ambas as partes. Peço ao Governo brasileiro e aos sequestradores que evitem nesses momentos finais qualquer atitude que coloque em risco a vida do diplomata Ehrenfried von Helleben.

07h15: Em ambiente nervoso, chegam ao Aeroporto do Galeão os filhos do Embaixador Von Holleben, ambos estudantes universitários em Munique. No mesmo avião, chegam também cerca de 10 jornalistas alemães que vieram especialmente para fazer a cobertura do caso. Os jornalistas tumultuam um pouco o ambiente fazendo perguntas insistentes e querendo livrar-se logo da Alfândega. Johan e Wolf, os filhos do embaixador, estão mudos, cumprindo com rigor ordens do governo de seu País de não dar uma palavra à imprensa. Olhos avermelhados como se não dormissem há três dias, cabisbaixos, ambos vão direto para o carro que os aguarda, com um dispositivo de proteção policial. Seguem para a residência de seu pai, na Rua Cândido Mendes.

10h20: Repórteres de jornais, revistas e da televisão alemã postam-se diante da residência do embaixador de seu País, na tentativa de entrevistarem a Embaixatriz Isa. Tudo em vão. O tumulto chega a tal ponto que é solicitada guarda especial de reforço.

13h00: Chega ao Itamarati, onde já o aguarda o Chanceler Mário Gibson, o Ministro Conselheiro alemão e eventual substituto do Embaixador Von Holleben, Georg Rohrig. Após um rápido aperto de mão silencioso, ambos desapareceram na sala onde terão uma conferência privada.

15h00: O I Exército libera as cartas enviadas na noite anterior pelo embaixador à sua Mulher, revelando que está bem de saúde e que confia numa boa solução final.

16h30: O embaixador substituto Georg Rohrig recebe a imprensa pela primeira vez após o sequestro. Trêmulo, ele declara:

Fiquei muito satisfeito com a conversa que tive com o Ministro Gibson e agradei as medidas tomadas pelo Governo brasileiro. Acrescentei que tenho plena confiança em que o Governo brasileiro fará tudo para garantir a volta do Embaixador Von Holleben são e salvo. Nesse sentido, informei também ao meu Governo.

16h35: Novo telefonema dos sequestradores para a Rádio Nacional informa com voz inteiramente serena, agora é um homem que fala:

Na caixa de esmolas da Igreja de São Paulo Apóstolo, em Copacabana, há uma mensagem sobre o caso do embaixador...

Alô! Alô!...

O telefone desligado do outro lado da linha parecia valer como uma confirmação de que não se tratava de trote.

Realmente, lá estava, na Igreja de São Paulo Apóstolo, mais uma carta do embaixador, em inglês, para sua mulher. O I Exército voltou a examiná-la cuidadosamente antes de entregá-la à embaixatriz. Conteúdo, o mesmo de sempre: estou bem, quero vê-la, beijos nos meninos.

17h00: A redação da Rádio Nacional já não comporta mais o número de repórteres que para lá se dirige, à medida que cresce o nervosismo e aumenta a expectativa em torno da divulgação da lista de presos a serem permutados pela vida do embaixador. Nessa hora, o telefone toca. É o terceiro comunicado, novamente voz feminina:

Podem apanhar uma mensagem na Rua Conde de Bonfim 685-C. É importante.

19h00: A Nunciatura Apostólica no Rio divulga mensagem enviada pelo Papa Paulo VI apresentando condolências à família do agente morto e dizendo que reza para que as negociações cheguem a bom termo.

23h00: O telefone da Rádio Nacional volta a tocar. Um repórter corre para atender:

Alô!

Rua Uruguaiana, esquina de Sete de Setembro, caixa coletora de papéis fixada no poste...

Alô! Alô!...

Do outro lado da linha já haviam batido o telefone. Uma equipe de repórteres corre para o local indicado. Lá está, na cesta de papéis, a lista dos 40 presos que deveriam ser enviados de preferência para a Argélia e demais exigências.

Domingo, 14 de Junho

08h00: O domingo começou bem para a Embaixatriz Isa, que recebeu nesta hora uma nova mensagem de seu marido:

Minha Isa, esta é mais uma de minhas mensagens e espero que você tenha recebido minhas linhas de ontem. Eu estou bem e peço a você não se preocupar muito. Saber que os rapazes estão com você é um conforto para nós. Nossa boa filha está ligada a nós pelo pensamento. Dê saudações minhas à família da Embaixada, especialmente a Georg. Minhas condolências para a viúva e a filha do Régis, meus votos de pronto restabelecimento para os demais. Seus votos de felicidade em minha cigarrera eu sempre tenho diante de mim e ambos não podemos esquecer o tema da Bíblia em nosso casamento. Com amor, Ehrentried.

Pela primeira vez, a embaixatriz também se sentiu encorajada a responder ao marido. E o fez usando os mesmos meios: a Rádio Nacional. Eis a mensagem:

Meu querido Fried, suas cartas de 12 e 13 foram um grande conforto para nós. Em pensamento, nossos filhos e eu estamos sempre ao seu lado. Temos a certeza de que em breve você estará de volta. Com todo o amor, Isa, Wolf, Johan Christian.

12h00: Após uma manhã passada toda na localização, nome por nome, dos 40 prisioneiros, os grupos de segurança chegaram à conclusão que eles estavam distribuídos pelas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Juiz de Fora, havendo ainda um de Brasília. A Embaixada da Argélia confirma que seu governo receberá os asilados.

18h00: A cidade ainda comemora nas ruas a vitória do Brasil sobre o Peru, mas no Gabinete do Ministro da Justiça o ambiente é de preocupação. Um dos nomes, Edmauro Guerra, não foi localizado nas prisões de todo o País. Isso foi anunciado repetidamente aos sequestradores sempre pelo mesmo veículo, a Rádio Nacional.

22h00: Só a esta hora, quando o Ministério da Justiça já preparava novo comunicado pedindo um novo nome, ou então seriam embarcados só 39, sendo o 40º posteriormente asilado em alguma embaixada, chega à Rádio Nacional o telefonema esclarecedor: pelo nome de guerra – Jairo – e descrição da situação em que foi preso e com que companheiros, o Ministério da Justiça o identifica e providencia a sua remoção. Tratava-se de um preso de São Paulo. Os de Juiz de Fora ainda não chegaram porque o tempo ruim não permite que nenhum avião levante voo na cidade. A última mensagem dos sequestradores foi deixada na Rua das Acácias, Gávea. Quando os repórteres da Rádio Nacional saíram à sua procura, outro telefonema, cinco minutos depois do primeiro, anunciou que uma segunda cópia da mesma mensagem podia ser encontrada na Avenida Suburbana, à altura de Bonsucesso. De um extremo a outro da cidade, Zona Sul e subúrbio da Leopoldina, os sequestradores tinham deixado as mesmas mensagens, com poucos minutos de diferença.

Segunda-feira, 15 de Junho

07h50: Os presos do Rio, concentrados na PE, chegam ao Galeão. São 24. Dez verões de São Paulo, cinco de Juiz de Fora, um de Brasília. Sem contar as crianças, que também virão de São Paulo, com a "Tia".

08h10: O Presidente Médici chega ao Galeão e embarca imediatamente para Brasília da área militar do aeroporto, onde também estão os presos.

11h36: Vinte e quatro minutos antes de vencer-se o prazo de 36 horas dado pelos sequestradores, começando a contar da zero hora de domingo, o Boeing da Varig PP-VJH, fretado pelo governo por 400 mil cruzeiros, levanta voo rumo a Argel.

O Galeão vivera uma manhã intensa. Muita gente no aeroporto, mas ninguém pôde ficar senão muito distante dos banidos, pois não foi permitido o acesso à área militar do aeroporto. Todo mundo ficou na área internacional, dos embarques e desembarques normais. Havia muita gente das famílias dos prisioneiros chorando por não ter conseguido uma aproximação com o parente que partia. Além dos comentários naturais em torno do nome de Apolônio de Carvalho, veterano da Guerra Civil Espanhola e da Resistência Francesa, incluído entre os banidos, dizia-se que seguiam também, naquele avião, todos os terroristas presos pelo Exército nas manobras antiguerrilheiras do Vale da Ribeira, São Paulo.

"Tia", Tercina de Oliveira, que seguiu com seus quatro filhos para o exílio, era a caseira do sítio que servia de campo de treinamento para os guerrilheiros. Era responsável pela confecção dos uniformes verdes. É mãe, também, de Maurício Vieira de Paiva, quintanista de Engenharia, conhecido pelo nome de guerra de Carlos na escola de guerrilhas. José Lavecchia, o Nicola Sapateiro, confeccionava os borzeguins do grupo armado. Chegados todos os presos, eles foram para o avião em um ônibus militar, duas kombis, dois Volkswagens e um Aero-Willys.

20h45: Um comunicado da France Presse, divulgado pela Rádio Nacional, dá notícia da chegada do avião a Argel, 25 minutos antes do horário previsto.

23h30: A TV Tupi divulga a primeira radiofoto UPI mostrando a chegada dos banidos à Argélia. A segunda radiofoto seria divulgada à meia-noite.

Terça-feira, 16 de Junho



**Excetuando as crianças, as 40
pessoas desse grupo foram banidas do
Brasil e jamais poderão retornar**

Além de Edmundo Cunha, ex-identificado, a lista tem ainda de nome de guerra JAB, foram os seguintes: na ordem de sua chegada, João e Agostão, Osvaldo, Soares, José Lavacchia, Flávio da Silva, Jenek, André, Guntzer, Mariazinha, Penelope do Costa, Romildo, Olyve, Malhado, Maria Antônia, Azevedo, Menez, Carlos Eduardo, Fátima de Lira,



Lyrika, Miry, Rosalinda, Paulo, Maria, Valério, Paulo, João dos Reis, Cláudio, Apolônio, Paulo de Carvalho, Cid de Carvalho, Beneditinho, Davino, Ameljo, Nery Filho, Romaldo, Galatino, Domingos, Francisco, Tânia Regina, Rodrigues, Francisco, Inês, Carlos, Fernando, Inês, de Oliveira, Almir, Delfino, Fátima, Alvaro, Lucilene, Camargo, José, Rosalinda, Tarciso, de Lira e Tânia. José Roberto,

de Almeida, Manoel, de Castro, Brito, Valério de Assis de Brito, João, João, e companhia que ingressou o Brasil no início, em São Paulo, Alfredo, Napoleão, Tarciso, Rodrigues, Joaquim, Fátima, Cordeiro, Adilson, Alvaro, Cordeiro, Luciano, Douglas, Luiz, Rosalinda, Valério, Cecília, Antônio, dos Santos, Carlos, Eduardo, Paulo, Flávia, Paulo, Lúcia de Oliveira, Carlos de Sousa, Milton, Paulo, de Silva,

Eduardo, Gomes de Silva, Maurício, Valério de Paula, Sérgio, Thomaz, Nelson, José, Ismael, Maria, José, de Carvalho, Nelson, Angelo, Paulo, de Silva e Tarciso. Que em Oliveira, e de, viajante de Laranjeira, 18 anos, em sua companhia ingressou quatro meses depois, João, Maurício e uma mulher, e viajou com um ano e meio depois e a mais tarde com 6 anos.

01h05: O ambiente de expectativa enche-se novamente de tensão. Os repórteres esperam inutilmente há quatro horas a chegada de Von Holleben à Embaixada. A Rádio Nacional anuncia ter recebido um telefonema dos sequestradores, com o título de Comunicado Interno número 3. O conteúdo, porém, não foi divulgado porque o documento não continha autenticação do embaixador. Desde o início os comunicados internos, cifrados, continham números e expressões sem sentido para os que desconhecem a chave do código dos sequestradores.

01h25: O Ministério das Relações Exteriores divulga nota oficial informando que a Embaixada do Brasil na Argélia confirmou a chegada dos 40 banidos, já entregues às autoridades argelinas. No entanto, problemas de natureza ainda desconhecida retardavam a libertação do embaixador. E o Governo advertia que, agora, sua vida estava unicamente em mãos dos sequestradores.



Excetuando as Crianças, as 40 Pessoas Deste Grupo Foram Banidas do Brasil e Jamais Poderão Retornar

Além de Edmauro Guerra, só identificado à última hora através do nome de guerra Jairo, foram os seguintes os outros 39 que seguiram para a Argélia: Osvaldo Soares, José Lavecchia, Flávio de Sousa, Jeová Assis Gomes, Melquíades Ponciano da Costa, Ronaldo Dutra Machado, Marco Antônio Azevedo Méier, Carlos Eduardo Faial de Lira, Carlos Minc Baumfeld, Fausto Machado Freire, Ieda dos Reis Chaves, Apolônio Pinto de Carvalho, Cid de Queirós Benjamim, Daniel Aarão Reis Filho, Fernando Gabeira,

Domingos Fernandes, Tânia Regina Rodrigues Fernandes (mulher de Domingos), Almir Dutton Ferreira, Altair Lucchesi Campos, José Ronaldo Tavares de Lira e Silva, José Araújo de Nóbrega, Maria do Carmo Brito (viúva de Juarez de Brito, cujo nome o comando que organizou o sequestro utilizou), Vera Sílvia Araújo Magalhães, Darci Rodrigues, Joaquim Pires Cerveira, Aderval Alves Coqueiro, Ladislau Dowbor, Lizst Benjamim Vieira, Osvaldo Antônio dos Santos, Carlos Eduardo Pires Fleury, Pedro Lobo de Oliveira, Dulce de Sousa, Murilo Pinto da Silva, Eudaldo Gomes da Silva, Mauricio Vieira de Paiva, Jorge Raimundo Nahas, sua mulher Maria José de Carvalho Nahas, Ângelo Pezuti da Silva e Tercina Dias de Oliveira, a "Tia", caseira de Lamarca, 56 anos, em cuja companhia seguiram quatro filhos menores, três meninos e uma menina: o caçula com um ano e oito meses e o mais velho com 8 anos.



O Caminho da Abertura

Quais as conclusões a serem retiradas dos acontecimentos das duas últimas semanas na Argentina e no Brasil, com os sequestros de Aramburu e Holleben?

A sabedoria de todos os regimes, mesmo os mais fortes, é saber ceder. Este foi o segredo da Junta de Governo que, em setembro do ano passado, soube negociar habilmente com os sequestradores do Embaixador Elbrick e salvar-lhe a vida. A transigência foi novamente a fórmula utilizada pelo Presidente Médici para aceitar as exigências dos raptos do Embaixador Holleben. A intransigência, a dureza e o radicalismo conduzem a impasses e a becos sem saída. Os recentes episódios na Argentina e na Guatemala indicam as vantagens do caminho brasileiro da abertura e da pacificação.

Não faltaram as vozes do ódio e da vingança a sugerir ao Presidente Médici uma onda de repressão que transformaria as próximas horas em verdadeiras noites de São Bartolomeu. Estaríamos então todos nós, Governo, oposição, diplomatas, homens do povo, condenados a viver eternamente num círculo vicioso de sangue e morte. Mas também lhe sobraram as advertências de conselheiros moderados, clamando por uma válvula de escape que consiga destampar o caldeirão e dar o primeiro passo da longa caminhada na direção da completa restauração democrática.

Diante da chacina que precedeu o assalto ao embaixador alemão, o Governo receou que as condições impostas pelos sequestradores, certamente desesperados por uma virtual condenação à pena de morte, fossem bastante humilhantes e constrangedoras para não poderem ser aceitas. Exemplos: revogação dos Atos Institucionais, eleições populares, anistia geral, renúncia de Médici e entrega do poder ao Supremo Tribunal.

Mas logo no primeiro manifesto, os raptos de agora revelaram que não tinham a mesma orientação intelectual daqueles outros que os precederam em setembro. O texto deixado no local do crime era medíocre e pobre, como seriam todos os pronunciamentos seguintes, com os surrados chavões de imperialismo, reforma agrária, etc.

Ao contrário do que aconteceu no episódio do embaixador americano, não houve desta vez nenhuma divergência ou resistência interna à libertação dos 40 presos. Oficiais da FAB colaboraram durante todo o sábado e o domingo no transporte dos reféns que deveriam deslocar-se dos estados para o Rio. Em alguns setores do Governo, ganha terreno a convicção de que a entrega dos prisioneiros como resgate tem a

vantagem de esvaziar as prisões e aliviar o País de ônus, despesas e cuidados permanentes. Indo para Cuba ou Argélia, muitos deles já devem ter visto por lá que os regimes socialistas não são paradisíacos mas, ao contrário, duros, penosos e difíceis. Somente alguns tentarão entrar novamente no País pela porta da clandestinidade para novas investidas.

No plano internacional, há uma vantagem e um inconveniente.

A vantagem é a de mostrar ao mundo que o Governo brasileiro coloca razões diplomáticas e humanitárias acima de quaisquer outras considerações internas e que em poucas horas pode libertar 40 prisioneiros em bom estado de saúde, sem as torturas e sevícias tão alardeadas. O inconveniente existe em si mesmo: o de provar a existência de tantos presos e o de chamar a atenção externa para a realidade de uma guerrilha organizada e capaz de executar operações tão audazes. O mundo parece que já se vem acostumando com este fenômeno constante na paisagem sul-americana e, principalmente, na vida brasileira e argentina.

Há 40 anos, Brasil e Argentina evoluem paralelamente no seu processo político:

- 1. Em 1930, lá, o Presidente Ipólito Irigoyen é deposto pelo General José Uriburi e uma junta militar entrega o poder a Ramón Castillo, que governa até 1943. Aqui, o Presidente Washington Luís recebe um ultimato da junta militar constituída dos Generais Mena Barreto, Tasso Fragoso e Leite de Castro, que entrega o poder a Getúlio Vargas.*
- 2. Em 1943, lá, o ditador Castillo é deposto por uma junta militar que entrega o governo a Pedro Ramirez, logo depois substituído por Farrel. Em 1945, aqui, o ditador Vargas é deposto pelos militares que entregam o governo ao Ministro José Linhares.*

3. *Em 1945, o General Dutra é eleito no Brasil e logo depois o Coronel Juan Perón elege-se na Argentina.*
4. *Em 1954, Getúlio é novamente deposto no Brasil e no ano seguinte Perón cai na Argentina.*
5. *Em 1961, Jânio renuncia no Brasil e é substituído interinamente pelo Sr. Ranieri Mazzili, presidente da Câmara. Um ano depois, Frondizi é derrubado na Argentina e substituído interinamente pelo Sr. José Maria Guido, presidente do Senado.*
6. *Em 1964, aqui, Jango é deposto pelos militares e sucedido pelo General Castello Branco. Lá, um ano e pouco depois, Arturo Illia é deposto pelos militares e substituído pelo General Juan Carlos Onganía.*
7. *Em 1969, o General Médici sucede ao Marechal Costa e Silva e no ano seguinte o General Lanusse, embora por motivos diferentes, substitui o General Onganía.*

Em matéria de sequestros, também, a nossa sina parece ser a de andar lado a lado com os argentinos. Logo após o caso Elbrick no Rio, sequestraram o cônsul paraguaio em Buenos Aires. O terrorismo brasileiro replicou com o rapto do cônsul japonês em São Paulo. E o argentino treplicou com o sequestro de Aramburu.

Agora, a escalada subversiva do eixo Rio-Buenos Aires atinge o embaixador da Alemanha no Brasil. Depois do episódio Elbrick, os Órgãos militares de informação e contrainformação haviam filtrado provas de que o próximo alvo dos subversivos tinha quatro alternativas, personificadas nos embaixadores que se seguiam em ordem de importância política e comercial ao colega americano; Von Holleben, da Alemanha; David Hunt, da Inglaterra; François de Laboulaye, da França; e Manuel Fragoso, de Portugal.

Quando aconteceu o caso Aramburu, o Ministério do Exército, o SNI e o Departamento de Polícia Federal admitiram logo a hipótese de o ex-Capitão Carlos

Lamarca, mesmo absorvido com as guerrilhas desencadeadas na região de Registro, tentar o rapto de um General da ativa ou da reserva, que desfrutasse de suficiente prestígio e estima junto aos seus colegas para obrigá-los a atender a todas as exigências. Vários líderes militares do atual Governo e do anterior passaram a adotar precauções mais rigorosas.

O crescente intercâmbio de ajuda e comércio brasileiro-alemão, conjugado ao fuzilamento de Von Spreti na Guatemala, fez com que se redobrasse a vigilância em torno de Von Holleben. Ele era o diplomata estrangeiro no Brasil que dispunha de maior proteção policial. Ainda assim, previa a hipótese de ser sequestrado.

O que ele talvez nunca tenha previsto foi a perfeição técnica e a violência que caracterizaram seu sequestro. Nenhum detalhe falhou ou foi esquecido, dentro dos melhores moldes militares de uma verdadeira operação de guerra. Os sequestradores, justamente porque vinham seguindo o alvo há vários dias e sabiam o quanto ele estava protegido, investiram com surpreendente e inusitada selvageria, matando primeiro para sequestrar depois.

O sangue que ficou espalhado na Rua Cândido Mendes está levando alguns embaixadores a achar que devem pedir a dispensa das suas escoltas: já que elas não têm eficácia absoluta para impedir os sequestros, será preferível consenti-los sem fuzilaria e morte, que podem atingir os próprios embaixadores. Mas o Governo brasileiro já deu a entender que em hipótese alguma aceitará esses argumentos: mesmo que a proteção policial aos diplomatas custe dinheiro, vidas humanas, trabalho, responsabilidade, preocupação, perigos, e embora se reconheça sua eficiência apenas relativa, os dispositivos de segurança continuarão a ser exe-

cutados, agora mais do que nunca, com todo o rigor. Servirão ao menos como fator psicológico de persuasão para atemorizar os sequestradores e convencê-los de que suas ações não serão executadas com facilidade. No momento em que a proteção fosse suspensa, os sequestros passariam a ser quase diários.

Também é certo que o Governo do Brasil jamais verá com bons olhos o exercício de pressões exageradas nem tampouco admitirá negociações dos sequestradores com as embaixadas dos Países envolvidos nos sequestros. O que parece evidente em todas as áreas da opinião pública é o anseio de romper esta roda de fogo.

Ela só poderá ser rompida com provas de boa-vontade. E todo o País tende a lucrar muito com a trégua e a pacificação: as energias e os esforços que estão sendo desviados nessa luta contra o crime e a subversão poderão ser canalizados para a obra do combate à inflação e para a retomada do desenvolvimento.

Assinando o decreto que banuiu os 40 maus brasileiros do território nacional, o Presidente da República condenou-os à execração pública e mostrou que quer virar esta página vergonhosa, a fim de poder voltar-se para as grandes metas do seu quadriênio.

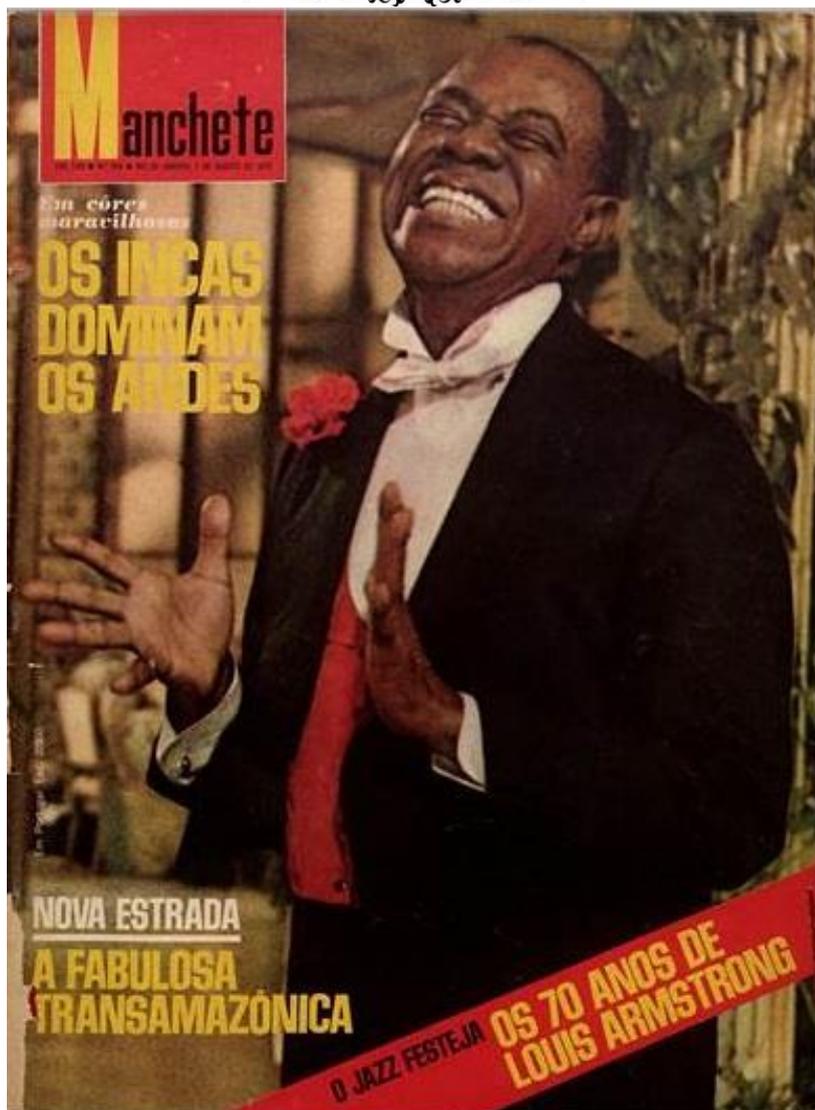




Manchete n° 954, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 01.08.1970



A Estrada da Pacificação - Transamazônica
(Reportagem de Carlos Chagas)



Não há dificuldade em se traçar no mapa o imenso percurso da Transamazônica, que saindo de Recife e João Pessoa corre mais ou menos paralela ao Rio Amazonas para terminar descendo até o Acre. A Transamazônica, no entanto, não se resumirá numa simples via de penetração ou comunicação da Amazônia inferior com o resto do País: o objetivo do Governo ao programar o início de suas obras para 1º de setembro é permitir a fixação de grandes populações nordestinas ao longo do trecho amazônico da estrada, entre Estreito e Humaitá.

Para o seu traçado definitivo pesam acima de tudo injunções colonizadoras como a qualidade das terras marginais, a proximidade das jazidas de ferro, minas de ouro, diamantes, e bacias petrolíferas. O plano prevê a fixação de 100 mil nordestinos nos próximos dois anos, a começar pelos núcleos de trabalhadores da estrada, que receberão lotes de 100 hectares cada um, assistência técnica e amparo financeiro.

Para a construção da Transamazônica, a colonização de suas margens e o programa de irrigação do Nordeste, as três peças do Plano de Integração Nacional, o Governo destinou recursos da ordem de dois bilhões de cruzeiros, provenientes da aplicação de 30 por cento da renda dos incentivos fiscais nas áreas da Sudene e Sudam. Dessa importância, 400 milhões destinam-se especificamente à construção da rodovia.

Um corte Leste-Oeste – A frente da Transamazônica a ser atacada agora pelo Governo federal começa exatamente na divisa dos Estados do Maranhão e de Goiás. Avança pelo Pará, subindo um pouco para satisfazer às diretrizes econômicas estabelecidas. E entra no Amazonas, até Humaitá. No futuro, chegará ao Acre.

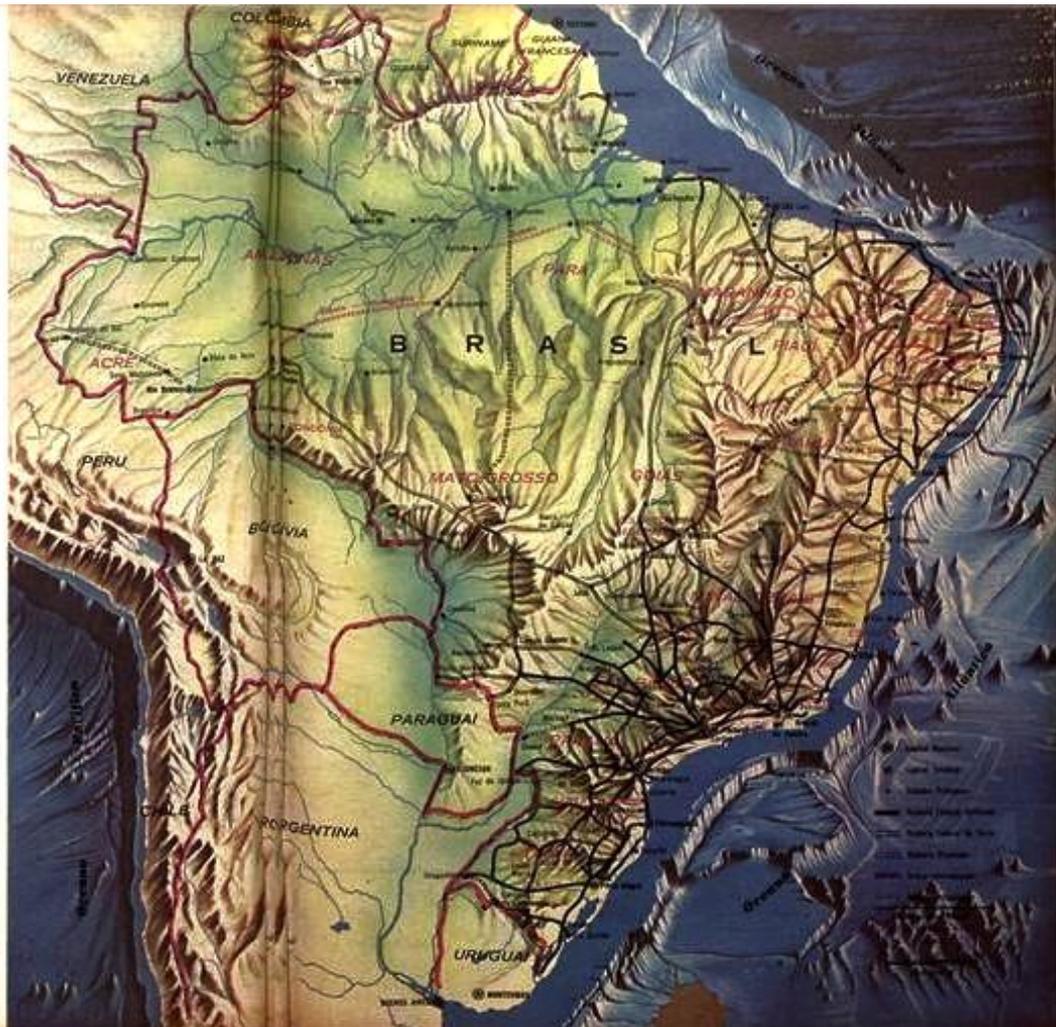
Prossegue a grande
aventura de desbravamento
da selva

A ESTRADA DA PACIFICAÇÃO TRANSAMAZÔNICA

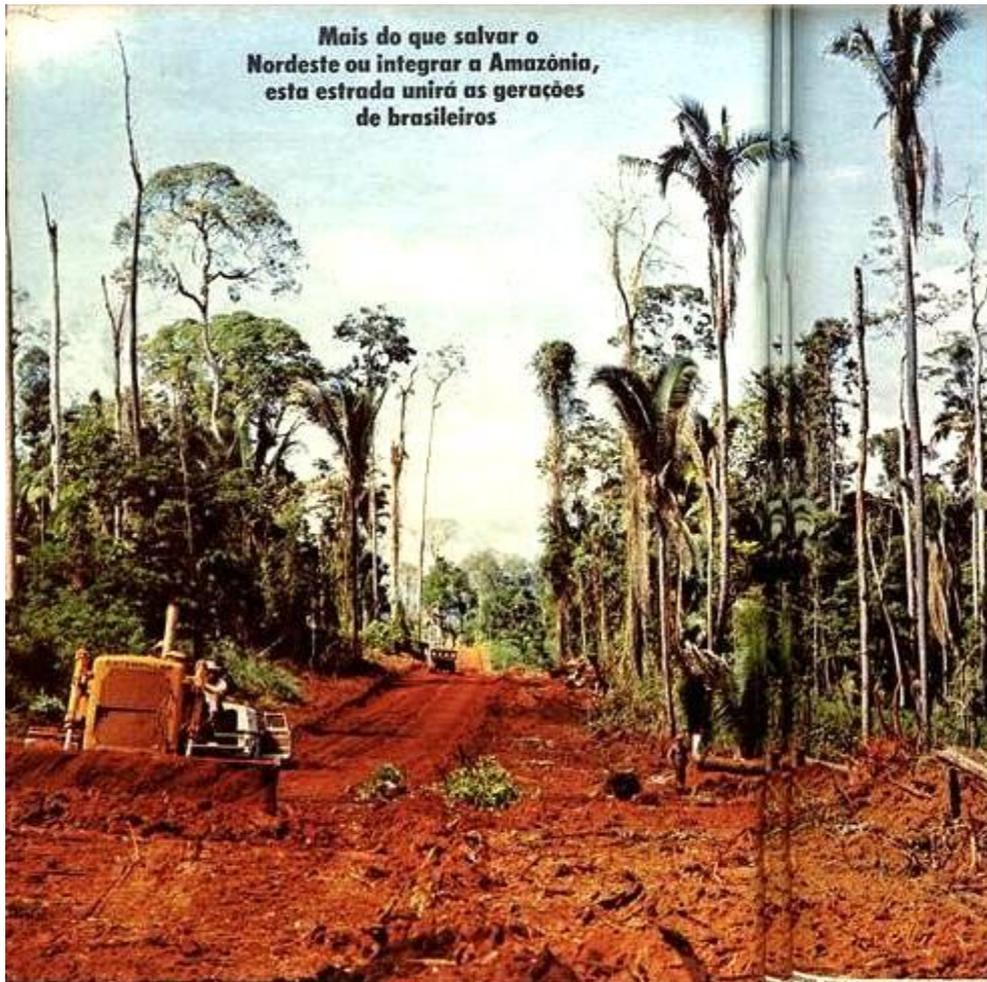
Reportagem de CARLOS CHAGAS e PINO DE JUVENIL DE SOUZA

NÃO há dificuldade em se traçar no mapa o imenso percurso da Transamazônica, que sairá do Recife e João Pessoa com mais ou menos paralela ao rio Amazonas para terras descendendo até o Acre. A Transamazônica, no entanto, não se resumirá numa simples via de penetração ou comunicação da Amazônia inferior com o resto do país: o objetivo do governo ao programar o início de suas obras para 1.º de setembro é permitir a fixação de grandes populações nordestinas ao longo do trecho amazônico da estrada, entre Estreito e Humaitá. Para o seu traçado definitivo pesam acima de tudo injunções colonizadoras como a qualidade das terras marginais, a proximidade das jazidas de ferro, minas de ouro, diamantes, e bacias petrolíferas. O plano prevê a fixação de 100 mil nordestinos nos próximos dois anos, a começar pelos núcleos de trabalhadores da estrada, que receberão lotes de 100 hectares cada um, assistência técnica e amparo financeiro. Para a construção da Transamazônica, a colonização de suas margens e o programa de irrigação do Nordeste (a três peças do Plano de Integração Nacional), o governo destinou recursos da ordem de dois bilhões de cruzeiros, provenientes da aplicação de 30 por cento da renda dos incentivos fiscais nas áreas da Sudene e Sudam. Dessa importância, 400 milhões destinaram-se especificamente à construção da rodovia.

Um corte leste-oeste — A frente do Terceiro Destacamento a ser criada após pelo governo federal começa exatamente no distrito de Estreito do Maranhão e de Guará, Avança pelo Pará, sobindo um rio, para seguir as dividas topográficas existentes. E acaba no Altoona, sul Humaitá. No futuro, integrará ad Acre.

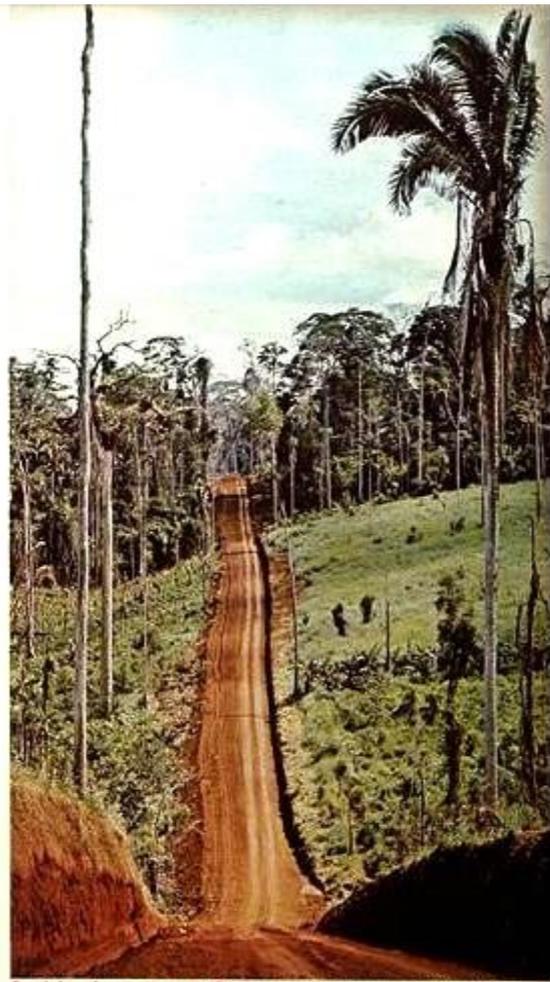


**Mais do que salvar o
Nordeste ou integrar a Amazônia,
esta estrada unirá as gerações
de brasileiros**



50 quilômetros já estão prontos -

Esta é a única estrada de ponto de intercomunicação na área - com 50 km para 100 km Para outra região como a cidade de Manaus. Agosto 2000



Caminho aberto no rumo Oeste -

No mesmo trecho de ponto de intercomunicação, aproximadamente a 100 km de Manaus de Para.

Banhados imensos como os do Xingu **u** terão de ser contornados pela estrada em sua marcha para o Oeste

No setor dos transportes, o governo irá atacar alguns projetos de viabilidade econômica comprovada, exceto para os casos de segurança nacional ou de necessidade social. Na Câmara, após detalhes as perspectivas econômicas da Transamazônica, o ministro dos Transportes disse: "Trata-se de exemplo da Felos Ilíada. Mesmo de 10 anos após a grã frita em tôros d'ela, seus resultados são surpreendentes. Em estradas de acesso, estados e municípios já construíram extensas super e tã em quilômetros."



Ele vai passar aqui - O habitante indígena um grande
fazia um tipo de agricultura



Por aqui também - O rio Parana para o oeste até Transamazônica
mas a altura do Parana, onde o rio passa



É até mesmo por aqui - Muito interessante é observar
quando se vai até a estrada

O Trecho a ser Atacado Agora é de 2.075 Quilômetros, Cruzando Goiás, o Pará e o Amazonas

Proposta pelo Ministro Mário Andreazza em demorada exposição ao então Presidente Costa e Silva, em junho de 1965, como fator de integração nacional, a Transamazônica foi programada pelo Governo Médici para o ano que vem. Os preparativos para a implantação imediata foram acelerados a partir da seca que dois meses atrás começou a assolar o Nordeste. Decidida sua construção como fórmula de emergência no decreto que estabeleceu o Plano de Integração Nacional, ela dará condições de trabalho à grande massa de flagelados, permitindo também seu gradativo deslocamento para fixação em terras mais férteis e inexploradas do Oeste. Em prazo mais longo, estabelecendo a circulação desde Recife e João Pessoa até o Acre, representará a conquista de grande parte da Amazônia, integrando a região com o resto do País logo que ao seu redor se promova a colonização.

Antes de ser a via da salvação para o Nordeste ou da integração para a Amazônia, porém, a Transamazônica traz em si mesma um potencial mais profundo: poderá transformar-se na estrada da pacificação nacional, na medida em que, para sua implantação e a colonização de suas margens, se mobilizem as gerações jovens, sequiosas de oportunidades, contestadoras dos padrões atuais, rebeldes como em todo o mundo. A obra que começa com a implantação da Transamazônica exigirá tamanha soma de recursos materiais e humanos que apenas a integração de gerações permitirá o êxito final. A Transamazônica não é um fim em si mesma. Como parte do Plano de Integração Nacional junta-se com o programa de colonização de suas margens e com a irrigação do Nordeste.

O seu traçado completo corta longitudinalmente a região abaixo do Rio Amazonas, correndo paralela à ele numa extensão de mais de 5 mil quilômetros. Desse, uma parte já se encontra implantada, como a que une Recife e João Pessoa a Picos, no centro geográfico do Piauí e, atravessando a parte sul do Maranhão, chega a Carolina e vai a Estreito, na ponte sobre o Rio Tocantins, construída para a Belém-Brasília. Também está concluído o trecho de Humaitá, quase na fronteira do Amazonas com Rondônia, ligando aquela cidade a Porto Velho, Abunã e, depois, a Rio Branco.

O que se fará agora são 2.075 quilômetros, desde Estreito até Humaitá, cruzando Goiás, passando por Marabá, Jatobá, Altamira, Itaituba e Jacareacanga, no Pará, e daí às margens do Rio Madeira, no Amazonas. Não se trata de um simples problema técnico de engenharia rodoviária. Ao cruzar a selva virgem e os grandes Rios, é necessário definir onde cruzar e por que cruzar. O traçado busca o mais possível regiões de terras férteis, próximas a jazidas minerais e a lugares propícios à fixação e colonização. Ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem estará afeta a implantação da estrada, com início previsto para 19 de setembro, quando as companhias empreiteiras terão apresentado seus planos. Pretende o DNER estabelecer diversas frentes de trabalho que, iniciadas nas principais cidades por onde passará a Transamazônica, terminem por interligar-se. As grandes máquinas construtoras seguirão para os locais por via fluvial, subindo o Amazonas e seus afluentes.

A primeira tarefa será do desmatamento, depois a definição do leito. Acampamentos se instalarão ao longo do que for sendo implantado, e lá as empreiteiras se obrigarão a estabelecer núcleos de futuros povoados: motores diesel para a energia elétrica, residências, escolas e postos de saúde como embrião das novas cidades.

De 50 em 50 quilômetros, o próprio leito da estrada servirá de pista de pouso para pequenos aviões.

O Diretor-Geral do DNER, engenheiro Eliseu Resende, acentua, *que*:

Além da integração com o Nordeste, a Transamazônica promoverá a conexão rodoviária dos portos fluviais que servem os Rios atravessados.

Quando se pergunta porque o esforço para a estrada quando os Rios já se encontram como perfeitas vias de transporte, e gratuitas, o Ministro Mário Andreazza responde:

A experiência demonstrou que a disponibilidade de um sistema único não enseja o desenvolvimento. Só com a integração dos sistemas fluvial e rodoviário se conseguirá aquele intento, pois os Rios aparecem mais como vias de penetração.

Paralelamente à implantação da rodovia serão desenvolvidos os programas de colonização, a cargo do Ministério da Agricultura. Sua base estará nas áreas marginais. O Governo desapropriará faixas de 10 km de cada lado. Os trabalhadores da Transamazônica receberão áreas de 100 hectares para cultivo, mediante orientação e assistência oficiais estabelecendo-se também faixas de reservas florestais. Até 100 km de cada margem, o Ministério da Agricultura se reservará o direito de dirigir os projetos privados e cooperativos de colonização e agropecuária.

Numa primeira fase, se cuidará de estabelecer culturas de subsistência como de arroz, feijão e milho; mas, ao mesmo tempo, se buscará a diversificação agrícola com culturas permanentes de maior economicidade em função da qualidade dos solos, como o café na terra roxa, e o cacau, no solo calcimórfico.

Os planos de colonização preveem grandes perspectivas para a atividade extrativa, seja de madeiras nobres, o mogno é abundante em toda a região, de babaçu, os coqueiros crescem aos milhares ou da borracha. Para o Ministro Cirne Lima, trata-se de criar novos polos de civilização com a fixação do nordestino ao longo da Transamazônica, e isto se dará apenas com a colonização sistematizada. O trecho já construído que, partindo de Recife, vai com asfalto até Salgueiro e Cajazeiras, mostra a paisagem tradicional do Nordeste e um pouco da Amazônia: da zona da mata, canavieira, à caatinga pernambucana e cearense e piauiense e mais os campos e Matas do Maranhão. Hoje os matizes são mais áridos e contundentes, por causa da seca, e seus efeitos correm paralelos à estrada poeirenta que passa por Picos, Floriano, Pastos Bons, Balsas e Carolina, para chegar a Estreito, no rio Tocantins.

Doze anos atrás, Estreito era uma região de Índios pacificados, os tupinagés, mosquitos, fazendas abandonadas e nenhuma cultura agrícola. Geograficamente, o ponto onde o Tocantins é menos largo.

Autoridades de Municípios Próximos ao Traçado da Transamazônica Ainda não Creem Nela

Do lado do Maranhão, ali está a ponta do município de Carolina: de Goiás, a parte mais pobre de Tocantinópolis. Em 1958, a Belém-Brasília precisava cruzar o Rio e foi para lá que se planejou a ponte. Primeiro um campo de aviação junto com um núcleo pioneiro para construí-lo; depois o cimento chegando por via aérea, com engenheiros, máquinas e trabalhadores. Em seguida, a estrada passou para Belém. Hoje, quando o pequeno aerocomander sobrevoa Estreito, é fácil verificar que a região desenvolveu-se rapidamente, beneficiada pelo tráfego constante da estrada que acabou não pertencendo às onças.

Uma das maiores serrarias goianas está localizada a 800 m da ponte e exporta mogno para os Estados Unidos, via Belém. A abundância do produto é dada por um pormenor: até cabos de vassoura de mogno os americanos compram. A cultura do feijão é grande, e próximo daqui o minério de ferro é farto.

Para o Norte, estira-se a Belém-Brasília, onde o movimento de caminhões continua intenso, mesmo à noite. Pouco menos de 70 graus para Oeste é o rumo da Transamazônica. O voo baixo de avião, quase sobre a copa das árvores, revela a progressiva alteração da paisagem: no portal da Amazônia a vegetação começa a mudar. Até Marabá, na região entre os Rios Tocantins e Araguaia, não há projeto para outra ponte sobre este e a travessia futura será de balsa, o coqueiro de babaçu predomina, nativo, à espera de quem pretenda extrair dele; cruzeiros ou dólares. A floresta adensa-se, já são raros os trechos menos tomados por ela. Em Marabá, distante de Estreito 280 km em linha reta, o prefeito e o delegado mostram-se tão ansiosos quanto cétricos com relação à Transamazônica.

Mais 100 km até Jatobal e o voo rasante mostra a selva buscando o Céu. As árvores são cada vez maiores, os castanheiros procuram a luz do Sol, parasitas e cipós entrelaçam os troncos que sustentam o teto verde até 40 m do solo, em média. Aqui e ali, as exceções gigantescas, de 50 e até 60 m. Na serra dos Carajás as reservas de ferro são superiores às do quadrilátero mineiro. Os coqueiros de babaçu ainda estão lá, mas em menor quantidade: sua altura máxima, de 20 ou 30 m, os deixa inferiorizados perante o conjunto. Por baixo, segundo análises de regiões limítrofes, a terra é fértil, própria para diversas culturas, e as barrancas do Tocantins são pródigas em diamantes. Pouco depois de Jatobal, o Rio busca o caminho do Mar, num último serpenteio que o distancia para sempre da Transamazônica.

Jatobal-Altamira é o próximo trecho, o primeiro grande desafio da selva: 320 km de floresta pura, cerrada. Na direção de Altamira, cidade às margens do Xingu, a estrada parece tão impossível como era a Belém-Brasília antes de construída: Nem um casebre, nem uma clareira aberta pelos Índios, nem uma picada. Bandos de araras coloridas assustam-se e ganham o céu à passagem do aerocomander. Por mais que se force a vista, tudo é impenetrável: a selva tornou-se gigantesca e uniforme, também. Babaçu, madeiras raras, ouro, diamantes, metais preciosos e minerais diversos, além do petróleo, a riqueza está ali, invisível, pintada de verde. A cor é absoluta, em mil tonalidades, ganhando todas as formas horizontais, dominando e sufocando o próprio ambiente.

Já se pode ver o Xingu ao longe. Diferente do Araguaia e do Tocantins, ele se espraia fora do leito, mostrando ser bom aluno do Amazonas, que passa por uma das maiores cheias dos últimos anos. Mas suas águas são azuis, têm praias cristalinas e corredeiras intermitentes. Na cheia ele não perdoa nada, invadindo, alagando, contornando. Quando a estrada chegar, será vencido por balsas, pois uma ponte sobre sua variável imensidão é projeto para o ano 2000.

Altamira tem pouco mais de 30 mil habitantes, é pobre, vive da pesca, um pouco da pecuária e, principalmente, da esperança de que alguma coisa aconteça, e alguma coisa pode ser a Transamazônica. De barco, leva-se três dias para chegar a Belém, quinze até Manaus. De avião, quando ele passa, duas horas e pouco. Aqui se localiza um trecho já construído da Transamazônica, entre Estreito e Humaitá, uma via de penetração para Santarém, feita pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Pará, e que em parte será aproveitada. A estrada morre no meio da selva, uns 50 km depois da cidade e os tratores continuam derrubando a mata.

Todos andam armados: os Índios são presença comum, as feras também, o caboclo não sabe a quem deve temer em primeiro lugar. Não havia foguetes no dia da vitória do Brasil sobre a Itália, na Copa do Mundo, e o subdelegado, pouco afeito ao futebol, espantou-se com o tiroteio sucessivo que saudou o gol de Carlos Alberto, ouvido pelo rádio. Veio para a rua, carabina na mão, meio apavorado com o que lhe parecia uma invasão dos Índios.

○ segundo desafio vai de Altamira a Itaituba, mais 480 km em linha reta floresta adentro, das margens do Xingu ao Tapajós. É mais viva, por aqui, a formação geológica de Nova Olinda e o petróleo, dizem os técnicos, deve ser farto sob o tapete verde. Cobre, chumbo e ouro são abundantes em toda a região, também cortada pelo Rio Iriri.

Os Índios em estado selvagem e os garimpeiros surgem aqui e ali, quase sempre estranhando-se e emboscando-se às margens de Igarapés. A luta pela vida de cada um coloca-os frente a frente, em situações inconciliáveis. Entre as duas cidades, análises revelaram grandes extensões de terras com as mesmas características de Dourado, em Mato Grosso, consideradas das melhores do País, próprias para cereais.

Tomando-se Altamira e Itaituba como ângulos inferiores de um triângulo-retângulo, Santarém será o vértice superior, lá na embocadura do Tapajós com o Amazonas. A Transamazônica não passará por Santarém, o que não impedirá a cidade de tornar-se principal beneficiária do Plano de Integração Nacional na região.

Índios, Garimpeiros Errantes, Selva e Selva Num Território Onde Caberia Toda a França

Para Santarém convergirão todas as riquezas e os negócios, pois a estrada que sai de Cuiabá, paralela à Belém-Brasília, cruzará a Transamazônica bem no meio do triângulo, permitindo de Altamira e Itaituba a saída transversal para Santarém.

De Itaituba a Jacareacanga são 315 km, o terceiro desafio da Transamazônica. Tudo selva, nada mais que ela, e as mesmas perspectivas anteriores: terras de excepcional qualidade, minerais de todas as espécies e a extratividade potencial às mãos de quem se habilite. Mais 580 km exatamente iguais e Jacareacanga estará ligada a Humaitá, rompendo o Sul Oriental do Estado do Amazonas, do Tapajós ao Madeira. O panorama muda pouco: são quilômetros de selva embora com grandes extensões de um cerrado mais baixo. O terreno é ondulado e surgem pequenos morros de pedra. No mais, Índios, conhecidos e desconhecidos, garimpeiros errantes e quase nenhum caboclo fixado, tudo isso num território onde caberia toda a França.

Em Humaitá chega a BR-319, futura continuação da Transamazônica no sentido de Porto Velho, Abunã e Rio Branco, no Acre, trechos já implantados e entre-gues ao tráfego pela engenharia militar.

Se as dificuldades materiais, econômicas, geográficas e políticas podem ser tão grandes quando imprecisas, alguns obstáculos mais palpáveis já se levantam diante da Transamazônica:

- 1** *Parte das classes produtoras do Nordeste criticaram o desvio dos 30% dos incentivos fiscais para o Plano de Integração Nacional. Argumentam que o Nordeste necessita dessa renda, pois todas as programações regionais contam com ela. Em muitos casos os 30% dos incentivos fiscais são utilizados em reinvestimentos nas próprias indústrias, já instaladas na área,*

que se ressentiriam de um repasse compulsório para aplicação, pelo Ggoverno, em outra região, na Transamazônica. O que os Ministros Delfim Neto e João Paulo dos Reis Veloso respondem, diante desse quadro, é que a política dos incentivos fiscais deve ser analisada por um ângulo especial: desde que o Governo permitiu a aplicação de 50% do imposto de renda devido pelas empresas em áreas prioritárias como as da SUDENE e da SUDAM, fica o Governo com poder de gerência sobre esses investimentos. Afinal, se não existisse a lei dos incentivos fiscais e simplesmente aquelas importâncias seriam recolhidas aos cofres públicos para aplicação direta onde o Governo quisesse. A destinação temporária dos 30% para a Transamazônica baseia-se em objetivos superiores de Integração Nacional e servirá para expandir os mercados da indústria nordestina, elevando níveis de renda.

- 2 Alguns chefes políticos nordestinos engrossam as fileiras dos protestos contra a Transamazônica: acostumados a um controle absoluto sobre determinadas zonas de influência eleitoral, não podem aprovar uma via de escoamento de eleitores humildes para a Amazônia. A contra argumentação oficial é óbvia: a Transamazônica servirá exatamente para escoar o excesso de contingentes populacionais do Nordeste, livrando-os da manipulação eleitoreira. O plano prevê, com as colonizações, fixação de pelo menos 100 mil nordestinos na Amazônia, em dois anos, supondo-se que 400 mil se terão transferido para lá até as eleições de 1974.
- 3 Outro problema importante é o dos Índios. Declara o Ministro Costa Cavalcanti, do Interior:

Que os Índios devem ser protegidos e cuidados, mas em momento algum poderão atrapalhar o desenvolvimento nacional. Se estiverem nas áreas destinadas à colonização e criando problemas, e se não existirem sucedâneos próximos para essas áreas, os Índios deverão ser deslocados.

No polígono Santarém, Altamira, Marabá e Itaituba existem 29 tribos: 9 integradas à civilização; 12 simplesmente isoladas, mas que não costumam criar problemas; e 8 selvagens. A realidade e a exploração andam a par e passo, quando se trata dos Índios: se de um lado, como irresponsáveis, devem ser cuidados, assistidos e protegidos, de outro não se poderão tornar entraves ao progresso e ao desenvolvimento. A Fundação Nacional do Índio pretende estabelecer grupos pacificadores que precederão as turmas de trabalho, buscando pacificar, conciliar e, se necessário, deslocá-las. Muito das campanhas levantadas no exterior, falando em massacres de Índios, devem-se a interesses contrários à ocupação da Região Amazônica por brasileiros. A denúncia de falsos massacres ou crueldades objetiva criar um ambiente contrário à Transamazônica, com evidentes lucros para os que não desejam o Brasil assentado no domínio de suas riquezas.

- 4 Os garimpeiros também constituem problema. Esses não se limitam a temer, evitar ou apenas defender-se dos Índios, como o caboclo. Os interesses são opostos: garimpeiro e Índio disputam as mesmas regiões inóspitas. Desta forma, não raro os garimpeiros, como os grileiros de terras, são responsáveis por ataques de surpresa a Índios selvagens e pacíficos, sendo a recíproca também verdadeira. A Transamazônica certamente facilitará a formação de cooperativas ou o estabelecimento de empresas que aprimorarão a garimpagem, e os garimpeiros isolados serão os primeiros a reagir. Trata-se, no caso, para o Ministro das Minas e Energia, Dias Leite, da marcha do progresso, que não poderá ser impedida. Importa, no caso, explorar economicamente as jazidas, de acordo com os interesses nacionais, nem pessoais nem internacionais.
- 5 A falta de energia é outro obstáculo a transpor, pois o aproveitamento hidrelétrico dos Rios da Amazônia, embora levantado e programado, é obra para muitas décadas. Em algumas regiões já se torna possível,

como a usina do Rio Curiaçu, que servirá Santarém, em vias de conclusão; mas as impossibilidades, em outros casos, são flagrantes: as linhas de transmissão tornariam excessivamente oneroso um sistema integrado por ora. A Eletrobrás dispõe de um estudo para o aproveitamento do potencial do Tocantins, em Tucuri, desde Marabá, que poderia gerar mais de dois milhões de quilowatts, pouco menos que o dobro da potência de Furnas, mas o programa exigiria recursos enormes, ainda não disponíveis.

- 6** *A propriedade das terras também constitui dificuldade: apesar da disposição inicial do Governo de desapropriar faixas a partir de cada margem. Não é segredo que estrangeiros, pessoas ou firmas, são proprietários de vastas regiões amazônicas. O desenvolvimento beneficiará a região como um todo, abrindo novas perspectivas aos fazendeiros realmente integrados na realidade brasileira, qualquer que seja sua nacionalidade. E o Ministério da Agricultura não acredita que haverá qualquer problema para as necessárias desapropriações.*





Manchete n° 956, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 15.08.1970



Onde Está o Terror?
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



**O Processo de Sedução da Juventude Brasileira
☠ Como Agem os Aliciadores ☠ A Terrível
Realidade dos Moços de 15 e 16 Anos, Atraídos
Pelo Fascínio da Aventura ☠ A Importância dDe
Lançar o Jovem Recruta Logo na Primeira Ação
que o Comprometa Para Sempre**



Aquele ia ser um dia particularmente infeliz, talvez o mais infeliz de todos, na casa do modesto dentista. Seu filho único de 16 anos, aluno do 2º ano clássico, convidou-o para uma conversa a sós no quarto do casal e comunicou-lhe simplesmente o seguinte:

Quero que o senhor saiba que tenho vergonha de sua passividade e conivência diante dessa situação que aí está. Sairei de casa agora mesmo para lutar pela pátria. Não adianta procurar-me porque não me achará. De hoje em diante, o senhor só saberá notícias minhas através dos jornais.

Aquele pai não estava positivamente preparado para um choque tão grande e tão triste. Durante todos estes últimos anos, ele estivera sempre muito desatento e alheio ao que pudesse transitar pela cabeça do seu filho. Jamais lhe poderia passar pela mente a hipótese de ter um filho terrorista: *seu lar sempre parecera imune à infiltração.*

O drama daquele dentista é de certa forma bem semelhante ao de milhares de outros pais e mães, de repente acordados para terríveis e desagradáveis realidades. Porque isto vem acontecendo no Brasil de uns anos para cá? Que se passa com esses segmentos da mocidade brasileira? Que estamos fazendo para deter esse processo? Quais são os culpados e responsáveis?

O êxito de algumas sortidas terroristas, o sequestro do embaixador americano e do cônsul japonês, a ocupação de uma emissora em São Paulo, os sucessivos desvios de aviões para Cuba, o caso do cofre de Ademar, teve o condão de fascinar cérebros jovens, ainda em formação e descompromissados.

Acrescentem-se a isto:

- 1. Algumas situações familiares, com seus desajustes e fracassos, que abrem a porta ao desencaminhamento dos filhos órfãos de mães e pais vivos.*
- 2. A influência que sobre muitos moços exercem algumas filosofias existencialistas e cômodas, através das quais eles buscam chocar pelo inusitado, pelo grotesco e pelo exótico: convenceram-se de que, por mais esforço que façam, o mais que conseguiriam na vida seria um sucesso igual, mas nunca superior, ao do próprio pai.*

Tudo isto misturado no cadinho de um laboratório explosivo está produzindo resultados já bem conhecidos.

Os líderes terroristas, os doutrinadores e os experimentados arregimentadores de novos militantes não poderiam dispor de matéria-prima melhor do que esta: uma juventude estuante de saúde, de ímpeto e de entusiasmo para ser trabalhada como caldo de cultura na formação das tropas de choque, das *"unidades de combate"* ou da *"turma da metralha"*, que aí está assaltando bancos, atirando bombas, sequestrando diplomatas e raptando aviões.

Atentem todos para um detalhe importante: os operários estão nas fábricas, trabalhando tranquilamente, ordeiramente, pacificamente. A classe operária mostra-se desinteressada de qualquer movimento revolucionário. A classe universitária também está entregue aos seus deveres meramente acadêmicos.

O problema todo reside nos secundaristas: os meninos de 15 e 16 anos. Recente pesquisa feita revelou que de 260 estudantes interrogados no Rio, 80% mal tinham passado do colegial para a universidade. De modo geral, eram eles rebentos da classe média, filhos de senadores, sobrinhos de deputados, primos de coronéis, netos de generais. Que aconteceu com a jovem burguesia brasileira?

O General Murici acha que está sendo dado o veneno à juventude sem o respectivo antídoto. Alguns mestres "*bem intencionados*" julgam que se pode ministrar noções de uma falsa ideologia para esclarecer os jovens, mas se esquecem, ou simplesmente não desejam, de esclarecê-los quanto ao valor da formação democrática e do apoio de uma moral consentânea com os nossos princípios e aspirações. Relatórios e depoimentos mostram que a sinistra tarefa junto ao jovem estudante consiste em politizá-lo no sentido de uma ideologia, entregando-lhe material subversivo, facilitando debates em grupo, primeiro de forma acidental, depois em trabalho ostensivamente organizado.

Como consequência, poucas famílias hoje não têm a lamentar um caso melancólico em suas relações de parentesco. O terrorismo investe contra elas pelos seus flancos mais desguarnecidos e indefesos.

Chegou-se a pensar na aplicação da pena de morte contra os jovens transviados. Ao longo de toda a história das lutas políticas da humanidade, a pena de morte tem sido sempre a medida extrema e a punição máxima que uma classe dominante descobriu e adotou para esmagar a classe dominada. Sempre foi fácil fuzilar um operário ou um tecelão. Mas como encostar ao paredão o filho de um senador ou o sobrinho de um coronel? Como fazer a classe média executar na prática a pena de morte contra ela mesma?

É nesta crença que mais uma vez atuam e inteligentemente os aliciadores. O rapaz de 16 anos, filho daquele modesto dentista, foi lançado logo como uma das peças importantes e decisivas do assalto da semana seguinte.

Porque no terrorismo, como no cangaço, nada há de novo sobre a terra. Se Lampião cuidava de comprometer o "cabra" logo de saída, Lamarca também lança o novo recruta na primeira investida. Urge vinculá-lo indissolúvelmente ao terrorismo, jungindo-o a um sistema do qual não possa mais recuar: estará marcado para sempre, pela polícia, de um lado, com seu retrato espalhado nos cartazes das paredes de todo o País, e, de outro, pelos próprios companheiros da organização, que passaram a financiá-lo e a sustentá-lo no underground.

Um estudo feito pela chefia do Estado-Maior do Exército chegou exatamente a essa conclusão. Quando o jovem passa a integrar uma organização clandestina, seja ela qual for, o agente aliciador se apressa em integrá-lo num grupo de alta periculosidade:

Embora essas organizações possuam siglas diferentes, seu objetivo é um só. Membro de uma delas, o estudante se afasta, via de regra, dos estudos e da vida familiar. Entra a conviver com desconhecidos, não tem endereço próprio, vive como pária na maior promiscuidade, conduzido pelos seus líderes de um lugar para outro, à semelhança de um títere. Sem vontade própria, obedece passivamente e cedo os dirigentes do grupo tratam de confiar-lhe missões arriscadas que o incriminam em face da legislação penal brasileira. Muitos deles chegam a querer abandonar tudo e voltar ao convívio social. Mas nesse exato momento em que a consciência do jovem se rebela, entra em cena o sistema de intimidações: ameaças de morte, maus tratos, ameaças de denúncias às autoridades. O jovem está completamente dominado.

Disse-me um dia Celso Lungaretti, o jovem preso na Vila Militar:

A maior felicidade para os chefes da VPR acontecia quando os jornais divulgavam os nomes e as fotos dos companheiros envolvidos numa ação. Dali por diante, nenhum deles poderia mais desertar.

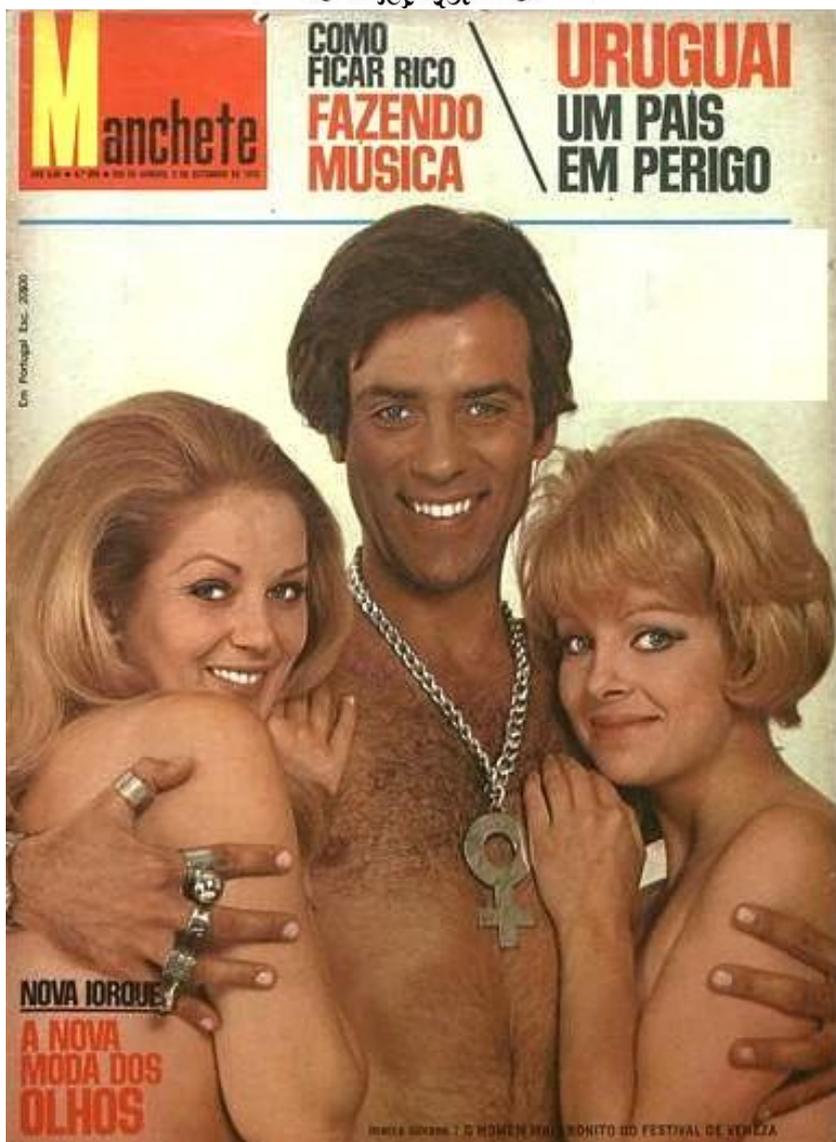
É a estratégia do fato consumado contra uma Nação e contra uma geração inteira.





Manchete n° 959, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 05.09.1970

← ————— ⌘ ————— →
O Caso das Torturas no Brasil
← ————— ⌘ ————— →

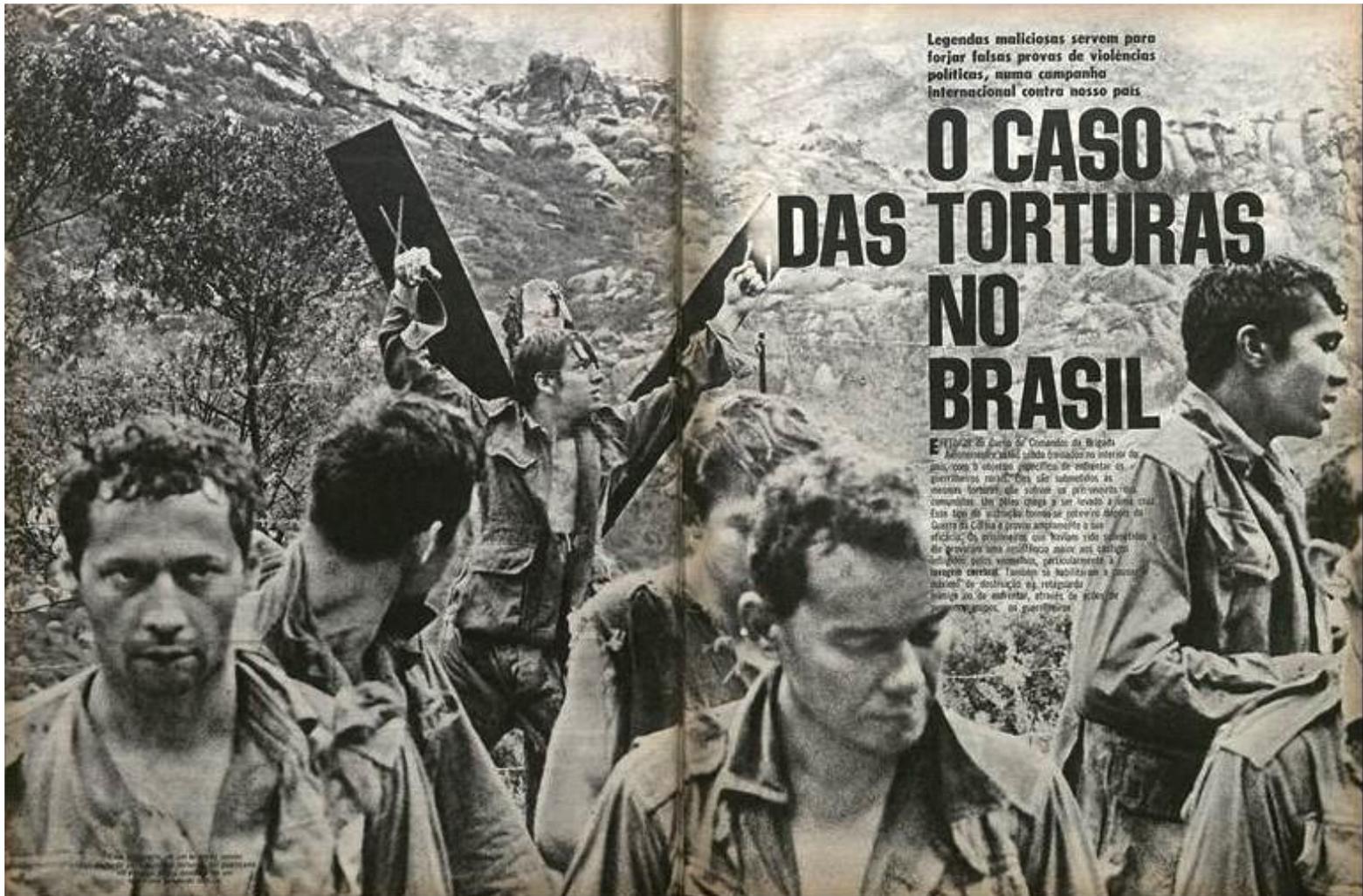


Legendas Maliciosas Servem Para forjar Falsas Provas de Violências Políticas, Numa Campanha Internacional Contra Nosso País

Efetivos do Curso de Comandos da Brigada Aero-terrestre estão sendo treinados no interior do País, com o objetivo específico de enfrentar os guerrilheiros rurais. Eles são submetidos às mesmas torturas que sofrem os prisioneiros dos comunistas. Um deles chega a ser levado a uma cruz. Esse tipo de instrução tornou-se rotineiro depois da Guerra da Coréia e provou amplamente a sua eficácia. Os prisioneiros que haviam sido submetidos a ele provaram uma resistência maior aos castigos infligidos pelos vermelhos, particularmente a lavagem cerebral. Também se habilitaram a causar o máximo de destruição na retaguarda inimiga ou de enfrentar, através de ações de pequenos grupos, os guerrilheiros.

Na sua Campanha Difamatória Contra o Brasil, Publicações Estrangeiras não Hesitam em Transformar Exercícios Antiguerrilhas em Prova de Torturas Contra Presos Políticos

A dureza do curso se destina, ainda, a fazer a seleção dos mais capazes. Por isso, os exercícios prosseguem com realismo e crueza. No dia seguinte, os jornais noticiam a sua realização, ilustrando a matéria com numerosas fotografias. O Exército norte-americano, na Zona do Canal, recordava-se, empregara esta forma de instruir até um ano atrás. Se os fatos foram corretamente noticiados na imprensa brasileira, haveriam, contudo, de ser apresentados sob deturpação em revistas estrangeiras. Fotografias usadas nas reportagens foram reproduzidas por algumas publicações utilizando-se legendas ambíguas e dando ao leitor menos atento a impressão de que se tratava de confirmação das acusações sobre torturas no Brasil.



Legendas maliciosas servem para forjar falsas provas de violências políticas, numa campanha internacional contra nosso país.

O CASO DAS TORTURAS NO BRASIL

ENTÃO, em Junho de 1964, o Comando da Brigada de Aeronaveiros, recém formado no interior de São Paulo, com o objetivo específico de enfrentar os guerrilheiros rurais, foi informado de algumas torturas que ocorreram em prisões militares comunistas. Um caso chegou a ser levado a uma cruz. Esse tipo de situação tornou-se frequente depois da Guerra da Coreia e provocou amplamente a sua eficácia. Os prisioneiros que haviam sido submetidos a essas torturas eram considerados como sendo de alto valor científico, particularmente a respeito de métodos de destruição e de recuperação. Muitos são de natureza, através de ações de guerra, de natureza política, de guerrilha.

**Na sua campanha difamatória
contra o Brasil, publicações estrangeiras
não hesitam em transformar exercícios
antiguerrilhas em prova de torturas
contra presos políticos**



A esquerda do centro se destacam, ainda, a foto e o texto dos seus captores. Por isso, os exercícios prisioneiros são realizados e croniciados. Na dia seguinte, os jornais noticiam a sua execução, ilustrando a matéria com numerosas fotografias. O Exército norte-americano, na Zona de Contato, recolhe e se empolgava com fotos de torturas em seu país.

Se de fato foram contra-mente noticiados na imprensa brasileira, havendo, contudo, de ser apresentados sob o aspecto de notícias estrangeiras. Fotografias usadas nos reportagens foram reproduzidas por algumas publicações estrangeiras: "Le Monde", "L'Express" e "Paris Match", dando ao leitor a impressão de que se tratava de confirmação das acusações sobre torturas no Brasil.

As revistas "Serra (de Alameda)", "Domestic del Comercio (de Itália)", foram as primeiras a publicar as fotos com legendas falsas. Seguiram-se a "Clay (de Turquia)", "Vozes (México-Chile)", já usando uma linguagem satirizada: ali estavam as provas das torturas a prisioneiros políticos no Brasil. Não havia mais do que chorar. Nesta fase é que haviam sido formuladas denúncias no papa sobre a que ocorria nos prisões brasileiras, bem como a criação de organizações internacionais.

É assim, um sistema, que se pretende distorcer a imagem do país no exterior. Um exercício antiguerrilha sempre uma prova da existência de métodos de tortura no Brasil.

De acordo com um relatório publicado em 1964, a revista "Serra", de Alameda, para a revista "Paris", e a revista "L'Express", e a revista "Paris Match" e um sistema de imprensa internacional voltado contra o Brasil.



Um dos exercícios antiguerrilha realizados no Brasil por um dos seus captores. Apesar da aparência calma os homens eram presos políticos



As revistas "Stern", da Alemanha e "Domenica del Corriere", da Itália, foram as primeiras a publicar as fotos com legendas maliciosas. Seguiram-se a "Oiga", do Peru e "Visión", México-Chile, já usando uma linguagem taxativa: ali estavam as provas das torturas a prisioneiros políticos no Brasil.

Não havia mais do que duvidar. Nesta base é que haviam sido formuladas denúncias ao Papa sobre o que ocorria nas prisões brasileiras, bem como a outros organismos internacionais.

É assim, em síntese, que se procura distorcer a imagem do País no exterior. Um exercício antiguerrilha compõe uma prova da existência de métodos de tortura no Brasil.

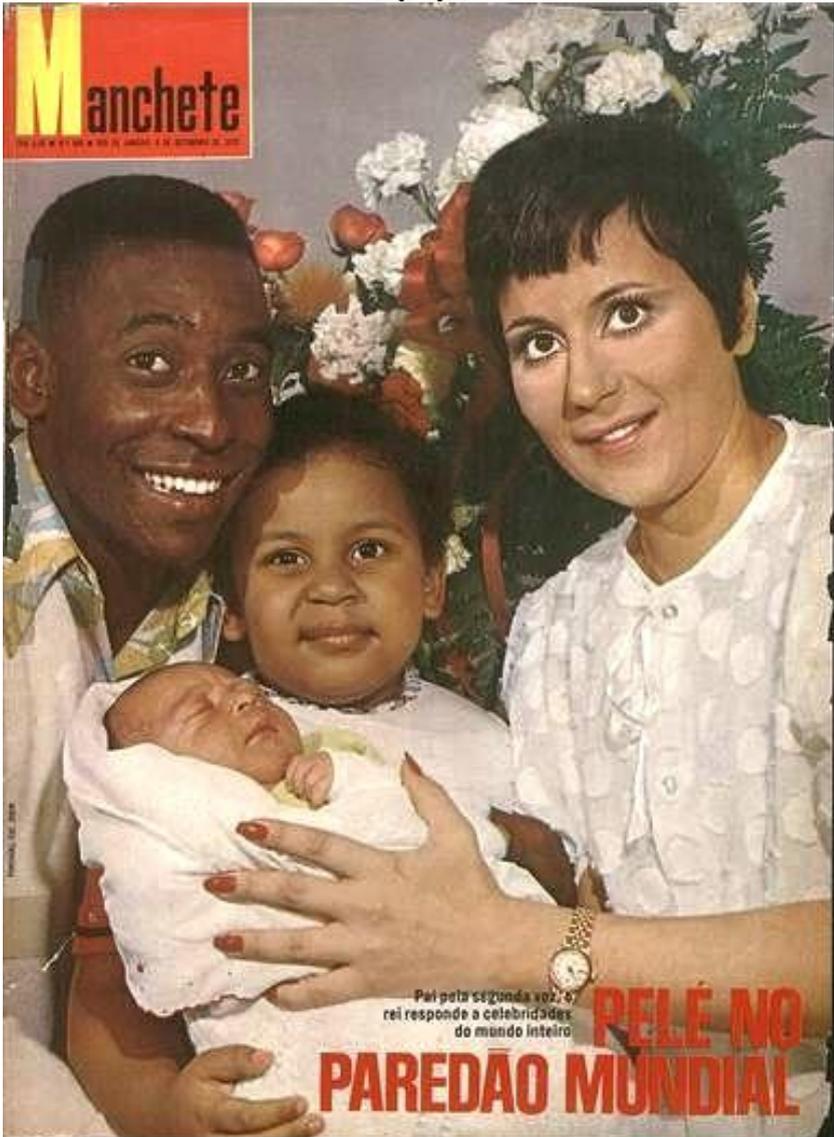




Manchete nº 960, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 12.09.1970



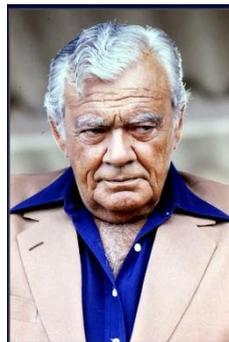
A Estrada Dedo de Deus



Para Quem vem do Norte o Caminho vai Ficar Mais Curto

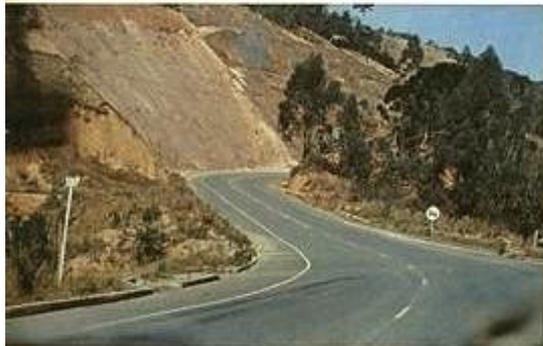
Os cortes constituem a principal característica da Rodovia Dedo de Deus, construída com rampas e curvas suaves. O famoso pico que marca a paisagem de Teresópolis domina grande parte do cenário percorrido pela nova estrada que tomou o seu nome. O Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, percorreu a pé vários trechos da nova e moderna rodovia, verificando o alto padrão técnico da sua construção.

Uma das mais belas rodovias do País, construída pela Companhia Citor, está com 70% da sua extensão prontos. Trata-se da rodovia que liga Teresópolis a Porto Novo, com 90 km de comprimento, dos quais 65 inteiramente acabados e entregues ao tráfego. Complementando a Rio-Bahia, essa nova estrada virá desafogar o tráfego que hoje se processa por Petrópolis: no mínimo, 60% dos veículos provenientes do Norte, do Nordeste e da Zona da Mata passarão a usar a Teresópolis-Porto Novo, que possibilita um encurtamento de percurso da ordem de 30 km, na verdade muito maior, virtualmente, dado o seu acostamento asfaltado, seus raios de curva suaves e suas rampas máximas de 5%. Por sua importância econômica, o Ministério dos Transportes, através do DNER, determinou a conclusão das obras para o primeiro trimestre do próximo ano.

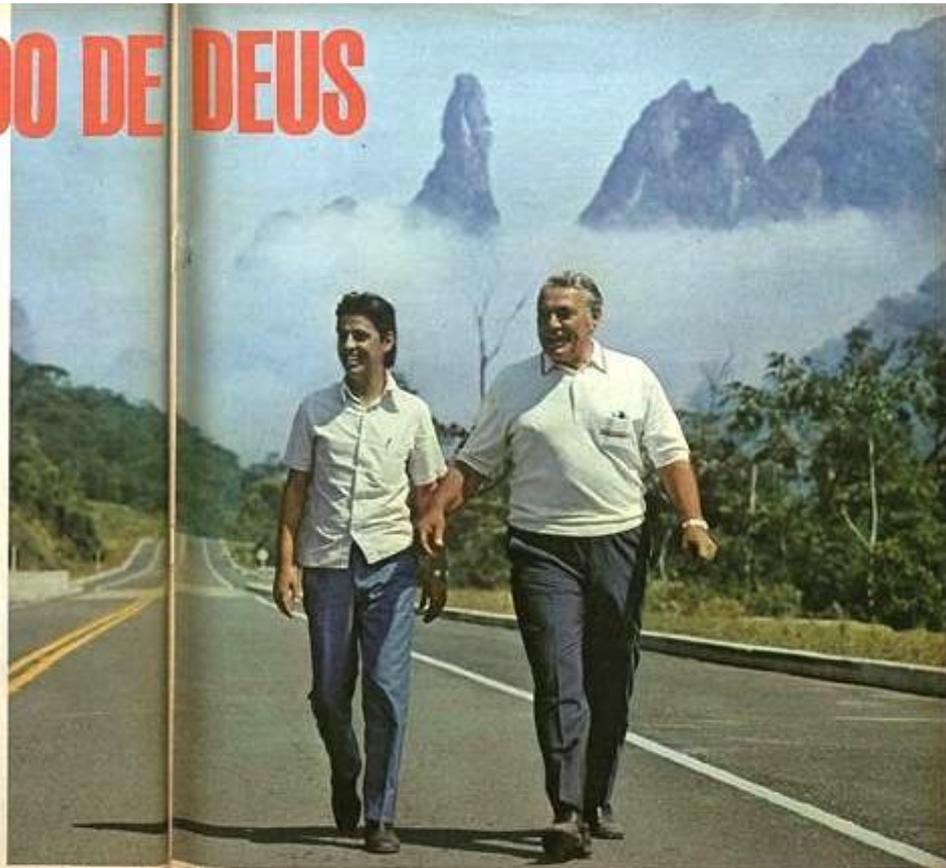


A ESTRADA DEDO DE DEUS

Para quem vem do norte, o caminho vai ficar mais curto



Da saída de Curitiba a principal característica de Pontal do Dedo de Deus, construída com rampas e curvas secas. O terreno aqui que flutua e pessegue de Fortaleza, oferece grande parte de condições ideais para uma estrada que, nem ao menos



O ministro da Transportes, Sérgio

Arcoverde, apresenta a um grupo de jornalistas, o novo projeto de uma estrada de mão única.

UMA das mais belas paisagens do país, construída pela Companhia Citre, está com 70 por cento da sua extensão pronta. Trata-se da estrada que liga Teresopolis à Praia Niterói, com 30 quilômetros de comprimento, dos quais 45 milímetros são subterrâneos e o restante, em superfície. Como planejamos a Rio-Bahia, esta nova estrada terá 100 milímetros de largura que hoje se encontra por Teresopolis, no momento, só por meio das rotas terrestres do Norte, do Nor-

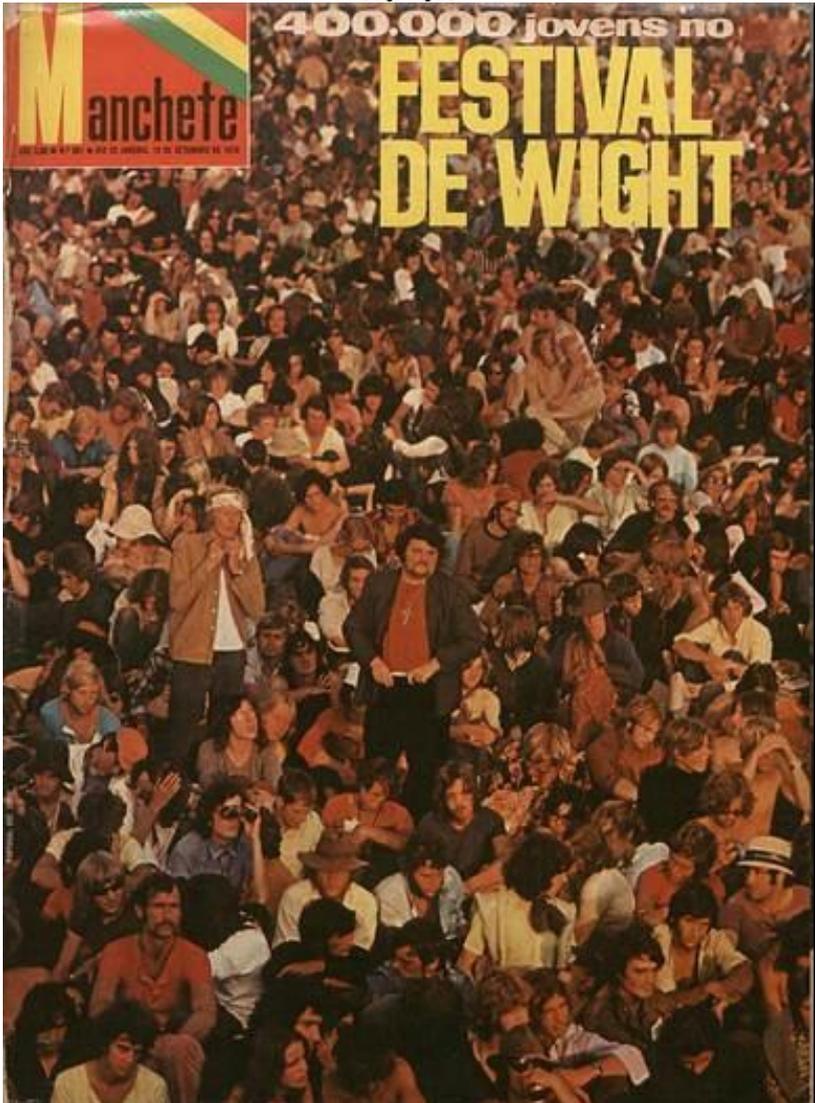
deste e da Zona de Mata paranaense a ser a Teresopolis.—Praia Niterói, que possibilita um encurtamento de percurso de mais de 30 quilômetros — na verdade muito mais, virtualmente, dada a sua localização estratégica, seu valor de terra superior a qualquer outro terreno de 55...
... Por sua importância econômica, o Ministério das Transportes, através da DNIT, determinou a conclusão das obras para o primeiro trimestre do próximo ano.



Manchete nº 961, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 19.09.1970



Medicismo
(Reportagem de Murilo Melo Filho)



**Num mar de Bandeiras Verde-Amarelas
que Festejavam a Semana da Pátria,
o País foi Embalado por uma Onda de Euforia,
Otimismo e Confiança. A Nova Filosofia já tem
Nome: Medicismo.**

No princípio, foi tudo muito difícil. A escolha inesperada pegara-o de surpresa. Não desejava a presidência, não a quisera, muito menos a ambicionara. Recebeu-a como mais uma missão a cumprir igual a muitas outras que lhe foram confiadas ao longo de 40 anos de Vida Militar.

O terrorismo estava então em plena escalada.

Os sequestros do embaixador americano e do cônsul japonês haviam caído em terreno sáfaro, produzindo seus juro e resultados como fatores de estímulo e fascínio para novas arremetidas. Lamarca, a mão armada, desafiava o poder.

Foi nesse ambiente carregado de insegurança que o General Emílio Garrastazu Médici assumiu o Governo, cujo exercício era para ele uma perigosa e difícil incógnita: estava acostumado a liderar soldados e oficiais. Teria agora de liderar uma Nação inteira.

Recrutou do Ministério anterior os homens de quem já gostava e conhecia o valor: Delfim, Andreazza, Passarinho, Costa Cavalcanti, Dias Leite, Márcio Melo. Completou-o com nomes novos: Cirne Lima, Pratini, Gibson, Corsetti.

Teve inicialmente de acalmar o ímpeto dos jovens oficiais, que sonhavam com um regime radical, ortodoxo, duro e intransigente. Acentuou com o jogo da verdade e a volta à democracia. Dispôs-se a cumprir o calendário eleitoral.

Na entrada do Novo Ano, a voz que chegou aos lares tinha um tom sóbrio, simples, sério e solene: anunciava seu programa de desenvolvimento e a decisão de eliminar as injustiças da correção monetária.

Assumiu então o comando pessoal e direto da escolha dos candidatos da Arena a governador de todos os estados, à exceção da Guanabara, onde reconheceu ao MDB o direito de indicar um nome, ao qual garantiu, em meio à incredulidade geral, a viabilidade e o futuro.

Nunca, como ele, um homem no Brasil exercitou com tanta plenitude e segurança os poderes presidenciais. Enfeixou-os nas mãos e passou a usá-los na medida e na proporção que julgou compatíveis e necessárias.

Nem a estupidez de que se revestiu o sequestro do Embaixador Holleben conseguiu desviá-lo desse rumo. Aceitou as exigências dos terroristas. Libertou os 40 reféns exigidos e entregou-os em Argel. Pagou com humildade e bom-senso o preço dessa submissão a um resgate que outros colegas seus, na América do Sul, consideraram inaceitável e humilhante. De repente, os ventos começaram a soprar em seu favor. Triunfava a sua política de fretes marítimos. Impunham-se as 200 milhas de Mar Territorial. O basquetebol conquistava o Vice-Campeonato do mundo. Fittipaldi ganhava corridas de automóvel, Koch e Mandarino venciam as partidas de tênis, o cinema consagra-se em Cannes.

Incentivado por ele e cercado pelo seu carinhoso apoio, o selecionado brasileiro que daqui partiu envolto numa atmosfera de descrédito e desânimo, conquistou o tricampeonato de futebol. Formou-se uma corrente pra frente. Parecia que todo o Brasil dava a mão, ligado na mesma emoção.

Sua estrela exagerou e, no último jogo contra a Itália, acertou até no escorço. Pela primeira vez, desde março de 1964, os portões do Alvorada foram abertos ao povo, que por eles entrou para abraçar aquele torcedor emocionado e feliz. Um dos que lá ingressaram não se conteve.

Esse General tem gosto de povo.

Cabeceou a bola, fez embaixada, tirou de le-tra, deu de chilena, driblou e pulou. Dois dias depois, recebeu os craques em palácio. Quando viu Pele subindo a rampa do Planalto correu em direção a ele e abraçou-o comovidamente, não como Presidente da República, nem General de quatro estrelas e muito menos como líder de uma Revolução que havia cassado e punido milhares de brasileiros, mas sim como torcedor do Flamengo e fanático do Grêmio, o admirador de Dario e o espectador de transístor colado ao ouvido.

O povo estava, então, nas ruas, nadando num Mar de bandeiras Verde-Amarelas e vibrando com a conquista de um título que significava a pujança de uma raça e de uma nacionalidade galvanizadas em torno de um objetivo:

Ninguém segura este País.

Surgia aí o "**Medicismo**": uma natural e espontânea filosofia, sem teóricos nem filósofos, que consiste em entusiasmar um povo não mais na base de inquéritos, de sindicâncias ou de perseguições, mas sim em torno de projetos, planos, horizontes, trabalhos, obras, perspectivas, como aconteceu com o New Deal de Roosevelt, o Sputnik de Kruchev, a força atômica de De Gaulle e as metas de Kubitschek. Diante do "**Medicismo**", recolheram-se os radicais, sumiram os terroristas, retraíram-se os subversivos. O Presidente ocupou todo o espaço. De dois aparentes reveses, soube retirar lições sábias e positivas:

1. *Quando surgiu a seca no Nordeste, que em outros tempos seria um flagelo nacional e um sorvedouro de verbas, lançou a Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e o Plano de Integração Nacional.*
2. *Quando aconteceu o sequestro do Cônsul Gomide, que a rigor seria tido como motivo de ultraje e ofensa ao orgulho nacional, declarou logo sua intenção de respeitar a soberania do pequeno vizinho e de confiar em que seu presidente, como ele, tudo fizesse para libertar o diplomata raptado.*

O "**Medicismo**" estava em plena ascensão:

- I *Com garbo nacionalista, enfrentou a guerra do solúvel, o embargo aos têxteis, a batalha dos navios, a conferência do café.*
- II *Com "penache" populista, lançou em Brasília a participação nos lucros, através do Plano de Integração Social, que sancionou neste 7 de Setembro.*
- III *Com charme agrícola, ofereceu preços mínimos a todos os agricultores, na base do "plante que o Governo garante".*
- IV *Com "approach" jovem, acenou para a mocidade com o Movimento Brasileiro de Educação de Adultos, pelo qual 10 milhões de analfabetos serão incorporados brevemente à força de trabalho e à sociedade.*

Enquanto isto, as exportações beiram os 3 bilhões de dólares, a inflação ficará abaixo de 20%, o progresso atingirá o patamar de 10%, os novos e modernos automóveis ultrapassam a barreira dos 400 mil carros por ano. Avançam a ponte Rio-Niterói e a litorânea Rio-Bahia, consolida-se Brasília, ampliam-se os estaleiros, começam a Rio-Santos, os metrô do Rio e de São Paulo, o aeroporto supersônico, integra-se o Nordeste com a Amazônia, equilibra-se o Orçamento,

anunciam-se reduções de impostos, enfrentam-se as campanhas externas sobre torturas, declara-se guerra à pobreza, explode a Loteria Esportiva, acena-se com uma sociedade aberta dentro do Brasil Grande, impulsiona-se o Projeto Rondon, busca-se riscar do Hino o "deitado eternamente em berço esplêndido", e o Ministro da Fazenda já acha que esse Herman Kahn é apenas um gozador.

"Brasil, eu te amo", "Brasil, conte comigo", "Ame-o ou deixe-o", "Ensine um brasileiro a ler e escrever: você também é responsável".

Falando pouco e nas horas certas, o "**Medicismo**" é por vêzes arredio e formal: retira-se para Brasília, depois instala-se no Rio ou se desloca para os estados. Tem seus próprios conselheiros em quem confia cegamente: Leitão de Abreu, João Batista, Fontoura, Manso Neto, Otávio Costa, Delfim, Veloso, Pratini e Geisel, entre outros.

É nesse círculo restrito, de absoluta confiança, que a doutrina "**Medicista**" se exercita diariamente no plano prático e direto, com decisões concretas e já anuncia para este ano ainda uma série de medidas e providências de impacto que reformarão toda a estrutura brasileira.

O "**Medicismo**" parece ter encontrado a fórmula mágica de ser patriota sem patriotadas, de ser técnico sem tecnocratas, de ser honesto sem ser fariseu, de ser ufanista sem ufanismos, de ser popular sem ser populista. Resultado: no Jóquei Clube é ovacionado e no Maracanã é aplaudido.

A nova filosofia reúne num só molde os esparsos figurinos de Alberto Torres, Tavares Bastos, Euclides da Cunha e Gilberto Amado.

Em vez das denúncias patéticas, do ufanismo estéril e das lamentações patrióticas, aí temos os apelos fascinantes no plano do desafio, os números concretos no âmbito da técnica, as estatísticas certas no nível da capacidade e a cabeça fria na esfera da competência.

Houve um tempo em que o Conde de Afonso Celso, num belo e romântico livro, repleto de boas intenções, ensinou os brasileiros a se ufanarem do seu País.

À geração de hoje, resta compatibilizar o ufanismo do conde com o "**Medicismo**" do General, para que dessa comparação possamos concluir se soubemos ou não transformar em progresso válido os sonhos do nosso lirismo e do nosso orgulho.



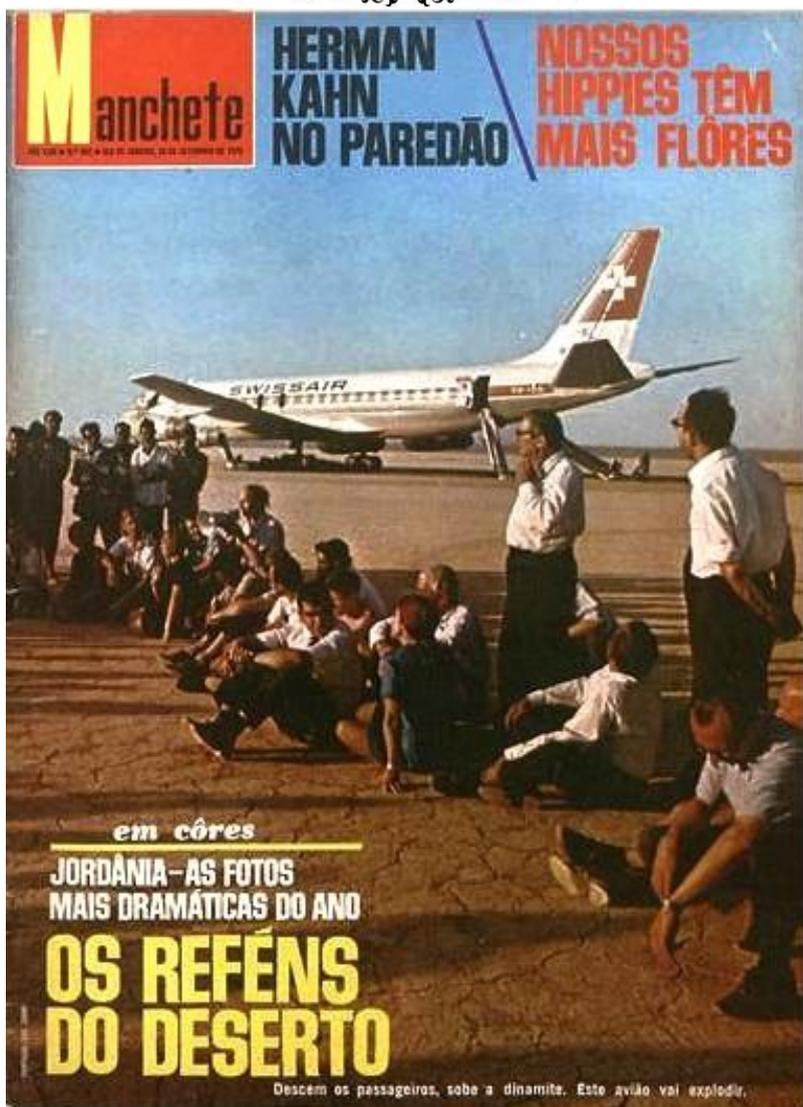


Manchete nº 962, Rio de Janeiro, RJ

Sábado, 26.09.1970



**Como Voltar à Democracia
(Reportagem de Carlos Chagas)**



- 1.** *Os atos Institucionais e complementares, que são a pedra angular do Estado Revolucionário. Extinguir o poder governamental de baixá-los, embora respeitando os efeitos de medidas já consumadas, seria o item principal da redemocratização. Mas nos setores oficiais reluta-se diante da perspectiva de abrir mão das prerrogativas que constituem a principal garantia da marcha para os objetivos do Movimento de Março de 64. O fim dos atos seria admitido apenas como fase de um processo de irreversibilidade, isto é, ao término do qual a Revolução não mais fosse contestada.*
- 2.** *Os direitos e garantias individuais, a começar pelo habeas-corpus, são características dos estados democráticos. Na teoria, tudo se resume a derrogar os atos de exceção. Na prática, tudo dependerá da redução de isolamento tanto do terrorismo quanto de outras formas de contestação às atuais estruturas.*
- 3.** *O poder político do Congresso é uma conquista que se confunde com a da democracia. Os revolucionários brasileiros impõem condições aos congressistas: não deverão contestar o Movimento de 31 de março, deverão reconhecê-lo como fato irreversível na vida nacional. Impõem métodos e objetivos: proibidade, desprendimento no trato dos assuntos de interesse público, "não buscar a divisão pela volta ao passado, mas a integração da conquista do futuro".*
- 4.** *O direito de livre associação e manifestação não é vedado no Brasil. Apenas o clima não o favorece. De novo a pedra angular repousa na contestação das instituições atuais: nada de passeatas como as de 68, nem de reabertura de entidades que tenham ou venham a ter os objetivos da antiga UNE.*
- 5.** *A censura à imprensa não existe numa democracia. No Brasil, a não ser o decreto da censura prévia para livros e periódicos, não existe qualquer estrutura instituída para censura aos diários. Apenas, por um entendimento revolucionário, a livre imprensa não pode servir de instrumento à contestação ou à guerra revolucionária.*

1. Os atos multilaterais e campanhas, que são a parte superior de uma revolução, exigem a total reorganização de todas as estruturas, sob o respeito às regras de moralidade, de honestidade, de ética e de princípios de redemocratização. Mas, em última análise, a vitória depende da capacidade de agir nos princípios que convenceram a sociedade brasileira no momento da revolução de 1964. O fim das elites, sem a adoção adequada, como foi o caso de outros regimes autoritários — isto é, no âmbito de qual a revolução não teve mais conteúdo.

2. Os direitos e garantias individuais, e também as liberdades, são características dos Estados democráticos. No Brasil, tudo se resume a desistir ou não de aceitar: na prática, tudo dependerá da vontade do momento. Isso se refere ao caráter de outros regimes de transição de regimes autoritários.

3. O poder político da Congresso e uma democracia que se constrói com a participação. Os movimentos, sobretudo os movimentos populares, são essenciais para a abertura de caminhos e a mudança de rumo. A democracia é construída com a participação de todos os cidadãos.

4. O direito de livre associação e manifestação, inclusive a participação na vida das instituições de caráter político. Não basta a Constituição para tudo se passar, mas a integração da sociedade ao futuro.

5. O direito de livre associação e manifestação, inclusive a participação na vida das instituições de caráter político. Não basta a Constituição para tudo se passar, mas a integração da sociedade ao futuro.

6. A garantia à liberdade de expressão, de imprensa, de opinião e de pensamento. Não basta a Constituição para tudo se passar, mas a integração da sociedade ao futuro.

7. A garantia à liberdade de expressão, de imprensa, de opinião e de pensamento. Não basta a Constituição para tudo se passar, mas a integração da sociedade ao futuro.

Reportagem de CARLOS CHAGAS

COMO VOLTAR À DEMOCRACIA?



Em seu primeiro pronunciamento, o Presidente Médici anunciou que esperava entregar o país redemocratizado ao seu sucessor, em 1974. Em que consiste a redemocratização, que modelos ela deve seguir, quais os seus pressupostos e os seus requisitos — tudo são indagações que devem merecer desde já as atenções gerais. Redemocratização não é alguma coisa a se conseguir mediante um passe de mágica ou uma palavra catolística. Necessita-se, definitivamente, de uma conquista a cada passo, e neste sentido é que o Presidente Médici procura orientar suas ações de governo, segundo o depoimento de uma série de líderes políticos.

6. Eleições diretas não são essenciais, dado o exemplo estrangeiro. No caso do Brasil, elas poderão ser indiretas para a Presidência. Mas a escolha dos governadores de estado deverá ser feita pelo povo nas urnas: afinal, é o que prevê para 1974 a Constituição atual.

Em seu primeiro pronunciamento, o Presidente Médici anunciou que esperava entregar o País redemocratzado ao seu sucessor, em 1974. Em que consiste a redemocratzação, que modelos ela deve seguir, quais os seus pressupostos e os seus requisitos? Tudo são indagações que devem merecer desde já as atenções gerais: redemocratzação não é alguma coisa a se conseguir mediante um passe de mágica ou uma palavra cabalística. Necessita ser definida e conquistada a cada passo, e neste sentido é que o Presidente Médici procura orientar suas ações de Governo, segundo o depoimento de uma série de líderes políticos.

O Deputado Arnaldo Prieto, secretário-geral da Arena, figura entre os elementos jovens de seu partido e é unanimemente reconhecido como uma das grandes renovações que o Rio Grande do Sul enviou para o Congresso. De toda a direção arenista, foi o único a ser conservado quando das mudanças que se seguiram à posse do General Médici. Em suas palavras, redemocratzação é antes de tudo aceitação da realidade revolucionária:

Os caminhos para a plenitude democrática são os próprios caminhos da democracia, que é uma forma de Governo e um estilo de vida. Ela se aprimora pelo próprio exercício de sua atividade, é uma conquista diária de cada homem, de todos os homens e das gerações que se vão educando para a vida democrática. Só se atinge uma democracia mais perfeita partindo de uma democracia menos perfeita, pois tudo é um contínuo processo evolutivo em que homens participam como sujeito e como objeto.

Eles realizam a democracia, e, por ela, se realizam como homens. A democracia no Brasil não foi interrompida pela Revolução de Março: nós já não vivíamos mais em democracia, pois aquele regime era uma caricatura de democracia, não mais correspondendo às aspirações profundas do povo brasileiro. A Revolução foi feita para restaurar a democracia e promover o desenvolvimento. Em seu primeiro impulso, ela foi mais preventiva, mas a tal ponto havíamos chegado no caminho para o caos que ela não pôde fugir à responsabilidade de promover a obra de reconstrução nacional.

Disse Arnaldo Prieto, diante do tema de o que fazer para a redemocratização:

Trabalhar muito, e com muita fé. Participar da grande obra de desenvolvimento nacional. Organizar a opinião pública para que o povo participe conscientemente dessa obra. Cabe à Arena a missão de ser o veículo de participação do povo no Governo da Revolução e de ser, ao mesmo tempo, a mensageira que leva ao povo as conquistas e as realizações desse Governo, fazendo a Revolução penetrar ainda mais profundamente na vida nacional. Ao MDB cabe a oposição ao Governo da Revolução. Mas a missão de instaurar definitivamente a democracia em nosso País cabe a toda a gente brasileira, do Presidente da República ao mais simples dos cidadãos. Foram palavras do Presidente Médici: "O alcance deste objetivo depende mais dos militantes da política partidária".

Frisou que a plenitude democrática não será alcançada sem que os setores mais responsáveis pela vida nacional adquiram plena consciência de que a Revolução é um fato irreversível. Não há hipótese do retorno ao sistema dos idos anteriores a março de 64:

Muita gente não compreendeu a profundidade da Revolução, possivelmente porque não tenha havido, graças a Deus, derramamento de sangue. Mas a Revolução, realizada em março, evitou uma outra, sangrenta, que fatalmente viria mais tarde, com ameaça para a própria

integridade nacional. A Revolução foi um dos fatos mais importantes para a vida nacional, neste século. Muitos, porém, ainda não o perceberam. Talvez pela prudência dos Chefes Revolucionários em preservarem ao máximo as formas das instituições democráticas, para facilitar a sua restauração.

Pela incompreensão da irreversibilidade Revolucionária tivemos o Ato Institucional número 2, com a extinção dos antigos partidos. E por muita gente, mesmo assim, não ter compreendido o fato, tivemos o Ato Institucional número 5, para "complementar o Movimento de 64, transformando-o numa autentica Revolução da democracia do desenvolvimento. Ninguém pode ser Revolucionário pela metade e nem participar de uma Revolução com timidez". (Presidente Médici em 7 de outubro de 1969)

Finalizou Arnaldo Prieto declarando que:

Sair da democracia é muito fácil, mas, restaurá-la, é um processo lento que exige muita determinação e prudência. Geralmente uma Revolução vitoriosa no primeiro impulso traz latente em seu bojo predisposição para tantas outras quantas forem necessárias, a fim de que seus objetivos finais sejam atingidos. Pode-se estabelecer um plano inclinado de conseqüências imprevisíveis.

O compromisso da Revolução de Março é com a democracia e o desenvolvimento: firme disposição dos Chefes Revolucionários e a aspiração maior do povo brasileiro. Não podemos voltar ao passado, senão para colher nele os ensinamentos de construção de um futuro de ordem, paz, prosperidade e justiça social. Sirvam-nos a todos, civis e militares, governantes e governados, as lições colhidas.

Devemos ter pressa mas não podemos atropelar a história. O Brasil desenvolve-se; agiganta-se, mas à medida que isso acontece, seus problemas avolumam-se. Temos de pensar, especialmente os políticos, em nossa responsabilidade, pois nenhuma sociedade vive sem uma atitude política.

Certa vez perguntaram a João Mangabeira o que era o socialismo. Ele respondeu: “*Hoje prefiro dizer o que é um socialista: olhem lá o Aurélio Viana, uma das mais autênticas encarnações do socialismo*”. Deputado federal por Alagoas durante três legislaturas, senador pela Guanabara e em vias de renovar seu mandato, agora por Alagoas, Aurélio Viana também tem sua receita de redemocratização:

Não teremos democracia plena e normalização institucional enquanto permanecerem o Ato Institucional nº 5 e a Constituição, que existem em virtude de um período de exceção, transitório, em que se encontra o País. Quando, honestamente, o Presidente da República proclama que espera deixar o Governo com o País plenamente democratizado, é porque reconhece a transitoriedade dos atos e mesmo da atual Carta Magna. O estado de normalização plena tem implicações, como a revisão das punições, que traria como corolário o direito de defesa; a existência do habeas-corpus ou a anistia para os considerados delitos políticos. Creio que não há divergências profundas quanto a essa opinião.

Entraremos no estado de direito, na democracia plena, continua o líder do MDB no Senado, quando o poder constituinte elaborar uma nova Constituição, que será promulgada e não outorgada. Para chegarmos a essa situação, os próprios partidos políticos terão de sofrer modificações profundas, de tal modo que sustentem princípios e programas que os credenciem perante a opinião pública. Deverão, também, adotar medidas no campo da escolha de seus dirigentes e dos candidatos aos pleitos, que sejam uma demonstração clara e insofismável do que desejam e praticam no campo interno, a verdadeira e plena democracia. Partidos que sejam agências de negócios eleitorais, que só existem às vésperas de eleições ou durante elas, que não tenham ideologia que os caracterize ou distinga, esses partidos não terão vez e hora com a redemocratização verdadeira. Podem ser tudo, menos partidos políticos. Fica claro, então, que não pode haver redemocratização

plena se não tivermos partidos que vivam a democracia. Se a lei não propiciar a criação de mais partidos políticos, que transmitam ao povo o seu ideário ou a sua ideologia, continuaremos contemplando o terrível Quadro de indiferentismo, com o afastamento da juventude de todo o processo político.

Disse também Aurélio Viana que:

A democracia representativa pressupõe liberdade de associação e autonomia sindical, reconhecimento do direito de greve, liberdade de imprensa, democratização do ensino, liberdade de cátedra, melhor distribuição de terras, imunidade e inviolabilidade dos parlamentares, hegemonia da justiça, liberdade com responsabilidade, real independência e harmonia dos poderes executivo, legislativo e judiciário, poder que emane do povo e em seu nome seja realmente exercido e, consoante a tradição de nosso sistema presidencial, participação direta do povo na eleição do presidente da República e dos governadores dos estados.

E concluiu:

Acredito mesmo que os propósitos do Presidente Médici sejam os de alcançar a plena redemocratização e normalização institucional, adotando processo que, em economia, se chama de gradualista. A verdade, que não se pode contestar, é que o País não tem entusiasmo pela política como ela é praticada atualmente, porque vivemos um sistema transitório. E os partidos, que seriam o instrumento indispensável à marcha para a normalização institucional e a redemocratização, não vêm encontrando receptividade. Faltam mensagens que comovam e entusiasmem o povo ou, o que seria pior, falta-lhes autenticidade. A tarefa da redemocratização é ciclópica, tendo em vista a conjuntura atual. A oposição, que não contesta o Movimento de 64, mas que faz oposição ao Governo, colabora para que a transitoriedade política que vivemos abrevie seus dias. Que partamos para a democracia plena, meta última do Governo presidido pelo General Médici.

Para o ex-Ministro Roberto Campos, a longo prazo a estabilidade política do Brasil dependerá de encontrarmos um modelo viável de desenvolvimento político que substitua o autoritarismo transicional implantado pela Revolução de 64 como medicina heroica, jamais visualizado como estilo político permanente:

Em outras palavras, urge deflagrarmos um processo de reconciliação democrática pelo qual a Revolução, reencontrando-se com os grupos desafeiçoados, se popularize suficientemente para liberalizar-se pelo teste eleitoral, normalizando também o processo de substituição de lideranças. A Revolução já provou sua capacidade de organizar o desenvolvimento econômico, através de um mecanismo decisório baseado numa aliança tecnocrática entre civis e militares. Resta-lhe demonstrar sua capacidade de conciliar a disciplina social com a participação política.

Com boa intuição política e agudo senso de oportunidade, o Presidente Médici vem melhorando a comunicação popular da Revolução sem ceder até agora à tentação de fácil popularidade através do nacionalismo exacerbado ou do populismo desregrado, a que soem succumbir os líderes militares latino-americanos.

Melhoraram as condições do diálogo com a Igreja, dentro da qual aparecem hoje menos influentes os que consentiam em emprestar respeitabilidade moral à violência estéril. Há um esboço de reconciliação com a classe estudantil, inicialmente traumatizada pelo desinteresse da Revolução em reconhecer-lhe papel político prematuro.

O terceiro grupo a conquistar, e de longe a tarefa mais importante, é a massa trabalhadora. A ela se dirigiu o Programa de Integração Social, que traduz a saudável preocupação do Presidente Médici em completar o processo de reconciliação democrática, eliminando falsos antagonismos entre a Revolução e os poderes não-institucionais: a Igreja, que é o cimento moral; os estudantes, que trazem impulso e motivação; e os trabalhadores, que são o poder latente.

Para o Professor Roberto Campos, a reconciliação entre o estado de direito e a Revolução situa-se na esteira do sucesso que vier a ser alcançado pela política do Governo junto aos três grupos principais referidos, por certo que com a incorporação de um Executivo liberto de cadeias do passado.

Cronista não apenas dos fenômenos do mundo da economia, ele prefere abordar mais de perto a reconciliação com a classe trabalhadora, no momento a grande preocupação latente no Governo:

O constrangimento inicial entre o poder revolucionário e o poder sindical era tão lamentável quanto inevitável. A demagogia populista, na fase final do governo Goulart, havia desviado os sindicatos de sua função de reivindicação econômica para o partidarismo político. Os salários deixaram de relacionar-se com a produtividade, ou mesmo com as necessidades econômicas do trabalhador, para refletirem apenas o grau de politização e mobilização eleitoreira dos sindicatos. Alguns líderes sindicais se transformaram em autoridades fiscais pela manipulação de fundos dos Institutos. A disciplina social entrou em colapso pela proliferação das greves políticas. E alguns sindicatos se tornaram "soviets" embrionários, pregando a implantação do socialismo.

As medidas revolucionárias iniciais, nesse contexto, tinham de ser traumatizantes. Para conter a espiral inflacionária preços-salários, era imperativa uma política de contenção salarial; mas conquanto a classe operária seja a principal vítima da inflação, o fascínio da ilusão monetária, maciços reajustamentos, ainda que anulados pela alta de preços, é quase irresistível. A restauração da doutrina social impunha, de outro lado, uma limitação do ativismo político dos sindicatos.

O Presidente Castello Branco formulou uma estratégia de reconciliação, ainda que na certeza melancólica de não obter reconhecimento senão a médio e longo prazo. No plano econômico ela assentava em:

- a)** *Enfatizar benefícios indiretos como o Programa de Habitação, o Programa de Bolsas-de-Estudo, a substituição da garantia ilusória da estabilidade pelo pecúlio financeiro concreto do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço;*
- b)** *Promover uma redistribuição fiscal de renda em favor das populações pobres interioranas, através de programas de água e saneamento;*
- c)** *Determinar a correção monetária dos salários em atraso;*
- d)** *Implantar reformas estruturais, como a Agrária, para melhorar a sorte do trabalhador rural;*
- e)** *Ampliar o regime de incentivos fiscais para as regiões mais pobres, a fim de criar empregos e melhorar as condições do trabalhador.*

No plano político, procurou-se dar responsabilidades concretas e construtivas às lideranças sindicais encarregadas de administrar os programas de Bolsas-de-Estudo e Cooperativas de Habitação. Mas o lance mais importante era dar aos representantes trabalhistas ampla participação no CONSPLAN, solidarizando-os com as grandes decisões estratégicas do Programa de Desenvolvimento. No plano administrativo visava-se, pela unificação da previdência, a melhorar a qualidade e baratear o custo dos serviços de assistência social.

O último lance da grande estratégia de reconciliação a que Castello Branco dedicou fanática atenção em seus últimos dias de governo foi o da participação dos empregados nos lucros das empresas. Foi preparado projeto de regulamentação do artigo 158 da Constituição de 67, após demorado crivo de projetos anteriores e cuidadosa análise da experiência internacional. Contou, também, com a contribuição de um velho batalhador da causa, o Ministro Juarez Távora, e Intervenções moderadoras dos Ministros da Fazenda e do Planejamento, preocupados em conciliar a distribuição dos resultados, reclamada pela justiça social, com a acumulação de capital, exigida para o desenvolvimento econômico.

Vice-líder do Governo na Câmara, combativo e agitado, profundo conhecedor de sociologia e de filosofia, antigo advogado de júri, Clóvis Stenzel dá o seu depoimento:

Não acredito que o povo esteja interessado em qualquer mudança do regime, mesmo no sentido de um maior afrouxamento. Se isso é um bem ou um mal, discutiremos mais adiante. Mas a verdade é que a liberdade política, tomando-se essa expressão no sentido de liberdade para constituir o Governo, não é um dos valores perseguidos pelo nosso povo. Principalmente o povo deste fim de século, utilitarista, materialista, imediatista.

O povo também não tem a preocupação de constituir governos diretamente, porque os governos constituídos pelo povo, nos últimos anos, causaram grandes decepções e imensas frustrações políticas. Não se conclua daí que o povo perdeu a sua força, a sua vontade, o seu poder. O que afirmo é que o povo mudou os seus interesses. Oliveira Viana chegou a esta dolorosa conclusão já no fim da vida:

O que o povo pede aos governos, eleitos ou não eleitos pouco importa, é que eles não o inquietem em sua vida particular. Equivale dizer: o que interessa ao povo é a liberdade civil e individual.

Do tempo em que o sociólogo fluminense fez esta observação até hoje, o povo evoluiu num outro sentido. Agora pede aos governos que promovam o bem de todos, o bem comum, dando a esta expressão o sentido de progresso econômico, visão materialista e utilitarista da vida, mas nem por isso de pouco valor.

Desde que a minoria que está no poder represente as aspirações do corpo social, interprete-as e as concretize, ao povo não interessa saber como ela chegou ao poder, o que não deixa de ser lamentável. A instabilidade política e a insegurança ocorrerão quando a minoria dirigente não fica solidária com esse tronco social.

Candidato à reeleição pelo Rio Grande do Sul, Stenzel continua:

Feitas essas considerações, o que poderei responder a respeito da época em que voltará o regime democrático?

Do que expus conclui-se logo que a campanha de retorno é de elite, não de massa. Não se infira daí que por isso não deva ser meritória e vitoriosa. Sou um elitista: só as minorias qualificadas são capazes de dirigir, de inovar, de transformar. Daí porque ao longo de minha vida tenha dado grande importância ao processo eleitoral; dele depende a vitalidade de uma democracia: se resultar a eleição de minoria qualificada, o regime funcionará bem.

Mas se forem eleitos homens massificados, não haverá pior regime que o democrático. É justo que as elites, jornalistas, juízes, advogados, políticos, enfim, homens de pensamento, queiram o retorno imediato das amplas franquias democráticas. Mas cuidem que o governo, o sistema vigente que também tem aspirações democráticas, observa homens e acontecimentos. Entre os propugnadores ao retorno do "habeas-corpus", por exemplo, estão aqueles que praticam crimes políticos contra a segurança nacional, os direta e indiretamente engajados na subversão, dos mais perspicazes e suspicazes.

Disse também o parlamentar gaúcho ter a impressão pessoal de que se o Presidente Médici, a exemplo do Presidente Castello Branco, fizesse uma abertura imediata, criaria para ele e seu sucessor as mesmas dificuldades criadas para o Presidente Costa e Silva:

Quando as condições políticas forem de confiança, quando aqueles que querem o retorno ao absoluto estado de direito o quiserem com o mesmo entusiasmo com que combaterem a subversão, penso que aí haverá um clima de confiança nacional, condição "sine qua non" para a segurança dentro do estado democrático, que deve ser a aspiração de todos os homens de preocupação política.

Ex-interventor federal, ex-senador, ex-candidato à Presidência da República, depois de um recesso político de 15 anos, Etelvino Lins decidiu retornar. Em 15 de novembro, disputará uma cadeira de deputado federal pela Arena de Pernambuco, e acentua que aos políticos compete papel essencial na busca de fórmulas necessárias à reconciliação entre o estado Revolucionário e o estado de direito.

O pressuposto, em seu entender, é de que a ninguém será lícito raciocinar abstratamente, supondo que alguma coisa possa ser feita fora da Revolução. Esta é irreversível, como foram a República, a Revolução de 1930 ou a queda da ditadura, em 1945. Depois delas, todos tiveram que agir e atuar em função de uma nova realidade. Os que pretenderem que redemocratização é volta ao passado estarão malhando em ferro frio.

Institucionalmente, Etelvino Lins acha que o modelo de reconciliação deve ser Revolucionário, isto é, deve traduzir anseios, objetivos e esperanças que vieram no bojo do Movimento de 31 de março de 64. Esse Movimento interrompeu não apenas o governo Goulart, mas toda a fase expressiva de um período tumultuado da vida brasileira. A reconciliação precisa ser feita através de um modelo político-institucional buscado até 1974, conforme os desejos do Presidente Médici. Porém, mais do que esse modelo, a redemocratização pressupõe um denominador comum. Exige, antes, a motivação que possa reunir as várias correntes de opinião nacional, civis e militares, jovens ou mais experientes. A base da questão passa a não ser a forma, mas o fundo.

Por mais importante que o modelo pareça, será necessário um veículo que o torne viável e que permita à nação chegar até ele. Textualmente, disse Etelvino Lins em seu depoimento:

Numa era em que as ideologias tendem para o desaparecimento total, desde o pós-guerra, com as contradições internas dos próprios países comunistas, nos quais a ideia do lucro e a abertura ainda que tímida para a preservação da pequena propriedade privada se fazem sentir; numa era em que nova sociedade desponta, com o fracasso do comunismo e as restrições do capitalismo; numa era em que as ideologias vão encontrando sucedâneo nas ideias desenvolvimentistas e nacionalistas, creio que nesse ponto, precisamente, é que poderemos construir forte motivação interna, capaz de canalizar as energias da comunidade brasileira.

No nacionalismo, mas não o nacionalismo de grupos comprometidos ideologicamente ou o nacionalismo xenófobo de outros, mas um nacionalismo bem brasileiro que nos permita enfrentar, decidida e firmemente, as relações viciadas de intercâmbio com nações que se habituaram durante longos anos a encarar-nos e tratar-nos como simples exportadores de matéria-prima e compradores tradicionais de produtos industrializados por elas fabricados. Um nacionalismo que nos proporcionasse unificar a frente interna, apoiado na opinião nacional, sem permitir, porém, a mais leve confusão com o surto de nacionalismo primitivista, muito menos de sentido equívoco, que já houve entre nós nos anos anteriores a 1964 e ainda agora caracteriza o comportamento de alguns estados sul-americanos.

E indiscutível que os problemas acumulados, inclusive por incapacidade política dos governos anteriores à Revolução, fizeram com que a ideia e o espírito nacionalista ganhassem os jovens, civis e militares.

Supondo-se, porque todas as hipóteses devem ser previstas, que possamos enfrentar no futuro novo período de crise, tal sentimento poderia irromper descontroladamente, exposto em termos inadequados e inconvenientes do ponto de vista da extensão de seus postulados e também da exagerada repercussão que teria no plano internacional, dificultando a solução de problemas reais.

Disciplinar a ideia nacionalista em contornos bem delimitados é obra de previsão patriótica. Definir os aspectos e os pontos externos de estrangulamento de nosso esforço desenvolvimentista cabe a especialistas e técnicos isentos de preconceitos e posições sectárias. Alguns desses aspectos são facilmente identificáveis, como a questão dos fretes e a deterioração dos termos de intercâmbio comercial.

Outros são reconhecidos pelas próprias autoridades americanas, e nenhum país é mais nacionalista que os Estados Unidos na defesa de seus produtos e de sua economia, como recentemente ocorre no caso do café solúvel e nos empréstimos condicionados; e ainda outros estão para ser evidenciados, como é o caso da paulatina desnacionalização da economia brasileira, nos termos das conclusões divulgadas em Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados.

Marcharíamos, assim, para o diálogo sério e alto com os Estados Unidos, cujas autoridades e empresários precisam compreender dada a irretorquível lealdade da posição brasileira em face do sistema interamericano, do qual não podemos nos desvincular, dentro de nossa vocação histórica, que um Brasil economicamente forte interessa à robustez do próprio sistema e, conseqüentemente, à própria posição dos Estados Unidos no mundo.

Analista político, editorialista e professor de política, Luís Alberto Bahia viajou há uma semana para a Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, onde permanecerá um ano lecionando. Ele também deixa sua receita de reconciliação:

O estado revolucionário brasileiro pode ser assim chamado enquanto reduzidas pelo Ato Institucional nº 5 as suas características de estado de direito. Ele se justifica, desde o início, no fato de ser o Brasil vítima da Guerra Revolucionária, durante a qual deve haver o predomínio da coerção e da informação hierarquizada sobre a intercomunicação livre e aberta.

O estado de direito, por sua vez, é aquele cujo governo está legitimado pelo consenso livre, eleitoralmente expresso. A reconciliação, assim, torna-se necessária entre a Revolução e a representação participante, a participação representativa e o sistema de segurança individual. Reconciliação supõe vitória de um projeto político sobre o medo dos moderados, que hoje constituem a grande maioria civil e militar do País, inibidos desde a crise que precedeu o Ato Institucional nº 5, temerosos da desordem, da revanche dos marginalizados e do radicalismo das minorias.

Para Bahia reconciliação exige reencontro com o sentimento nacional ativo por meio de eleições, direito de oposição, não apenas direito de crítica, e hipótese real das forças de oposição chegarem ao poder.

O mais importante, para ele, é a superação do impasse da alternativa “Revolução e antirrevolução”, na forma de uma política que tome o futuro como ponto de referência, não o passado: a devoção à tarefa criadora de uma sociedade aberta que incorpore as conquistas liberais e sociais do Ocidente. Politicamente, uma sociedade dentro da qual é possível intensa comunicação entre os diferentes degraus da pirâmide do poder. Uma sociedade que aceita os riscos da instabilidade política em favor da maior estabilidade institucional.

Reconciliação não deve ser rejeição das atuais bases do poder político, mas alargamento das bases econômicas e sociais da tarefa acumulativa e do desenvolvimento. Seu modelo precisa ser pluralista, então. Outros tipos de reconciliação podem existir, como as que se fazem por via liberal, por via nacionalista e por via distributivista e corporativa, mas a via pluralista é a que melhor se adapta à conjuntura brasileira. São suas características políticas:

1) Executivo com autoridade;

- 2)** *Um ou dois partidos de tipo representativo, capazes de abranger os conflitos de tendências e de substituir as Forças Armadas como instrumento do processo político-institucional;*
- 3)** *Fidelidade ao sufrágio direto como processo de escolha da representação popular, não sendo indispensável, porém, a eleição dos chefes do Executivo por via direta;*
- 4)** *Participação ativa dos corpos intermediários no debate dos temas nacionais, sem censura, como meio mais eficiente de distensão social;*
- 5)** *Sistema de segurança individual, sem o qual não haverá certeza de que o processo de acumulação continuará a se fazer em regime misto de apropriação privada e apropriação pública, pressuposto das sociedades democráticas. Incluem-se no sistema de segurança individual as liberdades relacionadas ao nível de consumo da sociedade, pois só as oportunidades de consumo e de bem-estar social estimulam o mercado e excitam o desafio à vontade de ampliar o mercado e realizar o desenvolvimento.*

As características econômicas desse modelo de reconciliação fundamentam-se no compromisso entre o capital estrangeiro, o capitalismo do estado e o capital privado nacional, com a multiplicidade de padrões empresariais. É necessária a racionalização sem a estatização, bem como a multiplicação dos possuidores de ações, casas e terras. O incentivo à pequena e média empresas poderá proporcionar-lhes um poder organizado capaz de compensar e prevenir a desnacionalização e a estatização. Por outro lado, a reconciliação se viabilizará na medida em que tenha êxito a multiplicação dos possuidores de capital e de bens imobiliários, nos próximos três anos. O agente da multiplicação não será apenas o indivíduo, pois é necessário que se transformem também em possuidores de bens e ações os sindicatos, as cooperativas, as congregações, associações, clubes e todos os corpos intermediários da sociedade.

Luís Alberto Bahia conclui:

São pré-condições do modelo pluralista que afastarão os obstáculos político-institucionais à reconciliação: revisão da excepcionalidade contida na indeterminação do prazo do Ato Institucional nº 5, pois a simples fixação de um prazo inverteria a expectativa, podendo o modelo pluralista ser gradualmente experimentado ao impulso do alargamento das bases sociais do sistema. Adoção, pela oposição, do modelo pluralista. Aceitação, pelo governo, dos riscos da reconciliação.





Manchete n° 969, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 14.11.1970

—•••••—
Belém-Brasília Ano 10
(Reportagem de Paulo Rehder)
—•••••—



Quando o primeiro caminhão uniu o Norte ao Centro do País, em 1960, viviam ao longo dessa estrada menos de 50 mil pessoas. Hoje, quando por aqui passam mil caminhões por dia, dois milhões de pessoas habitam dezenas de cidades novas que não param de crescer. Assim é a “Belém-Brasília”.

Rialma, Porangatu, Crixás, Cana Brava, Gurupi, Guaraí, Rio Tranqueira, Nova Olinda, Rio Lontra, Araguaína, Tocantins, Tocantinópolis, Estreito, Imperatriz, Paragominas, Candiru-Açu, Ipixuna, Graças a Deus, Santa Maria, Castanhal, Belém.

São algumas cidades e rios. Compõem o Poema Épico que está sendo escrito há dez anos. Poderá ser mais brilhante, se assinado por Manuel Bandeira ou Carlos Drummond de Andrade. Porém seus autores são homens rudes, pioneiros corajosos e audazes pouco afeitos à poesia-literatura. Eles construíram cidades, vadearam Rios e fizeram uma estrada, que já foi das onças; mas que hoje é do homem e do seu progresso – a Belém-Brasília.

Durante 144 horas, seis dias, percorremos os 2.080 km da Rodovia Bernardo Saião, no sentido Brasília-Belém. Dez anos depois de começarem a trafegar em toda sua extensão os primeiros carros e caminhões. Das primeiras “picadas”, abertas a partir de 1956, pouco resta. As cabanas de palha de babaçu, as pensões, restaurantes e postos de gasolina de 1960 hoje são cidades que “crescem como câncer”, rápida e indisciplinadamente, como disse um pioneiro.

Entre elas, novas cabanas vão se levantando do cerrado ou da floresta. São as cidades de amanhã, vilas pobres de hoje. Onde houver uma pensão de mulheres, um restaurante e um posto de gasolina, poderá haver em breve uma nova cidade.



Quando o primeiro zanzibário veio e Morfe se
Centro da mata, em 1909, viviam ao longo dessa estrada
menos de 50 mil pessoas. Hoje, quando por aqui
passam mil caminhões por dia, dois milhões
de pessoas habitam dezenas de cidades
locais que não parecem de crescer. Ainda é a

BELEM— BRASILIA ANO 10

Rafina, Porangaba/Crisól, Caxa Brava/Gurupi/Guará/Rio
Timbiquara/Roraima, Dinópolis/Rio Lomba/Araguaína, Tocantins,
Tocantópolis, Ipiranga/Imperatriz/Paragominas, Caxambu,
Açu, Ipiranga, Graca a Deus, Santa Maria, Castanhal/Altamira,
São algumas cidades e rios. Compoem o poema épico
que está sendo escrito há dez anos. Poderia ser galego, ba-
hiano, se assinado por Manoel Bandeira, ou Carlos O'Donnell,
monard de Andrade. Porém, seus autores são homens rudes,
poucos conhecidos e desconhecidos. Habitam a fronteira
fazenda, fies construídas, cidades, vadeiros, rios e fazenda
uma estrada, que há mil dias avança, mas que hoje é do homem
e do seu progresso — à Belém — Brasília.

Reportagem de PAULO HENRIQUE
Tudo de JORGE NEVES, enviado especial

Este tem sido o processo normal de povoamento da estrada, atualmente cercada por mais de dois milhões de habitantes, espalhados em cidades, vilas, lugarejos e fazendas de pecuária ou agricultura.

Apesar do progresso percorrer todo planalto goiano, os cerrados do Maranhão e o início da planície amazônica do Pará ainda são uma aventura. Ela começa suavemente, no asfalto da BR-060, que liga Brasília a Anápolis. São 120 km. Um asfalto cansado e machucado. Nas margens, com a vegetação retorcida do cerrado goiano ao fundo, crianças vendem morangos, jaboticabas e laranjas.

**A Epopeia Começou há 14 Anos.
Bernardo Saião, o Pioneiro, não Pôde ver a
Abertura da Estrada em 1960**

O tráfego é intenso. São caminhões, camionetes e alguns carros. Trinta minutos, a Variant numa média de 100 km/h, surge Alexânia, vila cortada pela estrada, com bares, restaurantes e posto de gasolina. Depois, Abadiânia e Anápolis, velha cidade goiana com mais de cem mil habitantes, cercada por pastos verdejantes. É parecida com muitas outras cidades goianas, mineiras ou paulistas: praça, igreja, cinema, clube e, o orgulho dos moradores, dois arranha-céus. Próximo à saída de Anápolis uma placa do DNER dá a dimensão da aventura: Ceres, 140 km; Gurupi, 574 km; Imperatriz, 1.376 km; Belém, 1.960 km.

Ali, onde se estende um manto de asfalto, começou há catorze anos a epopeia de dois visionários: Juscelino Kubitschek e Bernardo Saião, que não pôde ver concluída sua obra. Numa chicotada de audácia e coragem, rasgaram um vergão no dorso dos cerrados do Planalto Central e da floresta amazônica. Um vergão que jamais cicatrizou e que é, de fato, a primeira obra de integração nacional.

O asfalto se estende por mais 109 km. É uma pavimentação mais cuidada, ainda nova. Ao lado, pastos verdes e plantações de arroz, milho e feijão do Vale de São Patrício dão a dimensão da importância da rodovia, tão combatida quando idealizada. Os caminhões passam lotados nos dois sentidos. Uns carregando bois, outros mantimentos e equipamentos para abastecer o Norte de Goiás, Oeste do Maranhão ou mesmo o Sul do Pará e Belém. Provêm, em sua maioria, do interior de São Paulo e andam em caravanas. De vez em quando, uma boiada surge no horizonte, atravessando o asfalto. É hora de diminuir a marcha.

Em menos de uma hora, a Variant devora os 109 quilômetros de asfalto. Daqui para frente é o reinado da poeira, do cascalho e das costelas, sucessão contínua de minilombadas, os maiores inimigos do motorista. Para chegar a Belém, ele terá de atravessar uma distância que daria para cortar os territórios da Alemanha e França juntos. Para trás, ficam um posto de gasolina e uma churrascaria, a Serra Dourada, classificada como regular no mapa da Rodobrás. Aproximam-se Ceres e Rialma, cidades gêmeas a 159 km de Anápolis, 50 dos quais de poeira, costelas e cascalho. Aí começa a luta para evitar que uma pedra, lançada por caminhão, jipe ou pick-up, estilhaça o vidro dianteiro. Por isso, é aconselhável pressionar com a mão o para-brisa no cruzamento com outros veículos. Muitos dos que não acreditam neste expediente terminam rápido a aventura. E estes são numerosos. É comum encontrar pequenos montes de vidro estilhaçado. Mais adiante, o carro que capotou.

Em dezenove de fevereiro de 1941, o Presidente Getúlio Vargas, interessado em promover a interiorização do País, criava por decreto a Colônia Agrícola Nacional. Para dirigi-la, designou um jovem agrônomo, Bernardo Saião. No lombo de burro, ele saiu de

Anápolis e fundou uma cidade, Ceres, hoje uma das mais ricas do estado. Transformada em município em 53, conta hoje com uma população de cerca de 50 mil habitantes, dos quais 15 mil na sede. A seu lado, apenas separada pelo rio das Almas, Rialma, município bem menor, é centro da boêmia de Ceres, com alguns bares e cabarés onde as músicas do cantor cubano Bienvenido Granda ainda fazem muito sucesso.

Para uma arrecadação anual em torno de dois milhões de cruzeiros, Ceres diminuiu um pouco o ritmo de progresso depois que a estrada começou a passar ao largo, é o que dizem os moradores. Hotéis, os melhores são o Tropical e o Ceres. Por cinco cruzeiros, inclusive café da manhã, se consegue um quarto, piso de cimento, teto sem forro, colchão de mola, estrado e guarda-roupa. Simples, mas limpo.

A comida, cada refeição também custa cinco cruzeiros, é farta e bem feita, com aquele tempero caseiro. Não há serviço à *"la carte"*. Basta sentar-se à mesa e pedir a refeição. Em poucos minutos desaba sobre a toalha uma enxurrada de pratos: bife acebolado, carne de porco, frango assado e ensopado, salada de tomates e alface, jiló, piqui cozido, batata cozida, aipim frito e cozido, peixe, salada de chicória, arroz, feijão, macarrão e sopa. O refrigerante ou a cerveja, sempre bem gelados, são pagos à parte. Quem resistir ainda tem o direito de pedir a sobremesa, fruta da época ou queijo com goiabada. O cafezinho já vem adoçado. Este, com pequenas variações, é o menu de todos os restaurantes da Belém-Brasília, sempre o mesmo preço e com direito à repetição grátis.

**Na Primeira Cidade, Ceres, não Falta nem
Mesmo uma Faculdade de Filosofia**

Poucas ruas asfaltadas, Ceres conta com agências do Banco do Brasil, Banco da Amazônia e Banco do Estado de Goiás, escolas primárias, secundárias e uma faculdade de filosofia. O grande sonho de seus habitantes é ver as ruas asfaltadas. Recentemente, o prefeito adquiriu um milhão de cruzeiros em equipamentos para asfaltar a cidade. Acrescentou doze milhões de cruzeiros mensais à folha de pagamentos da prefeitura, asfaltou sete mil metros quadrados de ruas e parou. Há pouco tempo, as esperanças se reavivaram: o prefeito comprou a quinta patrola para o município. As críticas da Oposição são muito vivas.

Não sei para que tanta patrola comenta Tônico, comerciante de arroz que mora na cidade há dois anos.

Seis horas da manhã, depois de uma noite fresca, o Sol começa a castigar as fachadas das casas. A estrada, com 14 m de largura e revestimento primário, denominação usada pela Rodobras para estrada de terra batida, começa a receber caminhões e carros. Todos permaneceram estacionados à noite, que ninguém é valente para enfrentar a rodovia de terra no escuro.

Em Rialma ficou a 8ª Residência da Rodobras. Como todas instalações ao longo do caminho, ela tem emissora de rádio com prefixo próprio. São os meios mais eficientes de comunicação das populações ribeirinhas com os centros mais avançados. Com exceção de Imperatriz, no Maranhão, e da região do Sul do Pará, as cidades da Belém-Brasília não possuem ligação interurbana de telefone. E apenas Araguaína possui rede interna de telefones. Algumas outras, como Ceres, Uruaçu e Porangatu, recebem emissões de televisão. Por isso, todos olham esperançosos e acompanham com interesse a montagem das torres de microondas que a Embratel está instalando em toda extensão da rodovia.

No fim do próximo ano, poderão ver e falar com o resto do País, via Embratel.

Recomeça a poeira e o cascalho. A monotonia dos campos gerais é quebrada, de vez em quando, por macaubeiras, touceiras de quirobas, dois tipos de palmeiras, e crianças que vendem frutas. O carro viaja numa velocidade média de 80 km/h. A estrada está bem conservada no trecho goiano: ainda se notam as marcas da patroa da Rodobras. Desde cinco horas da manhã, o tráfego é intenso. Caminhões carregados de goiaviras (pau-ferro) rumam para as serrarias. São vestígios de uma floresta raquítica que começa a dar lugar às pastagens.

Retirada a madeira, os fazendeiros queimam o mato, plantam milho, arroz ou feijão para completar a limpeza da terra que receberá a semente de capim após a primeira safra. A população bovina na extensão da estrada já supera a humana. E tende a crescer ainda mais aceleradamente, principalmente no Norte de Goiás e Sul do Pará, onde se implantam numerosos projetos agropecuários da SUDAM. É a febre do boi que se abateu sobre os pioneiros.

A 13 km de Ceres, o Restaurante do Isaías, posto de gasolina também. Doze quilômetros mais e chega-se à Vila Paulista. Casas ao lado, poeira no meio. É mais uma cidade debutante. Daqui a poucos anos Ceres perderá um distrito e a estrada ganhará mais um prefeito "vidrado" em patroa. A 116 km de Ceres, Uruaçu, fundada há 45 anos, nove mil habitantes na sede, avenida asfaltada e lavadeiras no Rio que corta a cidade. No vidro de trás dos carros, o slogan: "Ninguém segura Uruaçu". O leito da estrada continua razoável. A poeira e o cascalho persistem. Esta será a constante até as proximidades de Belém, onde recomeça o asfalto, na altura de Guamá.

Embora Lugarejos e Vilas Surjam da Noite Para o Dia, Ainda há Terra Para Todo Mundo

Atualmente são 36 cidades, vilas ou lugarejos, as menores com uma média de quinhentos habitantes e a maior com 36 mil, cercadas de um lado pelo Araguaia e de outro pelo Tocantins. A estrada caminha no meio, entre babaçuais, pau-brasil, mogno, aroeiras, jequitibás, mangueiras e cajueiros nativos. Surgem os lugarejos e vilas. Aliança do Norte, Crixás, Fátima, Rosalândia, Campo Maior, Monte Alegre, Santana. População média: dois mil habitantes, a maioria crianças. Cada casal tem no mínimo cinco filhos. Um morador de Aliança do Norte, fundada por lavradores fugidos do Maranhão, justifica a inflação de crianças com uma antiga piada, que ele fala a sério:

É, moço, nós não temos cinemas, né?

Aproxima-se a serra do Estrondo, muita turmalina e possivelmente urânio, é o que creem seus moradores. Um exemplo: José e Regina Lopes Torres moravam no Pium, cidade longe da estrada, sem vida e maiores alegrias, 1.200 habitantes até hoje. Seu amigo Adjúlio Baltazar, funcionário da SPEVEA, trouxe a notícia e o conselho.

Dia 20 de janeiro de 59, José Torres chegava onde, conforme seu amigo indicara, passaria a rodovia. Instalou-se próximo ao acampamento da Companhia Construtora Nacional, numa cabana de palha de babaçu, misto de venda e pensão. Passou a vender de tudo. Ganhou dinheiro, fez filhos, completando doze, comprou terra, montou armazém de cereais, derrubou a cabana, construiu uma loja de alvenaria, com armazém e casa atrás, ficou rico. Em torno da cabana foram aparecendo outras casas. A população ficou maior que a de Pium.

O lugarejo virou vila, cidade a partir de 64. Paraíso do Norte, dez mil habitantes, seis na sede, dois grupos escolares, um ginásio dirigido por padres católicos, quatro escolas primárias dirigidas por religiosos (católica, evangélica, batista e presbiteriana), um curso de alfabetização de adultos, 18 escolas rurais, um clube social, quatro hotéis, muito gado, arroz e madeira, arrecadação municipal de Cr\$ 15 mil por mês, e a promessa de instalação no próximo ano de agências dos Bancos do Brasil e da Amazônia.

O primeiro baque de José Torres veio com a eleição do primeiro prefeito da cidade, Manuel Lúcio de Carvalho. Gastou muito dinheiro na campanha. O prefeito, de acordo com as más línguas da cidade, entrou pobre e saiu rico. José Torres, para angariar votos para seu candidato, avalizou muito título em banco, tudo pago depois pelo avalista.

O pioneiro sorri quando o repórter lhe conta esta história:

Foi nada, moço. O duro foi a doença. Perdi quase tudo. Gastei mais de cinco milhões. Na época era um dinheirão.

A doença foi de Regina, sua mulher. Câncer, logo depois da eleição em 64. Para mantê-la no hospital em Goiânia, vendeu suas terras, quase 500 alqueires, e gastou todas as economias. Perdeu dinheiro e a mulher. O retrato dela sempre dependurado numa corrente no pescoço. Além do retrato, sobrou o armazém, a mercearia montada em loja alugada, e a esperança de poder criar todos os filhos, apesar da saúde deficiente. O mais velho, Manuel, trabalha como caixeiro de loja e se prepara para ingressar no curso de Medicina em Goiânia. O mais moço, Raimundo, seis anos, brinca despreocupado nas ruas de Paraíso do Norte.

Sem luz, sistema de água ou esgoto e com seu serviço médico precário, a cidade continua crescendo. Cada dia chegam novas levas de pioneiros. O secretário da Prefeitura reclama:

Aqui todo mundo vive apertado. Bom seria se viesse gente com dinheiro. Aí sim, ninguém segurava mesmo Paraíso.

O caminho continua difícil, cheio de desvios, até Cercadinho, passando por Barrolândia e São José. A partir de Miranorte, as coisas melhoram. Passa-se por Rio dos Bois e Tabocão. Chega-se a Guaraí, Distrito de Tupirama.

Genésio Viana, mineiro de Ouro Fino, veio para Tupirama em busca de aventura e dinheiro. Ali conheceu Isaura. Juntos vieram para a beira da estrada. Abriram o bar e restaurante Guaraí numa cabana ao lado do estábulo da antiga fazenda Guará, cortada ao meio pelas máquinas da Rodobras. Onze anos, o restaurante melhorou. Agora é de alvenaria e tem luz elétrica, fornecida pelo posto de gasolina vizinho. Ao seu redor, três mil habitantes, dos quais oito filhos de Genésio e Isaura.

O povo é alegre e trabalhador, não respeita nem domingo. Sua única mágoa: a vila ainda é distrito de Tupirama, que só tem quinhentos habitantes. E Genésio não se conforma:

Nós trabalhamos e crescemos, mas é Tupirama quem fica com o dinheiro.

Água Fria, Presidente Kennedy, Capivara, Brasilândia, Rio Feio, Tiririca, Bela Vista. Nas proximidades de Tiririca, um desvio imprevisível. Ali, pelo menos um carro ou caminhão capota diariamente.

Em 1961, os irmãos Osvaldo e Mateus Pereira Rodrigues, mais uma caravana de vinte pioneiros, saíram de Imperatriz no Maranhão para formar fazenda no trecho goiano da Belém-Brasília. Instalaram-se em cabanas próximas ao Rio Capivara. Além da fazenda, Mateus abriu uma loja de tecidos e miudezas. Casou-se com Raimunda, piauiense, filha de outro pioneiro, José Teodoro. Nasceram três filhos, Josefa, Rosemary e José Teodoro Neto.

○ lugar cresceu, passou a chamar Nova Colina. Em janeiro de 1964 virou cidade. Em 68, Colinas de Goiás. Em 70, tem 10 mil habitantes, farmácias, escolas e a Praça 21 de Abril, construída pelos estudantes do Projeto Rondon. Como a maioria das cidades da beira da estrada, não tem sistema de água e esgoto. A luz é precária. Apesar disto, é a mais bem cuidada da região. Colorida, limpa e alegre. Em um dos hospitais, o médico paranaense Simão Kossobuski, "*o melhor violinista entre os médicos e o melhor médico entre os violinistas*", conforme ele mesmo se intitula, enfrenta diariamente a malária, doença mais comum na região e que se manifesta ali em uma forma grave e mortal, causada pelo *Plasmodium falciparum*. Encefalite e hepatite são comuns, e os medicamentos são raros na região.

Mais 107 km, divisa-se uma faixa de asfalto, colocada a título de experiência nas proximidades de Araguaína, a maior cidade do Norte de Goiás à beira da Belém-Brasília. Atrás, ficaram Arraias de Goiás, Vila JK e Campo Alegre. Cortada pelas águas do Rio Lontra, nasceu em 1866 quando chegaram os primeiros colonos, entre eles Tomás Batista. Começaram a plantar café que logo acabou por falta de transporte e compradores. Fundaram o povoado de Lontra. Quando veio a estrada, Jorge Lunes, o Gaúcho, mineiro de Juiz de Fora, instalou à beira do rio Lontra o seu acampamento de obras, em 1958.

Neste ano, com menos de quinhentos habitantes, foi criado o município de Araguaína. Em 1960, quando começaram a chegar os primeiros caminhões, tinha 2.500 habitantes. Terminado o censo deste ano estimam em 36 mil, dos quais 16 mil na cidade. Quatro hospitais, 36 escolas primárias, cerca de cinco mil alunos, escola normal e ginásio, quarenta táxis, três companhias de táxi aéreo, clube social, piscina construída por Gaúcho, conjunto residencial do BNH, comarca com juiz, sede do 3º Batalhão de Polícia Militar, indústrias madeireiras, de óleo de babaçu e 230 firmas comerciais, Araguaína até agora ainda não conseguiu asfaltar suas ruas e ter sistema de água e esgoto. Seus moradores esperam com ansiedade o término das obras da Usina do Corujão, que lhe dará no próximo ano energia elétrica durante todo o dia.

Outra esperança é a inauguração do sistema de microondas, que possibilitará a ligação de seus 200 telefones com o resto do País. Ariovaldo, ex-radialista de Brasília e diretor da Companhia Telefônica da cidade, só espera a ligação do sistema de microondas para iniciar também a construção de uma estação repetidora de televisão.

O movimento da agência do Banco do Brasil dá uma dimensão da cidade. Única agência bancária da região, atende a 23 municípios, com um movimento de aplicação de Cr\$ 23 milhões em financiamentos agropecuários. Na época do plantio, as filas se avolumam às portas do banco. São os agricultores e pecuaristas em busca de financiamento. Enquanto aguardam na fila, ouvem a emissora local, ainda operando experimentalmente, e à noite vão ao cinema ou ao cabaré, bastante movimentado e com moças de minissaia. Em menos de dez anos, as terras do município sofreram um processo acelerado de valorização.

Em 60, o alqueire, 24.600 m², era vendido a um cruzeiro. Hoje custa entre Cr\$ 150 e Cr\$ 700. A luta pela terra já causou algumas mortes, mas elas ainda são poucas, segundo José Pina, delegado de Terras. Prevê muitos problemas futuros:

Antes havia muita corrupção nos negócios de terra. Alguns cartórios de Goiana facilitavam o grilo. Daqui para frente, pode haver muita morte. O senhor sabe, a terra valoriza e, por um palmo de chão, muitas famílias se acabam.

Sábado, como em toda estrada, é dia de festa em Araguaína. É o dia da feira. Em torno de um edifício inacabado, reúnem-se os feirantes para vender e comprar. Ali se vende desde automóveis até farinha de mandioca e fumo de rolo. É um comércio miúdo que começa às 05h00 e se prolonga até às 12h00. Camelôs vindos da cidade grande vendem remédios miraculosos e máquinas de cortar batata, quinquinhas que as gentes compram para depois não saber o que fazer com elas. É na feira também que os candidatos da região vendem seu peixe.

Os mais ricos distribuem comida de graça, os mais pobres ensaiam comícios e arrebanham cabos eleitorais. A cidade não para nunca. Poucos vão à igreja. O comércio está sempre aberto, seja sábado, domingo ou feriado. Os pedreiros também não respeitam o repouso e continuam levantando casas. Vanderlândia, Bandeira, Corda, Regalo, Pisa no Freio, Curicaca, Mosquito, Croatá; 126 km depois de Araguaína chegam-se à ponte Juscelino Kubitschek, a maior das 65 existentes na estrada. São 533 m, com 100 de vão livre, sobre o Rio Tocantins. De um lado Goiás, do outro Maranhão. Ali haverá o cruzamento da Belém-Brasília com a Transamazônica. As máquinas dos empreiteiros já começaram a chegar e a selva do lado de Goiás já começou a ser derrubada.

Ali se encontra, em maior intensidade, o ciúme e a desconfiança dos moradores e pioneiros da Belém-Brasília. Quando as máquinas começaram a passar para construir a Transamazônica, a suspeita aumentou. Achrom que o Governo vai abandonar a estrada velha pela nova, apesar das reiteradas declarações do Ministro Andreazza, que sempre visita Estreito, na confluência das duas rodovias.

Três mil habitantes, Distrito de Carolina, na margem maranhense do Tocantins, Estreito existe desde 1909, quando Virgílio Franco, em companhia de seu sogro, ali chegou no lombo de burro. O sogro voltou e Virgílio ficou com Regina, sua primeira mulher. Abriu uma loja com tudo para vender e começou a luta pela conquista da terra. Depois de trocar muita bala, conseguiu afastar de Estreito seu rival Luís Resende.

Os filhos foram nascendo. A mulher morreu. Casou-se com Alda, 24 anos mais moça que ele. Os filhos continuaram nascendo: 14 ao todo. Dez ainda estão vivos. O mais velho, Raimundo, 59 anos, tem mais idade que a madrastra. O mais moço, Jessione, 23 anos, ainda vive com o pai.

Virgílio assistiu ao nascimento da estrada. Conversou com Juscelino, de quem era correligionário e ficou amigo. Contudo, não poderá, ver o nascimento, da Transamazônica. Desde 1964 ficou cego e empobreceu. Oitenta anos de idade e sem visão não pode mais tomar conta de sua loja de armarinhos. Deixou de se abastecer com os viajantes. Quando o estoque terminar, fecha a loja. Passará a viver às custas dos filhos. Embora sem enxergar, espera poder caminhar pela Transamazônica, quando ela estiver pronta.

A vista não tenho, mas a saúde ainda dá para viver até o fim da construção da outra estrada.

A partir de Estreito, a paisagem começa a mudar, as árvores do norte de Goiás começam a dar lugar aos cerrados e aos babaçuais. Aparece uma sucessão de aclives e declives. São o que os motoristas chamam de "tope", o maior inimigo dos caminhões. Carregados, eles às vezes não conseguem superar o aclive e então despencam no barranco. Nas proximidades dos "topes", máquinas da Rodobras rasgam os morros, na sua luta para eliminar os aclives e declives que se estendem até o Sul do Pará.

Porto Franco, Tocantinópolis, Samaúma, Santa Maria, Bibeirãozinho, Santa Cruz, com exceção de Tocantinópolis, vilas de construção recente, cheias de cabanas de palha de babaçu. A 133 km, Imperatriz é a maior e mais movimentada cidade da Belém-Brasília. Fundada em 1852 e transformada em município em 1922, e comarca em 1945, tem ruas asfaltadas, 92 mil habitantes, 33 mil na sede, cinco cinemas, três em fim de construção, sete mil alunos no curso primário, mil e trezentos no ginásio, 223 no colegial, 43 escolas primárias no interior, emissora de rádio, duzentos telefones com serviço interurbano, seis hotéis de boa qualidade, agências dos Bancos do Brasil, do Estado do Maranhão e Amazônia, arroz, babaçu, algodão, peles silvestres, cerâmica, indústria de refrigerantes, óleo de babaçu e pequenas fábricas manuais de calçados. É a única cidade com serviço central de água e com luz elétrica durante todo o dia, até meia-noite.

Seus cabarés vivem cheios. Na época da safra de arroz, o movimento aumenta e as mortes também. É a época em que um caboclo pode ser milionário apenas por uma noite. O dinheiro corre e alguns chegam até a encomendar champanha estrangeiro. Os "topes" começam a aumentar. A largura da estrada idem. A vegetação muda. São jequitibás, embaúbas, muito parecidas com mamoeiros, e grandes queimadas.

A floresta dá lugar às pastagens. É a área das grandes fazendas de gado. As máquinas da Rodobras rompem os morros. O leito muitas vezes é totalmente branco. É a "piçarra" que aflora na superfície, rica em cálcio. A poeira é fina e parecida com pó-de-arroz.

Lagoa Verde, Barra Grande, Brejo Seco, Açailândia, Jacaré, Cabejo, Itinga, Perdido, Cajuapara, Água Azul, Marabázinho, Agua Suja, Ligaçao. Aqui tombou Bernardo Saião, sob um enorme jequitibá. No local uma enorme cruz de madeira, homenagem humilde ao pai da estrada. Em torno de sua morte, muitas lendas. Uma diz que ele não morreu. Foram os deuses da floresta que o levaram, para evitar a derrubada das matas. Outros dizem que foram os Índios, hoje inexistentes na área. Rio Cabeludo, Jacuarete, Gurupizinho, Piriá, Mironga, Conquista, Rancho Alegre, Juçara, Ponderouça, Itajá.

Paragominas é o mais jovem município da rodovia, um dos mais progressistas e a única cidade com plano piloto, que lhe foi dado de presente pelo engenheiro Jôfre Mozart, terceiro colocado em concurso de projetos para cidades satélites de Brasília. Ela se desenvolverá harmonicamente. E o Prefeito Fernando Santana Martins, 27 anos, o mais jovem do estado, faz questão de manter o plano. Fundada em 1960 por Célio Resende de Miranda, falecido, Paragominas transformou-se em município em janeiro de 1965, por interferência do então Governador Jarbas Passarinho. Tem dezesseis mil habitantes, 2.500 na sede, orçamento anual de Cr\$ 600 mil, hospital, um grupo escolar, doze escolas municipais, telefone interurbano, serviço de água, ginásio, agências dos Bancos da Amazônia e do Estado do Pará, 60 mil bois e 180 mil sacas de arroz por ano, é a cidade mais progressista da estrada e a maior captadora de recursos da Sudam em projetos agropecuários, 22 ao todo.

Graças à sua riqueza pecuária, ali se realiza anualmente uma exposição de gado. É a grande festa da região. Os dois hotéis da cidade não dão conta dos visitantes: os mais felizes dormem no cabaré, os demais em redes, ou nas cidades próximas. As queimadas continuam agredindo a floresta que recua diante do inimigo desconhecido. Bosque, Ipixuna, Pitangueiras, Santa Helena, Paraguaçu Jabuti Maior, Vila Aurora, Mãe do Rio, Santa Fé, Arauá, Igarapé-Açu, Irituia, Domingos do Capim. O asfalto começa estreito e machucado. Mal dá para dois caminhões. Ainda é o asfalto pioneiro. Mais adiante, logo depois de São Miguel do Guamá, a estrada se abre, o asfalto é de primeira, nada devendo às melhores rodovias do País. É a volta à civilização. A 148 km de Belém. Até lá é um passeio.



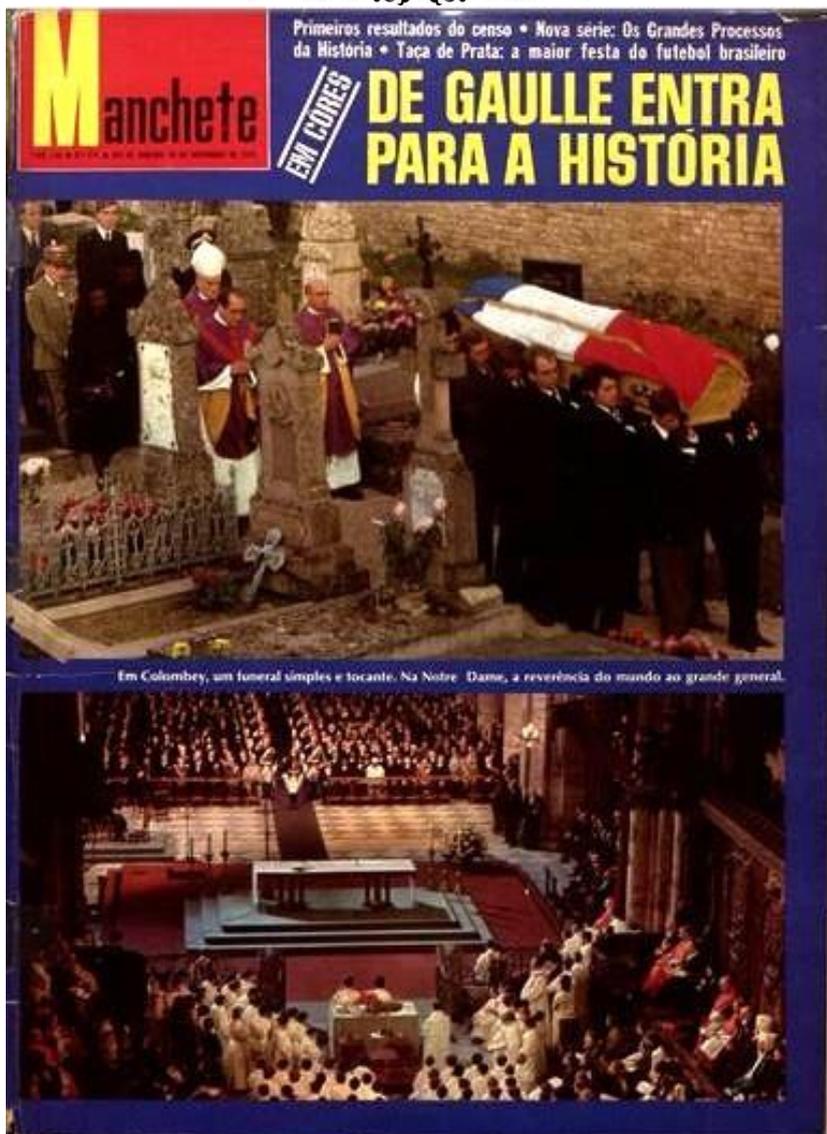


Manchete nº 971, Rio de Janeiro, RJ

Sábado, 28.11.1970



BR-232, a Estrada que Liga o Mar ao Sertão



Recife e o seu porto, o terceiro em importância do País, estão agora ligados por estrada asfaltada ao interior do Nordeste e à rodovia BR-116, que vai de Fortaleza, no Ceará, até Jaguarão, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. Com a inauguração do trecho entre as cidades de Recife e de Salgueiro, ficou completada a pavimentação da BR-232, que representa a espinha dorsal de Pernambuco. Essa rodovia, com uma extensão de 520 km, era um sonho que já durava 37 anos. Em 1952, foram iniciadas as obras de pavimentação que, em 1963, chegaram apenas até São Caetano, a 151 km de Recife. Só depois da Revolução de 1964 a BR-232 foi considerada prioritária, pelo Ministério dos Transportes, então criado.

Para essa estrada que corta longitudinalmente o Estado de Pernambuco, afluem todas as rodovias estaduais e federais que correm na direção Norte-Sul. Partindo do litoral, dá acesso fácil às zonas produtoras de açúcar, corta o agreste, e penetra no alto sertão: a fita de asfalto significa a chegada da civilização nos horizontes em que, no passado, os cangaceiros eram o símbolo das tensões do subdesenvolvimento.

A BR-232 abre também novos caminhos para Campina Grande, para a Usina de Paulo Afonso e para a estância hidromineral de Garanhuns. Rumo ao Oeste, fará ligação com a BR-316, pela qual se poderá atingir o Piauí e o Maranhão. Em Picos, no Piauí, ela se unirá à BR-230, que parte de João Pessoa e segue para Estreito, na Belém-Brasília, para atravessar o Pará e penetrar na Amazônia Ocidental até a fronteira com o Peru. Desse modo, a BR-232 pode ser considerada um dos ramais nordestinos da Transamazônica.

Na solenidade de inauguração do trecho final da BR-232, em Salgueiro, o Governador de Pernambuco, Nilo Coelho, ressaltou que aquela era a celebração:

BR-232 A ESTRADA QUE LIGA O MAR AO SERTÃO

Até 1964, a única ligação entre as montanhas do Gás — onde se ergue a ligação por estrada anelada ao interior do Nordeste e a rodovia BR-116, que vai de Fortaleza, no Ceará, até Apucarana, no Paraná, no Rio Grande do Sul, com o Unilac. Com a inauguração do trecho entre as cidades de Itacaré e de Salgueiro, ficou concluída a pavimentação da BR-232, que representa a primeira etapa da pavimentação. Esta rodovia, com uma extensão de 520 quilômetros, em um trajeto que se estende 37 anos, em 1962, foram iniciadas as obras de pavimentação que, em 1964, atingiram apenas até São Carlos, a 131 quilômetros de Recife. Os planos de pavimentação de 1964 a BR-232 foi considerada prioritária, pelo Ministério dos Transportes, então criado.

PINTE 205 E 0

Do maior anseio de toda uma geração: a inte-gração do Sertão com o Mar.

E frisou o sentido da presença, naquela festa:

Venerando Coronel Veremundo Soares, representando uma geração que sonhou, clamou, conformou-se com a não-realização da estrada, e a mocidade escolar, o Brasil potente de hoje, o alto significado do amanhã.

O Coronel Otacílio Ferraz, chefe da Casa Militar do Governo de Pernambuco, leu dois atos do Governador, concedendo a Medalha Pernambucana do Mérito, Classe Ouro, ao Ministro dos Transportes, Mário Andreazza, e ao Diretor-Geral do DNER. Este último, engenheiro Elizeu Resende, fez uma exposição dos dados técnicos da nova rodovia, que atravessa 17 grandes municípios. Os trabalhos de construção e pavimentação foram fiscalizados e supervisionados pelo 4º Distrito Rodoviário Federal e executados por 12 construtores de várias partes do País: a Coenge, a Affonseca, a Pereira de Carvalho, a Genésio Gouveia, a Queiroz Galvão, a Sengen, a Bahia Construtora, a Cia. Metropolitana de Construções, a Empel – Terra-plenagem, a Empresa Construtora de Engenharia e Construções, a Construtora Britânia e a Astep – Engenheiros e Consultores. Foram alargadas vinte pontes, numa extensão total de mil metros, e construídas outras cinco, totalizando 200 m de extensão.

Encerrando as solenidades, o Ministro Mário Andreazza, representando o Presidente da República, General Garrastazu Médici, disse que trazia do Presidente:

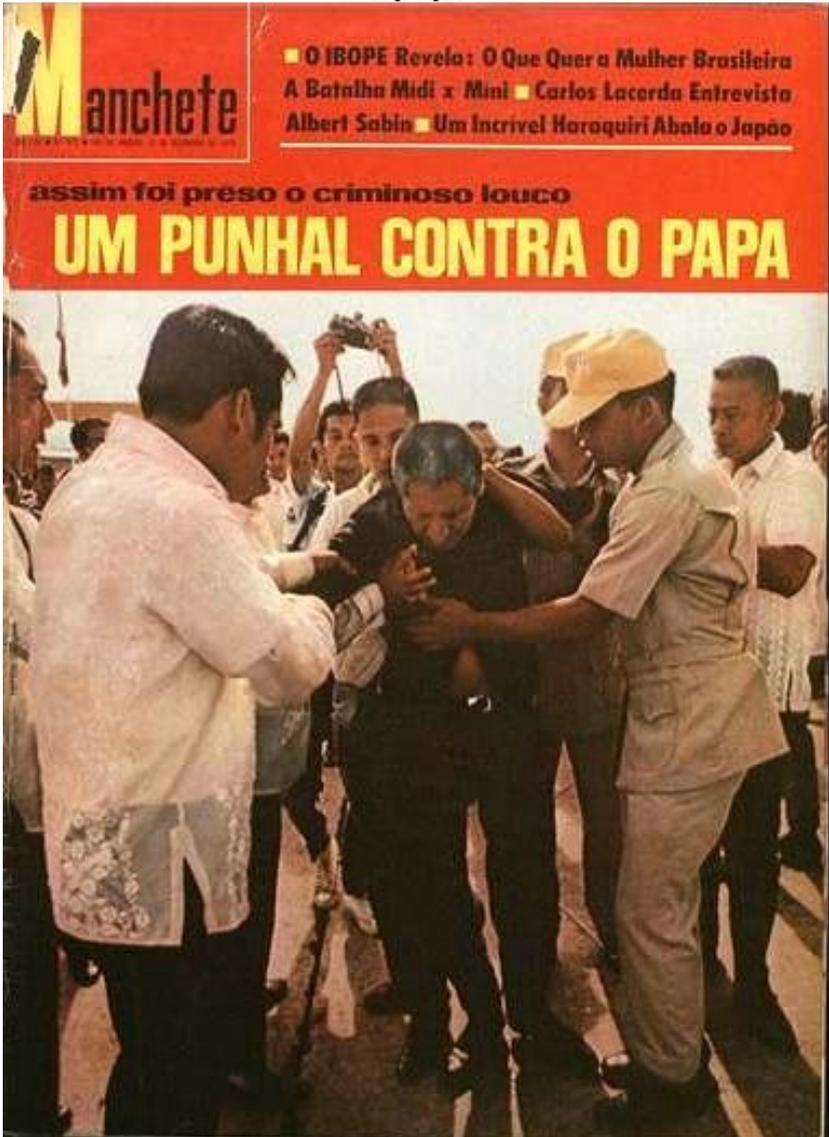
A mensagem de fé e esperança, e sobretudo a certeza de que o Governo Federal continuará se empenhando, aqui no Nordeste, com toda a sua determinação, com toda a sua vontade de forma a proporcionar os instrumentos necessários para o seu desenvolvimento e o seu progresso.



**Manchete nº 972, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 05.12.1970**



Desenvolvimento com Justiça Social



Delfim Neto, o “Homem de Visão de 70”, Explica a Grande Meta do Governo Médici que Está Sendo Atingida com o Apoio da Iniciativa Privada

Um País precisa mais do que recursos. Precisa de vontade, de tolerância e de trabalho, se quiser realmente ser desenvolvido. O homem precisa de espírito de conquista, do desejo de construir o seu próprio futuro e da fé de que pode fazê-lo, se quiser, realmente, ser livre. Sem fé no futuro, e sem a crença de que podemos construí-lo, de pouco adiantará a boa teoria e a vontade do Governo: sem justiça social, de nada adiantará o desenvolvimento. A Nação brasileira precisa de todas estas coisas, se quiser realmente ser desenvolvida, livre e justa!

Com tais palavras, o Ministro Delfim Neto agradeceu o jantar de homenagem que lhe foi oferecido como “Homem de Visão de 1970” e respondeu ao discurso com que foi saudado pelo Sr. Israel Klabin. Fazendo um balanço dos primeiros dez meses deste ano, frisou o Ministro que os meios de pagamento cresceram em apenas 18%, sem nenhuma crise de crédito pela primeira vez em 19 meses consecutivos; o déficit do Tesouro não ultrapassará os 800 milhões previstos e correspondentes a 0,5% do Produto Bruto, que crescerá 9% este ano, sendo 8% na agricultura, o maior de toda a sua história, e 11% na indústria; as reservas somarão 1 bilhão e 800 milhões de dólares, com um saldo de 500 milhões no balanço de pagamentos; a alta do custo de vida será de 22%.

Tendo mobilizado o País, o Governo do Presidente Médici procura agora aumentar a eficiência dos nossos recursos, fixando como diretriz aumentar a concorrência interna, sem perder de vista o objetivo básico da justiça social. É esta diretriz que marcará 1971 como um novo momento na história econômica do País, que deseja desenvolver-se dentro dos quadros de um sistema em que a descentralização do poder econômico, através da empresa privada, é pré-condição da liberdade política.

*Delfim Neto, o Homem
de Visão de 70, explica a grande meta
do governo Médici que está sendo atingida
com o apoio da iniciativa privada*

DESENVOLVIMENTO COM JUSTIÇA SOCIAL



— Um país precisa mais do que recursos. Precisa do trabalho, da inteligência e do trabalho, se quer realmente um desenvolvimento. O homem precisa de margem de progresso, de espaço de construir o seu próprio futuro e de 5% de que pode ter-lho, se quer, realmente, um livre e um futuro, e sem a certeza de que produzirá resultados, de pouco adiantará a sua terra e o Estado do governo, sem justiça social, de nada adiantará o desenvolvimento. A nação brasileira precisa de todos estes valores, se quiser realmente ser desenvolvida, livre e justa.

Com tais palavras, o ministro Delfim Neto agradeceu o jurar de homenagem que lhe foi oferecido pelo Homem de Visão de 70 e respondeu ao discurso com que foi saudado pelo Sr. Israel Klabin. Fares, dá um balanço dos primeiros dez meses deste ano, ênfase a resultados que se tem de pagamento crescem em apenas 15%, sem nenhuma taxa de crédito pelo governo, em um 15 meses consecutivos; o déficit do Tesouro não ultrapassará os 200 milhões quilates e corresponderá a 0,1% do Produto Bruto, que atingirá 9% em um período 8% na agricultura, a maior de 100 e sua indústria e 1% na indústria, as reservas alcançam 1 bilhão e 800 milhões de dólares, com um saldo de 500 milhões na balança de pagamentos, a taxa de câmbio de cada mês de 27%.

— Tendo substituído o país, o governo do Presidente Médici procura agora aumentar a eficiência dos meios recursos, fazendo como destino aumentar a consciência interna, não perder de vista o objetivo básico da justiça social. É esta justiça que marcará 1971 como um novo momento na história econômica do país, que deseja desenvolver-se dentro das quadras de um sistema em que o desenvolvimento do poder econômico, através da empresa privada, a preservação da liberdade política. A concretização desses objetivos, no entanto, não dependerá apenas da ação do governo, mas do comprometimento de toda a sociedade, da compreensão dos trabalhadores e das empresas.



O Sr. Israel Klabin disse que a Brasil deve manter não apenas bons mas também condições

Saudando o Ministro Delfim Neto, disse o Sr. Israel Klabin que todos esses homens de grande que acreditou que a confiança para a paz e liberdade passará pelo desenvolvimento no das nações, pela liberdade, pela integração social e pela missão primordial do homem de abraçar novos caminhos, que mundo sempre renovável, para os seus empreendimentos econômicos.

— Somos, também, amigos, filhos de imigrantes que para aqui vieram movidos de um lado pela violência das guerras e da fome e, de outro, pelo sonho de uma terra sem fim, onde as pessoas encontrariam os horizontes permanentemente abertos para a criação e auto-realização, onde a futuro de seus filhos seria a construção de um mundo novo, no qual os valores dos antepassados fossem reavaliados e as injustiças e os perigos eliminados no velho continente. Somos corajosos na criação de um grande país.

— Permita-me, senhor ministro, fazer-lhe o maior elogio que me é possível, como brasileiro orgulhoso do mesmo destino e grandeza para o nosso país. Permite-me dizer-lhe que para nós todos aqui presentes, V. Ex. representa a perfeita conjugação da profissional, altamente competente, quem quer mesmo que a homenagem que hoje lhe prestamos tenha mais a ver com o estado e a importância dos valores humanos de mesma ênfase, posto a serviço do nosso desenvolvimento, que uma homenagem à pessoa que V. Ex. recebe hoje no governo do Brasil.

— A competência profissional deve ser a consciência permanente de que a justiça e a justiça dos deuses governamentais dependem da informação e análise e não mais de pressão ou intuição humana.

— E concluiu o Sr. Israel Klabin.

— Somos uma nação multirracial, multicultural, livre de governantes e onde a violência física não tem lugar. Tudo isso indica que a história a grande terra do Príncipe, aquele que integrará as aspirações profundas de todo homem de seu país, dentro dos conceitos de liberdade com ordem, de respeito aos direitos humanos e de justiça social.

Foi o compromisso com o desenvolvimento do setor industrial de Campinas, Osnato e honra de relações públicas.



Após o jantar de encerramento de mais de 100 convidados, honra de governo, de imprensa, de empresas privadas e de autoridades provinciais e locais.



O ministro dos Transportes, Márcio Antônio, conversa com o Sr. Américo Lacerda, presidente do Usimil, sobre as novas normas, realista que serão sendo usadas nos projetos brasileiros.

A consecução desse objetivo, entretanto, não dependerá apenas da ação do Governo, mas do comportamento de toda a sociedade, da compreensão dos trabalhadores e dos empresários.

Saudando o Ministro Delfim Neto, disse o Sr. Israel Klabin que ambos eram homens da geração que acreditou que o caminho para a paz duradoura passa pelo enriquecimento das Nações, pela liberdade, pela integração social e pela missão primordial do homem de abrir novos caminhos, num mundo sempre renovável, para os seus semelhantes menos afortunados.

Somos, também, ambos, filhos de imigrantes que para aqui vieram movidos de um lado pela violência das guerras e da fome e, de outro, pelos sonhos de uma terra sem fim, onde as pessoas encontrariam as fronteiras permanentemente abertas para a criação e autorealização, onde o futuro de seus filhos seria a construção de um mundo novo no qual os valores dos antepassados fossem resguardados e as injustiças e os perigos deixados no velho continente fossem corrigidos na criação de um grande País.

Permita-me, senhor Ministro, fazer-lhe o maior elogio que me é possível, como brasileiro preocupado no mesmo destino e grandeza para o nosso País. Permita-me dizer-lhe que para nós todos aqui presentes, V. Ex^a representa a perfeita configuração do profissional altamente competente.

Quero crer mesmo que a homenagem que hoje lhe prestamos tenha mais a ver com o estilo e a transferência dos valores honestos da mesma técnica, postos a serviço do nosso desenvolvimento, do que uma homenagem à posição que V. Ex^a ocupa hoje no Governo do Brasil.

A competência profissional dá-lhe ainda a consciência permanente de que a justiça e a justeza das decisões governamentais dependem de informação e análise e não mais de pressões ou interesses individuais.

E concluiu o Sr. Israel Klahin:

Somos uma nação multirracial, multicultural, livre de preconceitos e onde a violência grupai não tem lugar. Tudo nos indica que é chegada a grande hora do Projeto Brasileiro, aquele que integrará as aspirações profundas da base mesma do nosso povo, dentro dos conceitos de liberdade com ordem, de respeito aos direitos humanos e de justiça social.

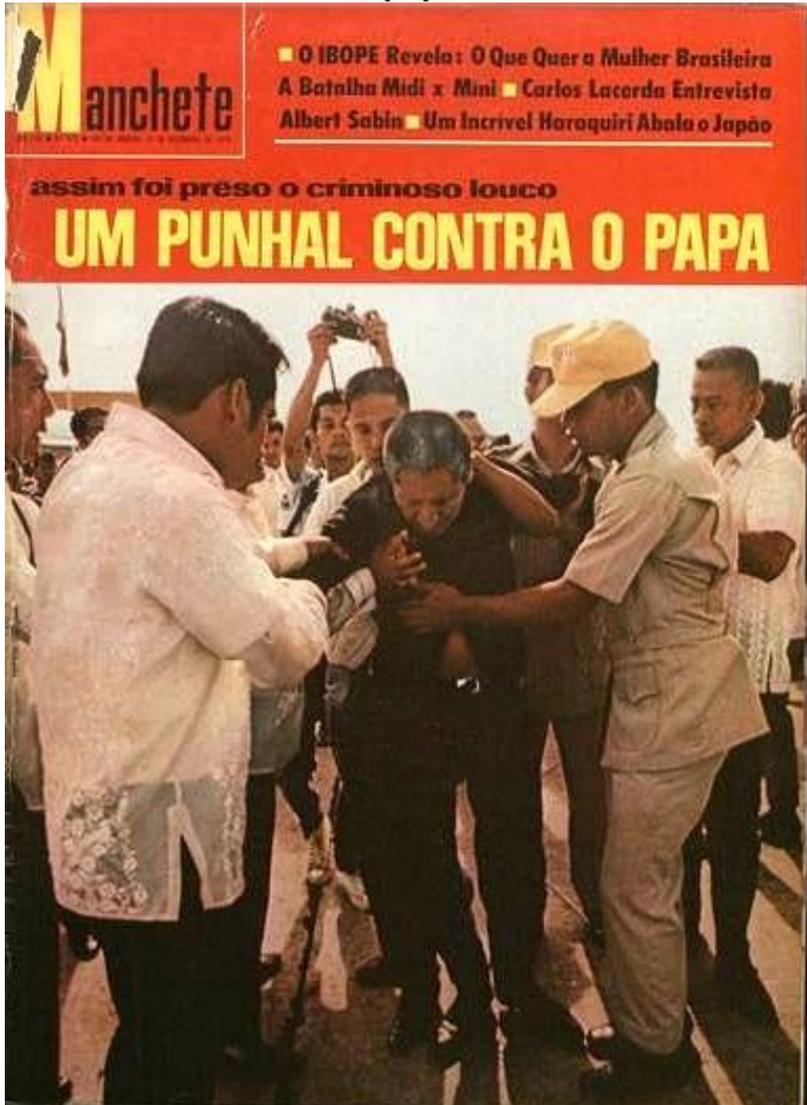




**Manchete nº 973, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 12.12.1970**



**Assim se Combate a Guerrilha
(Reportagem de Jones Melo)**



As Tropas do IV Exército Deslocaram-se Para a Serra Talhada, no Sertão Pernambucano, Encerrando com Grandes Manobras Conjuntas o Período de Instrução Deste ano

Junto às Manobras Funcionou a Operação Cívico-Social com Assistência Médica, Escolar e Agrícola

Tanques de guerra, canhões, aviões B-26 da FAB invadiram da noite para o dia aquela faixa de terra nordestina. Tropas da Bahia, Paraíba, Ceará e Pernambuco lançaram-se, a princípio, em deslocamentos discretos. Depois, as ações foram aceleradas e o inimigo conduzido a um único ponto. Acuados em vários focos, situados sobretudo nos eixos Parnaíba-Teresina (Piauí), Salvador-Ilhéus (Bahia) e Patos-Cajazeiras (Paraíba) ou na Zona do Cariri (Ceará), os "guerrilheiros" acabaram todos bloqueados na região de Serra Talhada.

A serra do Serrote era o ninho da guerrilha. Cercados, os "subversivos" puseram em prática um tipo de ação psicológica que procurava conquistar o homem comum e os próprios soldados do Exército. Demonstraram muita tranquilidade inicial e com isso conseguiram alguma superioridade nas ações.

À maneira das cantigas de violeiros, utilizando-se de técnica semelhante à dos versos dos folhetos de feira, os "guerrilheiros" tentavam baixar o moral das tropas de infantaria, que se denominara Brigada do Pajeú. Um dos panfletos tinha o seguinte texto:

Sou cangaceiro do Norte/Se canto é por vocação/Nesta guerra vale tudo,/Psicologia ou ação;/ Baixo crista de machudo/No tapa ou na gozação:/Brigada de pau de arara,/Que se batizou Pajeú,/Quando o pau cantar no morro,/Macaco vira tatu.

Por sua vez os aviões da FAB jogavam sobre os arredores de Serra Talhada (serra do Serrote, sobretudo, e morro do Cruzeiro, serra Verde e morro das Pílulas) os seguintes panfletos:

As tropas do Exército Nacional acabam de apertar o dispositivo de cerco à distância mínima de segurança, para iniciar o bombardeio da aviação, da artilharia e dos morteiros. Todo o Nordeste está pacificado. É inútil o seu sacrifício.

Paralelamente às manobras funcionava a Operação Cívico-Social. As casas de Serra Talhada e Triunfo foram pintadas. Estudantes da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pernambuco integraram-se no setor médico-hospitalar do Exército, assistindo as crianças, velhos e doentes em geral da região. Criou-se uma nova escola. Agricultores ganharam material de trabalho. Com isso, crescia a resistência aos "guerrilheiros". O povo já orientava os soldados legalistas no avanço pelas caatingas. Um "guerrilheiro" entregou-se depois de ler o seguinte panfleto:

Você, vivo, será útil à sua família e à reconstrução de nossa Pátria. Ass. Cmt da Brigada de Pacificação.

Entregou-se e deu detalhes de um plano para bombardear o posto de comando, numa operação suicida. Foram lançados, então, salvo-condutos, numa tentativa de rendição do inimigo "sem derramamento de sangue". Em cada salvo-conduto, a seguinte inscrição:

*A qualquer guerrilheiro portador deste documento deve ser assegurada por todos os integrantes do IV Exército a proteção necessária à sua integridade física e moral. **Instruções** aos guerrilheiros: guarde consigo este salvo-conduto. Ao encontrar um combatente do Exército levante os braços segurando este documento; aos soldados: cumpra as prescrições deste salvo-conduto e conduza o portador imediatamente ao seu comandante.*

No final:

Quartel-General do IV Exército. Ass. Artur Duarte Candal da Fonseca, General-de-Exército, Comandante do IV Exército; General Amadeu Martire, Chefe do Estado-Maior do IV Exército.

Os “guerrilheiros” irritaram-se com os salvo-condutos e iniciaram intenso fogo de artilharia. O comando legalista transmitiu uma nova ordem: destruir o inimigo. Em pouco tempo, então, bombardeio aéreo, foguetes, metralhamentos, morteiros e tiros de fuzis liquidaram os amotinados. Surgiram bandeiras brancas com a chegada do 7º Esq. Rec. Mec. O Estado-Maior do Exército e a própria Escola de Comando e Estado-Maior presenciaram os exercícios, com 150 oficiais-alunos estudando no local a concepção de princípios brasileiros, com características regionais, na defesa da segurança interna. Os comandantes das Regiões Militares localizadas na área (6ª, 7ª e 10ª) apresentaram crítica das manobras em seus territórios, críticas aprovadas pelos Comandantes: Generais Artur Candal da Fonseca, do IV Exército; Duque Estrada, da Brigada Pajeú; Ariel Pacca Fonseca, da Escola de Comando e Estado-Maior; Amadeu Martire, chefe do EM do IV Exército; Délio Barbosa, do 1º Grupamento de Engenharia de Construção de João Pessoa, e Abdon Sena, da 6ª RM (Fortaleza). Foi ressaltada a colaboração da PM de Pernambuco no Recife (guerrilha urbana) e na cidade sertaneja de Salgueiro, onde fica a sede de um batalhão. Um desfile de todos os participantes tomou conta de Salgueiro no último dia. As ruas mal calçadas ficaram cheias de panfletos:

Nosso Exército cumpre mais uma vez seu dever de se preparar permanentemente para o cumprimento de sua missão de defesa da Pátria e de instrumento da ordem e do progresso. Agradecemos a feliz oportunidade de privar durante estes dias com esta gente boa, hospitaleira, religiosa, profundamente patriótica e autenticamente brasileira.

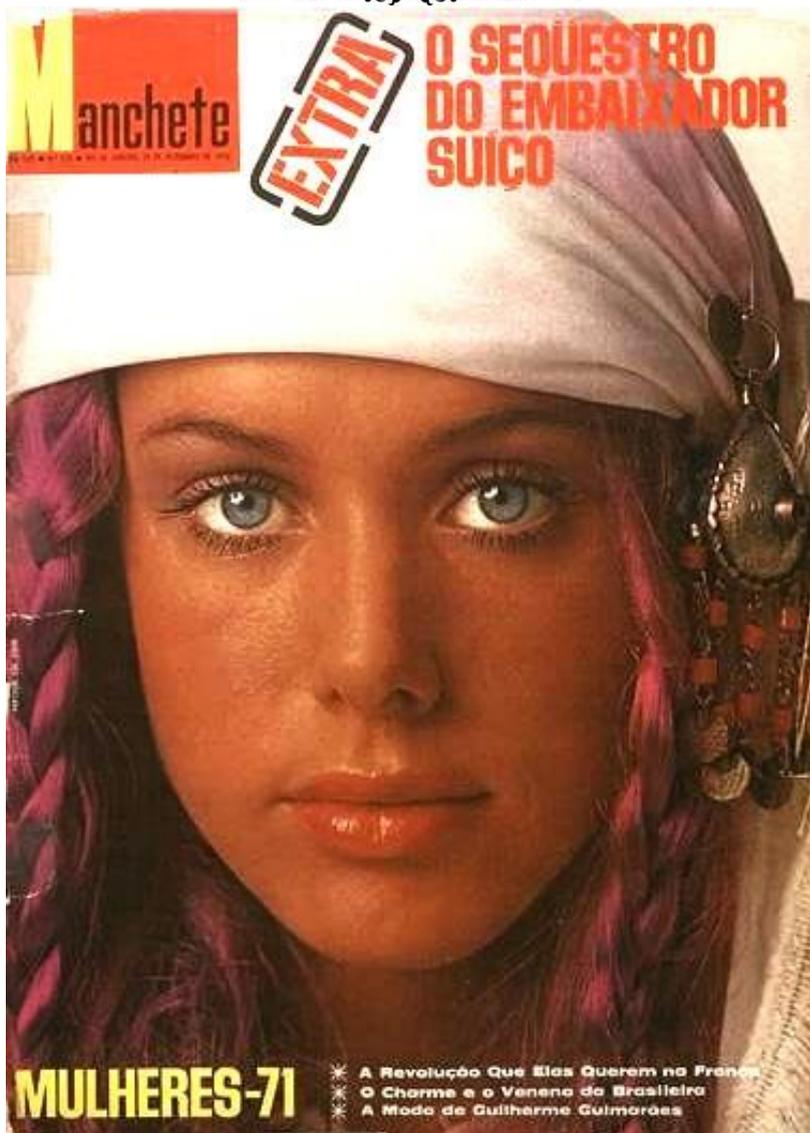


Manchete n° 974, Rio de Janeiro, RJ

Sábado, 19.12.1970



Aqui foi Sequestrado o Embaixador Suíço



O Aero Willys gelo e os dois Volkswagens, um azul, outro vermelho, não chamaram a atenção dos motoristas apressados que passaram pela Rua Conde de Baependi, no início da manhã de segunda-feira. Os três carros permaneciam estacionados e seus ocupantes olhavam atentamente para a corrente do tráfego. Quando surgiu, afinal, o Buick azul da Embaixada da Suíça, movimentos rápidos anteciparam os lances de uma perfeita operação de comandos. Logo depois, os veículos partiriam de repente, fechando a rua e deles saltariam pessoas armadas. Com um rápido tiroteio, tudo se consumava. No asfalto, ficou o agente federal Hélio Carvalho de Araújo, ferido na espinha. No automóvel vermelho que ganhava distância pela Rua do Catete, seguia o Sr. Giovanni Enrico Bucher, o primeiro embaixador sequestrado em toda a história da diplomacia suíça, cheia de heroísmos pacíficos e pacificadores.

A Neutralidade Suíça tem Sido Respeitada por Todos Através dos Séculos

Seria mais fácil compreender o Embaixador Giovanni Enrico Bucher como mediador de uma questão delicada entre Israel e o Egito, no canal de Suez, do que sequestrado em local incerto, no Rio de Janeiro. Isso porque mediar, arbitrar, tem sido tradicionalmente a função de seu país através dos séculos, em função de sua condição de país neutro. Em 1815, essa neutralidade foi reconhecida pelas grandes potências e o segundo Tratado de Paris afirmava que

A neutralidade suíça, a inviolabilidade de seu território e sua independência de toda influência estrangeira estão nos verdadeiros interesses da política europeia.

Nas duas grandes guerras deste século, a neutralidade foi reconhecida pelos estrangeiros. E é como estado neutro que a Suíça tem prestado relevantes

serviços, na qualidade de Nação protetora dos interesses de outros países, principalmente durante Segunda Guerra Mundial, quando representou cerca de 45 estados em países distintos. Esta sua função continua sendo de grande importância e mais recentemente é a Suíça ainda que tem servido de representante de interesses entre países afastados diplomaticamente, como é o caso de Brasil e Cuba, por exemplo, ou Estados Unidos e Cuba. Essa mediação tem sido de extrema utilidade em alguns casos, particularmente nos de sequestros de aviões.

No Rio de Janeiro, onde está desde janeiro de 1966, o Embaixador Bucher tem sido uma figura de destaque em todos os grandes acontecimentos sociais frequentados pelo Corpo Diplomático e é frequentemente louvado por sua eficiência no cargo. Solteiro, morava sozinho com duas empregadas e dois empregados domésticos, além de dois motoristas, que se revezavam em suas funções. O casarão em que reside, na Rua Campo Belo, uma parte alta do bairro das Laranjeiras, que se atinge por Pereira da Silva, não muito longe do Palácio da Presidência da República, tem quatro salas, um lavabo, copa, cozinha e seis quartos para empregados no andar de baixo. O andar de cima tem seis quartos, mais uma sala de estar e seis banheiros. Não tem muros a mansão, cercada de jardins, que, antes de ser comprada pela Embaixada da Suíça, pertenceu ao Embaixador Osvaldo Aranha.

Na medida em que o permite o curto trajeto entre as Laranjeiras e a Glória, o embaixador costumava mudar de itinerário para sua viagem diária, sempre às 08h30, de sua casa para a chancelaria, na Rua Cândido Mendes. A copeira Maria da Conceição Xavier, que trabalha na Embaixada há cinco anos desde que o Embaixador Bucher veio para o Rio, disse que na segunda-feira seu patrão saiu um pouco atrasado, cerca de 8h45min, no Buick azul, placa CD-38.

AQUI FOI SEQUESTRADO O EMBAIXADOR SUÍÇO

O Aero Willys gelô e os dois Volkswagens — um azul, outro vermelho — não chamaram a atenção dos motoristas apreçados que passaram pela Rua Conde de Balsemão, no início da manhã de segunda-feira. Os três carros permaneciam estacionados e seus ocupantes olhavam atentamente para a corrente do tráfego. Quando surgiu, afinal, o Buick azul da Embaixada da Suíça, três veículos rápidos anteciparam os lances de uma perniciosa operação de comando. Logo depois, os veículos partiram de repente, fechando a rua, e deles saltaram pessoas armadas. Com um rápido tiro, tudo se consumou. No asfalto, ficou o agente federal Nélio Carvalho de Araújo, ferido na espinha. No automóvel vermelho que ganhava distância pela Rua do Colégio, seguiu o Sr. Edson José Furio Buih, o primeiro embaixador sequestrado em toda a história da diplomacia suíça, chofa de herminho pacífico e pacificador.



Menos de cinco minutos depois, estava na Rua Conde de Baependi, passagem obrigatória de um dos dois itinerários que se habituara a fazer. Lá, há cerca de 200 m do Largo do Machado, um dos centros nervosos da Zona Sul da cidade, sofreu o sequestro. Com a ausência forçada do embaixador, sua casa ficou entregue exclusivamente aos empregados, mas cerca de meio-dia chegou ao local um choque da PM com 16 soldados comandados por um sargento. Na garagem, a Mercedes esporte 280-SL, vermelha, chapa CD-133, que o embaixador usava nos fins de semana e com a qual voltara na véspera de Petrópolis, onde costumava passar os fins de semana em casa de amigos.

A Rua Conde de Baependi é uma estreita e movimentada Rua de Laranjeiras, pela qual escoa grande parte do tráfego desse bairro em direção ao centro da cidade. Às 08h45 de segunda-feira, 7 de dezembro, desenrolaram-se ali, em frente ao número 63, os primeiros lances do quarto sequestro político ocorrido no País nos últimos 15 meses. Em apenas dois minutos. Três homens e uma mulher, portando revólveres e metralhadoras, retiraram de seu carro e transportaram para local desconhecido o embaixador da Suíça, Sr. Giovanni Enrico Bucher.

O carro do embaixador trafegava pela Rua Conde de Baependi, quando, à altura do nº 63, o Aero Willys de placa GB-19-81-06, que ali estivera estacionado por longo tempo, arremeteu de frente contra ele. Ao mesmo tempo, o Volks, modelo 67, cor azul, placa GB-35-50-41, estacionado ao lado oposto. recuava de marcha à ré, bloqueando totalmente o caminho. Tiros foram disparados pelos terroristas, e um deles atingiu o agente federal Hélio de Araújo. Enquanto o motorista Ercílio Geraldo abaixava-se dentro do carro, o Sr. Bucher era violentamente transportado para o Volks de placa GB-15-52-56, que partiu em grande velocidade, no rumo da Rua do Catete, de onde seguiu para local desconhecido.

O que aconteceu nos dois minutos em que durou toda a ação dos terroristas foi assim descrito pelo motorista Ercílio Geraldo:

Diante da ordem de abandonar o veículo dada por um dos sequestradores, o embaixador ainda tentou falar, dizendo:

Mas eu não faço mal a ninguém.

Dois homens, magros e altos, haviam-se aproximado do carro, de revólveres em punho. Logo que percebi que os carros dos sequestradores tinham arrancado, levantei-me e escondi-me num edifício em frente. O embaixador, então, passou para o carro deles.

Trinta minutos após o sequestro, o Delegado Raul Faria e o Comissário Washington Machado do 9º Distrito Policial, rumavam para o local, a fim de tomarem as primeiras providências. Logo chegariam a Perícia e as autoridades militares. Na área oficial, realizavam-se os contatos iniciais para estudo da situação. No Itamarati, reuniram-se os Ministros do Exército e da Marinha com funcionários diplomáticos, declarando-se, à saída do encontro, que o Governo Brasileiro empenharia todos os seus esforços para salvar a vida do diplomata suíço. Já então, as principais capitais do mundo eram informadas de que havia ocorrido um novo sequestro de caráter político no Brasil.

Uma gigantesca operação policial-militar foi desencadeada minutos após o sequestro com o bloqueio de todas as saídas do Rio de Janeiro. Túneis e ruas também foram interditados e em pouco todo o tráfego estava congestionado, pois se exigia a identificação de dezenas de milhares de motoristas e passageiros. Na Estação Novo Rio, as viagens para os estados estiveram suspensas por quase 12 horas. As emissoras de rádio passaram a editar noticiosos, dando as informações possíveis sobre os acontecimentos em curso.

Em um manifesto lançado na ocasião do sequestro, os terroristas anunciavam a intenção de pedir a libertação de prisioneiros em troca da libertação do embaixador.

Admitia-se, nos meios diplomáticos, que o Governo Brasileiro seguiria, em síntese, a mesma orientação adotada quanto aos casos dos sequestros dos Embaixadores Elbrick e Von Holleben e do cônsul do Japão em São Paulo. As últimas horas da noite de segunda-feira, o primeiro secretário da embaixada da Suíça, Sr. Maurice Jean Reinauld, dizia que:

Confiava plenamente na ação do Governo Brasileiro, quanto ao resgate do Embaixador Bucher.

Àquela hora, o tráfego já se restabelecera nos túneis e nas avenidas principais, regularizando-se a chegada e partida dos ônibus interestaduais. O que se iniciava era a longa vigília, à espera das negociações que poderiam devolver à liberdade o embaixador suíço.

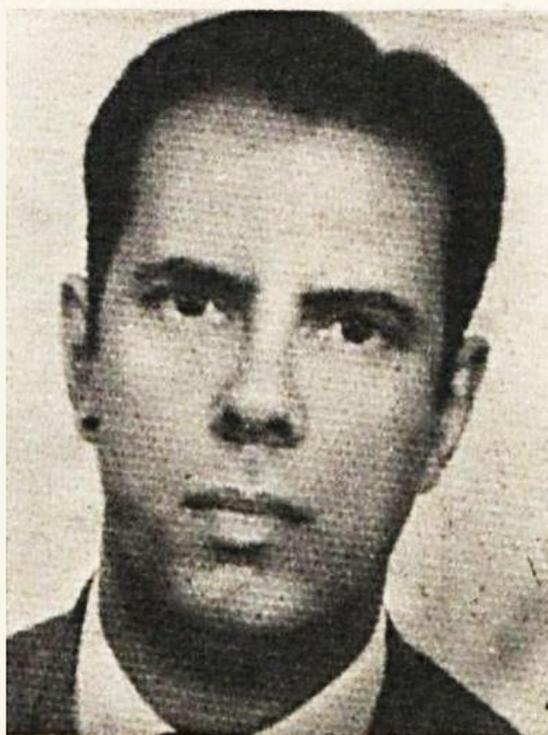
O Agente Federal não Teve Tempo de Sacar a Sua Arma. Uma Bala o Feriu na Medula

Para o agente federal Hélio de Carvalho Araújo, aquela segunda-feira, 7 de dezembro, era um dia normal. Saiu de casa bem cedo e dirigiu-se para a residência do Embaixador Giovanni Bucher, na Rua Campo Belo, 199, em Laranjeiras. Como sempre, acompanharia o diplomata até a sede da Embaixada, na Rua Cândido Mendes. Nem chegou a comentar o assunto com a mulher, Sr^a Lúcia Rodrigues Carvalho de Araújo, e com sua filha Célia, de 24 anos. Afinal, por que comentar um trabalho rotineiro?

Sua função era justamente aquela: proteger o embaixador. No dia seguinte, sim, Hélio Araújo tinha uma data a comemorar: completaria um ano de polícia.

Horas após ter saído de sua residência para a missão de rotina, o agente federal estava internado no Hospital Miguel Couto, com uma bala 45 alojada na medula. Ao seu lado, sua mulher, sua filha e os médicos. Célia só soube do que tinha acontecido ao pai quando o ônibus que a levava à escola em que leciona foi parado por policiais, que passaram a revistar os Passageiros. Àquela hora, já chegara à Delegacia do 9º Distrito Policial uma pistola Beretta a arma que Hélio Araújo não pôde sacar para se defender dos terroristas.

HÉLIO DE ARAÚJO
completaria no dia seguinte ao
do seqüestro um ano de serviço
na Policia.



O Milagre da Multiplicação do Trigo

Plantem trigo porque plantando trigo chegará também para o Brasil o momento de formar entre aqueles que impõem seu preço.

Essas palavras são do Presidente Médici, que, em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, deu início oficialmente à colheita na região. Lá ele ouviu os depoimentos do Ministro Cirne Lima, do Secretário Luciano Machado, do Governador Peracchi Barcelos e do presidente da Fecotriga sobre a crescente triticultura brasileira. Pela primeira vez, no Brasil, um Presidente da República marcava com sua presença o início de uma colheita; só este fato demonstra o interesse do Governo em incentivar a cultura do trigo, cujas supersafras dos últimos três anos são fatos marcantes na economia nacional, e seu empenho em favor de uma agricultura mais moderna e mais dinâmica.

Em Passo Fundo, a colheita foi iniciada na Faculdade de Agronomia. O Presidente Médici, acompanhado do Ministro Cirne Lima, do Governador do estado e grande parte do seu Secretariado, assistiu ao trabalho de oito trilhadeiras, numa área de 1.000 m², tudo em apenas alguns minutos. Recebeu ainda, das mãos de uma aluna da escola, um ramalhete de trigo dourado, que ergueu em sinal de júbilo.

A Universidade de Passo Fundo, cujo reitor é o Professor Murilo Coutinho Annes, figura entre as mais modernas do País, com 2.717 alunos, 838 outras vagas serão criadas no próximo ano, e mais de 200 professores. A Faculdade de Agronomia, dirigida pelo Professor Ângelo Antônio Brito, tem colaborado efetivamente com o homem do campo em toda a região, executando as mais variadas experiências agrícolas. Em 1971, disporá de mais 165 vagas.

O MILAGRE DA MULTIPLICAÇÃO DO TRIGO

"Plantem trigo porque plantando trigo chegara também para o Brasil o momento de tornar emo aqueles que espótes seu grão." Essas palavras são do Presidente Médica, que em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul, deu início oficialmente à colheita na região. Lá ele ouviu os depoimentos do Ministro Otávio Lima, do Secretário Luciano Machado, do Governador Peracchi Barreto e do presidente do fructopio sôbo a crescente industria brasileira. Pela primeira vez, no Brasil, um presidente da República iniciava com sua presença o alicio de uma colheita; só que não fazemos a diferença o interesse do governo em incentivar a cultura do trigo, suas superabundâncias dos últimos três anos são fatores marcantes na economia nacional — e seu empenho em favor de uma agricultura mais moderna e mais dinâmica.



O Presidente Getúlio Médica e o fructopio sôbo, presidente da Banca do Brasil, cortam a fita inaugural do alicio da Companhia Trilógica de Passo Fundo. A direita, ele passa, em companhia do Governador Peracchi Barreto, do Ministro Otávio Lima e de outras autoridades, no inicio da grande colheita.

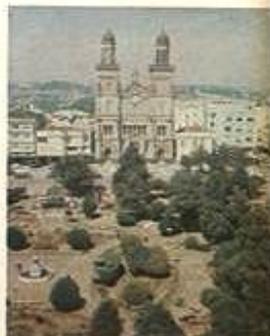
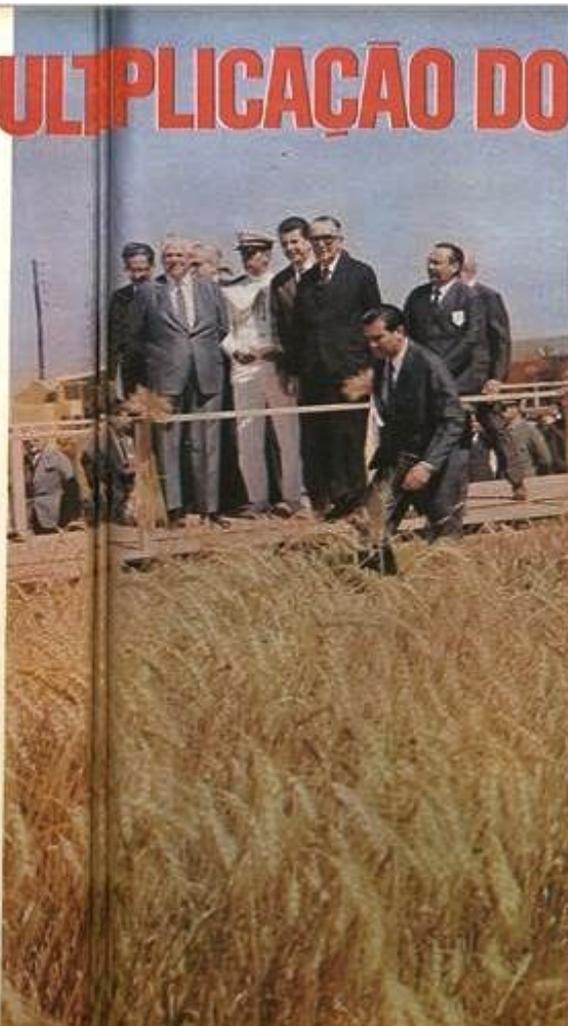


Foto Fátima, no Rio Grande do Sul, erguida em um dos ritos arquitetônicos e de arte das Indústrias. É o maior templo católico do Brasil.



O moderno edifício do Cax-Ca é o único do gênero em todo o país: diretamente ligada à indústria para o resgate de trigo, tem capacidade para armazenar 200 mil toneladas de cereal. O Presidente Médica fez questão de visitá-lo em sua visita.

O Presidente inauguraria em seguida o silo-gigante da Cooperativa Triticola de Passo Fundo, cortando a fita simbólica em companhia do Sr. Nestor Jost, presidente do Banco do Brasil. Antes do ato, foi saudado pelo Sr. Ari Dionísio Dalmolin, presidente da cooperativa. A visita foi um pouco demorada: o General Médici fez questão de ouvir as detalhadas explicações do Ministro Cirne Lima.

O moderno silo Con-Ca é o único do gênero em todo o Brasil e talvez da América. Sua capacidade de estocagem é de 810 mil sacos de trigo e está diretamente ligado com três armazéns, destinados à secagem do cereal. Modernas correias rolantes possibilitam o embarque, em vagões graneleiros, de 90 mil toneladas por mês. A cooperativa recebe 85% da produção do município e está em seus planos a industrialização de 42 mil toneladas de soja, a partir de 1971. Uma parte será vendida em bruto e outra na forma de óleo enlatado. A previsão para a próxima safra estima uma produção de 1.800 mil sacos de soja no município de Passo Fundo.

O amparo à triticultura brasileira pelo Governo obtém os melhores resultados, segundo os dados da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul. Em 1967, importamos 90% do consumo nacional mas, já naquele ano, o Estado produzia e o Banco do Brasil comercializava 339 mil toneladas de trigo. No período seguinte, 1968-69, a safra atingiu 575 mil toneladas. De 1969 a 1970, essa cifra era quase duplicada, atingindo a produção de 961 mil toneladas. Agora, em 1970-71, a produção deverá atingir cerca de 1.300 mil toneladas, o que representa mais de um terço do consumo interno. Esses aumentos surpreendentes em três safras consecutivas não foram obra do acaso; na verdade comprovam a capacidade produtiva das ter-

ras do estado, valem como resposta ao desafio lançado ao dinamismo dos gaúchos e representam a ação conjunta de órgãos públicos e entidades privadas, desenvolvida em clima de ordem, austeridade administrativa e confiança no futuro.

Vários fatores se somam para a construção do êxito da triticultura brasileira: a análise sistemática da fertilidade do solo rio-grandense, a valorização do agricultor, a assistência técnica fornecida pelo Ministério, Secretaria da Agricultura e seus órgãos vinculados, as modernas práticas agrícolas, a pesquisa fitotécnica; a distribuição de sementes selecionadas, o crédito orientado do Banco do Brasil, o preço-suporte e o fortalecimento do cooperativismo, a ampliação da rede silos e armazéns e a comercialização garantida do produto.

Nas estações experimentais filotécnicas da Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul em Bagé, Júlio de Castilhos, Veranópolis e Encruzilhada do Sul, realizam-se atualmente 60 mil experimentos, resultantes do cruzamento de 7.450 coleções de variedades e formando 18.500 linhas de gerações, sob os cuidados permanentes de técnicos e cientistas nacionais e estrangeiros. Essas informações foram transmitidas, em Passo Fundo, pelo Secretário Luciano Machado ao Presidente Médici, que teve uma recepção popular calorosa na cidade.

Em Passo Fundo encontra-se a maior densidade de população rural do Rio Grande do Sul. É o maior núcleo de produção de soja da América do Sul: os 180 mil habitantes orgulham-se do clima saudável, das 560 indústrias, e também de pertencerem ao maior centro tradicionalista do estado. Já o Prefeito Guaracy Marinho lhe acrescenta, agora, um novo título: é o município em que, pela primeira vez, um Presidente da República brasileiro deu início a uma colheita.



Manchete nº 975, Rio de Janeiro, RJ
Sábado, 26.12.1970



Giovanni Tinha Recebido Ameaças
(Entrevista a Carlos Freire)



Anne Marie Maillet, irmã mais nova do Embaixador Giovanni Bucher, mora em Luxemburgo, capital de Luxemburgo, a 346 km de Paris. Casada com um arquiteto, Anne Marie levava uma vida tranquila até o dia em que seu irmão foi sequestrado. Desde então, é uma pessoa nervosa, fumando mais do que o habitual, apreensiva cada vez que ouve a irradiação de notícias sobre o rapto do irmão.

Às 09h00, estávamos na porta de sua casa, como fora combinado no dia anterior pelo telefone. Fomos recebidos pelo Sr. Maillet. Falou-nos de sua viagem ao Brasil e de sua admiração pela arquitetura brasileira, que considera uma das melhores do mundo. O Sr. Maillet chegou a fazer, em companhia do Embaixador Bucher, um filme de 16 mm a cores, que mostra o Brasil do Iguazu a Manaus. Poucos minutos depois de nossa chegada, entra na sala, decorada com objetos brasileiros, a irmã do embaixador. Seu nervosismo é evidente. Desculpa-se pelo pequeno atraso e vai direto ao assunto:

Vocês têm alguma notícia dele?

Como sabíamos apenas o mesmo que ela, houve uma certa decepção. Mas aquiesceu em falar. E fez um depoimento humano, de irmã preocupada com a sorte do irmão.

Uma Personalidade Brilhante

A notícia do sequestro me foi dada pelo telefone, por dois amigos que a escutaram na Rádio Luxemburgo. Foi na segunda-feira, dia 7, às 14h00. Minha primeira reação foi de pegar o avião e partir para o Rio. Telefonei para a Embaixada da Suíça, pois o Embaixador Max Feller, atualmente no Rio, conhece bem nossa família e já serviu no Brasil. Foi ele quem me desaconselhou a viagem, até a libertação de Giovanni.

Meu irmão sempre foi alegre, o mais alegre de nós todos. Era quem organizava as brincadeiras. Somos três, eu, Giovanni e Rodolfo, e sempre fomos muito ligados uns aos outros. Nascermos na Itália, de onde saímos muito jovens para a Suíça. Levávamos uma vida tranquila e fomos crianças felizes, sem dúvida alguma. Giovanni sempre foi afetuoso com tudo e com todos. Tinha uma enorme facilidade de se comunicar com as pessoas. Depois, foi estudar num internato, e nos víamos durante as férias. Grande parte de nossa infância feliz se deve sobretudo à educação que recebemos de nossos pais. Meu bisavô fundara uma cadeia de hotéis na Itália e um pouco pela Europa, e meu pai dirigiu o Palace Hotel de Milão e, mais tarde, o Hotel de Belaggio. Do lado de minha mãe, a família era de médicos. Desde o ano de 1700, eles eram quase sempre médicos.

Aos 12 anos, Giovanni deixou a Itália, para estudar. Seu período na escola foi brilhante. Tinha uma grande facilidade para aprender línguas e sempre se distinguiu em relação aos outros alunos. Ingressando na universidade, foi até onde podia no curso de Direito: formou-se e fez curso de pós-graduação de dois anos. Em seguida, decidiu fazer carreira diplomática. Prestou concurso, em Berna, com êxito, para o Ministério das Relações Exteriores. Nessa época, víamo-nos menos do que antes, devido aos seus estudos, que foram duros. Era tempo de guerra, e a Suíça controlava interesses dos países beligerantes. Giovanni começou a vida diplomática em Tanganica e no Quênia.

Era meu irmão quem supervisionava as condições de vida dos prisioneiros de guerra. Passou três anos na África, um ano em Bombaim. Mas foi na Embaixada da Suíça em Nova Deli que começou a sua carreira propriamente dita, antes era um representante diplomático em condições especiais, com o mundo em guerra. Viveu quatro anos em Nova Déli e três em Berna, ao retornar. Nesse período, nos víamos sempre. Ele não é casado e sempre nos considerou, a mim e a Rodolfo, como sua verdadeira família. Nunca deixou de dar notícias. Fomos visitá-lo uma vez no Brasil, e ele esteve aqui conosco em setembro deste ano.

Depois de Berna, Giovanni passou um ano em Paris, como membro do OCDE, uma organização econômica internacional. Logo em seguida, foi Conselheiro da Embaixada em Bagdá durante quatro anos. Estava em nossa companhia em 1958, quando o Rei Faïçal II foi assassinado, e retornou ao Iraque no primeiro avião. Foi ele quem tratou da situação dos refugiados políticos. Ficou lá ainda um ano, encarregado do Departamento dos Países do Leste.

Nessa época, foi indicado, juntamente com outro diplomata suíço, Sr. Olivier Lan, para ajudar franceses e argelinos a se entenderem. O resultado foi a famosa Conferência de Évian. Em seguida, foi embaixador do Lagos durante quatro anos e, depois, no Brasil.

Calote Involuntário no Táxi

Giovanni sempre foi amado por todos que trabalharam com ele. Depois do rapto do embaixador norte-americano, disse-nos ter recebido alguns telefonemas anônimos, assim como seus empregados, com ameaças de sequestro. Mas ele não acreditava que isso pudesse acontecer, pois sempre se deu muito bem com todo o mundo no Brasil. Eu também não acreditava, sobretudo porque os suíços têm sido neutros em todos os conflitos internacionais.

Anne Marie Maillet esteve duas vezes no Brasil. A primeira em 1962, quando foi a passeio, sem seu irmão. A segunda, em 1968, quando passou um mês viajando por todo o território. Ela sabe que o Governo Brasileiro está interessado em libertar o embaixador. Do Brasil, só tinha boas recordações, ela e seu marido. Conta uma história ocorrida entre eles e um motorista de táxi, que os havia levado ao Corcovado:

Era um táxi Volkswagen, como tantos que existem no Rio. O motorista era igual ao tipo médio, pele queimada, baixo, magro. Combinamos o preço e, ao chegarmos ao Corcovado, pedimos-lhe para esperar enquanto fazíamos a visita.

Ao voltarmos para pegar o táxi, fomos levados pelo motorista que se aproximou e disse:

Por aqui, por favor.

Nós o acompanhamos naturalmente, sem perceber que, embora o carro fosse da mesma cor, nem o motorista nem o veículo eram os mesmos. Até hoje, o homem que nos levou ao Corcovado está sem receber a quantia combinada pela corrida. E eu sei as dificuldades de vida deles. Quando eu estiver de volta ao Rio para abraçar meu irmão, gostaria de reencontrar esse motorista e pagar-lhe finalmente.

Uma agência francesa divulgou uma nota, segundo a qual o Embaixador Bucher "é um playboy bastante conhecido no Rio". Aos jornalistas da Rádio Luxemburgo, que vieram indagar a respeito da nota, Anne Marie respondeu:

Sempre que estive com meu irmão, em visita aos países onde ele servia, pude ver como trabalhava, até tarde, sem horário. Naturalmente, um diplomata tem vida social diferente do homem médio, mas as pessoas esclarecidas sabem que não é possível ser um perfeito playboy e um diplomata perfeito ao mesmo tempo.

Antes de terminar a entrevista, Anne Marie Maillet pediu-nos para mandar uma mensagem aos raptores do Embaixador Bucher:

Somos a única família de Giovanni, ele nos ama muito, e nós também. Tratem bem dele; libertem-no o mais breve possível. E que Giovanni saiba que estarei no Rio assim que for solto. [...]

Nos Bastidores do Sequestro

(Reportagem de Murilo Melo Filho)

O último fim de semana foi simplesmente terrível.

Captaram-se informes seguros, através dos “lanças” infiltrados na retaguarda da subversão, segundo os quais a chamada “*Quinzena Marighela*” havia sofrido o adiamento de um mês: em vez de ser executada nos meados de novembro para tumultuar as eleições do dia 15, seria desfechada nesta metade de dezembro para bagunçar o Natal.

Esse adiamento tornara-se inevitável e conveniente após a prisão, e depois a morte, de Bacuri, a queda de Toledo e de Fujimore, em poder dos quais o CODI apreendeu documentos por ele julgados suficientemente autênticos para determinar, há 30 dias, aquela blitz de quase 10 mil prisões no eixo Rio-São Paulo.

Como resposta, a “*Vanguarda Popular Revolucionária*”, enquanto assaltava um banco e um hospital em São Paulo, matava covardemente um agente federal no Rio, sequestrando o embaixador da Suíça e exigindo a libertação de 70 presos, “a critério do Governo”, além de outras condições ridículas e debochantes como a de passagens grátis nos trens suburbanos. Ou humilhantes, como a de liberdade na televisão para divulgar todos os seus manifestos, que criariam uma atmosfera de excitação pública, assaz perigosa. O Governo resolveu ganhar tempo, inclusive porque seu esquema de repressão estava de posse de pistas favoráveis e animadoras que poderiam conduzir à libertação do embaixador pela força.

Havia Três Graves Dificuldades

Decidido a não escolher os presos e a seguir uma estratégia completamente diversa dos casos anteriores, o Governo exigiu que os subversivos relacionassem os nomes dos companheiros a serem soltos, com uma autenticação do próprio punho do embaixador. Essa exigência continha uma tríplice dificuldade para os sequestradores:

- 1.** *Diante do bloqueio e da Operação-Varredura, que fechou as barreiras, vasculhando os céus e as florestas da Guanabara, o grupo de seis homens e uma mulher que participaram da ação na Rua Conde de Baependi ficou acuado e ilhado num ponto do Rio, que um helicóptero, certo dia, pensou ter localizado, sem qualquer facilidade de comunicação com os setores de apoio. Esse isolamento era um fato novo e imprevisível na tradição dos sequestros, porque no caso dos Embaixadores Elbrick e Holleben e do Cônsul Oguchi, o grupo de assalto havia conseguido livremente trafegar e comunicar-se com suas bases e com os jornais, sem serem molestados: o inusitado do problema e a aflição para que nenhum arranhão acontecesse aos embaixadores dos Estados Unidos e da Alemanha e ao cônsul do Japão impunham a aceitação de todas as condições apresentadas. No episódio de Elbrick, a casa onde ele estava foi localizada e cercada, mas os sitiados tiveram de controlar seus nervos e emoções para assistir ao longe, de binóculo, e inermes, o embaixador ser liberado e aos carcereiros se evadirem.*
- 2.** *O grupo que se apossou do Embaixador Bucher não estava devidamente entrosado com "todas" as outras áreas subversivas, mas sim apenas com "algumas" delas. A "razzia" policial de um mês atrás havia destruído vários "aparelhos" e seccionado os canais de comunicação entre eles. A ação da Rua Conde de Baependi foi executada um pouco na base do desespero e pegou de surpresa não só a polícia como diversas áreas da subversão, que ficaram sem qualquer contato com o local onde o embaixador foi escondido. Daí o recurso utilizado naquela primeira e precária mensagem que deixava a critério do Governo a escolha dos 70 presos. Como ela foi recusada, o "Comando Juarez Guimarães de Brito" ficou a princípio impossibilitado de nomear os 70 reféns, sobretudo porque os "grupos de apoio" não poderiam comunicar-se com ele para fazer as indicações certas.*
- 3.** *De modo geral, e até como medida de elementar segurança, a subversão não se comunica muito entre si. Os grupos são autônomos, como acontecia com os*

"maquis" da Resistência Francesa, e não se conhecem. Se um cair, mesmo que a tanto seja obrigado, jamais poderá denunciar os outros núcleos.

O Grupo que Participou do Sequestro Teve Dificuldades em Relacionar os Nomes dos 70 Reféns

Há compartimentos estanques, que se esgotam por si sós. As senhas, os apelidos, as alcunhas, os pseudônimos e os nomes de guerra nunca são conhecidos por todos. Como então, de uma hora para outra, relacionar 70 nomes legítimos e falsos, capazes de identificar e localizar em todo o País as verdadeiras pessoas que se visa realmente libertar?

Foram todos estes motivos, aliados a vários outros, que consumiram a primeira semana do sequestro, sem que houvesse um progresso apreciável nas negociações. Parecia que uma densa cortina de silêncio descera sobre o assunto, enquanto o Embaixador Bucher superava rapidamente o tempo de reclusão a que haviam estado submetidos os seus três colegas anteriores. Sem vasos comunicantes, sem mensagens pelos rádios, televisões e jornais, sem intermediários e sem portadores para cartas e comunicados, o fluxo recíproco de contatos tornou-se algo difícil.

Não faltam nessas ocasiões os gozadores, os malucos, os mórbidos e os confusionistas, que executam as mais estapafúrdias manobras. Telefonemas e bilhetes anônimos, recados falsos, alarmes estúpidos e pistas absurdas são produzidas com uma fertilidade e uma facilidade de assustar. E o pior é que nenhuma pode ser afastada ou desprezada liminarmente, porque pode acontecer que numa delas esteja a pista definitiva. O tempo e o esforço estiolados nesse verdadeiro jogo de cabra-cega dariam para encher as páginas de um romance inteiro de capa e espada.

Houve mesmo o caso do telefonema de uma pessoa aparentemente séria que enunciou o nome inteiro e certo do policial com o qual desejava falar. Pediu garantias de vida, que lhe foram dadas. E depois informou que o Embaixador Bucher estava no apartamento vizinho ao seu: através da parede contígua, ouvira-lhe a voz, o sotaque, a conversa. E quando a polícia lá chegou, após demorados e cuidadosos preparativos de cerco, o informante ainda conseguiu explicar que os sequestradores haviam saído vinte minutos antes, em companhia de sua vítima, com destino ignorado.

Desde o primeiro momento, existiam animadores indícios de que o Governo devia prolongar ao máximo suas decisões e providências. Os Generais Luís de França Oliveira e Luís Carlos de Freitas alimentavam fundadas e legítimas esperanças de que o embaixador pudesse ser resgatado num golpe de mão. O avançamento do tráfego nas horas que se seguiram ao sequestro obedeceu a um plano elaborado para que os sequestradores ficassem também engolfados naquele mar de automóveis que inundou e paralisou a Guanabara.

A Perspectiva de Vencer Pelo Cansaço

Em duas notas consecutivas, solicitou-se ao povo carioca que tivesse compreensão e desse colaboração às medidas extremas de fiscalização, vigilância e repressão: quem tivesse de atravessar alguma barreira, no tórrido sábado ou domingo, em busca de uma praia ou de uma serra, devia conformar-se com a extensa fila de carros abertos e vasculhados.

Havia também a possibilidade de os carcereiros do embaixador se impacientarem no imobilismo e colocarem a cabeça de fora, através de algum descuido ou imprudência que conduzisse à sua localização e

captura. Quanto mais tempo demorasse o compasso de espera, mais eles ficariam expostos, pela exaustão e pelo cansaço, já que não têm a mesma organização, paciência, estrutura, e capacidade de esconderijo que caracterizam a ação dos Tupamaros.

Em último caso, poderia ser utilizada a fórmula bem sucedida no Canadá: o único resgate para a libertação do diplomata seria um salvo-conduto para saída do País que beneficiaria apenas os sequestradores.

Foi justamente neste último fim de semana que o Comando de Defesa Interna recebeu e previu uma reativação da onda terrorista. Os informes filtrados ofereciam sintomas de que pelo menos mais dois embaixadores poderiam ser sequestrados, com o que instalaria o caos e se elevaria a temperatura política a um grau tão intenso quanto o da canícula acusada nos termômetros deste insuportável começo de verão.

As principais figuras do Corpo Diplomático foram aconselhadas a ficar em casa: cancelaram-se jantares elegantes, adiaram-se coquetéis de fim de ano, evitaram-se as praias. Enclausurados a quatro paredes e guardados do lado de fora por redobrados sistemas de segurança, alguns embaixadores viram pela janela o "weekend" passar. Um deles chegou a munir-se de moderno e escamoteável "bip", que devidamente acoplado a outro aparelhinho montado na residência de um casal amigo, orientaria a sua localização em qualquer ponto da Guanabara. E chegou a estudar e a acertar mensagens em código e batidas em Morse.

Após o sequestro do Embaixador Holleben, os órgãos de segurança do Governo resolveram tirar partido das três experiências que no curto espaço de oito meses haviam recolhido diante das diferentes exigências dos terroristas.

Era Hora de Usar Novas Táticas

Vários planos foram elaborados. Diversos envelopes confidenciais ficaram repletos e lacrados de instruções e diretrizes. Novas táticas e normas de procedimento tornaram-se regras imperiosas, embora flexíveis, para serem adaptadas às futuras e diversas contingências.

Dos entendimentos mantidos com várias chancelarias, resultara a convicção de que os próprios Governos Estrangeiros estavam inclinados a não pressionar demais no caso de atentados contra seus diplomatas, a fim de que a febre mundial de sequestros começasse a esfriar pelo não atendimento de suas exigências.

Quando o embaixador suíço caiu nas malhas dos terroristas, depois de ter rejeitado uma proteção e armamentos de maior porte, o Governo Brasileiro sentiu chegada a hora de empregar as novas táticas:

- Nada mais de televisões e rádios abertos à livre transmissão de manifestos violentos. O documento deixado pelos sequestradores no próprio local da sua façanha está até hoje num ilustre anonimato: ele fala novamente em *"ousar lutar"*, *"ousar vencer"*, *"pátria livre ou morrer pelo Brasil"*, refere-se ao exército do povo, elogia a memória de Joaquim Câmara Ferreira e inclui a irônica alusão de que a *"embaixadores habituados a conviver com uma ditadura não fará mal nenhum conviver por alguns dias com as forças revolucionárias"*.
- Nenhuma outra condição será mais aceita, além da simples libertação de presos, que embora desaconselhada pelos setores mais duros, encerra a vantagem de esvaziar prisões e dispensar vigilâncias caras, trabalhosas e difíceis.

- Nenhuma consideração ou discriminação diante dos presos libertados: quer estejam ou não respondendo a processo, serão sumariamente banidos do território brasileiro.
- Nenhuma admissão de prazos fatais ou de ultimos para o cumprimento das exigências: a iniciativa, o tom e a natureza das gestões e providências ficarão sempre com o Governo. Jamais com o outro lado, que ficará sempre na defensiva.

Esse endurecimento, aceito e apoiado por todas as áreas civis e militares do Governo, resultou de duas conclusões:

1. *O Brasil também tem, há vários meses, um diplomata seu aprisionado pelos Tupamaros em algum ponto do Uruguai, sem que até agora nenhum outro Governo ou organização internacional tenha ocorrido para ajudar a libertá-lo: sua mulher está contando apenas com o auxílio e a contribuição financeira do povo brasileiro para resgatar o marido.*
2. *As dezenas de reféns expatriados anteriormente para Cuba e Argélia não melhoraram nem pioraram a imagem do Brasil no exterior: se eles apregoaram torturas que teriam sofrido, revelaram por outro lado que estavam todos vivos e inteiros.*

Conseguindo localizar, identificar, reunir e remeter para o estrangeiro; são e salvos, todos os reféns até agora pedidos, o Governo terá provado pelo menos que eles não foram mortos nem seviciados. Mostrará também que, mesmo sendo uma "ditadura cruel e desumana", como o caluniam no exterior, consegue sensibilizar-se tanto com o drama e a sobrevivência de um embaixador que, para salvar-lhe a vida, concorda em correr riscos altos e pagar preços altíssimos, nem sempre aceitos por outros governos democráticos.

Agente Hélio, com o Dever até a Morte

Quando, às 12h00, do dia 11 de dezembro, presentes quase mil pessoas, o corpo do agente Hélio Carvalho de Araújo foi sepultado no Mausoléu do Policial, no Cemitério São Francisco Xavier, encerrava-se um dos dramáticos aspectos do sequestro do Embaixador Giovanni Enrico Bucher. O Vice-Presidente Augusto Rademacker, autoridades militares e policiais e parentes da vítima comprimiam-se nas aléias do cemitério, que era sobrevoado por quatro aviões da FAB.

Quem era o agente Hélio Carvalho de Araújo? Ele nasceu na Guanabara em 26 de novembro de 1926, filho de Hermínio José de Araújo, Capitão do Exército, falecido há dois anos, e de Celina Carvalho de Araújo. Sua carreira policial iniciou-se com o ingresso na Guarda-Civil, em 1952. Trabalhou em quase todos os setores da corporação. Em 1963, quando da opção, preferiu transferir-se para a esfera federal. Em 1968, foi designado para São Paulo, onde permaneceu apenas seis meses, retornando logo a seguir ao Rio de Janeiro. Há cinco meses foi designado para a segurança pessoal do embaixador suíço. Era casado com a Sr^a Lúcia Rodrigues de Araújo, com quem tinha uma filha, a professora Célia Araújo de Freitas Gago.

No Hospital Miguel Couto, na terça-feira, 8 de dezembro, poucos eram os parentes e amigos do agente federal que ainda confiavam em sua recuperação. Hélio continuava em estado de coma, com uma bala alojada na coluna vertebral. Vinte e quatro horas antes, ao tentar defender a vida do embaixador suíço contra a ação dos sequestradores, fora por eles baleado, sem que tivesse tempo de sacar a arma. Na quarta-feira, a vigília dos amigos e parentes do agente prosseguia. Pela manhã, um novo comunicado da direção do hospital praticamente declarava que Hélio de Araújo não conseguirá sobreviver.

Aludia ao “acentuado agravamento de seu estado, com o aparecimento de complicações cardiocirculatórias”. Às 13h00, o Embaixador Miguel Paranhos do Rio Branco chegou ao hospital, dirigindo-se imediatamente ao gabinete do diretor, após o que se avistou com a família do policial, e explicou:

Vim oferecer, em nome do Itamarati, toda a cooperação à mulher e à filha do agente Hélio Carvalho de Araújo.

Só D. Célia viu Hélio Morrer

Às 02h00, do dia 10, o Hospital Miguel Couto estava tranquilo. Somente na sala de relações públicas, inacessível a imprensa, parentes, colegas e amigos do agente federal permaneciam acordados. Além deles, os médicos e enfermeiras de plantão e alguns poucos repórteres. Às 02h10, uma enfermeira cruzou o corredor e vai à sala de relações públicas avisar que o agente federal estava agonizante. Às 02h30, a imprensa, que não pudera movimentar-se dentro do hospital, recebeu um comunicado oficial: Hélio Carvalho de Araújo falecera precisamente às, 02h15, depois de uma terceira parada cardíaca que os médicos não puderam debelar. Não fora tentada qualquer intervenção cirúrgica, pois ele não resistiria sequer à indução anestésica. A Sr^a Célia Araújo esteve presente: foi a única pessoa da família a assistir à morte.

A notícia começou a ser transmitida para as redações dos jornais e revistas. Emissoras de rádio abriram seus noticiários, pela manhã com a informação da morte do agente. Às 03h10, chegava ao hospital o Secretário Daniel Dayer, da Embaixada da Suíça, que se dirigiu imediatamente ao encontro da viúva. Evitou qualquer declaração à imprensa. Em poucos minutos, o policiamento do hospital foi reforçado e logo após o corpo de Hélio era transportado para o Instituto Médico-Legal.

O Depoimento que os Amigos dão

Quintino é um bairro suburbano do Estado da Guanabara, onde Hélio morou nos últimos cinco anos, na Avenida Suburbana, 8.985, na casa de vila número 69. "Calmo", "simples", "calado", cada vizinho destaca em poucas palavras alguns aspectos da personalidade do agente morto. Uma vizinha observa que ele gostava muito de passear com a família nos fins de semana. Entre os vizinhos, alguns são seus amigos, como Wilson Reis, que depõe:

Conheci o Hélio há uns 17 anos, quando ele ainda era batedor da Guarda-Civil. Foi meu amigo de todas as horas.

Outros vizinhos comentam que Hélio tinha perfeita consciência dos riscos a que estava sujeito. Wilson Reis completa:

Ele me disse mais de uma vez que, na hipótese de um sequestro, procuraria reagir. Só não o faria se não lhe dessem tempo. Era um homem de fibra.

Os moradores da avenida organizaram um abaixo-assinado ao Governador do Estado, pedindo que o nome do agente seja dado à rua da vila. "É a melhor maneira de homenagearmos a sua memória", dizem eles. O agente Silva, do Departamento de Polícia Federal, afirma que Hélio só deixou amigos entre seus companheiros de trabalho. Expressa que os dias de hoje são difíceis, cheios de perigos para as atividades policiais:

Antigamente, era tudo diferente. Não existia terrorismo. Podíamos, por exemplo, levar um Presidente para conhecer os pontos turísticos da Guanabara quase sem nenhum aparato policial. Hoje em dia os covardes estão aí mesmo. Hélio era um excelente companheiro. Lembro-me até do número de sua moto, na Guarda-Civil: 148.

Diário de uma Casa Vazia

A cidade toda transtornada e uma casa vazia. Primeiro foram os engarrafamentos provocados pelas autoridades em pontos estratégicos nos dias que se seguiram ao sequestro, sobretudo no próprio dia do sequestro, segunda-feira, dia 7. Procurava-se, assim, impedir a fuga dos terroristas que capturaram o embaixador da Suíça. Os dias foram se passando, os engarrafamentos desapareceram, embora não cessassem as buscas. E exatamente porque elas foram infrutíferas uma casa continua vazia, à espera de seu chefe, o Embaixador Giovanni Enrico Bucher. Quatro empregados de confiança, que de certa forma são a família do solteiro Bucher (57 anos) no Brasil, guardam a casa e torcem para que o patrão volte intacto como partiu. Quando ele chegar, ainda encontrará na mesinha de cabeceira os Capitães de Areia, de Jorge Amado, os cigarros ingleses, dos quais tanta falta deve estar sentindo, na escrivaninha, ao lado do retrato do pai. E, passando pelos corredores cheios de quadros, estatuetas, totens africanos e esculturas asiáticas, poderá voltar à varanda e repousar olhando lá longe o Mar tranquilo da enseada de Botafogo.

Dia 7 de Dezembro – Segunda-Feira

08h45: Seguindo um dos dois trajetos que normalmente faz, o Buick da Embaixada Suíça entra na Rua Conde de Baependi, em Laranjeiras, conduzindo o Embaixador Giovanni Enrico Bucher. Em frente ao número 63, um Aero Willys e um Volkswagen fecham o carro diplomático, obrigando-o a parar brusca-mente.

08h46: O Agente Federal Hélio Carvalho de Araújo, responsável pela segurança do Embaixador Bucher, sai do carro puxando de sua Bereta 7,65. Mas antes

que pudesse disparar a arma, que tinha uma bala na agulha, recebeu dois balaços na nuca que o derrubaram.

08h47: Os sequestradores obrigaram o motorista Ercílio Geraldo a deitar-se no chão, levando o embaixador suíço para um Volkswagen grená, que dispara em direção à Praia do Flamengo.

09h00: O comissário Washington Machado, do 9º Distrito Policial, é informado do sequestro, partindo imediatamente em companhia do delegado para o local da ação. Na mesma hora chega ao Hospital Rocha Maia o policial baleado. A gravidade de seu estado faz com que os médicos recomendem sua internação no Miguel Couto, na Gávea.

09h20: O encarregado de Negócios da Embaixada Suíça, Sr. William Roch, é informado do sequestro. Automaticamente, passa a responder pela Embaixada.

09h30: Entra em funcionamento um dispositivo de segurança coordenado pela CODI (Comissão de Defesa Interna), I Exército e Secretaria de Segurança. Todas as saídas do Rio são bloqueadas, os túneis Norte-Sul são parcialmente fechados, só se permitindo a entrada de uma fila de veículos, revistados cuidadosamente, um a um. É a operação-engarrafamento. Helicópteros de observação passam a sobrevoar todos os bairros da cidade, inclusive os mais longínquos.

10h00: O bloqueio de saída estende-se às barcas de Niterói. Até às 21h50 nenhuma barcaça sairá do Rio conduzindo automóveis.

10h30: O trânsito já está totalmente engarrafado em vários pontos da cidade. Filas e filas de carros arrastam-se não só nas principais ruas e avenidas como

também em outros pontos estratégicos. Com o engarrafamento espera-se retardar ou impedir a possível fuga dos sequestradores.

10h32: Chega ao Miguel Couto a Sr^a Lúcia Rodrigues de Araújo, esposa do policial ferido.

10h35: Chega à Rua Conde de Baependi um choque da Polícia Militar para cercar o local do sequestro, permitindo o trabalho da perícia.

11h30: O Embaixador Miguel Paranhos do Rio Branco, responsável pela delegação do Itamarati no Rio, chega à sede da representação suíça e promete ao encarregado de Negócios que o Governo Brasileiro fará todo o possível para resgatar o embaixador sequestrado, como em casos anteriores.

12h25: Retira-se da Rua Conde de Baependi o choque da PM. O local é liberado.

12h30: O secretário de Saúde do Estado da Guanabara, Sr. Hildebrando Marinho visita o policial ferido, no Hospital Miguel Couto, do Estado.

13h30: Consta que foi vista em Cascadura, tomando o rumo de Jacarepaguá ou Barra da Tijuca, uma Rural com três rapazes e uma moça armados de revólveres e metralhadoras. Afirma-se que seriam os sequestradores. A polícia intensifica as buscas em Jacarepaguá e na Barra.

14h00: O Governo Suíço, informado do sequestro desde cedo por telefonema Rio-Berna, declara às agências de notícias do mundo que confia no governo brasileiro e conta com o rápido resgate do Sr. Bucher intacto.

16h00: Boletim médico da equipe do Setor de Emergências do Miguel Couto dá conta da gravidade do estado do agente policial Araújo. Uma das balas atingiu-lhe a medula, causando paralisia geral.

16h10: Descoberto no Bar El Pardilho, no centro da cidade, Rua Buenos Aires, o que seria o primeiro comunicado dos sequestradores. Recolhido por agentes da DOP.S, seu conteúdo não é divulgado e fala-se que sua autenticidade seria duvidosa.

18h00: Chefes de todos os órgãos de repressão reúnem-se no I Exército para coordenar as ações na busca do embaixador e de seus raptos.

Dia 8 de Dezembro – Terça-feira

01h30: José Mananu, plantão noturno de um posto de gasolina na Rua Roma, em Bonsucesso, está tirando um cochilo quando é solicitado a atender um Opala azul, atrás do qual está uma Kombi clara com sete homens. José encheu o tanque e ainda encheu dois galões extras na mala do carro, a pedido do motorista. Recebeu uma boa gorjeta e quando se preparava para atender a Kombi, esta arrancou atrás do Opala e seguiram os dois em velocidade, na contramão. José conta que teve a impressão de ter visto, no Opala, alguém deitado no chão, sob os pés das pessoas que iam no banco de trás. Comunicou tudo à polícia imediatamente e houve nova busca que também resultou em nada.

15h00: O Padre Afonso, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, recebe telefonema dizendo que há uma mensagem dos sequestradores na caixa de esmolas da igreja maronita de N. Sr^a do Líbano, na Tijuca, Conde de Bonfim. Comunicou o fato às autoridades que recolheram a mensagem no local,

cerca de três horas depois. Dentro do envelope recolhido na caixa de esmolas há um bilhete escrito pelo Embaixador Bucher destinado a William Roch e cinco laudas datilografadas contendo as exigências dos sequestradores. Não se divulgou o conteúdo da mensagem, mas as agências de notícias estrangeiras informaram aos jornais do exterior que, além da libertação de 70 presos, eles exigiriam também trens suburbanos de graça no Rio (Central e Leopoldina) durante dois dias, e duas horas de televisão no chamado horário nobre.

DIA 9 de Dezembro – Quarta-Feira)

10h00: Novo boletim médico do Miguel Couto. Agravou-se o estado do agente.

12h15: Comunicado oficial do Ministério da Justiça diz que o Governo está disposto a entregar os presos desde que se anexe à lista uma carta do embaixador atestando boa saúde. Como se sabe que já havia uma carta de Bucher, vê-se que o Governo pretende um novo comunicado dos sequestradores, desta vez sem outras exigências que não os nomes dos presos.

13h00: O Embaixador Miguel Paranhos do Rio Branco visita a família Araújo, no Miguel Couto.

18h30: Chega afinal o Embaixador Max Feller, enviado pelo Governo Suíço para responder pela missão de seu País na ausência de Bucher, substituindo Roch como Encarregado de Negócios.

23h00: As buscas, realizadas por pessoal da CODI, I Exército, Polícia Federal e Secretaria de Segurança, continuam, concentrando-se ainda e cada vez mais — principalmente em ia-carepaguá e na Barra da Tijuca.

Dia 10 de Dezembro – Quinta-Feira

02h15: Morre o agente federal Hélio Carvalho de Araújo. Na véspera tinha sido tentada uma traqueotomia como último recurso.

13h30: O corpo do policial chega à Capela do Policial, no Ponto Zero da Radiopatrulha, no bairro de Benfica. Foi velado por vários policiais e autoridades civis e militares.

19h00: Consta que em várias capitais as autoridades começam a reunir os presos constantes da lista inicial com o objetivo de enviá-los ao Rio. Não há condições para a confirmação.

Dia 11 de Dezembro – Sexta-Feira

10h00: Sepultado no Mausoléu do Policial, no Cemitério do Caju (São Francisco Xavier), o agente federal Hélio Carvalho de Araújo.

19h00: Agentes policiais vão em diligência à Igreja de Santa Teresinha, na Rua Mariz e Barros (Praça da Bandeira), apurar a veracidade de telefonema anônimo que participava a existência de um comunicado dos terroristas na caixa de esmolos. Aberta a caixa, foram encontradas três laudas datilografadas contendo uma relação de presos (presumivelmente 72) que no dia seguinte foi dada como apócrifa.

22h00: Continua a ausência absoluta de notícias. Diz-se que as prisões foram cerca de 1.200, mas sempre na base da especulação: não há número oficial. Mas o que corre é esse, não se sabe bem porquê. Nova mensagem das autoridades alerta o povo para ações de busca a serem realizadas, agradecendo a colaboração até então encontrada.

Dia 12 de Dezembro – Sábado

08h35: Chega ao Rio mais um diplomata suíço, Sr. Max Aman, que veio para assessorar o Sr. Max Feller. Como este, fala bem o português, pois também já serviu aqui antes.

15h30: A Secretaria de Segurança distribui novo comunicado, dizendo que, já que os sequestradores mantêm silêncio, novas buscas no sentido de tentar localizar o diplomata suíço serão feitas.

16h00: O Chanceler Mário Gibson Barbosa reúne em sua casa, no Leblon, o Embaixador Max Feller, o chefe do Estado-Maior do I Exército, General Carlos Alberto Cabral Ribeiro, e o Sr. William Roch.

18h00: Novo comunicado da Secretaria de Segurança, nos mesmos termos do anterior. Grande movimentação policial em Ramos e Cascadura.

20h30: Os ministros da Justiça e das Relações Exteriores reúnem-se para continuar tratando de problemas ligados ao sequestro.

Dia 13 de Dezembro – Domingo

10h00: Continua a Operação Pente Fino, com revista de veículos e identificação de seus ocupantes, sobretudo nas barreiras.

17h30: Várias redações de jornais recebem telefonemas anônimos comunicando a existência de mensagem dos sequestradores deixada em um bar do Leblon. A polícia não confirma a informação, mas os comentários são de que realmente tratar-se-ia de uma carta dos terroristas e autenticada pelo Embaixador Bucher.

23h30: Telefonema anônimo anuncia que há comunicado dos sequestradores preso por um chiclete num telefone público do Shopping Center do Méier. Os funcionários do edifício do Shopping Center dizem não saber de nada e pedem aos repórteres que chegaram até lá o favor de retirarem-se.

Dia 14 de Dezembro – Segunda-Feira

08h45: Completa-se o sétimo, inicia-se o oitavo dia posterior ao sequestro do Embaixador Bucher. O Ministério da Justiça informa que continuam a surgir notas apócrifas contendo nomes de presos a serem liberados. Por isso distribui mais esta nota:

Reiterando a sua posição, definida em comunicados precedentes, aguarda o Governo a relação de nomes devidamente firmada pelo Embaixador Giovanni Enrico Bucher.

